

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**LARA TALINE DOS SANTOS**

***LOOKING FOR FREEDOM: A GUERRA E A LIBERDADE NA VISÃO DOS  
SOLDADOS NEGROS NA GUERRA CIVIL AMERICANA (1861-1865)***

**CURITIBA**

**2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**LARA TALINE DOS SANTOS**

***LOOKING FOR FREEDOM: A GUERRA E A LIBERDADE NA VISÃO DOS  
SOLDADOS NEGROS NA GUERRA CIVIL AMERICANA (1861-1865)***

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Setor de ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Martha Daisson Hameister

**CURITIBA**

**2014**

Catálogo na publicação  
Vivian Castro Ockner – CRB 9ª/1697  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Santos, Lara Taline

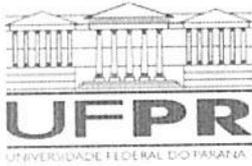
Looking for freedom: a guerra e a liberdade na visão dos soldados negros na guerra civil americana (1861-1865). / Lara Taline Santos. – Curitiba, 2015.

274 f.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Martha Daisson Hameister  
Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas,  
Letras e Artes,  
Universidade Federal do Paraná.

1. História – Estados Unidos – guerra civil.  
2. Guerra Civil – 1861-1865 – soldados negros. 3. Guerra Civil – percepção – soldados negros. I. Título.

CDD 973.7



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,  
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.  
**E-mail:** cpghis@ufpr.br **Website:** www.poshistoria.ufpr.br

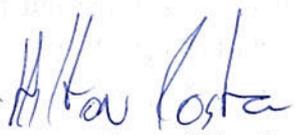
### PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a argüição da Dissertação de Mestrado de **LARA TALINE DOS SANTOS**, intitulada: **LOOKING FOR FREEDOM: A GUERRA E A LIBERDADE NA VISÃO DOS SOLDADOS NEGROS NA GUERRA CIVIL AMERICANA (1861-1865)**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **A. PROVAÇÃO.....**, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, vinte e oito de agosto de dois mil e quinze.

  
Prof. Dra Martha Daisson Hameister (orientadora)  
Presidente da Banca Examinadora

  
Prof. Dr. Vitor Izecksohn (UFRJ)  
1º Examinador

  
Prof. Dr. Hilton Costa (Pós-Doc-UFPR/PPGHIS)  
2º Examinador

Para Michael Brown, Daren Wilson, Tamir Rice e Trayvon  
Martin, pois o preconceito corta tão profundamente quanto  
o chicote do senhor de escravos.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Martha Daisson Hameister, que desde 2009 acreditou no potencial de uma pesquisa tão diferente de tudo o que já havia estudado. Sem seu estímulo, ajuda e paciência esta dissertação jamais teria se tornado realidade.

Agradeço também a todos os professores que contribuíram para minha formação e para a elaboração deste trabalho, em especial à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karina Kosicki Bellotti e ao Prof. Dr. Hilton Costa, por todas as inestimáveis contribuições na banca de qualificação. Não menos importante foram as contribuições dos professores que ao longo dos últimos dois anos vem me auxiliando com indicações preciosas e com a leitura desse trabalho. Agradeço ao Prof. Dr. Vitor Izecksohn, pois suas obras e indicações foram fundamentais para a realização desse trabalho, ao Prof. Dr. Larry Hudson, que mesmo a centenas de quilômetros vem me auxiliando na realização desta pesquisa e me inspirando a prosseguir neste caminho, e finalmente, ao Prof. Dr. Leonardo dos Santos Marques, responsável por indicar as primeiras obras que deram origem a esta dissertação de mestrado.

Agradeço à minha mãe, pois sem ela nada disso seria possível. Mesmo com todas as dificuldades de se criar uma filha sozinha, quando tudo pareceu difícil e escasso, na nossa casa a coisa mais importante sempre foi abundante, o amor. Mãe, você é um exemplo de coragem e doação, e meu amor e gratidão por ti jamais caberiam nessas poucas linhas.

Agradeço à minha família, que sempre apoiou os sonhos da menina do interior que queria fazer faculdade na capital. Muito obrigada por sempre estarem comigo – mesmo a 500km de distância – e por me ensinarem a importância da união e da perseverança. Sou eternamente grata a minha tia Anita, meu afilhado Lucas, minha avó Irene e meu avô Juvenal, um senhor humilde para quem a vida nunca foi fácil, que jamais aprendeu a ler e escrever, mas que é o homem mais sábio que já conheci. É um privilégio fazer parte da família Godoy.

Agradeço também à minha família curitibana, meus amigos que me adotaram desde que cheguei aqui e que fazem parte do que sou hoje. Sou grata à família Pupo, André “Ronaldão”, Ticyane e à amada Tarsila, que sempre nos acolhem para um churrasco ou uma conversa agradável. Ao amigo Douglas Gasparin o “Doug”, companheiro de desenhos animados, de compartilhar dores, amores, frustrações, mas sobretudo, alegrias, vitórias e muitas risadas. À minha dupla preferida, Diego Tavares e Arthur Aroha, companheiros de todas as viagens. Ao amigo André “Salim”, beatlemaníaco irremediável com quem aprendi que “eu consigo com uma pequena ajuda dos meus amigos”. À Lorena Oliveira, com quem compartilhei tantas

descobertas e momentos felizes, e que sempre está disposta a um abraço, um cafuné, uma conversa, e – porque não? - uma festa. Aos amigos Aldenor Madeira Neto e Fernanda Haag, que sempre têm um espaço aconchegante no sofá da sala e no coração. Sem o Aldenor eu me sentiria uma “nerd” mais sozinha, e sem a “Fer” esse trabalho jamais teria passado de um sonho, pois sua coragem, força, amizade e amor me impulsionam a perseguir meus objetivos. Aos compadres Rodrigo “Rooney”, um dos primeiros amigos que fiz em Curitiba, e aquele que me ensinou que não existe dificuldade – ou seminário – difícil o suficiente para tirar da gente o prazer de gargalhar; e Monah Pereira, que com sua doçura infinita me ensina todo dia a ser uma pessoa melhor e mais feliz. Sou grata também à Eloisa Terezinha Pin, pois “(...) a roseira já deu rosa; e a rosa que eu colhi foi ela”, minha irmã de alma e coração. E, finalmente, sou eternamente grata ao amigo Filipe Steffen. É um prazer e uma alegria compartilhar tantos momentos contigo, e sem você, certamente, eu jamais teria chego aqui. A cada um de vocês meus amigos, o meu mais sincero muito obrigada. Sem o amor, carinho e acolhida de cada um de vocês minha vida seria muito mais cinza. Tenho orgulho ter o ano de 2007 estampado no meu GRR e sou eternamente grata por conhecer e conviver com cada um de vocês.

Sou grata também às amigas que fazem parte da minha vida desde Francisco Beltrão, que cresceram e com quem partilhei tantos momentos felizes. À Amanda Becker, pela amizade e companheirismo em todas as horas e à Sarah Bevilaqua, com quem eu aprendi as mais preciosas lições: que os sonhos são o motor da vida e que cada livro encerra dentro de si o que há de mais mágico no mundo.

Agradeço aos integrantes da nossa “vila”, meus companheiros de casa e de vida, vizinhos e amigos tão queridos. Aos estimados colegas Felipe Calabrez e Dalila Labor Hennel, por seu companheirismo – estando perto ou longe. Ao amigo Luiz Javornik, pela amizade sincera, abraço fraterno e ombro amigo. À Karolina Roeder, por seu companheirismo e ao companheiro Eric Gil, sou grata por sua amizade, e fico feliz por poder todos os dias e aprender um pouco mais contigo. E finalmente, ao amigo e confidente Vitor Ribeiro. Seu companheirismo e espírito inquisitivo são inspiradores e possibilitaram que esse projeto se tornasse realidade.

Agradeço também aos colegas de pós-graduação, Luís Fernando Costa Cavalheiro e Pamella Sue Zaroski. É um privilégio ser colega de pessoas tão extraordinárias e pesquisadores tão inspiradores.

Por fim, agradeço também ao governo federal e à CAPES, pois a bolsa de estudos que recebi durante esses dois anos me deu a oportunidade de continuar os meus estudos.

Saw the people standing thousand years in chains.  
Somebody said it's different now, look, it's just the same.  
Pharoahs spin the message, round and round the truth.  
They could have saved a million people; How can I tell  
you?

John Fogerty

## RESUMO

Na obra *Visões da Liberdade*, o autor Sidney Chalhoub procura acessar as racionalidades e sentimentos dos escravos com relação à liberdade e à escravidão, reconstruindo suas percepções dos processos que envolviam a possibilidade de alforria. Desta forma, junta fragmentos, interpretando seus significados, voltando-se para detalhes sutis que podem ser a chave para entender como os agentes históricos do passado viam suas próprias lutas. É preciso compreender sistemas de valores, crenças, estratégias de ação e articulação entre os sujeitos, bem como a construção simbólica de personagens que figuram como protagonistas dos processos de mudança. Desta maneira, o autor desenvolve a ideia de que é preciso compreender o sentido que as personagens históricas atribuíam às suas lutas, considerando que escravos e libertos produziam valores próprios, resultantes de experiências particulares e coletivas. A partir disso, o objetivo consiste em compreender a influência e importância das visões da guerra e da liberdade forjadas durante a Guerra Civil norte-americana, tendo por base a análise de cartas escritas por soldados e civis negros que vivenciaram a guerra. O conjunto documental é composto de 99 cartas remetidas do norte ou de ocupações nortistas no sul. Compreende-se que a utilização de documentação epistolar auxilia os historiadores a pensar vínculos pessoais e redes sociais, partindo das relações construídas pelos atores sociais com o objetivo de compreender como sua ação pode mudar contextos históricos. Nesta pesquisa, as missivas auxiliam na compreensão das inter-relações pessoais, no mapeamento de concepções próprias sobre o processo de conquista da liberdade e na construção de valores e ideias com as quais os indivíduos atuam e se relacionam entre si.

**Palavras-chave:** *Guerra Civil Americana, Visões de liberdade, Soldados negros*

## ABSTRACT

In the book *Visões da Liberdade*, the author Sidney Chalhoub attempts to access the rationalities and feelings of slaves regarding freedom and slavery, rebuilding their perceptions of the cases involving the possibility of emancipation. In this way, the historian puts fragments together, interpreting their meanings, turning towards subtle details that may be the key to understand how the historical past agents saw their own struggles. It is necessary to understand value systems, beliefs, action strategies and linkage between individuals and the symbolic construction of characters who act as protagonists of the change processes. In this manner, the author develops the idea that we need to understand the sense that historical characters assigned to their fights, considering that slaves and freedmen produced their own values, resulting from individual and collective experiences. From this, the objective of this study is to understand the influence and importance of the visions of war and freedom, forged during the American Civil War, based on the analysis of letters written by black soldiers and civilians who experienced the war. The document set consists of 99 letters sent from the North or by northerners occupations in the South. It is understandable that the use of epistolary documentation helps historians to think personal bonds and social networks, based on the relationships built by social actors in order to understand how their actions could change historical contexts. In this research, the letters help in the comprehension of interpersonal relationships, on the identification of conceptions about the process of conquest of freedom and construction of values and ideas with which individuals act and relate to each other.

**Keywords:** *American Civil War, Views of freedom, Black Soldiers*

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE MAPAS.....</b>	<b>11</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>12</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>13</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I: UMA SOCIEDADE ESCRAVISTA: UM PANORAMA GERAL DA ESCRAVIDÃO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.....</b>	<b>39</b>
1.1 LEGADO NEFASTO: A ESCRAVIDÃO COMO HERANÇA COLONIAL.....	48
1.2 UMA NAÇÃO DIVIDIDA: A GEOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO .....	59
1.3 ESCRAVIDÃO, POLÍTICA E ECONOMIA NOS ESTADOS UNIDOS ÀS VÉSPERAS DA SECESSÃO.....	66
1.4 ESCRAVIDÃO E POLÍTICA PARTIDÁRIA.....	71
<b>CAPÍTULO II: A POLÍTICA DOS BRANCOS E A GUERRA DOS NEGROS: GUERRA CIVIL, TROPAS NEGRAS E EMANCIPAÇÃO NA AÇÃO OFICIAL DE ABRAHAM LINCOLN.....</b>	<b>84</b>
2.1 A ROAD TO WHITE HOUSE: QUANDO ABRAHAM LINCOLN SURTIU.....	88
2.2 THE SECESSION COMES: A ECLOSÃO DA GUERRA CIVIL.....	95
2.3 A AÇÃO EXECUTIVA DE LINCOLN: CONFISCATION ACTS E MILITIA ACT.....	99
2.4 FEDERALISMO E POLÍTICA NA GUERRA CIVIL.....	111
2.5 THE COMING OF EMANCIPATION: PROCLAMAÇÃO DE EMANCIPAÇÃO E DÉCIMA TERCEIRA EMENDA.....	116
<b>CAPÍTULO III: A EXPERIÊNCIA MILITAR: INTEGRAÇÃO E ROTINA DOS SOLDADOS NEGROS.....</b>	<b>131</b>
3.1 FORMAÇÃO DE TROPAS NEGRAS: PRIMÓRDIOS DO RECRUTAMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	133

3.2 <i>UNITED STATES COLORED TROOPS</i> : QUEM ERAM E O QUE BUSCAVAM OS SOLDADOS NEGROS? .....	144
3.3 <i>MARCHING ON!</i> : A ROTINA MILITAR NO EXÉRCITO DA UNIÃO A PARTIR DOS RELATOS DOS SOLDADOS NEGROS.....	158

**CAPÍTULO IV: “VISÕES DA LIBERDADE”: UMA CONTRIBUIÇÃO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA GUERRA CIVIL**

<b>AMERICANA.....</b>	<b>169</b>
4.1 UMA PROMESSA DE LIBERDADE: O INGRESSO EM UMA TROPA.....	173
4.2 RELIGIÃO NAS VISÕES DE LIBERDADE: IMPORTÂNCIA E INFLUÊNCIA DA FÉ CRISTÃ NO CAMPO DE BATALHA E NA BUSCA POR EMANCIPAÇÃO.....	192
4.3 GUERRA NAS VISÕES DE LIBERDADE: OS HORRORES DO CAMPO DE BATALHA E A LUTA POR LIBERTAÇÃO .....	200
4.4 A LIBERDADE EM TERMOS REGIONAIS: VISÕES DE LIBERDADE E A DEFESA DA UNIÃO .....	214
4.5 UM MITO AMERICANO: O ÍCONE ABRAHAM LINCOLN NAS VISÕES DE LIBERDADE.....	227
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>244</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>248</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>254</b>

<b>ANEXO I</b>
<b>ANEXO II</b>
<b>ANEXO III</b>
<b>ANEXO IV</b>

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa I - Progresso da Emancipação (1850-1865).....	49
Mapa II – Estados e Territórios dos Estados Unidos em 1860.....	59
Mapa III – Os Estados Unidos em 1861.....	63
Mapa IV – Eleições presidenciais de 1864: Resultados por Estado.....	232

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela I - Volume de escravos africanos desembarcados por região de chegada nas Américas e por período de anos, 1519-1867 (em milhares).....	58
Tabela II – 1860 census.....	60
Tabela III – Resultados do censo de 1860.....	61
Tabela IV – Cartas por ano.....	170
Tabela V – Cartas por remetente/tema.....	171
Tabela VI – Eleições presidenciais de 1864: porcentagem de votos.....	232

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**A.D:** African Descent

**C.d'A.:** Corps d'Afrique

**Col., Cold., Col.:** Colored

**POC:** Person of Color

**U.S.C.L.A.; U.S.C.A. Lt.:** United States Colored Artillery (Light)

**U.S.C.C.:** United States Colored Cavalry

**U.S.C.H.A., U.S.C.A Hvy.:** United States Colored Heavy Artillery

**U.S.C.I:** United States Colored Infantry

**U.S.C.T:** United States Colored Troops

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende trazer contribuições para a reflexão de um dos temas mais caros à historiografia norte-americana: a Guerra Civil deflagrada entre os Estados Confederados do Sul e a União entre 1861 e 1865.

Para uma breve análise dessa historiografia na introdução que ora se apresenta, tomam-se alguns de seus principais estudiosos, dentre eles Michael Perman, autor de vários livros, entre eles *Emancipation and Reconstruction*<sup>1</sup> e *Southern Political Tradition*<sup>2</sup>, e organizador da obra de análise historiográfica *The Coming of the American Civil War*<sup>3</sup>, que traz informações valiosas sobre a vasta produção a respeito da Guerra Civil.

Segundo esse autor, a escrita da história da Guerra Civil iniciou-se logo após o fim do conflito. Figuras proeminentes do período da secessão procuravam esclarecer as causas do conflito com argumentos que visavam, quase sempre, justificar as ações de um lado ou de outro, desautorizando e desqualificando o inimigo<sup>4</sup>.

Entre as obras que se inserem neste primeiro momento da produção historiográfica atinente ao tema da Guerra Civil estão os escritos de Alexander H. Stephens. Tendo sido vice-presidente da Confederação, ele defendia que o foco da guerra estava no desacordo acerca da expansão da autoridade do governo federal – ou seja, a escravidão não estava no centro dos embates entre nortistas e sulistas. Naturalmente, Stephens foi um defensor aguerrido da causa confederada – mesmo após a derrota 1865<sup>5</sup>.

De outro lado, tínhamos o vice-presidente republicano Henry Wilson. Antiescravista e braço direito do presidente e herói de guerra Ulysses S. Grant, Wilson defendia que a escravidão reduzia o homem, criado à imagem e semelhança de Deus, a mera propriedade. Para o vice-presidente, essa visão – amplamente espalhada no norte – teria entrado em conflito com as ideias e conspirações sulistas para manter o poder que advinha da escravidão, e esse antagonismo agudo teria levado à guerra<sup>6</sup>.

A existência de duas linhas interpretativas opostas – uma que evidenciava a escravidão como motor da guerra e outra que encontrava em outras causas a explicação para a divisão do

---

<sup>1</sup> PERMAN, Michael. *Emancipation and Reconstruction*. Wheeling: Harlan Davidson, 2003

<sup>2</sup> PERMAN, Michael. *The Southern Political Tradition*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2012.

<sup>3</sup> PERMAN, Michael (org). *The Coming of the American Civil War*. Lexington: D.C Heath, 1993.

<sup>4</sup> Idem, p. XV.

<sup>5</sup> Idem, p. 03-07.

<sup>6</sup> Idem, p.07-08

país, relegando a questão escravista ao segundo plano – se perpetuou no tempo e bipolarizou a produção norte-americana sobre a secessão.

Nesses primeiros anos da historiografia sobre a guerra também houve produções dos próprios ex-escravos. Talvez o mais notório deles seja Frederick Douglass, um escravo fugido de Maryland, líder do movimento abolicionista, escritor e orador que frequentou os mais altos círculos sociais brancos de sua época. Douglass acreditava que a guerra era de valores e ideias - e ela havia sido vencida pelo lado certo. Os confederados eram os representantes do velho, do obsoleto, da escravidão, da barbárie e da ignorância. Os unionistas, por outro lado, seriam os guardiões da liberdade, da civilização e dos direitos individuais.

Porém, o aspecto mais interessante desta análise que se foca na dualidade é a introdução de um elemento completamente novo e que seria muito pouco explorado até décadas muito recentes – o proeminente papel dos soldados negros no processo que levaria à vitória final da União<sup>7</sup>. Este tema foi deixado quase completamente de lado, e a historiografia da secessão voltou-se para uma questão que iria lhe ocupar pelos próximos 100 anos: a inevitabilidade do conflito. Em resumo, a principal pergunta dos historiadores era: de quem é a culpa pela guerra? Notavelmente, essa questão reiterava posicionamentos que minimizavam o peso da questão escravista no período de guerra.

Em meados de 1920, Charles e Mary Beard – considerados progressistas - defendiam que o homem não poderia alterar o curso da história, pois a força dos elementos impessoais – em particular, os econômicos – paralisava a ação humana. Portanto, a guerra era fruto da pressão gerada por diferentes interesses econômicos – os interesses manufatureiros do norte e dos latifundiários do sul - não pela decisão dos homens ou pela discussão sobre os imperativos morais da escravidão. Segundo a análise de Perman, a ênfase na instituição escravista nada mais era do que um subterfúgio para encobrir os verdadeiros propósitos dessa guerra que bem poderia se chamar “segunda revolução americana”. A instituição escravista não poderia ser estudada separadamente, ela estava imbricada no corpo econômico e por isso deveria ser analisada como parte dele. Fato é que, para Charles e Mary Beard, com ou sem escravidão, a guerra fora inevitável<sup>8</sup> - o que corrobora a tese de que a permanência da instituição escravista não havia tido um peso tão grande assim na eclosão da Guerra Civil.

Para Frank Owsley, proeminente historiador dos anos 1940, a guerra também era inevitável, mas ele via essa inevitabilidade por um ângulo diferente. Owsley compreendia de

---

<sup>7</sup> Idem, p.17-23

<sup>8</sup> Idem, p.23-34.

forma distinta a luta entre a sociedade industrial nortista e a agrária sulista, partindo da análise desta última dissociada dos imperativos econômicos, como uma estrutura social e de reprodução de valores culturais<sup>9</sup>.

Essa abordagem marcou profundamente a historiografia da secessão e perdurou por mais um século, sendo reavivada no período da Guerra Fria e estando presente em diversas obras de historiadores ligados a grandes universidades. Esse grupo – conhecido como tradicionalista - identificava nos interesses econômicos, sistemas culturais e instituições sociais os catalisadores do conflito. Porém, a guerra ainda era compreendida como inevitável<sup>10</sup>.

Por outro lado, os revisionistas consideravam a guerra uma carnificina desnecessária que poderia ter sido evitada pela via moral e política. Avery Craven, que escreveu entre 1920 e 1980, acreditava que o conflito poderia ter sido resolvido sem o combate armado - se os que comandavam tivessem percebido que paixão e orgulho não deveriam ditar o tom das negociações. Para este autor, as diferenças, os valores e as qualidades de uma sociedade urbana e industrial, como a nortista, não conseguiram coexistir com a estrutura agrária do sul, e isso – somado à incompetência dos negociadores – levou à guerra. Segundo Craven, posturas anti- ou pró-escravistas não passavam de ficções e não tiveram real importância no processo que levou à deflagração do conflito<sup>11</sup>.

Algo semelhante pensava James Randall, que entre 1920 e 1950 defendeu que a guerra fora desnecessária e fruto da incapacidade humana, da inaptidão dos governantes em resolver situações de crise criadas por pequenas minorias. Para ele, norte e sul eram apenas abstrações, e por isso a divisão entre as duas partes do país fora irracional. O fanatismo político havia se apoderado dos dois lados da contenda<sup>12</sup>.

Ainda assim, os historiadores que seguiram essa linha revisionista introduziram a ideia da agência humana como um elemento crucial na história da Guerra Civil – algo até então muito pouco discutido<sup>13</sup>. Desta maneira, do revisionismo emergiram outras vertentes historiográficas, tais como o neo-revisionismo e a história contrafactual.

O neo-revisionismo, mesmo alegando desprendimento do antigo revisionismo, ainda reiterava que os conflitos que levaram à secessão eram facilmente evitáveis. A abordagem da história contrafactual não difere deste pensamento. Contudo, esta abordagem foi praticamente abandonada nos últimos anos, sendo poucos os autores que ainda trabalham com este

---

<sup>9</sup> Idem, p.34-35.

<sup>10</sup> Idem, p.XV.

<sup>11</sup> Idem, p.35-43.

<sup>12</sup> Idem, p.43-52.

<sup>13</sup> Idem, p. XVI.

pressuposto. Entre eles, podemos destacar o trabalho de Daniel Crofts – que procurou compreender a lógica da secessão nos estados do *Upper South*.

Neste contexto, é notável também a contribuição do historiador Kenneth M. Stampp, que entre 1950 e 1990 procurou se afastar do revisionismo determinista abordando de forma crítica o movimento abolicionista e defendendo que o ingrediente volátil da sociedade escravista norte-americana era o comportamento absolutamente imprevisível dos escravos. Segundo ele, a ansiedade dos senhores de escravos com relação a possíveis revoltas, somada a interesses econômicos e práticas racistas, dominou de tal maneira os sulistas no pré-guerra que acabou por impeli-los a tomar decisões e fazer exigências que precipitaram uma série de confrontos separatistas – e estes, por sua vez, levaram à crise de secessão da década de 1860. A abordagem diferenciada de Stampp vai na contramão da maioria dos historiadores que, como ele, defendem a possibilidade do conflito ter sido evitado, pois estes geralmente, colocam o ônus do conflito sobre os nortistas – que supostamente teriam feito muito alarde por motivos superficiais<sup>14</sup>.

A teoria da inevitabilidade do conflito também foi revista em anos recentes. David. H. Donald - famoso por seu trabalho biográfico sobre Lincoln em 1995 - tem uma abordagem mais política e institucional das causas do conflito, defendendo que os Estados Unidos, em meados do século XIX, careciam de uma estrutura institucional mais sólida e de uma maior coesão social sendo justamente essas as causas da guerra. A partir disso, Donald constrói uma nova versão da teoria da inevitabilidade, adicionando a ela um novo conceito: o excesso de democracia. Para Donald, o problema dos Estados Unidos era a demasiada liberdade – desde a Revolução Americana – que levou ao individualismo, à desorganização e à criação de uma sociedade atomizada nos anos 1850<sup>15</sup>.

Desta maneira, percebe-se que grande parte da produção historiográfica norte-americana parte de uma bipolarização dos autores que se ocupam do tema da Guerra Civil e da escravidão. As discordâncias se dão quanto às origens do conflito, suas demandas e seu impacto no longo prazo. Porém, na maioria das vezes, elas estão centradas na questão da inevitabilidade – ou não - da guerra.

Entretanto, uma nova linha historiográfica, surgida na década de 1960, propõe compreender a escravidão não só como um sistema de trabalho e propriedade, mas como uma instituição que afetava a vida de todos, pautando valores e ações. Esta corrente se propõe a

---

<sup>14</sup> PERMAN, op. cit., p.113-128.

<sup>15</sup>Idem, p.57-70.

trabalhar de forma mais sensível o trauma da escravidão, assumindo o vínculo entre a abolição e a guerra e tratando de desvendar seus meandros. É exatamente nesta linha que o presente trabalho pretende se inserir.

Pesquisadores como Howard Zinn – autor do clássico *A People's History of United States*<sup>16</sup> -, Eugene Genovese – autor de *Roll Jordan Roll, the world the slaves made*<sup>17</sup> e outras diversas obras sobre a escravidão e o período pré e pós guerra -, Elizabeth Fox-Genovese – referência nos estudos de gênero durante o período de guerra e Reconstrução, autora de obras como *Within the plantation household: black and white woman of the Old South*<sup>18</sup> -, Eric Foner – autor de obras importantes como *Nada Além da Liberdade. A emancipação e seu legado*<sup>19</sup> e *The Fiery Trial: Abraham Lincoln and American Slavery*<sup>20</sup> -, Ira Berlin, Edward Redkey e Leslie S. Rowland – organizadores da obra *Freedom's Soldiers The Black Military Experience in the Civil War*<sup>21</sup>, David Brion Davis – autor do premiado *O Problema da Escravidão na Cultura Ocidental*<sup>22</sup> -, David Blight – que desenvolveu um estudo minucioso do impacto da secessão na construção da memória norte-americana em *Race and Reunion: the Civil War in American memory*<sup>23</sup> -, e outros, procuram compreender aspectos do processo histórico de emancipação dos escravos através do olhar daqueles que vinham dos estratos mais baixos da sociedade, apreendendo a variedade e complexidade de suas experiências. Esses autores propõem uma saída ao dualismo interpretativo estabelecido na historiografia pensando a guerra como um "antagonismo multifacetado", no qual o principal ponto de desacordo versava a respeito da destruição da escravidão<sup>24</sup>.

---

<sup>16</sup> ZINN, HOWARD. *A People's History of United States, 1942-present*. New York: HeaperColling, 2001.

<sup>17</sup> GENOVESE, Eugene. *Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made*. New York: Pantheon Books, 1974

<sup>18</sup> FOX-GENOVESE, Elizabeth. *Within the plantation household: black and white woman of the Old South*. Chapel Hill (NC):The University of North Carolina Press, 1988.

<sup>19</sup> FONER, Eric. *Nada Além da Liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1983.

<sup>20</sup> \_\_\_\_\_; *The Fiery Trial: Abraham Lincoln and American Slavery*. New York: W.W Norton & Company, 2010.

<sup>21</sup> BERLIN, Ira; REIDY, Joseph P; ROWLAND, Leslie S. (Org.). *Freedom's Soldiers:The Black Military Experience in the Civil War*. New York: Cambridge University Press, 1998

<sup>22</sup> BRION DAVIS, David. *O Problema da Escravidão na Cultura Ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>23</sup> BLIGHT. David W. *Race and Reunion: the Civil War in American memory*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2001.

<sup>24</sup> ZINN, Howard. *A People's History of United States, 1942-present*. New York: Heaper Colling, 2001; GENOVESE, Eugene. *Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made*. New York: Pantheon Books, 1974; FOX-GENOVESE, Elizabeth. *Within the plantation household: Black and White women of the Old South*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1988; FONER, Eric. *Nada Além da Liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983; FONER, Eric. *The Fiery Trial: Abraham Lincoln and American Slavery*. New York: W.W Norton & Company, 2010; BERLIN, Ira; REIDY, Joseph P; ROWLAND, Leslie S. (org.). *Freedom's Soldiers: The Black Military Experience in the Civil War*. New York: Cambridge University Press, 1998; BRION DAVIS, David. *O Problema da Escravidão na Cultura Ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; BLIGHT. David W. *Race and Reunion: the Civil War in American memory*. Cambridge – MA: Harvard University Press, 2001.

Ao tratar das causas da guerra, Eugene Genovese procura demonstrar que o conflito seccional na América era parte de um processo muito maior em curso no século XIX. No trabalho desenvolvido em conjunto com Elizabeth Fox-Genovese na obra *Fruits of Merchant capital: slavery and bourgeois property in the rise and expansion of capitalism*<sup>25</sup>, os autores procuraram mostrar que a guerra de secessão era uma disputa de poder: de um lado estava a aristocracia proprietária – o que inclui alguns senhores de escravos - e de outro a burguesia comercial ascendente. A guerra de secessão fora, portanto, produto direto deste embate entre os senhores de escravos sulistas – engajados em uma contraofensiva internacional contra o espraiamento da burguesia - e o mundo moderno. Assim, do ponto de vista dos nortistas, os senhores sulistas – cegos pela sede de poder sobre outros seres humanos – haviam se tornado intransigentes e incapazes de chegar a um acordo. Da perspectiva sulista, os nortistas estavam inclinados a ameaçar a propriedade sulista e sua ordem social, compreendendo a escravidão como uma espécie de doença moral. A separação era moral, e esse tipo de separação – segundo os autores – é o tipo de coisa que leva um país a se engalfinhar por cinco anos em uma sangrenta Guerra Civil<sup>26</sup>.

O cientista político Barrington Moore Jr, em sua obra *Social Origins of Dictatorship and Democracy*<sup>27</sup>, pensa que a Guerra Civil americana foi a última das revoluções capitalistas. Assim como Eugene e Elizabeth Genovese, Moore aplica conceitos e categorias marxistas em uma análise comparativa entre o contexto político-econômico europeu e o norte-americano durante a Guerra Civil. Assim como Charles e Mary Beard, ele vê a secessão como um conflito entre classes com contornos morais acerca da questão escravista. Moore Jr defende que não havia nenhum motivo abstrato para a guerra, apenas circunstâncias históricas específicas que possibilitaram o conflito. Não que ele descarte a força dos princípios morais envolvidos, mas considera que esses aspectos são incompreensíveis sem as estruturas econômicas que lhe dão suporte. Nesta perspectiva, a questão fundamental não giraria em torno do conflito moral que envolvia a perpetuação do modo de produção escravista, mas teria relação com a máquina do governo federal e com quem ela beneficiava mais. Portanto, a questão do poder era fundamental - e isso fez com que o tema da escravidão nos territórios<sup>28</sup> também ganhasse importância.

---

<sup>25</sup> FOX-GENOVESE, Elizabeth; GENOVESE, Eugene D. *Fruits of merchant capital: slavery and bourgeois property in the rise and expansion of capitalism*. New York: Oxford University Press, 1982. In: PERMAN, Michael (org). *The Coming of the American Civil War*. D.C Heath, Lexington – MA, 1993

<sup>26</sup> PERMAN, op. cit., p. 131-142

<sup>27</sup> MOORE JR., Barrington. *Social Origins of Dictatorship and Democracy*. Boston: Beacon Press, 1966.

<sup>28</sup> Ver léxico no Anexo I.

Assim, segundo Moore Jr, a causa da guerra foi o crescimento de dois sistemas econômicos diferentes – mas ainda capitalistas – que levaram ao desenvolvimento de duas sociedades que tinham diferentes visões da escravidão. Desta maneira, o autor defende que foi o advento da guerra e a vitória do norte que possibilitou aos Estados Unidos tornarem-se uma sociedade capitalista liberal, caracterizada pela adoção de valores democráticos e de uma economia de mercado.

Notavelmente, a análise de Moore Jr. se aproxima daquela realizada pelos revisionistas, sobretudo porque ele também aponta a existência de conflitos de interesses internos em cada estado da federação. Desta maneira, foram debates intraestaduais que definiram os rumos da secessão, e não a disputa entre trabalho livre e escravo – uma vez que não havia conflito econômico real entre esses dois sistemas de trabalho instalados em áreas tão geograficamente distintas.

Moore Jr também realizou uma minuciosa crítica sobre a historiografia da secessão, identificando a existência de três grandes linhas interpretativas: aquela que compreende a guerra como um conflito fundamentalmente moral sobre a escravidão; aquela que acredita que todas as demandas do conflito eram plenamente negociáveis; e, por fim, aquela que compreende que a máquina política que mantinha o consenso nos Estados Unidos faliu - e isso proporcionou a existência de um conflito armado de grandes proporções.<sup>29</sup> Afastando-se destas abordagens historiográficas, Moore Jr. encontra-se entre os autores que enfatizam a análise de questões econômicas. Nesta corrente podemos incluir também os escritos do pesquisador de história econômica Gavin Wright.

Partindo da análise estatística, Wright atenta para o panorama da grande lavoura algodoeira norte-americana em fins da década de 1850. Segundo ele, nesta época os escravos e o algodão eram produtos muito caros, a oferta de cativos havia diminuído sensivelmente, o solo dava sinais de exaustão e a expansão territorial sulista era uma necessidade econômica. Neste contexto, pensar que a escravidão iria desaparecer rapidamente era uma ilusão.

Desta maneira, Wright pretende – com a ajuda da história econômica – propor um olhar diferente sobre a velha questão da eclosão da guerra. Para ele,

A principal tarefa da interpretação econômica deve ser de mostrar como a estrutura da economia interessa e incentiva, encorajando indivíduos a se mobilizarem politicamente, e como uma lógica não compreendida de interesses e coalizões levou os representantes políticos a perseguirem certas linhas de ação<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> MOORE JR., op. cit., p. 142-153.

<sup>30</sup> WRIGHT, Gavin. The political economy of the cotton South. Households, markets, and wealth in the Nineteenth Century. Apud: PERMAN, op. cit., p. 155. Tradução nossa.

Assim, Wright defende – ao contrário de Moore Jr. – que não há razões para que as interpretações econômicas da guerra se afastem da economia da escravidão, uma vez que o embate sobre este tema convergiu numa união regional sobre a legislação econômica. Ele afirma que a essência da lucratividade da escravidão estava no valor financeiro da propriedade escrava; diferentemente do trabalho livre, o escravo tinha seu valor definido pela eficiência do mercado regional - independentemente da colheita, produtividade e desenvolvimento local. Desta maneira, o valor da propriedade escrava teria se tornado um fator de unidade entre os diferentes estados do sul.

Partindo deste pressuposto, Wright desenvolve uma análise bastante interessante sobre o papel do senhor de escravos. O autor afirma que o senhor de escravos não era – como muitos defendem – um investidor. Ao contrário, sua função era especulativa. Ou seja, era um intermediador que se aproveitava da oscilação de preços para ganhar dinheiro. Com o valor da propriedade escrava tão alto no pré-guerra, essa ação dos senhores passou a sofrer também interferência política, revelando uma nova dimensão do comércio de escravos: a psicológica. Com o preço dos cativos tão elevado, esse valor gerava uma determinação psicológica ao criar expectativas. Essas expectativas, por sua vez, intervinham no preço das escravarias, pois elas chegavam à esfera política e afetavam a legislação que regulava a ação deste sujeito no contexto da economia regional<sup>31</sup>.

Conforme visto, um grande número de autores norte-americanos atrela sua produção à análise de aspectos econômicos. Contudo, sobretudo nos últimos anos, novos pesquisadores têm colocado outros temas no foco de suas análises. Neste contexto, vale citar a obra de James McPherson. Esse autor procurou trabalhar a origem das divergências entre as diferentes regiões do país partindo do pressuposto de que o norte se afastou do sul por ter tornado a ideologia do trabalho livre sua força política dominante na década de 1860. Além disso, o norte era o lar da maior parte da população do país, com uma composição muito mais cosmopolita e heterogênea em comparação com o sul.

O sul, na análise de McPherson, tinha como característica a adoção de uma postura defensiva-agressiva tanto na política quanto no cotidiano dos sulistas comuns. Com o passar dos anos e o acirramento dos ânimos e das disputas com os nortistas, as lideranças políticas sulistas foram dando maior ênfase à ordem, reiterando ameaças e coibindo a população escrava através da violência. Segundo o autor, isso nada mais era do que a resposta natural do sul à ameaça que o norte representava ao republicanismo original – aquele idealizado pelos Pais

---

<sup>31</sup> PERMAN, op. cit., p. 154-164.

Fundadores que também eram grandes proprietários. Ou seja, segundo McPherson o conceito sulista de republicanismo não havia mudado, mas o nortista sim.

Assim, o sul tornou-se o local da resistência, defensor de uma contrarrevolução preventiva que impedisse uma revolução negra, protegendo os direitos naturais, os valores constitucionais, a supremacia branca e o conservadorismo. Mesmo o norte romantizava os sulistas: para parte dos nortistas, eles seriam uma resposta natural a um processo de acelerada mudança.

Desta maneira, McPherson aponta para o fato de que o norte também construiu representações sobre o sul. Assim como este autor, na presente pesquisa compreendemos que, apesar de terem abordagens e leituras diferentes, norte e sul lutavam por ideais que acreditavam ser constitucionais, existindo uma disputa entre as duas regiões pelos símbolos da nação – daí a importância da historiografia se voltar para este tema.

Partindo desta concepção, McPherson desenvolveu, sobretudo no artigo *Ante-bellum Southern Exceptionalism: A new look at a old question*<sup>32</sup>, a teoria do excepcionalismo nortista. Em contraponto a uma velha teoria que pregava o excepcionalismo sulista – que acreditava que o sul possuía uma identidade única e separada do resto do país –, McPherson procura demonstrar que era a proposta de rompimento do norte que continha um elemento excepcional, não o desejo de continuidade do sul. Desta maneira, ele também se opõe à teoria assimiladora – ou da similaridade objetiva - que afirma que a separação entre norte e sul era apenas subjetiva<sup>33</sup>.

Aprofundando-se no tema da identidade sulista, o autor Kenneth Greenberg parte da ideia de que essa identidade possuía caráter nacional, reflexo de uma cultura política informal e da vida pública típica do sul. Para a maioria dos brancos desta região foi fácil aceitar a ideia da secessão como algo positivo, como a remoção de um câncer da nação, uma espécie de ritual de purificação<sup>34</sup>. Segundo Greenberg, “Talvez em nenhum outro momento da história americana tantas pessoas expressaram desilusão com os líderes políticos e partidos como no sul às vésperas da secessão”<sup>35</sup>.

---

<sup>32</sup> McPHERSON, James M. *Ante-bellum Southern Exceptionalism: A New Look at an Old Question. Drawn with the Sword: Reflections on the American Civil War*. Oxford: Oxford University Press, 1996. p. 3-23.

<sup>33</sup> PERMAN, op. cit., p.188-202.

<sup>34</sup> Idem, p. 203-224.

<sup>35</sup> GREENBERG, KENNETH S. *Masters and Statesmen: The Political Culture of American Slavery*. Baltimore/London: The John Hopkins University Press, 1985, p.107-135. Apud: PERMAN, op. cit., p. 224. Tradução nossa.

Na premiada obra *Race and Reunion: The Civil War in American memory*<sup>36</sup>, David Blight também procurou explorar a questão identitária da guerra, realizando uma análise primorosa sobre as memórias criadas a partir do conflito, apontando que pelo menos duas memórias estavam em jogo no pós-guerra. A primeira remete ao renascimento e tem um plano de reconstrução da nação em nome da liberdade e da igualdade – remetendo ao famoso discurso de Lincoln em Gettysburg: além disso, a narrativa particular da história americana prevê a incorporação de tragédias como a guerra. A segunda remete à reconciliação e defende que a guerra era irrepressível, parte da marcha irresistível da história.

O autor ainda aponta para a criação peculiar da memória da guerra entre os sulistas. No sul o “mito da causa perdida” foi bastante popular. Os nortistas eram vistos como bárbaros e a escravidão como benevolente, sendo que o peso da questão escravista era atenuado. Todavia, para Blight, a ideia de que o sul estava unido em prol de uma causa é uma construção da memória, ou seja, ela nunca existiu verdadeiramente. Contudo, para quem abraçava o mito da causa perdida sulista, a guerra havia sido fruto do extremismo nortista que queria varrer da terra o modo de vida romântico cultivado no sul.

Blight aproxima-se da análise de McPherson ao reconhecer que o mito da causa perdida do sul também encontrou eco entre alguns nortistas. Não foram poucos os moradores do norte que abraçaram uma visão romântica do sul em oposição ao modernismo nortista. Além disso, organizações como a União das Filhas da Confederação também trataram de divulgar por todo o país o mito da causa perdida.

Seguindo uma abordagem semelhante, Bertram Wyatt-Brown desenvolveu a ideia de que os sulistas sofriam ataques morais dos nortistas – sendo isso bastante problemático em uma sociedade que dava tanto valor à honra. Para ele, o sul tinha uma sociedade diferente daquela que existia no resto do país – e não só pela escravidão. Contudo, os ataques nortistas se focaram principalmente neste tema, incitando sentimentos de raiva e indignação na opinião pública a partir da defesa antiescravista. O sul, por sua vez, via no antiescravismo um ato de traição e incitamento à insurreição.

Entre estas novas abordagens historiográficas da Guerra Civil também estão aquelas que se aproximam da história do direito, como é o caso de Phillip Paludan. Para este autor, a Guerra Civil foi, basicamente, uma crise de lei e ordem. Contudo, é necessário olhar para além dos limites da capital Washington, procurando entender, a partir das atitudes e prioridades da

---

<sup>36</sup> BLIGHT. David W. *Race and Reunion: the Civil War in American memory*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2001.

sociedade nortista, os elementos que tornaram impossível para as pessoas comuns do norte ignorarem a ação sulista. Em uma abordagem bastante frutífera, Paludan parte da ideia de que não se pode analisar a estrutura da sociedade e o significado de nacionalidade sem se debruçar sobre a experiência diária das pessoas com seu governo. Além disso, o autor procura adentrar o nível das subjetividades nortistas, buscando compreender que motivos levavam os nortistas comuns a pegarem em armas pela União, que experiências diárias podem ter impellido essas pessoas a responderem aos apelos vindos de Washington.

Para tanto, ele parte da ideia de que o sul não conseguiria sobreviver sem a escravidão – o que acabou ajudando a definir os rumos do conflito. Assim, enquanto o norte ainda estava contestando a secessão, o sul já se preparava e arquitetava os primeiros movimentos do conflito armado. Porém, o norte contava com um elemento único quando se tratava de mobilização de forças: o governo nortista no pré-guerra não era entendido, pela maioria das pessoas, como “eles”, mas sim como “nós”. Além disso, as lealdades partidárias republicanas eram muito significativas.

Contudo, o que – ao fim e ao cabo – levou à guerra, na visão de Paludan, foi mesmo o apego profundo dos nortistas a noções de lei e ordem. E nesse quesito eles não eram nada pacíficos. Para a maior parte dos nortistas, a destruição da União significava a destruição da legislação e do autogoverno. Cabia aos americanos, àqueles que se sentiam ligados por suas instituições, postar-se contra o movimento separatista do sul. Além disso, algumas características da democracia americana colaboraram para exacerbar os ânimos no norte – como, por exemplo, a existência de uma certa tradição vigilante dos americanos com relação à manutenção da ordem, e uma crença de que individualmente cada um era responsável pela preservação da estabilidade do país<sup>37</sup>.

Também no campo da história do direito, Arthur Bestor é um dos autores mais importantes entre os que defendem a importância da escravidão no cenário pré-guerra, asseverando que a questão escravista tinha sido o principal ponto de desacordo entre nortistas e sulistas. Partido do pressuposto da guerra como uma crise constitucional, o autor afirma que desde 1845 – quando ocorreu a anexação do Texas à federação – os Estados Unidos vinham sofrendo uma série de crises constitucionais que se agravaram com os debates sobre a melhor forma de ocupar o oeste, chegando a paralisar todo o funcionamento constitucional do país.

---

<sup>37</sup> PERMAN, op. cit., p.300-313.

Para Bestor, entre 1861 e 1865, “esta crise constitucional particular foi transformada em outra: chamada de secessão”<sup>38</sup>.

Para Bestor, a natureza da crise constitucional que se instalou nos Estados Unidos era tão diversa que é até mesmo difícil encontrar a denominação correta para ela. Segundo o autor, Guerra Civil não seria o termo mais apropriado, muito menos rebelião ou guerra entre estados. A crise é, na verdade, uma guerra entre entidades pré-existentes de duas federações formadas pela mesma tradição. Assim, só uma análise detida na forma pré-existente da constituição poderia explicar o conflito armado.

A obra de Bestor é importante porque busca introduzir a ideia de interação entre eventos históricos, salientando que o evento da guerra fora consequência da interação de forças, de embates, de conflitos e rupturas. Para Bestor, “a explicação histórica é, necessariamente, uma explicação dessas interações”<sup>39</sup> e da descoberta de padrões entre elas. Segundo o autor, “Cada fator individual deriva sua significância da posição que ocupa em uma estrutura complexa de inter-relações”<sup>40</sup>. Essas concepções foram fundamentais para vários trabalhos posteriores, sobretudo aqueles inseridos na linha historiográfica assumida pela presente pesquisa.

Além disso, Bestor identifica as principais demandas do período anterior à guerra: política econômica, escravidão, gestão sobre os territórios e interpretação constitucional. Para ele, a escravidão era uma instituição em expansão que pressionava o governo a legislar a respeito dos territórios. A organização desses espaços e a admissão de novos estados eram problemas, essencialmente, do fazer constitucional. Logo, segundo Bestor, a própria instituição escravista havia se tornado um problema constitucional.

Bestor utiliza o censo populacional de 1860 para apontar para a fragilidade da escravidão nos territórios. Tendo em vista esse panorama, salienta-se o ataque indireto à escravidão, uma vez que só se discutia seu fim em territórios nos quais ela nem possuía força, ao passo que não se debatia sua existência forte e reprodução social nos estados. Segundo a visão de Bestor, isso ocorreu em consequência de uma certa estrutura constitucional que impunha barreiras à proibição da escravidão, embasando-se em uma complexa e intrincada doutrina de soberania dos estados que tinha como corolário o direito à secessão. Esta interpretação sobre a influência e importância do sistema federalista na eclosão da guerra é

---

<sup>38</sup> BESTOR, Arthur. The American Civil War as a Constitutional Crisis. *American History Review*, v. 69, n. 2, p.327-351. Apud: PERMAN, op. cit., p.70-71. Tradução nossa.

<sup>39</sup> Idem, p. 74. Tradução nossa.

<sup>40</sup> Idem, p. 74. Tradução nossa.

assumida no presente trabalho, que também compreende o impacto da soberania dos estados no cenário político que antecedeu o conflito.

Bestor ainda aponta para a ação tímida do Congresso e do presidente com relação à escravidão. Ambos realizavam apenas pequenos ataques indiretos à instituição escravista—como, por exemplo, impedir que ela chegasse aos territórios e legislar para coibir o tráfico. Além disso, a discussão sobre os limites do poder congressional cresceu exponencialmente, tornando-se também uma questão constitucional. Paralelamente, Lincoln não possuiu força suficiente para apaziguar os ânimos em torno de uma questão fundamental: a constituição teria ou não o poder de decisão sobre a escravidão nos territórios? Segundo Bestor, é precisamente esta questão que levou à ruína da União<sup>41</sup>.

Procurando compreender questões semelhantes, David Potter afirma que muitos republicanos, inclusive Lincoln, menosprezaram a amplitude da secessão, considerando-a um fenômeno superficial. Eles acreditavam que os separatistas não representavam o sentimento do resto da população sulista - que não demoraria a descobrir as inverdades perpetradas pelos democratas. Além disso, eles depositaram muito da confiança em manter a União na mãos dos unionistas sulistas, porém estes eram muito poucos, e achar que eles poderiam impedir a guerra não passou de uma ilusão. Enquanto isso, os grupos poderosos que comandavam os estados do sul passavam a confiar, cada vez mais, no ilimitado poder estadual de desmembrar-se da federação<sup>42</sup>.

Em contraponto a essa visão está a obra de Kenneth M. Stampp. Em resposta clara ao raciocínio de Potter, Stampp afirma que Lincoln sempre trabalhou com a probabilidade da guerra e não se propôs – em nenhum momento – a evitá-la. Bem mais do que a conciliação, Lincoln e seus partidários desejavam mostrar uma tomada firme – porém não provocativa - de posição. Para Stampp esta estratégia presidencial é clara e teve resultados positivos para os nortistas, uma vez que obrigou o sul a dar os primeiros tiros da guerra. Não que Lincoln e os republicanos quisessem provocar a guerra, mas eles não eram nada ingênuos e iludidos como na análise de Potter.

Stampp também critica a ideia de que muitos republicanos estavam convencidos de que os sulistas conclamavam a secessão por motivos banais, logo, acreditavam que a divisão do país não passava de uma chantagem política. O panorama era muito mais complexo do que isso. Em sua análise, ele chama a atenção para o fato de que os republicanos começaram a achar que

---

<sup>41</sup> PERMAN, op. cit, p. 75-85.

<sup>42</sup> Idem, p.276-286.

governo federal deveria tomar medidas mais enérgicas para fazer valer as leis que reprimiam os separatistas. Enquanto isso, os democratas começaram a perceber que a guerra era iminente – não porque torcessem por sua eclosão, ao contrário, era justamente porque desejavam profundamente um compromisso que conseguiram vislumbrar que ele não aconteceria.

Neste panorama, muito poucos acreditavam na amplitude da influência unionista no sul. Stampf – assim como Potter - afirma que eram os republicanos que não desejavam um compromisso ou uma secessão pacífica, preferindo reforçar leis coercitivas – em grande parte por receio de que um acordo com os democratas abalasse de forma tão profunda a organização partidária republicana que os levasse à ruína, assim como havia ocorrido com os *whigs*<sup>43</sup>.

Entre os autores que se debruçaram sobre a análise dessas vicissitudes partidárias nos Estados Unidos à época da guerra está Eric Foner. Sobretudo na obra *Politics and Ideology in the Age of Civil War*<sup>44</sup>, Foner dá ênfase aos republicanos, partindo da ideia de que nem todos os partidos políticos são naturalmente pragmáticos e oportunistas e que nem sempre eles sabem o que fazer em situações de crise. Para este autor, é bastante clara a inaptidão do sistema político-partidário americano em lidar com as ideias e demandas divergentes que surgiram com força na década de 1850.

A partir disso, Foner se debruça sobre a análise da disputa ideológica entre os diferentes partidos no contexto de guerra, salientando o papel dos republicanos como único partido apto a se opor à ideologia sulista de subordinação dos demais estratos sociais a uma elite proprietária. Os republicanos haviam abraçado a ideia da mobilidade social e do individualismo competitivo - e isso os ajudou no embate ideológico contra os democratas. Além disso, a defesa da escravidão pela maioria dos democratas sulistas ajudou a moldar o antiescravismo republicano. Assim, Foner aponta que no final da década de 1850 os republicanos já haviam sido bem-sucedidos no desenvolvimento de uma ideologia corrente que – a despeito das divergências internas – havia incorporado valores, esperanças e medos da maioria dos nortistas.

Notavelmente, Foner coloca a questão escravista no centro de suas análises, apresentando a ideia de que, desde os Pais Fundadores, procurou-se manter o tema da escravidão fora da política nacional. Isso não foi suficiente para suprimir os conflitos, segundo Foner, porque a guerra já estava em curso muito antes de os primeiros tiros serem disparados. A constituição idealizada pelos federalistas e o sistema político norte-americano haviam

---

<sup>43</sup> Idem, p.293-299.

<sup>44</sup> FONER, Eric. *Politics and Ideology in the Age of the Civil War*. New York : Oxford University Press, 1980.

falhado na árdua tarefa de construir uma nação – e só a Guerra Civil conseguiria essa unificação<sup>45</sup>.

Outro historiador proeminente quando o assunto é política partidária em tempos de guerra é Michael Holt. Repudiando a visão tradicional de que a questão escravista destruiu os partidos, Holt aponta para relevância da questão que definiu os rumos da política americana, uma vez que “Precisando de novos temas para revitalizar suas organizações partidárias, líderes políticos viram na questão escravista uma verdadeira alternativa”<sup>46</sup>.

A partir disso, Holt afirma que muito da história da eclosão da guerra é a história dos esforços bem-sucedidos de republicanos do norte e democratas do sul em manter o conflito seccional no centro do debate político. Deste embate saiu vitorioso o norte muito mais por aquilo a que os republicanos se contrapunham – a expansão da escravidão – do que pelo que apoiavam.

Segundo Holt, a maioria dos historiadores - quando tentam explicar a crise política que culminou no conflito armado – falam sobre o colapso do velho sistema partidário e a ascensão dos republicanos, a perda de fé nos políticos, o desejo de reforma e sua relação com a ideologia republicana, mas de uma forma ou de outra, sempre mantêm os conflitos sobre a escravidão circunscritos ao campo político. Ele aponta que essa interpretação reitera a ideia de que a escravidão era muito mais uma preocupação da política nacional das elites do que dos eleitores<sup>47</sup>.

É exatamente na contramão desta ideia que se insere este trabalho. Assumindo que os Estados Unidos em meados do século XIX eram uma sociedade escravista, na qual a economia, a política e a vida social se organizavam em termos da função estrutural da escravidão, procuraremos demonstrar como a questão escravista extrapolou os corredores apinhados de políticos brancos e ricos do Congresso e inundou o país como um todo. Além disso, o presente trabalho pretende lançar luz sobre as ações individuais e coletivas de escravos e libertos que sempre procuraram influenciar a política dos brancos a seu favor, enfrentando inúmeros reveses, mas, por vezes, logrando algum benefício.

Percebemos que, ao longo dos anos, a historiografia da secessão se preocupou muito mais em analisar os fatos que levaram à eclosão da guerra, deixando em segundo plano o estudo dos diferentes atores que nela agiram. Só muito recentemente novas abordagens historiográficas

---

<sup>45</sup> PERMAN, op. cit., p.172-188.

<sup>46</sup> HOLT, Michael F. Party Breakdown and the Coming of the Civil War” In: HOLT, Michael F. *The Political Crisis of the 1850s*. New York: John Wiley and Sons, 1978, p. 9-99. Tradução nossa.

<sup>47</sup> Idem, p.90-102.

têm se proposto a contar a história dos anos de opressão escravista e de sua relação com o conflito seccional a partir da visão de escravos e libertos que vivenciaram este conturbado período e deixaram suas impressões em diários e cartas.

Assim, ao longo das próximas páginas, procuraremos demonstrar que a terrível carga física e emocional de um sistema tão brutal quanto o escravista levou muitos cativos a desenvolverem um profundo senso de compromisso com a emancipação, tornando-se testemunhos da força que um ideal de liberdade pode ter. Para tanto, definimos como marco referencial o trabalho de Sidney Chalhoub em “Visões de Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte”.<sup>48</sup> Tratando do caso brasileiro, Chalhoub trabalha com a possibilidade de identificar e compreender visões da liberdade e da escravidão a partir da recuperação das concepções, lutas, sentimentos e atitudes das personagens históricas. Ser escravo não impedia o cativo de tomar atitudes e criar visões próprias sobre sua condição, mas tampouco fazia de todos eles bravos guerreiros a favor da liberdade. Dessa forma, é preciso considerar que escravos e libertos produziam seus próprios valores, resultantes de experiências particulares e coletivas. É preciso voltar o olhar para as pequenas diferenças, desvios, nuances que existem em um grupo onde, a princípio, só se via homogeneidade – como uma tropa, por exemplo.

Tendo em vista essa orientação, o pesquisador volta-se para as fontes, para o trabalho investigativo intenso que possibilita dar voz às pessoas do passado. Sob a perspectiva defendida por Chalhoub, mesmo os documentos que em um primeiro momento aparentam não ter potencial para revelar muitas informações importantes são também vestígios que auxiliam o historiador na tarefa de tentar, minimamente, adentrar o universo singular e complexo da vida e dos sentimentos das pessoas do passado, compreendendo como indivíduos ou grupos inteiros pensavam os acontecimentos contemporâneos a eles<sup>49</sup>.

Na presente pesquisa nos voltaremos para a análise da correspondência pessoal de soldados, familiares, comunidades negras, oficiais e religiosos que vivenciaram a guerra e a emancipação. A partir dessas missivas, buscaremos apreender anseios e aspirações de soldados e civis negros, bem como suas visões sobre a liberdade e a escravidão. A documentação é oriunda de dois conjuntos documentais: a obra *A Grand Army of Black Men – Letters from African-American Soldiers in the Union Army, 1861-1865*<sup>50</sup>, organizada por Edwin Redkey, e

---

<sup>48</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

<sup>49</sup> Idem, p. 16.

<sup>50</sup> REDKEY, Edwin S (org.). *A Grand Army of Black Men – Letters from African-American Soldiers in the Union Army, 1861-1865*. New York: Cambridge University Press, 1992

o projeto *Freedmen and Southern Society*<sup>51</sup> da Universidade de Maryland, que mantém disponível em seu acervo on-line um número considerável de missivas do período escolhido para este estudo.

A análise dessa documentação foi realizada em duas etapas: inicialmente realizamos uma primeira triagem, selecionando 99 missivas de um conjunto maior de, aproximadamente, 200 cartas. Essas cartas foram selecionadas por versar sobre os quatro temas que buscamos compreender melhor em nossa análise: a ação de Abraham Lincoln, a violência do combate, a religiosidade na guerra e o patriotismo estadual e regional.

Em seguida passamos ao trabalho de análise qualitativa dessa documentação. Buscando compreender os contextos nos quais essas correspondências estão inseridas, procuramos apurar informações gerais sobre a origem da missiva, bem como seu destino e dados sobre o autor.

A pesquisa se restringe às missivas de soldados federais em campanha pelo norte ou em ocupações no sul, sobretudo pela dificuldade de encontrar documentação semelhante para o caso sulista disponível on-line ou compilada em obras como aquela organizada por Edwin S. Redkey. De forma geral, os boicotes e bloqueios da guerra, bem como o número diminuto de escravos e libertos letrados no sul, afetaram a produção de missivas entre os soldados negros confederados. No norte, a maioria dos soldados negros recebia alguma instrução. Notavelmente, nos acampamentos federais a presença de algum tipo de escola era sempre certa. Ensinar aos negros as primeiras letras era fundamental para o sucesso da União, pois a leitura de manuais de guerra auxiliava numa preparação mais rápida e apurada dos soldados – o que foi, de fato, determinante para a vitória nortista.

Buscando, também, perceber como o processo de formação do estado moderno americano – que se dá com a guerra – é percebido na base da sociedade, compreendendo qual foi a recepção das leis e das políticas do governo federal norte-americano entre os soldados, seus familiares e as comunidades de escravos e libertos, nos voltamos para nossas fontes secundárias, quais sejam os atos oficiais, emendas constitucionais e proclamações, emitidas pelo presidente Abraham Lincoln. A leitura dessa documentação e a análise das principais decisões políticas com relação aos negros no período de secessão pode nos ajudar a perceber mais detalhadamente como o processo de formação de um estado moderno, a partir de uma sangrenta Guerra Civil, afetou a vida dessas pessoas e porque tantas delas decidiram abandonar tudo e lutar pelo norte. A recepção das leis entre os negros era em geral muito positiva, enquanto a de democratas, senhores de escravos e da população branca sulista em geral, era

---

<sup>51</sup>*Freedmen and Southern Society Project*: <http://www.freedmen.umd.edu/index.html> Acesso em: 30/07/2014

absolutamente negativa. Esses escravos e libertos estavam inseridos em uma sociedade que se debatia com a ameaça ao seu modo de vida baseado em ideais aristocráticos e escravocratas. Neste contexto, eles lutaram – cada qual ao seu modo – contra essa sociedade opressiva, criando estratégias variadas de obtenção da liberdade e igualdade de direitos, inclusive em espaços nos quais sua participação estava vetada.

Inúmeros escravos e libertos tentaram se inserir ou influenciar, por exemplo, os poderes executivo e judiciário. Alguns deles lograram sucesso e respeito, intervindo nas esferas mais altas do poder. Paralelamente, havia aqueles que pressionavam senhores de escravos e autoridades políticas por meio de motins, revoltas e rebeliões. Com estas ações coletivas eles chamaram a atenção de governantes e abolicionistas – que viram nestes movimentos o impulso necessário para engajar-se na causa da abolição. Partindo disso, procuraremos demonstrar como a ação individual e coletiva de escravos e libertos e seu ingresso nas forças armadas mudaram o sentido da guerra, transformando-a em uma guerra por liberdade e pela chance de viver em igualdade. Portanto, buscaremos problematizar o fato de que o ingresso em uma tropa significava, muitas vezes, uma possibilidade de melhoria nas condições de sobrevivência dos escravos, ou ex-escravos, e de seus dependentes.

As cartas que serão aqui analisadas são de uma riqueza e de uma densidade únicas, podendo revelar detalhes da vida e da forma de pensar e sentir dos soldados negros da Guerra Civil, de suas famílias, comandantes e capelães.

Esse tipo de documentação nos auxilia na compreensão das racionalidades e sentimentos dos negros com relação à liberdade e à escravidão, auxiliando no trabalho de reconstrução de suas percepções sobre processos que envolviam a possibilidade de alforria. Para tanto, é necessário articular à leitura das fontes o desejo de compreender os determinantes, as nuances, das mudanças e permanências do processo histórico. Desta forma, o pesquisador passa a juntar fragmentos, interpretando e compreendendo seus significados, voltando-se para detalhes esquecidos. Podem ser esses pormenores, esses detalhes sutis, a chave para o historiador acessar realidades passadas e entender como as pessoas que nela viviam compreendiam seus aspectos. É preciso voltar-se justamente para aquilo que é impreciso, indeterminado e imprevisível se quisermos compreender como os agentes históricos do passado viam suas próprias lutas<sup>52</sup>.

Tendo em vista essa perspectiva, Chalhoub critica as explicações estritamente econômicas da escravidão. Para o autor, limitar a explicação de um trauma histórico a aspectos econômicos resulta “(...) da postulação de uma espécie de exterioridade determinante dos rumos

---

<sup>52</sup> Idem, p. 20.

da história, demiurga de seu destino – como se houvesse um destino histórico fora das intenções e das lutas dos próprios agentes sociais.<sup>53</sup>”

Lidar com um trauma histórico é um trabalho complexo e difícil. Segundo Rusen, ao tratar de um trauma o historiador tem que utilizar o sofrimento também como um conceito-chave no procedimento de interpretação histórica<sup>54</sup>. Desta maneira, pensamos que narrando a vida e a luta daqueles que sentiram os horrores do cativeiro tem-se a oportunidade de superar o etnocentrismo, a dor e o trauma que a escravidão significa na história. Conforme explicitado por Paul Ricoeur, "As penas, sejam elas quais forem, tornam-se suportáveis se as narrarmos ou fizermos delas uma *história*"<sup>55</sup>.

Experiências históricas traumáticas, como a escravidão, criam uma relação desconexa entre passado e presente que se reflete na formação da identidade, atrelando-a ao sofrimento e à dor, tornando-a exclusivista, dominante, díspar, etnocêntrica. Para reverter isso, é preciso voltar-se para o início dos processos de formação de identidade e incluir em seu desenvolvimento todos aqueles que de alguma forma partilham a herança de um período traumático. O sofrimento necessita de representação, não de esquecimento. Somente desta maneira é possível libertar as vítimas de uma identidade histórica da angústia<sup>56</sup>.

Os trabalhos de rememoração e narrativa, aliados ao esforço psicológico do pesar, levam a dimensão crítica do saber histórico a adentrar o seio do trabalho de memória e de luto. A partir disso, pode-se iniciar o árduo processo de cura de um trauma. Desta maneira, recordar e contar a história daqueles que sofreram abusos no passado é dever de todos. Por mais doloroso que seja, é preciso voltar o olhar ao passado e, de forma sensível, contar a história daqueles que sofreram e sofrem, libertando-os, assim, de seu fardo de dor<sup>57</sup>.

Contudo, Sidney Chalhoub sabe que esse trabalho é bastante complexo. Além disso, o autor também admite que a metodologia proposta por sua obra – semelhante à empregada por Darnton e Ginzburg, por exemplo – pode apresentar dificuldades ao pesquisador.

(...) como pensar os fatos culturais e ideológicos também como instituintes do devir social, e não como fatos subordinados, determinados por outra instância – por fatos de ‘outra natureza’ por assim dizer - da formação social em questão? Ou seja, como

---

<sup>53</sup> CHALHOUB, op. cit., p.11-12.

<sup>54</sup> RUSEN, Jörn. Using History: The Struggle over Traumatic Experiences of the Past in Historical Culture. *Historiein*, v. 11, 2011, p. 17.

<sup>55</sup> RICOEUR, Paul. Memória, história, esquecimento. Conferência escrita e proferida em inglês em: 8 mar. 2003, em Budapeste, sob o título: “Memory, history, oblivion”. Disponível em: [http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos\\_disponiveis\\_online/pdf/memoria\\_historia](http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia) Acesso em 04/02/2014, p. 07. Grifo do autor.

<sup>56</sup> RUSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes da meta-história". *História da Historiografia*, n. 02, Traduzido por Valdeci Araujo e Pedro S. P. Caldas, revisão de Estevão de Rezende Martins; p. 163-164.

<sup>57</sup> RICOEUR, op. cit., p.5-7.

integrar os conflitos em torno de normas e de valores na análise de transformações sociais específicas?<sup>58</sup>

E. P. Thompson talvez tenha nos indicado uma solução para essa questão. O autor inglês assinala a possibilidade de se compreender o processo histórico pesando também os aspectos culturais e ideológicos que moviam os sujeitos, os conflitos de sistemas interpretativos, de crenças e valores diferenciados, as alternativas comportamentais variadas. É preciso ver velhos problemas com um novo olhar, sob a luz de uma nova perspectiva, alargando os horizontes de reflexão<sup>59</sup>.

Desta maneira, Chalhoub ressalta a importância do estabelecimento de diálogos entre a história social e a antropologia social – como aquele proposto por Thompson<sup>60</sup>. É preciso compreender valores, crenças, estratégias de ação e articulação entre os sujeitos, bem como entender a construção simbólica de personagens que figuram como protagonistas do processo.

Em nossa pesquisa percebemos que é fundamental a reflexão sobre esses aspectos. Os soldados lutavam por liberdade de uma maneira geral, porém as perspectivas e entendimentos sobre o processo de obtenção dela diferiam significativamente entre si. Havia incontáveis estratégias para obter a liberdade, estando esses planos atrelados a leituras diferenciadas do ambiente do exército, das relações estabelecidas e das ações militares. Além disso, haviam diferenças substanciais entre as tropas – mesmo estando todas do mesmo lado. Cada soldado, ou grupo deles, tinha uma forma diferente de compreender as mudanças históricas que a guerra e a emancipação haviam trazido, bem como suas ações afetavam de forma diferente as famílias que deixaram para trás. Ademais, é fundamental compreendermos a articulação desses grupos com a elite branca que tomava as decisões administrativas do país. É preciso entender como essa elite reproduz sua autoridade, como ela mantém o controle e a hegemonia, negando aos ex-escravos o acesso à política. Buscamos compreender os fatores que proporcionaram a essa elite branca disseminar a ideia de que eram eles os protagonistas da guerra e da emancipação, logrando perpetuar essa concepção até a atualidade, mantendo, por exemplo, a imagem de Lincoln como grande pai libertador dos escravos.

Compreendemos que as escolhas teórico-metodológicas do historiador revelam também “(...) uma tomada de posição a respeito do objetivo do esforço de produção do conhecimento. Ou seja, a explicitação de um método traz em seu bojo uma concepção a respeito de como construir o objeto a ser estudado”<sup>61</sup>. Assim, o trabalho que aqui se apresenta procura

---

<sup>58</sup>CHALHOUB, op. cit., p. 22.

<sup>59</sup>Idem, p.23.

<sup>60</sup>Idem, p.22.

<sup>61</sup> Idem, p.18.

orientar-se por esta linha interpretativa apresentada por Chalhoub, uma linha que compreende que a história consiste na “(...) disciplina da contextualização e da interpretação das transformações sociais”<sup>62</sup>.

A partir disso, objetivamos perceber como se construíram os diferentes conceitos de liberdade durante a guerra, como foram reorganizadas antigas concepções e como novas ideias sobre a emancipação foram se arranjando no cenário de guerra. Buscamos compreender a lógica da mudança para aqueles que ficaram calados durante tanto tempo e que pareceram sempre estar à margem do processo de emancipação, procurando descobrir qual era o significado da guerra e da emancipação para escravos e libertos que adentravam o exército, mas também para os milhares de negros que mesmo longe do *front* também lutaram por liberdade.

Este objetivo geral desdobra-se em alguns objetivos mais específicos. São eles: a identificação das visões de liberdade surgidas e sua relação com a percepção social, política e religiosa dos soldados negros; o estudo da ação oficial com relação à liberdade para os escravos ingressos no exército, analisando aspectos relativos à legislação sobre as tropas de negros e sua constituição em momentos distintos nos diferentes estados da União e dos Estados Confederados do Sul, bem como nos *border states*<sup>63</sup>, e o estudo das promessas que muitas vezes foram utilizadas para instigar homens negros a comparecer ao alistamento militar, atentando para a relação com as visões e expectativas com relação à liberdade. Além disso, buscaremos compreender como a instituição militar, era frequentemente vista como uma promessa de ascensão financeira e reconhecimento social para soldados ex-escravos que desejavam uma vida mais estável para si e para seus irmãos negros.

Para tanto, precisamos de um esforço de reconstrução da experiência histórica dessas pessoas, precisamos nos voltar para a consciência dos agentes do passado, para a “textura” das relações sociais<sup>64</sup>. As alianças e redes de solidariedade e colaboração mútua não eram fruto do acaso. Pelo contrário, eram relações pacientemente tecidas e muito complexas<sup>65</sup>. A partir disso, pensamos que é possível compreender o processo de avanço e radicalização da guerra e da emancipação a partir do mapeamento de algumas dentre as tantas visões de liberdade e escravidão que tinham os soldados negros, suas famílias e oficiais, sendo que muitos deles compreendiam que a guerra era parte do processo maior de emancipação e erradicação da escravidão do território americano.

---

<sup>62</sup> Idem, p.22.

<sup>63</sup> Para facilitar a leitura, impregnada de termos que têm origem ou estão em língua inglesa, no Anexo I há um pequeno léxico.

<sup>64</sup> CHALHOUB, op. cit., p.24.

<sup>65</sup> Idem, p.32.

É nosso objetivo também compreender quais eram os principais pontos de vista, perspectivas e aspirações sobre a liberdade, observando como esses conceitos auxiliavam na triste e mortal rotina dos soldados que estavam dispostos a sacrificar tudo para adquirir a liberdade. Numa sociedade escravista como a norte-americana, o ato de entrar no exército para obter sua liberdade configurava uma tentativa de conseguir a emancipação à força. Fugir, abandonar os campos para se juntar ao exército da União contra o poderio dos senhores de escravos, impondo-lhes perdas, representam esforços – mais ou menos bem-sucedidos - de obtenção da liberdade. Algumas vezes, escravos e libertos somaram forças aos abolicionistas para “arrancar” a emancipação dos senhores. Eram pequenas vitórias que poderiam parecer irrelevantes, mas que eram uma afronta ao poder da classe dominante<sup>66</sup>.

Desta maneira, a presente pesquisa procura se inserir na linha historiográfica que trabalha com o ponto de vista dos que vêm “de baixo”, a partir da proposta de “resolução do aparente paradoxo entre a constatação da eficácia da política de domínio senhorial e a contínua descoberta de práticas culturais autônomas por parte dos escravos”<sup>67</sup>. Assim, ao longo das próximas páginas buscaremos uma visão mais particular e intimista do processo que levou ao desmantelamento da instituição escravista nos Estados Unidos, uma visão que revele que também os negros eram protagonistas da emancipação, que suas experiências estavam presentes no seu próprio fazer-se consciente na história – como explicitado por E. P. Thompson para o caso da classe operária na Inglaterra<sup>68</sup>.

Os escravos criavam e organizavam um mundo próprio, tinham entendimentos próprios sobre a guerra e aspiravam mudar a realidade opressiva em que viviam levando a cabo movimentos variados, orientados para o fim da escravidão. Os escravos e libertos experimentaram diferentes formas de escravidão, de religião, de organização familiar, etc. Mas talvez a experiência da luta pela emancipação como causa comum, ao menos entre aqueles que lutavam pelo norte, tenha forjado uma face visível mais homogênea, apesar de todas as diferenças.

Para a análise da formação da classe operária inglesa, Thompson infere que os homens compartilham experiências que proporcionam a articulação de identidades calcadas nos mesmos valores e objetivos, em oposição a grupos que defendem interesses opostos – o que, para o autor, configura uma classe<sup>69</sup>. Para compreender isso não basta olhar para as estratégias

---

<sup>66</sup> Idem, p.23-27.

<sup>67</sup> Idem, p.26

<sup>68</sup> THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 1987. (3 v.) Trad. Denise Bottmann (vols. I e III); Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida (vols. II). São Paulo: Paz e Terra, 1987.

<sup>69</sup> Idem, p.9.

econômicas e os jogos de poder - no presente estudo, da elite branca. É preciso voltar-se para aqueles que experienciaram diferentes formas de escravidão, de religião, de organização familiar, de luta pela liberdade, para os laços sensíveis que criavam no âmbito militar, bem como para os conflitos internos da instituição, para o dia-a-dia do *front* de batalha; enfim, para as sutilezas que estão presentes na documentação<sup>70</sup>.

Esperamos, com isso, demonstrar que é possível apreender a experiência histórica dos soldados negros, de seus oficiais e familiares, reconstruindo minimamente aspectos relativos à forma como se sentiam, pensavam e agiam, como eles estabeleciam relações com os senhores, comandantes, representantes políticos e a elite branca. Sabemos, contudo, que as relações históricas são fluidas e não podem ser imobilizadas e dissecadas<sup>71</sup>. São, portanto, os valores, crenças e comportamentos de sujeitos históricos dinâmicos e complexos – que após cada nova experiência emergem diferentes, mas ainda assim os mesmos - que perseguimos e que desejamos colocar em perspectiva histórica sob a luz da proposta interpretativa de Sidney Chalhoub<sup>72</sup>.

As visões sobre a liberdade e a escravidão foram forjadas sob a égide do trauma do cativo e isso seguiu aqueles que lograram chegar ao exército nortista. Foram também suas atitudes e motivações que ajudaram no desmantelamento da instituição escravista e na redefinição dos rumos do país. A história das lutas dos soldados negros e de seus familiares por liberdade e igualdade ao longo do século XIX é parte essencial da história dos Estados Unidos - e ninguém melhor para contá-la do que os próprios agentes<sup>73</sup>. Assim, é preciso mergulhar no universo complexo de suas experiências e traumas<sup>74</sup>, segundo Rusen, “é preciso compreender os agentes, se se deseja saber o que realmente aconteceu por causa de suas ações”<sup>75</sup>.

Para tanto, no primeiro capítulo realizamos a contextualização do momento político-econômico vivido pelos Estados Unidos às vésperas da Secessão, identificando os principais motivos que levaram à divisão da nação e atentando para as disputas políticas ocorridas no Congresso e que acabaram por definir os rumos da Secessão e da Emancipação. Objetivamos, não menos, compreender o momento histórico pelo qual passava a instituição escravista norte-americana em meados da década de 1860, atentando para a divisão do país em linhas

---

<sup>70</sup> CHALHOUB, op. cit., p. 28.

<sup>71</sup> THOMPSON, op. cit., p.9.

<sup>72</sup> CHALHOUB, op. cit., p. 19-37.

<sup>73</sup> Idem, p.27.

<sup>74</sup> Idem, p.33.

<sup>75</sup> RUSEN, op. cit., p.139.

geográficas mais ou menos associadas à utilização de mão-de-obra escrava e o fluxo do tráfico de escravos para a região sul desde a independência até a Guerra Civil

No capítulo seguinte abordaremos as ações oficiais do presidente republicano Abraham Lincoln frente ao processo de desagregação do país e, sobretudo, com relação à integração de homens negros no exército. Para tanto, analisaremos a documentação oficial emitida pela administração Lincoln com relação à integração de tropas compostas por negros no exército da União. Analisaremos três proclamações oficiais emitidas pelo presidente: o primeiro *Confiscation Act* (1861), o segundo *Confiscation Act* e o *Militia Act* (ambos de 1862) atentando para o contexto de guerra em que foram assinadas.

No terceiro capítulo abordaremos como se deu o ingresso e integração de soldados negros - livres, libertos, escravos e escravos fugidos - no exército do norte. O objetivo consiste em caracterizar as tropas negras desde sua origem informal - anterior à legislação do governo Lincoln - até o final do conflito. Com isso, pretendemos demonstrar como a inserção de soldados escravos e libertos no exército desde os primórdios do conflito figura como elemento estrutural do sistema escravista norte-americano. Para tanto, buscamos nas cartas de soldados negros em serviço, bem como de seus oficiais, informações sobre a maneira como essas tropas foram inseridas no teatro bélico e quais foram as principais mudanças na sua estrutura organizacional, recrutamento e treinamento.

Por fim, o objetivo do quarto capítulo consiste em levantar hipóteses de pesquisa através da análise de 99 cartas remetidas por soldados negros, seus oficiais e civis livres e libertos. Pensando os soldados negros como um grupo social específico, procuraremos na documentação vestígios que revelem determinadas formas de pensar a guerra e a liberdade, bem como seu processo de conquista.



## CAPÍTULO I

### UMA SOCIEDADE ESCRAVISTA: UM PANORAMA GERAL DA ESCRAVIDÃO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Pensando na América, às vezes eu me pego admirando seu céu azul brilhante - suas grandes árvores centenárias - seus campos férteis - seus belos rios - os seus valentes lagos e montanhas coroadas de estrelas. Mas meu êxtase é logo posto em xeque, a minha alegria logo se transforma em luto. Quando eu lembro que tudo é amaldiçoado com as ações infernais da escravidão, tudo é apanhado e errado, - quando eu me lembro de que, com as águas de seus rios mais nobres, as lágrimas de meus irmãos são transportadas para o oceano, ignoradas e esquecidas, e que os seus campos mais férteis bebem diariamente do sangue quente das minhas irmãs indignadas, eu fico repleto de indescritível ódio.

Frederick Douglass

A Guerra Civil Americana (1861-1865) foi produto de profundas divergências - políticas, sociais e econômicas – que somaram-se a uma questão central: a escravidão. Partimos da concepção historiográfica de que a instituição escravista, herança do período colonial, constituiu o ponto de divergência mais profundo entre norte e sul, contribuindo para que outros aspectos de desacordo emergissem e acabassem por encaminhar o jovem país à secessão. Desta maneira, é fundamental compreender como a escravidão se reproduziu nas diferentes regiões dos Estados Unidos, suas nuances e peculiaridades. Esta abordagem historiográfica - defendida por autores como Elizabeth Fox-Genovese e Eugene Genovese, Eric Foner, Ira Berlin, David Brion Davis e David Blight entre outros - que assume o vínculo entre a secessão e a escravidão, tratando de desvendar seus meandros, é bastante recente, principalmente considerando que a historiografia sobre a Guerra Civil Americana tem seu parto nos momentos imediatos ao conflito, datando, portanto, da segunda metade da década de 1860.

Anteriormente, os autores estavam, em geral, muito mais preocupados com questões relacionadas à inevitabilidade, ou não, do conflito. Historiadores ligados à confederação, como Alexander Stephens que começou a produzir sobre a guerra logo após o seu término, insistiram por anos que a Guerra Civil era o produto direto do embate entre o governo federal e os estados

soberanos, colocando toda a ênfase na questão federalista e deixando de lado a questão escravista<sup>76</sup>.

Outros, como Charles e Mary Beard, colocaram a ênfase no nascimento e crescimento da indústria nortista e no colapso sulista. Na década de 1920, esses autores defenderam a tese de que enquanto o norte vivia um momento de crescimento populacional e de investimentos em uma vasta malha ferroviária, expandindo o comércio externo e transformando as velhas fazendas do oeste em centros de manufaturas, finanças, transportes e crédito, o sul se debatia em meio a uma crise de fertilidade, a limitação territorial e falta de mão-de-obra qualificada. Portanto, para Charles e Mary Beard, o norte exercia uma pressão capitalista sobre o sul e levou os defensores do sistema de trabalho livre e das indústrias à vitória<sup>77</sup>.

Essas conclusões influenciaram a maioria das obras sobre a Guerra Civil nas décadas seguintes, estabelecendo uma dicotomia historiográfica que ganhou ainda mais força até os anos 1960, quando surgiram novas propostas analíticas sobre a guerra. Isso, a nosso ver, resultou em análises bastante reducionistas, que apontavam um antagonismo profundo e irreconciliável através da teoria de que o norte era capitalista e o sul agrário - visão essa que persiste na maioria dos livros didáticos brasileiros, por exemplo. Desta maneira, a maioria dessas pesquisas se ateu apenas a aspectos da vida e da política dos brancos, deixando de lado a questão escravista.

A análise do cenário político, especialmente, sempre foi um tema muito recorrente na historiografia da secessão. O autor Michael Holt, no final da década de 1970, foi precursor dos trabalhos que visavam criar alternativas interpretativas para a análise do contexto político-partidário no pré-guerra. Holt se afasta das interpretações tradicionais que defendiam que o sistema partidário norte-americano, no período que antecedeu a guerra, era artificial e só sobrevivera evitando algumas questões e confinando o debate político a questões econômicas. Segundo esta teoria isso não deu certo e a secessão acabou por destruir o sistema bipartidário norte-americano. Holt afirma que isso não ocorreu, sobretudo porque os embates político-partidários anteriores ao período de guerra já haviam se esgotado. Necessitados de novas demandas para revitalizar e fortalecer seus partidos, os líderes de republicanos e democratas viram na questão escravista o campo perfeito para isso. Obviamente essa ação teve resultados desastrosos<sup>78</sup>.

Neste primeiro capítulo pretendemos contribuir para este debate, buscando desconstruir a ideia de que os diferentes partidos políticos e organizações sociais do período eram grupos

---

<sup>76</sup> PERMAN, op. cit., p.7.

<sup>77</sup> Idem, p.23-25.

<sup>78</sup> Idem, p.91-102.

homogêneos. Este trabalho vem sendo realizado por vários historiadores, sobretudo nas últimas décadas. Kenneth Stampp, por exemplo, apontou para as divergências e antagonismos que existiam dentro do próprio movimento abolicionista. Segundo o autor, nas primeiras décadas do movimento, apesar dos envolvidos estarem muito engajados no pacifismo, eles falavam, basicamente, para os senhores de escravos. Contraditoriamente, esses primeiros abolicionistas quase não estabeleceram diálogos com os escravos – em parte por temerem a eclosão de uma série de revoltas<sup>79</sup>.

Tendo em vista essa vasta produção sobre o tema, ao longo deste primeiro capítulo procuraremos nos afastar das abordagens mais tradicionais, inserindo-nos em uma linha que entende o estudo da questão escravista no cenário pré-guerra como fundamental para compreender outros aspectos que levaram à eclosão do embate.

Partimos do pressuposto de que os Estados Unidos eram uma sociedade escravista. Para tanto, nos basearemos na concepção de sociedade escravista descrita na obra *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*<sup>80</sup>, de Moses Finley. Este autor demonstra grande preocupação com a caracterização de uma sociedade como escravista. Afastando-se das explicações que levam em conta apenas os dados numéricos sobre a escravidão, Finley preocupa-se com o lugar que o escravo ocupa na sociedade. Essa ideia de localização refere-se ao poder e extensão da influência dos senhores de escravos na sociedade, bem como ao fato de que, em sociedades escravistas, os escravos são responsáveis por toda a produção em larga escala, ou seja, é deles que provém a maior parte da renda imediata das elites proprietárias de terras. Portanto, a caracterização de uma sociedade como escravista nada tem a ver com a ocupação de cada escravo ou com a sua rentabilidade, mas antes com o fato de que cativos são empregados e a sociedade aceita de comum acordo este fato, ou seja, os escravos e a escravidão ocupam posição estrutural nesta sociedade, são pilares da organização social.

Em uma visão mais clássica, uma sociedade escravista nasce somente da guerra e da conquista. Na perspectiva de Finley, apenas a guerra não é suficiente para explicar o traço escravista de uma sociedade. Para isso, é preciso que se combinem alguns fatores básicos. Primeiramente, é preciso que exista – em um contexto agrário - uma elite proprietária de terras que necessite de mão-de-obra extrafamiliar. Em segundo lugar, é necessário que se tenha o mínimo desenvolvimento dos bens de produção e do mercado<sup>81</sup>.

---

<sup>79</sup> Idem, p.118-121.

<sup>80</sup> FINLEY, Moses I. *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

<sup>81</sup> Idem, Ibidem.

Em nossa perspectiva, esses elementos podem ser identificados no contexto dos estados do sul às vésperas da secessão. Nessas regiões, a expansão das lavouras algodoeiras sulistas acarretou a expansão da própria escravidão, que, por sua vez, a expansão da escravidão também impulsionou a produção de algodão. Além disso, no contexto de uma sociedade escravista não é apenas essa escravidão essencialmente “produtiva” que tem relevância, mas também a escravidão doméstica, ou seja, o afastamento do homem branco livre do trabalho braçal, seja ele qual for<sup>82</sup>.

Assim, evidencia-se que o sul dos Estados Unidos passou por processos muito semelhantes àqueles apontados por Finley, sendo que esses processos influenciaram também o modo de vida e as práticas sociais e culturais do norte. A escravidão possuía uma função estrutural nos Estados Unidos, definindo sua estrutura política, social e econômica. O sul fornecia o algodão, o tabaco, o arroz e muito mais coisas para o norte “não escravista”. A indústria têxtil nortista dependia do algodão produzido por mão de obra escrava e, em geral, a indústria nortista era movida pelas matérias-primas produzidas no sul. Ou seja, mesmo o norte quase sem escravos tinha na escravidão o suporte econômico necessário para sua sobrevivência e também lucrava com a prosperidade do sul. Os Estados Unidos, no período que antecedeu a guerra, não eram – como a historiografia tradicional procurou reafirmar seguidamente – um país completamente dividido geográfica, política, social e economicamente, duas metades antagônicas e irreconciliáveis, mas sim um sistema complexo de interdependência entre norte e sul.

Por esses motivos, nos parece uma análise muito superficial e potencialmente enganosa pensar que a sociedade do sul dos Estados Unidos não era escravista apenas porque não apresenta grande números com relação ao tráfico ou à demografia escrava. Os valores escravistas estavam presentes e manifestavam-se em todos os estratos sociais. Assim, a nosso ver, a escravidão era um traço estrutural da sociedade sulista.

Procurando uma alternativa a essas interpretações, buscamos trabalhar com autores que desde a década de 1960 vêm procurando compreender como aspectos mais amplos do período de secessão afetavam a vida dos americanos mais comuns, brancos e negros pobres, libertos, escravos, indígenas etc. Nesta linha se destacam os trabalhos de Eugene Genovese, que procura pesquisar em sua análise os choques culturais e de valores que aconteciam no período<sup>83</sup>. Este autor, junto a Elizabeth Fox-Genovese, produziu uma vasta literatura sobre as origens sociais e

---

<sup>82</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>83</sup> PERMAN, op. cit., p.125

econômicas do conflito seccional - o que inclui algumas obras muito importantes para a historiografia mais recente da secessão, entre elas o já mencionado *Fruits of Merchant capital: slavery and bourgeois property in the rise and expansion of capitalism* e seu livro mais recente, *The Mind of the Master Class: History and Faith in the Southern Slaveholder's Worldview*<sup>84</sup>. Juntos, eles desenvolvem a ideia de que, para o resto do mundo, os senhores sulistas de tradição jeffersoniana eram democratas. Os estados escravistas mantiveram um grau de liberdade de discurso, reunião e imprensa, um grau de liberdade desconhecido para a grande maioria das pessoas. Mesmo os homens brancos pobres tinham certo acesso à política e algum efeito na formação político-social da região. Por outro lado, para os nortistas, os senhores do sul não passavam de tiranos – bastante similares aos europeus<sup>85</sup>.

Buscando compreender esse panorama, Eugene Genovese e Elizabeth Fox-Genovese partem da constatação de que “A *plantation* escravista surgiu na América como parte de um processo de desenvolvimento do capitalismo internacional”<sup>86</sup>. Na Europa o capitalismo já surgia como um novo modo de produção, tecendo novas relações sociais baseadas na liberdade individual e alterando as antigas relações entre indivíduo e Estado. Com novos valores e uma nova teoria de propriedade moral e econômica as novas ideias burguesas de liberdade ganharam força - tema que também é objeto de estudo do renomado historiador David Brion Davis. Enfim, uma revolução na vida material acontecia sobretudo porque o liberalismo havia ganhado muita força.

Ao olhar especificamente para o caso norte-americano, Eugene e Elizabeth Genovese percebem que os Estados Unidos – mais que qualquer outro país, com exceção talvez da Inglaterra – haviam conseguido, com sucesso, mesclar o elemento clássico burguês do comprometimento individual com as demandas mais radicais por participação política e democracia. O resultado disso foi um alto padrão de conforto material para os que estavam inseridos nesta democracia como cidadãos – o que não era o caso dos negros. Quando elementos conservadores adentraram este cenário político, somando-se à estagnação econômica sulista, o resultado foi uma crise sem precedentes. Conforme afirmava Tocqueville, a escravidão havia

---

<sup>84</sup> FOX-GENOVESE, Elizabeth; GENOVESE, Eugene D. *The Mind of the Master Class: History and Faith in the Southern Slaveholder's Worldview*. New York: Cambridge University Press, 2005.

<sup>85</sup> PERMAN, op. cit., p.140-141.

<sup>86</sup> FOX-GENOVESE, Elizabeth; GENOVESE, Eugene D. *Fruits of merchant capital: slavery and bourgeois property in the rise and expansion of capitalism*. New York: Oxford University Press, 1982. In: PERMAN, Michael op. cit., p.132.

separado os brancos norte-americanos de forma ainda mais profunda do que os interesses materiais<sup>87</sup>.

Barrington Moore Jr. também aborda o desenvolvimento do capitalismo norte-americano. Este autor trabalha com a ideia de que a produção de algodão com mão-de-obra escrava tinha tido um papel fundamental não só no crescimento do capitalismo nos Estados Unidos, mas também na Inglaterra. A partir disso, ele defende que a guerra foi, primeiramente, uma disputa política, pois em uma sociedade complexa, com alta divisão de trabalho e uma democracia parlamentar, sob a qual o capitalismo avança, é papel dos políticos estarem sensíveis às reordenações de poder. São eles que definem o que muda e o que permanece, são eles que ordenam as estruturas sociais. Neste cenário, as discordâncias entre os parlamentares exacerbaram-se de tal maneira que colocaram o país no caminho da secessão. Desta maneira, Moore Jr. aproxima-se da abordagem revisionista<sup>88</sup>.

O autor Gavin Wright também está inserido nesta nova linha historiográfica que se propõe a pensar os antecedentes da guerra sob uma nova perspectiva. Exponente da história econômica, o autor rejeita a abordagem de Charles e Mary Beard, - que viam a escravidão como uma questão moral dissociada da economia e dos conflitos de interesses agrários e industriais. Para ele, é impossível dissociar esses dois aspectos. Contudo, Wright acredita que o cenário é muito mais complexo, não sendo possível simplesmente afirmar que a expansão da escravidão levou à guerra – como fizeram os políticos da década de 1850 e, mais tarde, alguns acadêmicos como Eugene Genovese. Para Wright, é preciso analisar os altos valores dos escravos e sua relação com o mercado do algodão<sup>89</sup>.

James McPherson também vê essa complexidade e procura trabalhar dentro do debate sobre as diferenças irreconciliáveis entre norte e sul. Esse tema vem ocupando os historiadores norte-americanos da secessão desde as primeiras obras sobre a guerra editadas nos anos subsequentes ao fim do conflito, estando algumas questões postas desde essa época, tais como, seriam essas diferenças intrínsecas? Ou elas seriam importantes apenas devido às circunstâncias e à ação humana? São essas perguntas que McPherson procura responder, salientando que a cultura *folk* sulista não encontrou maneiras viáveis de conviver com o modelo mais burocrático e impessoal do norte e com a ideologia do trabalho livre que se tornou a força política dominante no norte na década de 1860. Contudo, ele não acredita que a teoria do excepcionalismo sulista, surgida na década de 1950, possa dar conta dessas questões. Para autores como McPherson, é

---

<sup>87</sup> PERMAN, op. cit., p.137-141.

<sup>88</sup> Idem, p.145-151.

<sup>89</sup> Idem, p.157.

preciso se debruçar sobre os conflitos de classes, as ideologias políticas, a especulação de terras, os padrões econômicos e industriais. Ao contrário do que defendiam diversos intérpretes da experiência americana, não é um elemento excepcional dos norte-americanos que colocou o país no caminho da secessão<sup>90</sup>.

Entre os autores que procuram trabalhar com questões da cultura política e da ideologia na guerra destaca-se a obra de Kenneth Greenberg. Segundo ele, a ideologia se forma no inconsciente mesclando elementos do passado e do presente. Assim, ele aponta para a importância de se estudar o grande panorama da história americana desde a independência, se o objetivo é a compreensão das causas da guerra. Greenberg se debruça especificamente sobre a análise de elementos da anglofobia (ódio aos ingleses e a tudo o que é inglês) e da anglofilia (amor aos ingleses e a tudo o que é inglês) no cenário pré-guerra. O autor afirma que esses sentimentos continuaram existindo na mente e no cotidiano de vários nortistas e sulistas durante o século XIX. Os movimentos abolicionistas ingleses da década de 1820, por exemplo, influenciaram muito o esforço abolicionista que surgiu no norte dos Estados Unidos nas décadas seguintes. Por outro lado, os sulistas desenvolveram uma nova anglofobia e a incorporaram em um movimento nacionalista e republicano<sup>91</sup>.

O autor Steven Channing também dedica atenção aos elementos passionais em sua análise, pois, segundo ele, isso também foi fundamental na eclosão do conflito. Ao realizar uma análise específica sobre o caso da Carolina do Sul – para Greenberg, o mais radical dos estados sulistas –, Channing aponta que “A secessão era produto de um motivo lógico com um quadro de percepção irracional”<sup>92</sup>. Para ele, os norte-americanos do século XIX estavam imbuídos de um certo romantismo, de mitos, compulsões e desejos que devem ser pesados em qualquer análise sobre as causas da secessão<sup>93</sup>.

A partir disso, nosso objetivo neste primeiro capítulo consiste em apresentar ao leitor um panorama geral da escravidão nos Estados Unidos, compreendendo as mudanças pelas quais a instituição escravista passou naquele país desde antes da independência das 13 colônias em 1776. Essa discussão é o ponto de partida para que se possa compreender a caracterização da sociedade americana como escravista e perceber como a emancipação nos Estados Unidos constituiu um processo lento e gradual, iniciado antes mesmo da independência e finalizado

---

<sup>90</sup> Idem, p.188-191.

<sup>91</sup> Idem, p. 203-216.

<sup>92</sup> CHANNING, Steven A. *Crisis of Fear: Secession in South Carolina*. New York: Simon & Schuster, 1970. Apud: PERMAN, op. cit., p. 240. Tradução nossa.

<sup>93</sup> PERMAN, op. cit. p.244.

apenas em 1901, quando Delaware, o último dos estados escravistas, ratificou a 13ª emenda constitucional, que proibia a escravidão.

De acordo com Jack Greene, no artigo “The American Revolution”, isso se deu, sobretudo, porque a revolução americana foi muito mais uma revolução britânica. Assim, ele compreende a guerra de independência dos Estados Unidos como parte de um processo maior de desmantelamento das estruturas imperiais criadas durante a idade moderna, processo esse que visava integrar áreas recém-descobertas do globo à economia, política e cultura das nações europeias<sup>94</sup>. Seguindo o raciocínio defendido por este autor, procuraremos, neste primeiro capítulo, enfatizar as continuidades entre o período colonial e a Guerra Civil – sendo a maior delas a escravidão.

Para tanto, nos basearemos também nos estudos de Eric Foner que pelo menos desde 1975 vem procurando desconstruir uma visão mais tradicional do sistema político norte-americano, apontando para suas peculiaridades. Foner indica que já na década de 1790 os partidos vinham tentando aliviar as tensões sociais a partir do ordenamento dos grupos sociais e da integração da sociedade. A partir disso, o autor aponta o caráter nacional e aglutinador da política norte-americana no período que antecedeu a guerra<sup>95</sup>.

Além disso, buscaremos com auxílio da bibliografia – sobretudo, a síntese produzida por Keila Grenberg e Sue Peabody e as obras de Edmund Morgan e Eric Hobsbawm -, demonstrar como os Estados Unidos acabaram se tornando, às vésperas da secessão, um país dividido em linhas geográficas mais ou menos associadas ao emprego de mão-de-obra escrava. Para tanto, procuraremos desenhar um quadro geral da composição de cada região, atentando para suas principais características populacionais, econômicas e políticas.

Concordamos com o autor George Friedrickson, que salienta a importância de se compreender a demografia do período pré-guerra se o objetivo é compreender as causas do conflito<sup>96</sup>. Por isso, procuramos nas análises de David Eltis e David Richardson sobre o tráfico de escravos para a América e no censo populacional realizado em 1860 – também muito utilizado por Arthur Bestor – a chave para compreender a organização demográfica dos Estados Unidos às vésperas da secessão.

As diferenças entre estados que haviam emancipado seus escravos e aqueles que ainda mantinham a escravidão como sistema de trabalho predominante tinham implicações também no campo político. As disputas no congresso acabaram ajudando a definir os rumos da secessão.

---

<sup>94</sup> GREENE, Jack P. The American Revolution. *The American Historical Review*, v. 105, n. 01. Feb. 2000. p. 93.

<sup>95</sup> PERMAN, op. cit., p. 170.

<sup>96</sup> Idem, p. 233.

Assim, este primeiro capítulo pretende também fazer uma introdução ao panorama político dos Estados Unidos quando dos debates sobre a emancipação e a guerra, apontando as circunstâncias em que os principais partidos surgiram e construíram seus planos políticos.

Para tanto, o capítulo se deterá basicamente nas ações das elites brancas responsáveis pelas decisões políticas e econômicas do país. Entendemos que é fundamental conhecer o jogo político americano à época da secessão, os principais interesses, a situação econômica e social das regiões e como elas se formaram, pois é neste contexto que se dão as lutas dos soldados que buscavam liberdade e igualdade de direitos. Além disso, mesmo dentro de campos restritos às elites brancas, os escravos conseguiram, vez ou outra, lutar por sua liberdade. Revoltas escravas tornaram-se mais frequentes ao longo do século XIX, porém inúmeros escravos procuraram o caminho da resistência individual. Mesmo sendo ataques pontuais à escravidão, essas experiências são evidência de que a luta por liberdade, que se tornou física durante a Guerra Civil, já existia muito antes de sua eclosão. Além disso, os escravos e libertos tinham seus próprios meios e estratégias de participação na política dos brancos. Fosse embrenhando-se em disputas judiciais, influenciando políticos ou escrevendo, eles sempre perseguiram a liberdade e muitos desejavam o fim absoluto da escravidão.

Compreendemos, portanto, que o estudo do panorama escravista e das disputas políticas acerca da escravidão é muito importante para apreendermos em que circunstâncias se deu o ingresso de homens negros nas forças armadas da União – especialmente porque os próprios soldados levantavam questões relativas a isso, quando colocavam em xeque valores e tradições da sociedade escravista na qual estavam inseridos, a partir de ações diretas e indiretas de cunho individual ou coletivo.

Procuraremos demonstrar como o debate em torno da questão escravista foi se radicalizando e tomando grandes proporções, afetando o debate político-partidário e constitucional – conforme apontou Arthur Bestor em seu artigo de 1964 *The American Civil War as a Constitutional Crisis*<sup>97</sup> -, a economia e a vida de brancos e negros. Mais especificamente, procuraremos traçar um panorama geral da escravidão nos Estados Unidos no pré-guerra, para demonstrar como o debate sobre seu fim afetou a população escrava e levou vários escravos a se alistarem no exército, além de pressionar as autoridades a legislarem a respeito da escravidão e do ingresso de homens negros nas forças armadas demonstrando, assim, a importância da questão escravista no embate seccional.

---

<sup>97</sup> BESTOR, Arthur. The American Civil War as a Constitutional Crisis. *American History Review*, v.69, n.2, p.327-351.

## 1.1 LEGADO NEFASTO: A ESCRAVIDÃO COMO HERANÇA COLONIAL

Em meados de 1830 a instituição escravista norte-americana passava por um período de profundas transformações. De forma geral, guerras, revoluções, rebeliões de escravos e a propagação do ideário iluminista, haviam se combinado e atuavam em um processo de lenta e irregular redução da amplitude geográfica da escravidão no ocidente<sup>98</sup>. Além disso, nos Estados Unidos, o tráfico de escravos africanos havia sido proibido em 1808 – em muito pelas pressões de estados nortistas que se opunham à escravidão, somadas aos temores dos brancos com relação ao aumento da população negra e por influência do processo de abolição do tráfico levado a cabo pela Inglaterra<sup>99</sup>. Essa proibição acarretou mudanças na oferta de cativos e ajudou a redefinir o mapa da escravidão nos Estados Unidos<sup>100</sup>.

O processo de diminuição da amplitude da escravidão não foi homogêneo nas Américas. Regiões continentais sob controle do império espanhol vivenciaram o tráfico mais cedo do que em outras localidades – sobretudo em virtude do volume de escravos traficados para Cuba – e sofreram processos de crescimento no número de embarques mesmo quando outras regiões do continente já vivenciavam um declínio na importação de escravos<sup>101</sup>. Contudo, segundo David Eltis e David Richardson, aproximadamente 85% dos escravos africanos atravessaram o oceano rumo à América a partir de 1700 até 1850<sup>102</sup>.

No século XIX os esforços para suprimir o comércio de escravos africanos cresceram e passaram a desempenhar um papel fundamental de forma bastante específica, uma vez que o colapso do tráfico não foi fruto de um problema de demanda. Ao contrário, a produção de açúcar mantinha essa demanda estável, porém “(...) os fatores relativos à esfera da oferta é que produziram o efeito terminal sobre o tráfico, no sentido de que se tornou demasiadamente caro pagar os custos de impedir sua abolição”<sup>103</sup>. O mapa abaixo nos dá um panorama geral do progresso da emancipação nos Estados Unidos.

---

<sup>98</sup> FONER, Eric. *The Fiery Trial: Abraham Lincoln and American Slavery*. New York: W.W Norton & Company, 2010. p. 18.

<sup>99</sup> GRINBERG, Keila; PEABODY, Sue. *Escravidão e Liberdade nas Américas*. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 56-57.

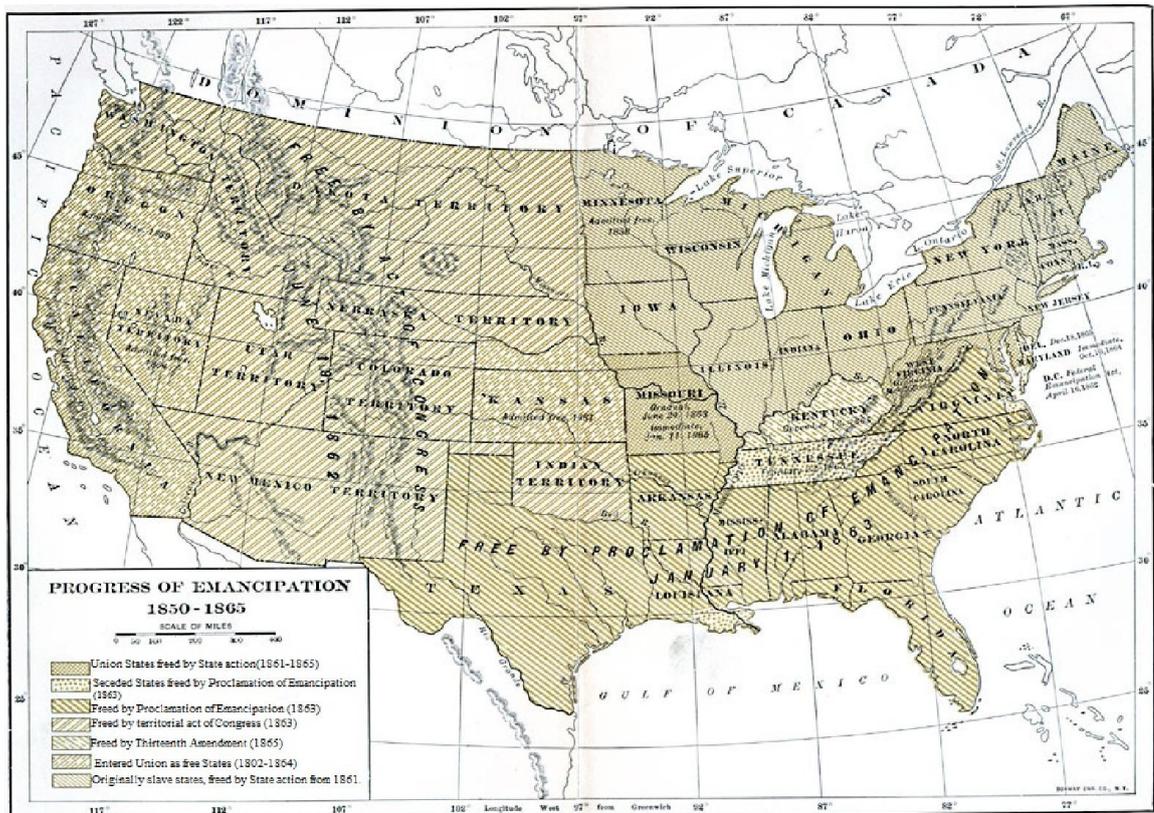
<sup>100</sup> ELTIS, David; RICHARDSON, David. “Os mercados de escravos africanos recém-chegados às Américas: padrões de preços, 1673-1865”. In: *TOPOI*. Rio de Janeiro, n. 06, p. 9-46, mar de 2013. p. 30.

<sup>101</sup> FONER, op. cit., p.17.

<sup>102</sup> Idem, p. 16.

<sup>103</sup> ELTIS; RICHARDSON, op. cit., p. 36.

## MAPA I –Progresso da Emancipação (1850-1865)



Fonte: <http://etc.usf.edu/maps/pages/2900/2978/2978.htm> Acesso em: 13 set. 2014.

A legenda do mapa refere-se respectivamente a:

01. Estados da união libertos por ação estadual (1861-1865)
02. Estados confederados libertos pela proclamação de emancipação (1863)
03. Libertos pela proclamação de emancipação (1863)
04. Libertos pelo ato territorial do congresso (1863)
05. Ingressos na união como estados livres (1802-1864)
06. Originalmente estados livres, libertos pela ação estadual desde 1861.

A questão relativa ao sistema de trabalho a ser implementado nos Estados Unidos não surgiu com a independência. Antes mesmo da revolta dos colonos contra a metrópole, esse tema fomentava intensos debates. Desde os primórdios da colonização, quando a Inglaterra descobriu o potencial mercantil do cultivo do tabaco na América, a questão do sistema de trabalho utilizado nas grandes lavouras veio à tona. Foi também desde o princípio da ocupação inglesa na América que formas de trabalho compulsório foram amplamente utilizadas. Inicialmente, os administradores europeus optaram pela exploração da mão-de-obra servil. Tendo em vista os problemas relacionados ao incremento populacional, desemprego e violência na Inglaterra, optou-se pela extradição de centenas de pessoas, muitas delas condenadas por pequenos crimes como furtos e vadiagem, além de órfãos e outros desvalidos assistidos pela caridade, que

deveriam ser comercializados na América como servos e mantidos nesta posição pelo tempo mínimo de um ano.

Neste período, a Inglaterra vivia um *boom* demográfico, uma vez que a sua população havia se quadruplicado. Assim, entre 1625 e 1640, houve uma grande migração para a América. Neste mesmo período cresceu também o envio forçoso de minorias religiosas como livres para o Novo Mundo, como estratégia para aliviar as tensões entre as minorias religiosas radicais e a nova e frágil forma de Estado que havia emergido com a Revolução Inglesa. Neste contexto, a Coroa inglesa sentiu necessidade de criar novas formas de manter o vínculo servil por mais tempo. Servos livres eram sinônimo de trabalhadores sem-terra e problema social, assim, era preciso estender seu tempo de trabalho compulsório, a fim de minimizar os problemas sociais causados pelos livres e recém-libertos e evitar possíveis perdas econômicas, sobretudo em épocas de crise<sup>104</sup>.

Entretanto, as possessões no Novo Mundo eram muito vastas para o número de servos e colonos que desembarcavam das corvetas inglesas<sup>105</sup>. Era preciso incrementar a produção, uma vez que, ao longo dos anos, as colônias tornaram-se dependentes da comercialização do tabaco. Tendo em vista esse panorama, a escravidão começou a figurar como uma alternativa segura e lucrativa para os colonos ingleses - que, notavelmente, povoaram as 13 colônias de forma mais ou menos independente da metrópole. Segundo Jack Greene, essa característica levou à formação de novos espaços de poder local individual que criaram uma relação de “autoridade negociada” com a metrópole<sup>106</sup>.

O plano inicial da Coroa inglesa consistia em repassar a tarefa da colonização para grupos organizados em companhias de comércio ou ricos proprietários. Porém, nenhuma dessas instituições obteve sucesso, e a Coroa não teve outra opção senão buscar uma parceria com os arrendatários, comerciantes e demais indivíduos envolvidos no processo colonial. Sem conseguir estabelecer centros efetivos de poder, os ingleses acabaram dando espaço de ação para que os colonos pudessem gerir sua própria economia, política e sociedade. Ou seja, uma grande parte dos colonos brancos conseguiu adquirir alguma terra ou outros recursos que garantiram sua independência individual. Esse cenário foi possível graças à grande disponibilidade de terras e à escassez de mão-de-obra, o que acabou instigando muitos a investirem na indústria e na diversificação de atividades, criando uma sociedade que, para Jack

---

<sup>104</sup> Idem, p.146-222.

<sup>105</sup> Idem, p.145

<sup>106</sup> GREENE, JACK P. “The American Revolution”. *The American Historical Review*, v. 105, n. 01, Feb. 2000, p.94.

Greene, era radicalmente diferente de qualquer outra que existia no velho continente, sobretudo porque na América as hierarquias sociais sempre estiveram abertas ao ingresso de pessoas que não fossem de nascimento elevado<sup>107</sup>.

Nos primórdios da colonização não havia, por parte da Coroa ou de particulares, um plano consistente sobre a estrutura organizativa do trabalho escravo nas colônias. A escravidão sequer era uma categoria jurídica do direito inglês (não que ela não houvesse existido no medievo, porém o desuso levou ao seu desaparecimento). Assim, os colonos, reunidos em assembleias, sentiram-se impelidos a criar leis próprias para lidar com a questão escravista.<sup>108</sup>

Notavelmente, esses colonos passaram a pressionar a coroa britânica, exigindo mais direitos e participação ativa nas decisões que concerniam aos Estados Unidos. Muitos já estabeleciam esse tipo de relação com representantes ingleses – que chegavam a se envolver ativamente com os conselhos de colonos. A partir disso, Greene afirma que foi natural que esses colonos esperassem que as decisões sobre o que era legal ou constitucional na América fossem determinadas através de uma negociação entre a metrópole e a colônia<sup>109</sup>.

Neste contexto, os colonos americanos abraçaram o republicanismo. Segundo Greene, “Com competência econômica e poder político tão amplamente distribuído, o governo repousava sobre uma ampla base popular”<sup>110</sup>. Os colonos dominavam as legislaturas, as cortes e gabinetes civis. Assim, eles detinham o poder de fazer valer suas leis de proteção à propriedade.

De acordo com Jack Greene, esses colonos não pretendiam, inicialmente, enfrentar a Inglaterra em um combate armado - e nem a metrópole se sentia ameaçada pela sua ação. A conciliação era vista como uma forma de coexistência pacífica entre a colônia e a metrópole. Para os americanos, a Inglaterra não era uma inimiga, a proteção comercial dada pela Coroa garantia o ingresso dos Estados Unidos em grandes mercados onde se podia comprar e vender manufaturas a preços vantajosos. Além disso, foi a ligação com a Inglaterra que proporcionou a criação de um sistema de identidade própria dos colonos, porém atrelada à tradição inglesa. Por esta ligação os colonos se sentiam instigados a participar da manutenção de políticas que também consideravam suas. Contudo, esses laços com a metrópole eram feitos principalmente através de agentes particulares, omitindo-se, na maior parte das vezes, a presença direta da

---

<sup>107</sup> Idem, p.95-96.

<sup>108</sup> GRINBERG; PEABODY, op. cit., p. 45.

<sup>109</sup> GREENE. op. cit., p.94.

<sup>110</sup> Idem, p. 97. Tradução nossa

Coroa, o que conferia às comunidades de colonos uma autonomia enorme para seu auto-gerenciamento político, social, econômico e religioso.

No final do século XVIII a situação interna da Inglaterra havia melhorado e a metrópole europeia teve a oportunidade de voltar-se para suas possessões na América. Além disso, os gastos gerados pelo conflito com a França - a Guerra dos 7 anos – haviam drenado as finanças da Coroa e estreitar as relações mercantilistas com a colônia pareceu a solução para os ingleses. Decretos foram emitidos a partir de 1764 objetivando aumentar a taxação nas colônias e, conseqüentemente, acrescer a renda dos britânicos - que precisavam equilibrar suas finanças. Os colonos reagiram, reunindo-se e definindo os rumos da rebelião. O clima ameno que havia se estabelecido desde a Revolução Gloriosa estava arruinado para sempre.

Para Jack Greene, ao olharmos da perspectiva das revoluções políticas posteriores, a Revolução Americana foi única porque ela não foi fruto de tensões internas, fossem elas políticas, religiosas ou sociais. Com algumas poucas oscilações, todas as 13 colônias se encontravam em uma situação muito favorável de crescimento econômico, demográfico e territorial na época da guerra. O que a faz a Revolução Americana diferente é, portanto, o fato de que suas origens não estão nos Estados Unidos – pelo contrário, estão na Inglaterra<sup>111</sup>.

De acordo com Greene, a crise se iniciou porque os ingleses começaram a perceber, por volta de 1740-1750, que a falta de autoridade da metrópole afetava os lucros que a colônia poderia gerar para uma Coroa em déficit. É o desenvolvimento de um novo senso de império pelos britânicos que leva à mudança da relação da metrópole com a colônia: o que antes era uma autoridade flexível e altamente negociada passa a ser centralizada e fixa. Essa transição se deu a partir de uma série de medidas que foram vistas como um desafio à autonomia dos colonos. Ao apertar o controle colonial pela via legislativa sem o consentimento dos colonos, a Inglaterra impeliu-os a reclamarem seus direitos; eles exigiam que a metrópole reconhecesse e respeitasse seus direitos e suas liberdades como britânicos<sup>112</sup>. Além disso, podemos afirmar que as 13 colônias britânicas agiram na contramão da maioria das outras colônias europeias na América. Enquanto estas últimas desejavam reformas administrativas, as primeiras se opunham às tentativas de mudança implementadas pela metrópole. A maioria das colônias europeias na América desejava mudança e as colônias inglesas desejavam justamente o oposto, ou seja, que a Coroa não mudasse as linhas gerais de suas políticas - ou ausência delas - para a América.

---

<sup>111</sup> GREENE, op. cit. p.99.

<sup>112</sup> Idem, p. 99-100.

Por outro lado, a Inglaterra – pressionada – negou a identidade britânica àqueles rudes, não civilizados e bárbaros americanos que mantinham escravos africanos sob sua dominação. Com esse discurso, a Coroa salientava que os colonos americanos eram pouco mais evoluídos que os indígenas, e por isso não eram dignos das liberdades e prerrogativas dos civilizados ingleses. Assim, Greene afirma que

A Revolução Americana pode ser melhor entendida como uma revolta de colonos, uma resposta direta a medidas metropolitanas que pareciam desafiar o controle dos colonos sobre os assuntos locais e negar o direito à identidade britânica.<sup>113</sup>

Desta maneira, a independência das 13 colônias não trouxe uma mudança significativa na substância do seu governo. Apenas sua forma havia sido alterada, com a rejeição da monarquia e adoção do republicanismo. Além disso, a autoridade política havia permanecido nas mãos de grupos dominantes<sup>114</sup>.

Contudo, nos estados, aspectos de mudança foram sentidos com mais força. De acordo com Greene, “Em cada estado, tensões sociais, religiosas, econômicas e políticas peculiares, moldaram o curso do desenvolvimento revolucionário”<sup>115</sup>. Assim, diferentemente da Revolução Francesa, a Americana não produziu um Estado centralizado, uma vez que o poder efetivo havia permanecido nos estados<sup>116</sup>. Greene aponta que “Pelo menos por mais um século, identidades provinciais ou estaduais permaneceram mais poderosas do que a continental, ou americana, identidade que só começou a se desenvolver durante as décadas de 1760 e 1770.”<sup>117</sup>

Além disso, percebemos que, após o grande absenteísmo da metrópole em relação às suas colônias, a tentativa da monarquia inglesa de fazer valer os preceitos de seu poder régio sobre as colônias e sobre a produção colonial, buscando impor um certo mercantilismo que não havia anteriormente, acabou impelindo os colonos a declararem guerra. Foi justamente essa ausência de um poder forte da Coroa britânica sobre os indivíduos e comunidades na colônia americana que proporcionou a exacerbação dos discursos de liberdade, que acabaram por induzir também os primeiros questionamentos sobre a legalidade da posse de homens na América. Progressivamente, o direito de posse sobre outros seres humanos começou a parecer um atentado às crenças cristãs e uma incoerência em relação aos princípios revolucionários daqueles que haviam derrotado a Inglaterra defendendo o direito à liberdade individual e à autogestão<sup>118</sup>. Assim, a partir de 1777, a maioria dos estados do norte passou a incorporar em

---

<sup>113</sup> Idem, p. 100. Tradução nossa.

<sup>114</sup> Idem, p. 101.

<sup>115</sup> Idem, p. 100. Tradução nossa.

<sup>116</sup> Idem, p. 101.

<sup>117</sup> Idem, Ibidem. Tradução nossa.

<sup>118</sup> GRINBERG; PEABODY, op. cit. p.59.

suas constituições medidas que visavam dismantelar a instituição escravista. Foi o caso de Vermont<sup>119</sup>, que emancipou seus aproximadamente 30 escravos um ano após a independência<sup>120</sup>. Segundo Eric Foner, esses foram os primeiros passos legais para a emancipação no Novo Mundo<sup>121</sup>.

Com a manutenção do poder a nível estadual, os colonos continuaram utilizando o governo a seu favor. É por isso que Greene afirma que a Revolução Americana é marcada por continuidades. A historiografia vem olhando há muito tempo para as descontinuidades e a radicalização que levou os colonos a pegarem em armas contra a metrópole, mas talvez a chave para que possamos compreender esse período da história americana esteja justamente no que persistiu. A acumulação de riqueza continuou a mesma, a proteção à propriedade privada e a diferenciação social também, assim como a instituição escravista. Desta maneira, segundo Greene, não é nestes aspectos que reside o radicalismo da Revolução Americana, mas sim na reconstrução de conceitos de política e relações sociais. A descontinuidade é conceitual e Greene afirma que ela advém de

(...) um trabalho elaborado para fora da lógica da longa tendência característica de uma política imperial mais solta do início da era moderna do Império Britânico e das sociedades políticas radicais na América britânica colonial, sociedades que, precisamente por causa de seu caráter radical, puderam fazer tal revolução profundamente conservadora.<sup>122</sup>

Segundo Keila Grinberg e Sue Peabody, o fato de que os grupos mais poderosos dos estados mantiveram a maior parte do poder político a nível local teve implicações sérias, não só para a caracterização da sociedade americana como escravista, mas também para a história do país como um todo, uma vez que “Como resultado, o império britânico – e depois os Estados Unidos – se tornou uma colcha de retalhos de leis independentes, às vezes contraditórias, para escravos e cidadãos”<sup>123</sup>.

Nos primeiros anos da colonização o número de escravos nas 13 colônias era reduzido, e a maioria era composta por condenados, órfãos, prostitutas, camponeses expulsos de suas terras, enfim, aqueles considerados “problemas sociais” na Inglaterra. Contudo, a intensificação da produção de açúcar e tabaco na colônia demandava mão de obra que já não era suprida por esses braços vindos dos degredos e migrações compulsórias inglesas. Com o declínio da

---

<sup>119</sup> Contudo, Vermont em 1777 ainda não era, oficialmente, parte dos Estados Unidos da América. O estado que havia se declarado independente da Inglaterra em 1777 só se juntaria aos Estados Unidos em 1791.

<sup>120</sup> GRINBERG; PEABODY, op. cit. p. 56.

<sup>121</sup> FONER, op. cit. p.18.

<sup>122</sup> Idem, p. 102. Tradução nossa.

<sup>123</sup> GRINBERG; PEABODY, op. cit. p. 45.

servidão o número de cativos cresceu, sobretudo a partir de 1630, quando a Inglaterra estabeleceu o cultivo de açúcar em Barbados e iniciou um processo de expansão da escravidão para as demais colônias caribenhas e norte-americanas<sup>124</sup>.

A escravidão foi o regime de trabalho mais utilizado em regiões com grande extensão de terras cultiváveis nos Estados Unidos. A servidão, empregada pelos ingleses, já figurava como uma forma de trabalho compulsório bastante próximo da escravidão, apesar de não enviar - em geral - mulheres e crianças para os campos. Desta maneira, a adoção da escravidão negra como sistema predominante de trabalho na América não se deu de forma brusca; pelo contrário, os ingleses passaram a comprar negros africanos inserindo-os em um sistema de produção que já estava estabelecido e em pleno funcionamento há décadas<sup>125</sup>.

Em fins do século XVII, aproximadamente metade da força de trabalho ativa nos Estados Unidos era composta por trabalhadores escravos - incluindo aqueles que estavam em situação de escravidão temporária por dívidas ou cumprimento de penas<sup>126</sup>. No último quarto do século, a importação de escravos africanos deu um salto - e com o maior número de homens e mulheres cativos adentrando o país rapidamente aumentaram também os números relativos a escravos nascidos na América, não apenas em regiões que viriam a compor os estados sulistas, mas de forma mais ou menos homogênea ao longo das 13 colônias. Segundo Grinberg e Peabody,

(...) Rhode Island, o vale do rio Hudson e partes de Nova Jersey tinham população significativa de escravos; em meados do século XVIII, a cidade de Nova York tinha a segunda maior proporção de escravos urbanos entre as cidades das Treze Colônias (a cidade com maior proporção de escravos era Charleston, em South Carolina).<sup>127</sup>

Assim, essas regiões, desde os primeiros anos do tráfico, se encontravam intimamente ligadas à lógica escravista. Massachusetts, Rhode Island, Connecticut e Nova York, tinham participação em empréstimos, no ramo naval, na produção de açúcar e itens de subsistência ligados à escravidão. Além disso, essas regiões também começavam a gozar dos primeiros lucros do tráfico caribenho. Desta maneira, as colônias ao norte não cogitavam, neste primeiro momento, a abolição total e irrestrita - mesmo quando não tinham altos índices de população escrava<sup>128</sup>.

No século XVIII a escravidão continuou seu processo de expansão nas colônias britânicas. Contudo, foi nesse momento que uma nova ideia começou a ser gestada, uma ideia

---

<sup>124</sup> Idem, p. 46.

<sup>125</sup> Idem, p. 290-303.

<sup>126</sup> Idem, p. 300.

<sup>127</sup> GRINBERG; PEABODY, p. 46.

<sup>128</sup> Idem, p. 46.

que apontava a escravidão como uma instituição injusta e fadada ao desaparecimento. Assim, segundo Grinberg e Peabody, podemos identificar o princípio de uma ideia abolicionista ainda no século XVIII.

Notavelmente, uma das forças que ajudaram no surgimento do abolicionismo inglês foi a resistência escrava. Cativos sempre agiram de forma a garantir sua liberdade individual e coletiva, e isso impeliu também alguns ingleses a abraçarem a causa da abolição. Além disso, a existência de uma certa tradição popular antiescravista, a defesa da igualdade por algumas minorias religiosas – como os Quakers que vieram para a América fugindo de perseguições religiosas na Europa – e o pensamento iluminista, que atingia parte das elites, foram fatores que ajudaram a fomentar os primeiros questionamentos acerca da manutenção do sistema escravista.

Desta maneira, quando as 13 colônias declararam sua independência, a ideia de que a escravidão era errada e deveria ser combatida já era bastante conhecida na Europa e mesmo em possessões inglesas na América – como Pennsylvania e Massachusetts, que já tinham suas próprias sociedades antiescravista<sup>129</sup>. Logo após a independência, em 1787, o próprio Congresso americano já se posicionava de forma contrária à escravidão, declarando que “nenhum escravo deve ser importado para qualquer uma das treze colônias”. Neste mesmo ano foi aprovada a *Northwest Ordinance*, documento que proibiu a escravidão ao norte do rio Ohio e a oeste do rio Mississippi. Contudo, como sabemos, as determinações do congresso, em sua maioria, não foram nem de longe, obedecidas, em muito pela pressão de estados sulistas, como a Georgia, que ameaçava não se juntar ao novo país caso qualquer restrição à escravidão fosse incorporada ao texto constitucional<sup>130</sup>.

Com o advento do século XIX, a força laboral empregada nas grandes lavouras aumentou exponencialmente, o mercado de cativos se tornou – progressivamente - menos segmentado<sup>131</sup>, e o crescimento vegetativo de escravos teve um novo salto. Diferentemente da política adotada quanto ao embarque de servos ingleses, mulheres e homens africanos eram embarcados em proporções mais equilibradas, o que possibilitou o aumento populacional de cativos mesmo após a proibição do tráfico em 1808. Nesse cenário, o mercado interno de escravos africanos se expandiu e aumentou substancialmente seus lucros<sup>132</sup>.

---

<sup>129</sup> Idem, p. 47-48.

<sup>130</sup> Idem, p. 56.

<sup>131</sup> ELTIS; RICHARDSON, op. cit. p. 34.

<sup>132</sup> MORGAN, op cit., p. 300-398.

É também a partir do século XIX – com o ingresso de novos estados na federação, como o Texas (1845) e o Missouri (1821) – que o governo federal norte-americano passou a legislar de forma mais específica sobre a legalidade, ou não, da escravidão nas diferentes regiões do país. Enquanto o governo autorizou alguns estados a manterem seus escravos, vários outros foram proibidos de o fazer, tais como Ohio, Indiana, Illinois, Wisconsin, Michigan, Califórnia, Oregon, Minnesota, Iowa, Nebraska e Kansas. Contudo, a proibição da escravidão nessas regiões não foi, nem de longe, suficiente para acabar com as tensões raciais que ali existiam. Vários estados – como Oregon, Illinois e Indiana – legislavam de forma a manter os negros segregados, podendo, inclusive, impedi-los de adentrar suas fronteiras. Além disso, eles não eram considerados cidadãos e não tinham seus direitos mais básicos assegurados pelo Estado<sup>133</sup>.

Foi também neste momento que se fortaleceu a ação de missionários – imbuídos de um revivalismo religioso - que propagavam entre os escravos ideias de emancipação. Essas ideias tiveram grande repercussão entre a população cativa e influenciaram o surgimento de grandes revoltas escravas em diferentes localidades da América inglesa. Nos Estados Unidos, a maior delas foi a revolta liderada pelo escravo Nat Turner em 1831, na Virgínia<sup>134</sup>. Esta rebelião escrava terminou com a morte de aproximadamente 55 brancos e quase 200 negros<sup>135</sup>. Esse episódio demonstra como, mesmo antes da Guerra Civil, grupos de escravos já se organizavam de forma a empreender resistências violentas à escravidão.

A partir de 1840 os preços relativos à aquisição de escravos africanos subiram vertiginosamente. Foi neste período que o tráfico interamericano viveu um período de expansão. Segundo Eltis e Richardson, o fato de que o poder de compra dos senhores era grande o suficiente para arcar com a alta dos preços indica um aumento na produtividade do trabalho<sup>136</sup>.

A tabela abaixo nos ajuda a visualizar esse panorama do tráfico de escravos para a América inglesa desde o século XVI até o século XIX.

---

<sup>133</sup> GRINBERG; PEABODY, op. cit., p. 61.

<sup>134</sup> Sobre a revolta de Nat Turner, ver: APTHEKER, Herbert. *Nat Turner's Slave Rebellion*. New York: Humanities Press, 1966.

<sup>135</sup> GRINBERG; PEABODY, op. cit., p. 51.

<sup>136</sup> ELTIS; RICHARDSON, op. cit., p. 31.

Tabela I - Volume de escravos africanos desembarcados por região de chegada nas Américas e por período de anos, 1519-1867 (em milhares)

	Estados Unidos	Ilhas Leeward inglesas	Ilhas Windward e Trinidad	Jamaica	Barbados	Guianas	Windward francesas	Saint Domingue
1519-1600	0	0	0	0	0	0	0	0
1601-1650	0.8	1	0.2	0	22.4	0	1	0
1651-1675	0.9	5.6	0	22.3	63.2	8.2	6.5	0
1676-1700	9.8	26.6	0	73.5	82.3	27.8	16.6	4.8
1701-1725	37.4	35.4	0.6	139.1	91.8	24.4	30.1	44.5
1726-1750	96.8	81.7	0.3	186.5	73.6	83.6	66.8	144.9
1751-1775	116.9	123.9	120	270.4	120.9	111.9	63.7	247.5
1776-1800	24.4	25.3	197.5	312.6	28.5	71.2	41.2	345.8
1801-1825	73.1	5.3	43	70.2	7.6	71.8	58.8	0
1826-1850	0	0	0.5	2.1	0.9	4.8	19.5	0
1851-1867	0.3	0	0	0.4	0	0	0	0
Todos os anos	360.4	304.2	362	1077.1	491.2	403.7	304.2	787.4
% do tráfico	3.7	3.2	3.7	11.2	5.1	4.2	3.1	8.2

Fonte: ELTIS, David. The Volume and Structure of the Transatlantic Slave Trade: A Reassessment. *William and Mary Quarterly*. v. 58, n. 1, p. 139-170, 2001.

A partir da tabela, notamos que o volume de desembarques nos Estados Unidos começou a crescer de forma significativa a partir de 1676, tendo seu ápice justamente entre as décadas de 1751-1775, um ano antes das 13 colônias declararem sua independência. Após 1776, o cenário é de declínio no volume dos desembarques até vivenciar um novo crescimento – ainda que menor - nas primeiras décadas do século XIX. Esse acréscimo no volume de desembarques foi, certamente, fruto da demanda por trabalho escravo nas grandes *plantations* sulistas, uma vez que os estados do norte já haviam – quase todos – abolido a escravidão<sup>137</sup>.

O quadro relativo ao volume de escravos africanos desembarcados nos Estados Unidos nos ajuda a compreender e visualizar melhor o crescimento demográfico dos escravos nesse país. Mesmo que esse aumento de cativos nunca tenha chegado a números tão grandes quanto aqueles visualizados para outras localidades da América, esse crescimento é fundamental para que possamos compreender o papel estrutural dos escravos na sociedade norte-americana. Foi também desde o princípio da colonização que essa população escrava procurou organizar-se para obter a liberdade de forma individual e coletiva, através, por exemplo, de revoltas. Além

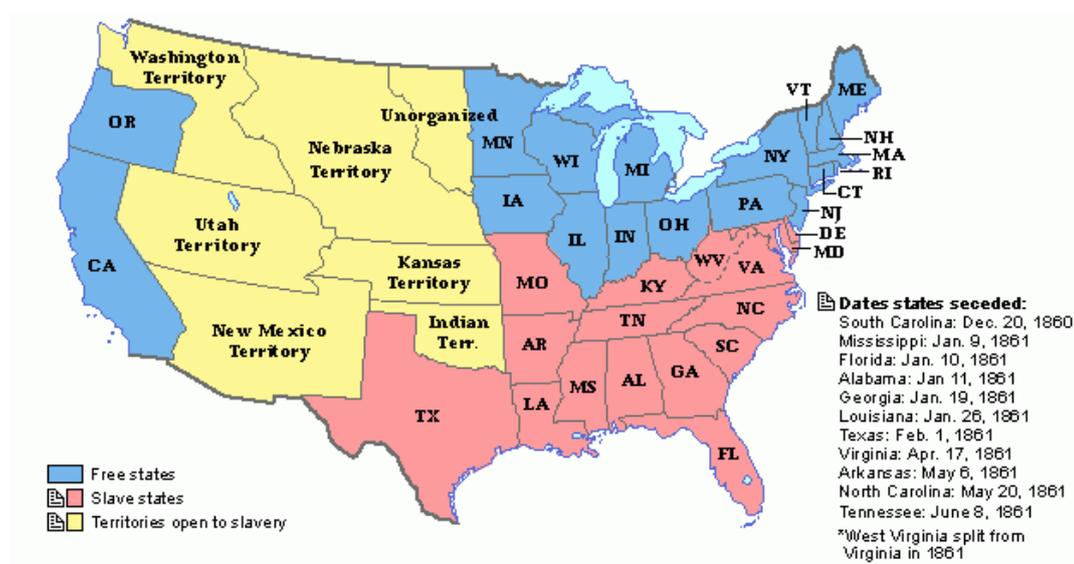
<sup>137</sup> ELTIS, David. The Volume and Structure of the Transatlantic Slave Trade: A Reassessment. *William and Mary Quarterly*. v. 58, n. 1, p. 139-170, 2001.

disso, a análise dos primórdios da escravidão nos Estados Unidos de seus primórdios até meados do século XIX, nos auxilia na compreensão do panorama que o país teria em 1860, quando 15 estados eram oficialmente escravistas (Alabama, Arkansas, Delaware, Florida, Georgia, Kentucky, Louisiana, Maryland, Mississippi, Missouri, Carolina do Norte, Carolina do Sul, Tennessee, Texas e Virginia) e 18 declaravam-se não adeptos do trabalho escravo (Oregon, Califórnia, Minnesota, Iowa, Illinois, Wisconsin, Michigan, Nova York, Indiana, Ohio, Pennsylvania, Nova Jersey, Massachusetts, Rhode Island, Vermont, Connecticut, New Hampshire e Maine).

## 1.2 UMA NAÇÃO DIVIDIDA: A GEOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO

Em 1860 os Estados Unidos possuíam uma configuração muito diferente dos dias atuais. Tendo em vista que o processo de expansão para oeste ainda não estava finalizado, a vasta área que compreendia o espaço entre o Missouri e a Califórnia - o "oeste selvagem" - ainda estava por ser conquistada das mãos dos indígenas e apresentava-se como um vazio demográfico diante do incremento populacional do leste e da costa do Pacífico. Economicamente sua importância também era quase nula, a exploração de recursos minerais ainda era bastante restrita e o número de fazendas, praticamente, insignificante<sup>138</sup>. O jovem país era formado por trinta e três estados e sete territórios, sendo que deste montante quinze estados eram oficialmente escravistas, conforme o mapa abaixo:

Mapa II – Estados e Territórios dos Estados Unidos em 1860



Fonte: <http://storiesofusa.com/images/csa-states-map.png> Acesso em: 14 set. 2014.

<sup>138</sup> HOBBSAWM, Eric. *A era do Capital: 1848-1875*. 13 ed. São Paulo: Paz e terra, 2007 [1977]. p. 153.

Tendo em vista a dimensão do país, o volume populacional e o número de estados que admitiam a escravidão, pode-se analisar com maior precisão os dados que foram coletados pelo censo nacional realizado em 1860 – ou seja, um ano antes da eclosão do conflito civil. O censo apresenta números expressivos quanto à população escrava no século XIX, como podemos observar na Tabela II.

<b>Tabela II - 1860 Census</b>	
<b>Total Population</b>	<b>31,183,582</b>
<b>Free Colored Persons</b>	<b>476,748</b>
<b>Total Free Population</b>	<b>27,233,198</b>
<b>Total Number of Slaves</b>	<b>3,950,528</b>
<b>Slaves as % of Population</b>	<b>13%</b>
<b>Total Number of Families</b>	<b>5,155,608</b>
<b>Total Number of Slaveholders</b>	<b>393,975</b>
<b>% of Families Owning Slaves</b>	<b>8%</b>

Fonte: The Civil War Home Page

Percebemos que o total de 13% da população que foi registrada como escrava compõe um número bastante expressivo. As poucas famílias que detinham a posse de cativos - apenas 8% - em sua maioria residiam, ao que tudo indica, em estados situados na porção sul do país, justamente aqueles que viriam a se rebelar e declarar secessão um ano mais tarde. Por outro lado, apesar do montante de pessoas livres corresponder a 87% da população, apenas 1,6% delas eram negras<sup>139</sup>.

A predominância do sistema escravista no sul fica bastante evidente quando visualizamos separadamente os dados de cada estado e de alguns territórios na Tabela III.

---

<sup>139</sup> 1860 Census. Disponível em: <http://www.civil-war.net/> Acesso em: 14 set. 2014.

**Tabela III - resultados do censo de 1860**

STATE	TOTAL POPULATION	TOTAL NO. OF SLAVES	NO. OF FAMILIES	TOTAL FREE POPULATION	TOTAL NO. OF SLAVEHOLDERS	PERCENT OF FAMILIES OWNING SLAVES	SLAVES AS PERCENT OF POPULATION
ALABAMA	964.201	435.080	96.603	529.121	33.730	35%	45%
ARKANSAS	435.450	111.115	57.244	324.335	11.481	20%	26%
CALIFORNIA	379.985	0	98.767	379.994	0	0%	0%
CONNECTICUT	460.138	0	94.831	460.147	0	0%	0%
DELAWARE	112.216	1.798	18.966	110.418	587	3%	2%
FLORIDA	140.424	61.745	15.090	78.679	5.152	34%	44%
GEORGIA	1.057.286	462.198	109.919	595.088	41.084	37%	44%
ILLINOIS	1.711.942	0	315.539	1.711.951	0	0%	0%
INDIANA	1.350.419	0	248.664	1.350.428	0	0%	0%
IOWA	674.904	0	124.098	674.913	0	0%	0%
KANSAS	107.206	2	21.912	107.204	2	0%	0%
KENTUCKY	1.155.684	225.483	166.321	930.201	38.645	23%	20%
LOUISIANA	708.002	331.726	74.725	376.276	22.033	29%	47%
MAINE	628.270	0	120.863	628.279	0	0%	0%
MARYLAND	687.049	87.189	110.278	599.860	13.783	12%	13%
MASSACHUSETTS	1.231.057	0	251.287	1.231.066	0	0%	0%
MICHIGAN	749.104	0	144.761	749.113	0	0%	0%
MINNESOTA	172.014	0	37.319	172.023	0	0%	0%
MISSISSIPPI	791.305	436.631	63.015	354.674	30.943	49%	55%
MISSOURI	1.182.012	114.931	192.073	1.067.081	24.320	13%	10%
NEBRASKA	28.841	15	5.931	28.826	6	0%	0%
NEVADA	6.848	0	2.027	6.857	0	0%	0%
NEW HAMPSHIRE	326.064	0	69.018	326.073	0	0%	0%
NEW JERSEY	672.035	0	130.348	672.017	0	0%	0%
NEW YORK	3.880.726	0	758.420	3.880.735	0	0%	0%
NORTH CAROLINA	992.622	331.059	125.090	661.563	34.658	28%	33%
OHIO	2.339.502	0	434.134	2.339.511	0	0%	0%
OREGON	52.456	0	11.063	52.465	0	0%	0%
PENNSYLVANIA	2.906.206	0	524.558	2.906.215	0	0%	0%
RHODE ISLAND	174.611	0	35.209	174.620	0	0%	0%
SOUTH CAROLINA	703.708	402.406	58.642	301.302	26.701	46%	57%
TENNESSEE	1.109.801	275.719	149.335	834.082	36.844	25%	25%
TEXAS	604.215	182.566	76.781	421.649	21.878	28%	30%
VERMONT	315.089	0	63.781	315.098	0	0%	0%
VIRGINIA	1.596.318	490.865	201.523	1.105.453	52.128	26%	31%

Fonte: The Civil War Home Page

Os estados que possuíam as maiores percentagens de população escrava estavam, situados no *Deep South*<sup>140</sup>, região que baseava sua economia na monocultura típica do sistema de *plantation*. A Carolina do Sul possuía o maior índice de população escrava, sendo que 57% de seus residentes eram cativos pertencentes a uma elite formada por 46% das famílias locais. Essas estirpes detinham a maior parte das terras e comandavam a política a nível regional. Os estados situados no Vale do Rio Mississippi, região de altíssima produtividade, também aparecem no censo como áreas de grande concentração de população escrava. O Mississippi possuía 55% de população escrava, enquanto que em Louisiana a percentagem era de 47%. Os demais estados situados no extremo sul apresentavam números igualmente altos: Alabama

<sup>140</sup> Ver léxico em Anexo I.

mantinha 45% de população escrava, enquanto que na Florida e na Georgia a cifra era de 44%<sup>141</sup>.

Por outro lado, nos estados fronteiriços os números são bem mais baixos. A escravidão era admitida, porém os estados não pareciam depender tanto deste sistema de trabalho, na medida em que a parcela de sua população mantida como escrava é consideravelmente menor em comparação com outros estados situados no vale do Mississippi. No Kentucky 20% da população era escrava, enquanto que no Missouri o total de escravos não passa de 10% da população total. Em todos os casos o número de famílias proprietárias de escravos é bastante reduzido, o que nos ajuda a compreender a formação de elites locais que adentravam o cenário político com o objetivo de preservar o sistema de monocultura extensiva baseada no trabalho escravo<sup>142</sup> - aquelas elites às quais se referia Jack Greene quando dizia que a revolução americana havia sido conservadora, pois esses grupos dominantes desejavam perpetuar seu poder a nível estadual e trabalharam desde antes de 1776 para proteger sua propriedade – o que incluía suas vastas escravarias.

Por outro lado, os estados do norte apresentavam números muito reduzidos ou inexistentes de escravos em sua população. Essa configuração foi tributária de políticas que vigoraram entre 1777 e 1808 em quase todos os estados nortistas. Eram medidas constitucionais – emendas, atos e proclamações – que visavam a proibição da escravidão e a emancipação dos escravos<sup>143</sup>. Conforme visto, desde a independência – ou até mesmo antes dela – a população escrava já diminuía significativamente nos estados do norte. Esses estados vinham, inclusive, libertando escravos mediante seu ingresso no exército. Estimativas apontam que aproximadamente 5 mil escravos lutaram ao lado dos colonos americanos na guerra de independência e, ao que tudo indica, ao menos uma parcela deles recebeu sua liberdade por isso<sup>144</sup>. Segundo Grinberg e Peabody, como os números relativos à população escrava continuaram caindo após a vitória sobre os ingleses, no início da década de 1800 “(...) praticamente todos os estados do norte desistiram de investir na escravidão”<sup>145</sup>.

A partir desses dados, se torna mais fácil compreender a configuração que o país teria em 1861, quando se consolidaram as alianças que levaram à criação dos Estados Confederados do Sul e à permanência dos estados fronteiriços escravistas na União, conforme o mapa III:

---

<sup>141</sup> 1860 Census. Disponível em: <http://www.civil-war.net/> Acesso em: 14 set. 2014.

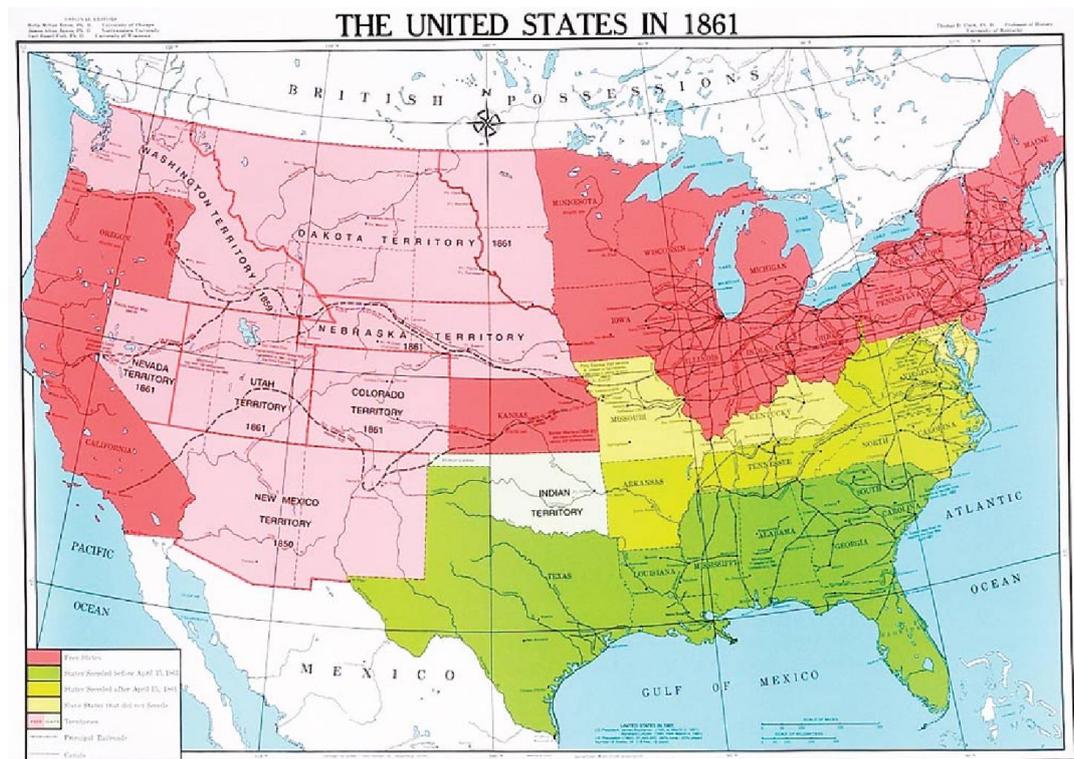
<sup>142</sup> Idem, ibidem.

<sup>143</sup> FONER, op. cit., p.18-19.

<sup>144</sup> GRINBERG; PEABODY, op. cit., p. 57.

<sup>145</sup> Idem, p. 57.

### Mapa III – Os Estados Unidos em 1861



Fonte: <http://www.worldmapsonline.com/images/Cram/History/unitedstates1861.jpg> Acesso em: 14 set. 2014

A legenda do mapa se refere respectivamente a:

01. Estados livres
02. Estados que declararam secessão antes de abril de 1861.
03. Estados que declararam secessão após abril de 1861.
04. Estados escravistas que não declaram secessão.
05. Territórios.
06. Principais estradas de ferro.
08. Canais.

Ao nos voltarmos novamente para o censo por estado, percebemos que nos casos específicos de Illinois e Indiana a percentagem de escravos é nula, dado que por si próprio já evidencia contradições. Esse número absoluto pode ser contestado, pois a proibição legal da escravidão nas constituições estaduais não significou a libertação imediata de todos os escravos. A lei possuía brechas, e o número de recursos jurídicos empregados por senhores de escravos era muito grande. Além disso, a reescravização, o contrabando e a utilização ilegal de mão de obra cativa nos fazem desconfiar de um dado absoluto que indique a inexistência de escravos nesses estados incrustados na divisa com o sul.

Contudo, temos de levar em consideração as motivações políticas que envolveram a elaboração do censo. Para além dessa questão, pesam também as vicissitudes de um levantamento populacional realizado em um período conturbado da história dos Estados

Unidos, e em uma época na qual a omissão e a perda de dados era muito grande. O censo possivelmente não atingiu as áreas mais remotas do país, deixando - muito provavelmente - centenas de pessoas fora da contagem. A malha ferroviária estava muito longe de estar completamente desenvolvida, o oeste ainda era um território basicamente indígena, desconhecido e pouco explorado, e as tensões sociais e políticas entre regiões com projetos tão diferentes como o norte e o sul possivelmente impediram a elaboração de um censo mais apurado. Independentemente da pouca precisão, perda e/ou manipulação de dados, o censo auxilia na compreensão do panorama da escravidão e sua distribuição geográfica às vésperas da secessão.

Ao cruzarmos os dados relativos ao desembarque de escravos africanos nos Estados Unidos, elaborados por Eltis (Tabela I), com aqueles apresentados pelo censo populacional de 1860, percebemos que a reprodução do sistema escravista norte-americano é marcada por sua característica endógena. Também torna-se evidente que o montante final de 360,4 milhões de escravos desembarcados nos Estados Unidos para todos os anos entre 1519 e 1867 é relativamente baixo, se comparado com outras regiões do continente<sup>146</sup>. Isso foi suficiente para que alguns historiadores afirmassem que a percentagem de escravos - em comparação com o número de brancos - era baixa, mesmo em estados do sul, o que caracterizaria uma sociedade com escravos, mas não uma sociedade escravista<sup>147</sup>.

Baseando-nos nos escritos de Finley, compreendemos que essa sociedade era, sim, escravista, uma vez que as bases de sua política, economia e vida social repousavam sobre o sistema de trabalho escravo. Uma sociedade não é escravista apenas em função do número de cativos, mas antes porque a presença destes revela a função estrutural da escravidão naquela sociedade.

Nos parece igualmente inegável o peso do crescimento demográfico dos cativos no sul e o impacto disso no norte. O aumento da população negra como um todo assustava as autoridades e, sobretudo, a opinião pública nortista. Vistos pela maioria branca como uma raça inferior, os negros passaram a sofrer restrições mesmo em estados aonde a escravidão já fora proibida. Illinois e Indiana, por exemplo, possuíam políticas específicas que visavam cercear o crescimento da população negra<sup>148</sup>. Nesses estados, os questionamentos voltavam-se, não menos, para a antiga questão da mão de obra. Como deveriam ser empregados negros livres?

---

<sup>146</sup> ELTIS, David. The Volume and Structure of the Transatlantic Slave Trade: A Reassessment. *William and Mary Quarterly*, v. 58, n. 1, p. 139-170, 2001.

<sup>147</sup> HOBBSAWN, op cit., p. 154.

<sup>148</sup> FONER, op. cit., p. 16.

Quais seriam o tratamento e o salário ideal para esses trabalhadores? Como manter a lucratividade da produção com um regime de trabalho diferenciado do escravocrata? Essas questões tornaram-se urgentes e adentraram o cenário da política nacional.

As diferentes regiões do país apresentavam projetos de emancipação diferenciados e incompatíveis – ou simplesmente não os apresentavam. Como a maioria dos estados do norte já havia abolido a escravidão em suas constituições, é inegável que um processo emancipatório já estava em curso. Por outro lado, esse mesmo processo não encerrava em si um esboço de um plano integrado para a abolição geral e irrestrita. Quando se tratava da emancipação, os mais diferentes valores e interesses econômicos e políticos entravam em jogo – e, claro, em conflito. Daí a dificuldade de um projeto unificado de emancipação para os escravos de todo o país<sup>149</sup>.

Em um primeiro momento, a inexistência de um poder altamente centralizado exercido pela Inglaterra pode parecer uma anomalia, porém para todo o processo histórico norte-americano essa relação da metrópole com as colônias é completamente lógica, uma vez que a própria independência se deu em função da manutenção da autonomia das colônias frente à metrópole e de umas em relação às outras. A Constituição Americana é sintética até hoje. São poucos os preceitos constitucionais que agem sobre os americanos. A maior parte da legislação é local e difere de estado para estado e, dentro desses, as legislações municipais também são muito díspares. Tudo conflui para a preservação da autonomia e de “direitos individuais”. Contudo, “escravos”, “negros”, “mestiços” são categorias coletivas. Nos Estados Unidos pós-independência, este aspecto entrou em conflito com a teoria contratualista e de direitos individuais que influenciou os “arquitetos” da independência americana.

Notavelmente, a inexistência de um plano nacional de abolição da escravidão não impediu a ação individual e coletiva daqueles que, apesar de muito diferentes entre si, estavam sujeitos ao mesmo tipo de opressão - a privação da liberdade. Os escravos eram vistos coletivamente, ao passo que os proprietários, cada um deles, como indivíduos, tinham direito a ter propriedades - inclusive sobre outras pessoas -, o que evidencia uma contradição entre o direito individual e o direito coletivo à liberdade. O tipo de escravidão específico que cada cativo sofria era diferente, mas todos eles, tendo por característica comum - serem negros - eram coletivamente privados de liberdade. Contudo, poderiam ainda, ser individualmente agraciados com ela.

Conforme visto anteriormente, revoltas escravas pontuais eclodiram ao longo do século XIX, demonstrando o poder de organização de grupos de escravos que resolveram lutar por sua

---

<sup>149</sup> Idem, p. 17-18.

liberdade muito antes da Guerra Civil e da proclamação de emancipação. Muitos outros procuraram lutar de forma individual, inserindo-se na política dos brancos e procurando, através da lei, obter sua liberdade. Em um caso raro, mas também bastante notório, o ex-escravo Frederick Douglass conseguiu inserir-se de tal forma no jogo político-partidário americano que acabou influenciando vários políticos e autoridades – até mesmo o presidente Lincoln chegou a recebê-lo e, há quem diga, aconselhou-se com Douglass sobre assuntos relacionados à guerra e à escravidão.

Desta maneira, mesmo em espaços que, a princípio, estariam restritos à elite branca, os escravos conseguiram levar a cabo batalhas pessoais contra a escravidão. Com ações individuais e coletivas, eles conseguiram impelir as autoridades a discutir a questão da escravidão. Pressionando politicamente os governantes – muito preocupados com o crescimento econômico da nação –, escravos e libertos influenciaram as discussões no Congresso e colocaram a escravidão no centro dos debates.

Para compreender melhor o contexto em que essas pessoas agiam, é preciso voltar-se para o cenário em que elas atuavam. Para tanto, no próximo subcapítulo nos debruçaremos sobre este grande panorama dos Estados Unidos antes da secessão – tema exaustivamente estudado pela vasta historiografia da secessão.

### 1.3 ESCRAVIDÃO, POLÍTICA E ECONOMIA NOS ESTADOS UNIDOS ÀS VÉSPERAS DA SECESSÃO

O início do século XIX foi marcado por uma revolução de mercado nos Estados Unidos. A economia nacional consolidou-se e, progressivamente, as diferenças entre uma sociedade que adotara o sistema de trabalho livre e outra que era adepta da escravidão foram se intensificando. Paulatinamente, a escravidão tornava-se uma particularidade sulista, afastando a região do resto da federação. Esse movimento de isolamento se deu, em parte, pela proibição da importação de escravos, que vigorava desde 1808, mas também porque a ideologia liberal burguesa, que entranhava-se na moral norte-americana, começava a ver essa região como um entrave ao desenvolvimento do país - um obstáculo à marcha irresistível da história e do progresso, à missão que os Estados Unidos tinham de demonstrar ao resto do mundo o poder das instituições livres<sup>150</sup>. Esse embate, progressivamente, passou a dominar as esferas política, econômica e social dos estadunidenses, dividindo aqueles que haviam se unido para derrotar os ingleses.

---

<sup>150</sup> HOBBSAWN, op cit., p.155.

O norte possuía uma economia em movimento, integrando fazendas comerciais, centros urbanos e indústrias que cresciam rapidamente. A construção de canais para escoamento da produção potencializava a utilização das vias fluviais e proporcionou o advento do barco a vapor no país. Em terra, a construção de estradas de ferro se intensificara. A economia dos estados nortistas vivia um período de diversificação e modernização. Era na porção norte do país que estavam concentradas a maior parte da população, dos recursos e da produção. Neste período de transição entre velhas e novas tecnologias, a circulação de dinheiro era precária. Porém, o alvorecer de uma economia de mercado despontava nos estados do norte<sup>151</sup>.

Enquanto isso, o grande império do algodão dos estados da costa sul, situados no Golfo do México, vivia sua época áurea com o crescimento da demanda interna e externa pelo produto. Arelados à antiga metrópole, os estados sulistas vendiam a maior parte de sua produção para a Inglaterra. Neste contexto, os grandes proprietários começavam a vislumbrar na expansão da lavoura algodoeira para oeste a chave para a maximização de seus lucros. Essa expansão incluiria a adesão dessas regiões ao estilo de vida sulista; o estilo de uma sociedade e de uma economia agrárias, baseadas no sistema de *plantation* que empregava mão de obra escrava.

De forma geral - apesar do rápido desenvolvimento da indústria e do comércio -, os Estados Unidos como um todo ainda eram um país basicamente rural. Em uma sociedade de *cowboys* ligados ao campo, disseminou-se a "utopia do solo livre", conforme defendido por Eric Hobsbawn. Principalmente entre os residentes do meio-oeste, a ideia de um país formado por trabalhadores livres que viviam da terra tornou-se particularmente popular - até mesmo porque aqueles que aventuravam-se no oeste não eram proprietários de escravos, mas antes brancos pobres à procura de melhores condições de vida, ou, apenas de uma boa dose de emoção<sup>152</sup>.

Essa concepção de que os Estados Unidos seriam uma república de oportunidades para o enriquecimento de fazendeiros livres não previa a integração dos negros, porém, por outro lado, não aceitava o sistema de trabalho escravo. Tal ideologia propagou-se por todo o norte e novas relações surgiram com o advento de uma sociedade industrial<sup>153</sup>.

Assim, enquanto aos nortistas interessava um projeto de nação baseado na indústria manufatureira, na intervenção estatal e no sistema de trabalho livre, os senhores de escravos sulistas defendiam a manutenção dos laços com a antiga metrópole e a expansão das grandes

---

<sup>151</sup> Idem, p. 155

<sup>152</sup> Idem, p. 156

<sup>153</sup> FONER, op. cit., p. 62.

lavouras algodoeiras para oeste. Essa ideia da dilatação das *plantations*, do sistema de trabalho escravo e da sociedade agrária sulista para oeste alarmava os políticos e boa parte da opinião pública nortista. Contudo, entre 1788 e 1848 a presidência dos Estados Unidos esteve nas mãos de democratas representantes dos interesses dos proprietários de terras e escravos, aos quais interessava - e muito - a expansão da escravidão.

Porém, o antagonismo crescente entre as duas regiões não significa que os estados livres do norte não desfrutassem das riquezas geradas pela escravidão sulista. Notavelmente, o sul era um mercado em potencial para a produção dos fazendeiros livres do meio-oeste. Além disso, o valor econômico dos escravos era maior do que o valor agregado de todos os bancos, ferrovias e fábricas dos Estados Unidos. Segundo Eric Foner, “Em extensão geográfica, população e importância econômica institucional, o sul foi o lar do sistema escravista mais poderoso que o mundo moderno conheceu”.<sup>154</sup>

O fato de que o norte, em alguma medida, também dependia da escravidão, nos parece mais uma evidência de que a sociedade americana era escravista, pois o impacto da escravidão, as riquezas que ela gerava e a ideologia que reproduzia estavam também entranhados na política econômica e na vida nortista – ou seja, compunham um traço estrutural do país naquele momento.

Contudo, a proibição da escravidão na maioria dos estados do norte acentuou a divisão do país em linhas geográficas mais ou menos associadas à utilização de mão de obra livre ou escrava. O norte gozava, sim, das riquezas geradas pela escravidão, porém compreendia que esse modelo estava se esgotando e precisava dar lugar a um novo um sistema produtivo

O sul possuía, à essa época, um dos sistemas escravocratas mais pujantes do mundo, e as propostas - cada vez mais frequentes - de emancipação gradual que surgiam no Congresso alarmavam seus representantes e a comunidade branca sulista. Desta maneira, progressivamente os debates entre nortistas e sulistas se intensificaram. A discussão não versava mais apenas sobre qual era o sistema de trabalho que deveria ser adotado pela federação, mas antes dizia respeito a que tipo de nação os Estados Unidos da América desejavam ser<sup>155</sup>.

O norte já havia feito sua escolha. A abolição gradual que estava em vigor há décadas na maioria dos seus estados já evidenciava uma primeira emancipação. Porém, como vimos anteriormente, isso não significa que eles desejassem um status social igualitário para a

---

<sup>154</sup> Idem, p. 19.

<sup>155</sup> Idem, p.19-20.

comunidade negra; não significa, ao menos, que existisse um projeto sólido para integrar essas pessoas na sociedade como trabalhadores livres. A maioria dos planos via na deportação dos negros a solução para o problema de convivência entre as raças.

É nesse contexto que ganha força a *American Colonization Society* (ACS), criada em 1817 por Robert Finley, de Nova Jersey. Essa sociedade foi uma coalizão formada principalmente por evangélicos e Quakers que apoiaram a abolição, juntamente com proprietários de escravos da região de Chesapeake, na Virgínia. Eles defendiam que o trabalho escravo não constituía o futuro econômico da nação. Porém, para os membros dessa organização, os negros libertos não poderiam viver em pé de igualdade com o homem branco por sua condição de inferioridade natural. Logo, deveriam ser enviados para regiões de clima tropical, fora dos Estados Unidos, onde pudessem dispor de sua vida em liberdade.

Para muitos senhores, esse plano de colonização foi visto como uma chance viável de diminuir os “problemas” com libertos e afastar o risco de rebeliões. Assim, a ACS constituiu o principal veículo de apoio ao plano de retorno de negros livres para a África – a “repatriação” ou “colonização” que objetivava a criação de uma colônia em Serra Leoa. Foram também os esforços da ACS, sobretudo de Finley, que ajudaram na criação da Libéria entre 1821 e 1822. Desta maneira, sob o pretexto de que somente na África os negros poderiam desfrutar de todas as suas liberdades, milhares foram enviados à Libéria<sup>156</sup>.

Durante o período que antecedeu a Guerra Civil, a ACS - liderada por políticos do *Upper South*<sup>157</sup> - fortaleceu-se com os debates sobre a proibição da escravidão. Seus participantes defendiam assiduamente o envio de negros para fora dos Estados Unidos, para países latino-americanos ou para o continente africano, opondo-se aos ideais de grupos abolicionistas. Os integrantes da ACS compreendiam que a demanda abolicionista por uma emancipação imediata e sem compensação era radical. O plano de libertação dos escravos apresentado pelos defensores da colonização previa sua execução de forma lenta, gradual e compensada, afim de minimizar possíveis danos e prejuízos à economia dos estados escravistas. Desta maneira, a *American Colonization Society* definia-se apenas como uma organização antiescravista, visando marcar sua diferença em relação a grupos abolicionistas que ela considerava extremistas<sup>158</sup>.

---

<sup>156</sup> Sobre a *American Colonization Society*, ver: FINKELMAN, Paul (Org.). *Encyclopedia of African American History, 1619–1895: From the Colonial Period to the Age of Frederick Douglass*. New York: Oxford University Press, 2006. p. 57.

<sup>157</sup> Ver léxico em Anexo I.

<sup>158</sup> FONER, op. cit., p. 20.

Os abolicionistas - em sua maioria oriundos do noroeste, das regiões de Nova York e Nova Inglaterra - organizaram-se na *American Anti-Slavery Society* (1833-1870) e são considerados como o primeiro movimento racial integrado da história dos Estados Unidos. Enfatizando a crueldade da escravidão, foram eles os responsáveis por repensar e dar novo significado a ideais de liberdade pessoal, comunidade política e direito à cidadania, defendendo a manutenção de um Estado nacional que garantisse a liberdade e igualdade entre todos os americanos, independente de raça. Foram também os abolicionistas os primeiros a alegar que os Pais Fundadores da nação eram contrários à escravidão. Com uma leitura própria da Declaração de Independência, eles procuraram demonstrar que o documento continha em seu bojo uma condenação veemente da prática escravista, tendo em vista que defendia o direito à vida, liberdade e busca pela felicidade. Lincoln - declaradamente um antiescravista, jamais abolicionista - incorporou esse argumento e utilizou-o amplamente antes e depois da emancipação dos escravos, declarando que a escravidão era um atentado aos direitos sobre os quais repousavam as fundações da nação estadunidense<sup>159</sup>.

Enquanto as disputas se acirravam no campo político, na economia o norte se distanciava do sul. O desenvolvimento das estradas de ferro mudara a lógica do transporte e incrementara o processo de revolução mercadológica em curso no norte. Além disso, o advento das ferrovias proporcionara um aumento populacional e impulsionava uma economia que não mais se pretendia agrária. Para os estados do norte se tornava progressivamente mais difícil manter os laços econômicos com a região escravista. A própria malha ferroviária impossibilitava trocas mais acentuadas entre as duas partes do país, na medida em que as novas linhas se concentravam em direção ao oeste, não existindo linhas realmente importantes que interligassem norte e sul<sup>160</sup>.

Desta forma, em 04 de março de 1861 Abraham Lincoln assumiu a presidência de uma nação dividida pela adesão a um mercado livre ou protecionista e ao sistema de trabalho livre ou escravo. O sul via no oeste a terra ideal para a expansão do sistema escravista, a última cartada para fortalecer a sua economia fragilizada. O norte - sob a égide de preceitos liberais - pregava que somente o trabalho livre levaria os Estados Unidos a cumprirem sua missão grandiosa de ser a "terra dos livres e o lar dos bravos", um local de oportunidades para os que tivesse o imperativo de ser *self-made men*. A coexistência entre projetos tão desiguais parecia cada vez mais improvável, e os estados do sul estavam em tal situação de isolamento que a

---

<sup>159</sup> Idem, p. 21.

<sup>160</sup> HOBBSAWN, op cit., p. 155-156.

separação do resto da federação parecia a saída mais justa, honrosa e óbvia para o problema da coexistência e da interferência do governo federal. De acordo com Eric Hobsbawn,

O Norte estava numa posição de unificar o continente que o Sul não tinha. Agressivos em postura, o recurso real dos sulistas estava em abandonar a luta e separar-se da União, e isso foi o que fizeram quando a eleição de Abraham Lincoln de Illinois, em 1860, demonstrou que haviam perdido o 'Meio-Oeste'.<sup>161</sup>

Nenhum dos lados estava disposto a desistir de seus projetos. O norte insistia que o sistema de trabalho escravo era um atraso ao progresso da nação. O sul via na expansão da escravidão a chave para maximizar seus lucros. A guerra era iminente, e o sul - mesmo com menos recursos e homens - estava disposto a lutar.

Porém, antes de chegar aos campos de batalha, a guerra já vinha sendo travada entre os políticos representantes dos interesses das duas regiões. A polarização entre os principais partidos foi se evidenciando conforme a questão escravista não era solucionada. De um lado estava o Partido Republicano, formado em 1854 por antiescravistas e remanescentes do antigo Partido Whig (1833-1860), defensores de um projeto de modernização dos Estados Unidos. Do outro, estava o Partido Democrata, formado por setores mais tradicionais do protestantismo e do catolicismo romano; muito popular entre imigrantes e entre os proprietários de terra e escravos sulistas, esse partido criticava o intervencionismo, advogando que o governo federal deveria limitar-se a assegurar o direito à propriedade.

Tendo em vista este contexto, ao longo das próximas páginas, nos deteremos especificamente no impacto da questão escravista no âmbito político. Assim, procuraremos mapear as posições dos principais partidos, compreendendo que as disputas no Congresso acabaram ajudando a definir os rumos da secessão, e que elas foram também influenciadas pelas ações dos escravos que buscavam liberdade – mesmo estando a política vetada à sua participação direta.

#### 1.4 ESCRAVIDÃO E POLÍTICA PARTIDÁRIA

Na política partidária, as discussões sobre a manutenção do sistema escravista se acirravam progressivamente com o surgimento de novos partidos e agremiações. Nesse campo os negros estavam completamente proibidos de atuar, uma vez que não eram cidadãos. Assim, os brancos dominavam a política, digladiando-se em eleições, comícios, reuniões e debates.

---

<sup>161</sup> Idem, p. 156.

O Partido Whig compreendia o governo federal como um administrador ativo responsável pelo desenvolvimento econômico e moral da nação. A união gerada por esse agente aglutinador que era o Estado federal não deveria ser desestabilizada por quaisquer fatores internos e/ou externos. Desta maneira, seu programa contemplava uma modernização econômica aliada a um plano de expansão territorial organizado pelo governo - que passaria a tarifar os produtos importados e reter os recursos oriundos dessa tributação para alavancar a indústria nacional, além de oferecer terras gratuitas no oeste. Para tanto, ficaria a cargo do governo o investimento em ferrovias em direção ao Pacífico, estradas e canais, fornecendo infraestrutura interna para o mercado nacional. Esse projeto de modernização previa ainda a proteção ao trabalhador americano, garantindo sua inserção no mercado frente aos imigrantes que trabalhavam por salários mais baixos. Por fim, uma economia interna forte necessitava igualmente de uma moeda estável. Afim de garantir a estabilidade monetária, seria criado um banco nacional forte o suficiente para manter o dólar seguro<sup>162</sup>.

Aliado a esse plano de reestruturação econômica estava outro que contemplava uma espécie de reforma moral nos Estados Unidos. O partido Whig identificava os vícios e a falência educacional como grandes vilões do desenvolvimento norte-americano. Para tanto, seu projeto incluía uma reestruturação escolar que possibilitaria o incremento das noções de moral, cidadania e oportunidade individual. O desenvolvimento de noções cívicas aliado ao rápido desenvolvimento econômico possibilitaria a emergência do *self-made man* americano, aquele que mesmo vindo de origem humilde poderia galgar uma posição social de destaque por seu trabalho, esforço e auto-aperfeiçoamento, em um país onde as oportunidades seriam variadas<sup>163</sup>.

Entre os *whigs* haviam dissidências. Uma corrente mais progressista crescia dentro do partido, os *New School Whigs*. Em discordância com os *whigs* conservadores, que defendiam a existência de uma "aristocracia natural",<sup>164</sup> esse novo grupo – do qual fazia parte Abraham Lincoln - levantava a bandeira do direito de voto estendido à população mais humilde, abraçando a ideia de revolução democrática que remontava à independência do país. Entretanto, esse direito não abrangia a comunidade negra. Os *New School Whigs*, mesmo tendo uma visão diferenciada sobre a escravidão, não questionavam a superioridade do homem branco. Postura esta bastante conflitante, pois ao mesmo tempo em que a destruição da escravidão era defendida

---

<sup>162</sup> FONER, op. cit., p. 27.

<sup>163</sup> Idem, p. 27.

<sup>164</sup> Idem, p. 29.

enquanto questão moral - tendo em vista que os negros são homens e todos os homens merecem viver em igualdade -, o programa político do partido não contemplava políticas igualitárias<sup>165</sup>.

Inicialmente a questão escravista não estava no centro dos debates que aconteciam entre os *whigs*, porém esse panorama foi alterado devido à necessidade de se discutir o tema. Em meados de 1840, vários partidários - inclusive Lincoln - já apontavam a importância da questão, assinalando que as dissidências oriundas do debate escravista poderiam colocar em perigo o sucesso do partido e o próprio futuro dos Estados Unidos como uma federação. Desta maneira, por volta de 1850 uma crítica sólida à escravidão já havia sido elaborada. O Partido *Whig* havia incorporado a ideologia do trabalho livre - que via no escravismo um entrave ao desenvolvimento do país -, e o fim da escravidão foi adicionado a sua agenda política<sup>166</sup>.

Em oposição ao programa *whig* estava o Partido Democrata. Esse partido criticava o intervencionismo como defensor dos interesses dos ricos e cerceador das liberdades individuais. Imbuídos da ideologia do *laissez-faire*, os democratas condenavam a intervenção do Estado nas transações entre partes privadas, sendo que o governo federal deveria limitar-se a assegurar o direito de propriedade. A restrição à ação estatal referia-se, não menos, à questões morais, pois não cabia ao poder federal legislar a respeito desses temas<sup>167</sup>.

A partir de 1840 mais um partido entrou no cenário político norte-americano. Fundado por abolicionistas, o Partido da Liberdade, ainda que pequeno, defendia com veemência a não expansão e rejeição da escravidão pelo governo federal. Formado por dissidentes da *American Anti-Slavery Society*, o Partido da Liberdade afirmava que a Constituição era um documento contrário à escravidão e pregava a mudança através da via eleitoral. Para eles, através de políticas eleitorais era possível convencer a opinião pública dos malefícios e injustiças perpetuados pela escravidão<sup>168</sup>.

É interessante apontar que mesmo os abolicionistas mais radicais não ultrapassavam os limites do federalismo. Era defendido, sim, que o governo federal devia combater a escravidão, entretanto ele não detinha autoridade para intervir nos estados escravistas. Constitucionalmente, era possível apenas separar o governo central da escravidão, declarar a abolição em locais sob jurisdição federal - como era o caso do controverso Distrito de Columbia (Washington) - e revogar a Lei de Escravos Fugidos. Essa lei de 1850, também bastante contestada, era a reedição de uma antiga legislação de mesmo nome, datada de 1793. Nela constavam punições e multas

---

<sup>165</sup> Idem, p.25-41.

<sup>166</sup> Idem, p. 27.

<sup>167</sup> Idem, p. 27.

<sup>168</sup> Idem, p. 30.

para os oficiais que não prendessem escravos fugidos. Uma vez que o requerente jurasse a propriedade sobre um negro diante de um delegado federal, o suposto escravo deveria ser preso, sob suspeita de fuga, e devolvido ao seu senhor. Ao suspeito não era permitido um julgamento com júri e nem mesmo testemunhar em seu próprio nome – daí a dificuldade daqueles que ousavam se embrenhar em lutas judiciais contra antigos senhores. Além disso, qualquer pessoa que auxiliasse um escravo fugido estava sujeita a pena de seis meses de prisão e uma multa de mil dólares. Por outro lado, os oficiais que apreendessem negros fugidos tinham direito a promoções. Como resultado, milhares de negros - vários deles livres - sofreram processos de reescravização, haja vista o impedimento à sua defesa nas instâncias judiciais<sup>169</sup>.

Salientando a crueldade do sistema escravista como um todo, o Partido da Liberdade criticava duramente a existência de tal legislação. Entre os *whigs* a crítica era mais moderada. Lincoln, por exemplo, procurava se afastar dessa questão, mantendo o foco em impedir a expansão da escravidão. Paulatinamente, os programas diferenciados apresentados pelos partidos políticos da época foram entrando em choque.

Em 1846, com a eclosão da guerra contra o México a questão escravista surgiu no plano político nacional com força pela primeira vez, acirrando as disputas, sobretudo, entre *whigs* e democratas. Na defesa dos interesses *whigs* dois políticos se sobressaíram, ambos de Illinois, Lyman Trumbull e Abraham Lincoln. O senador Trumbull se notabilizaria mais tarde pelos projetos de ambos os *Confiscation Acts* e pela coautoria da 13ª emenda, porém nessa época já despontava como aguerrido antiescravista. Lincoln, por sua vez, destacava-se nos debates pela sua defesa da Constituição e da preservação da União<sup>170</sup>.

No mesmo ano aconteceram eleições que tinham o objetivo de eleger os representantes que formariam o 30º Congresso dos Estados Unidos. Durante a campanha tropas americanas ocuparam a capital mexicana e iniciaram-se as negociações afim de estabelecer um tratado de paz. É neste contexto que, em 1847, as duas câmaras do poder legislativo norte-americano – o Senado e a Câmara dos Representantes - se reuniram no Congresso.

Na reunião, as principais questões eram a guerra contra o México e a expansão da escravidão. Uma vez mais emergia o debate inconcluso sobre que tipo de nação os Estados Unidos da América desejavam ser. Conforme visto anteriormente, projetos de expansão para oeste já existiam há tempos, porém eles eram muito difusos e antagônicos<sup>171</sup>. Aos olhos dos

---

<sup>169</sup> CAMPBELL, Stanley W. *The slave catchers: enforcement of the fugitive slave law, 1850-1860*. Chapel Hill (NC): University of North Carolina Press, 1970.

<sup>170</sup> FONER, op. cit., p. 31-32.

<sup>171</sup> HOBSBAWN, op. cit., p.152.

representantes do norte ficara patente que a expansão da escravidão para os territórios mexicanos significaria a expansão de um modelo econômico agrário e de um modo de vida esboçado em ideais aristocráticos que pareciam não se ajustar mais à realidade nortista. Por outro lado, o sul via na expansão de suas *plantations* uma forma de maximizar seus lucros, fortalecer a instituição escravista e assegurar a manutenção de sua sociedade e de seu poder político. Com a construção da primeira estrada de ferro que cruzava o Mississippi (1854-1856) e um desenvolvimento maior da Califórnia, a expansão para oeste era latente. Um projeto de colonização precisava ser definido e nenhuma das partes parecia disposta a ceder<sup>172</sup>.

Durante o congresso a doutrina do Destino Manifesto<sup>173</sup> emergiu com força renovada. Essa teoria defendia a crença nos Estados Unidos como nação eleita por Deus, destinada a se expandir por todo o continente. O país seria, segundo a doutrina, berço de um povo de virtudes inigualáveis, de instituições justas e eficientes que tinham como missão irresistível levar o progresso ao oeste. Esse ideário permeou principalmente os argumentos dos defensores da expansão da escravidão - notavelmente, membros do Partido Democrata. Logo os debates sobre a guerra contra o México tomariam contornos partidários, mesmo com os partidos apresentando divisões internas acerca do tema, uma vez que a questão escravista afetara lealdades interiores.

Após um ano e nove meses de confrontos, em fevereiro de 1848 a guerra findava, com a vitória americana. Em meio à ocupação militar da Cidade do México, foi assinado o Tratado de Guadalupe-Hidalgo, no qual ficou estabelecido que o Rio Grande delimitaria a fronteira entre os dois países. Foi acordado que o México receberia 15 milhões de dólares - menos da metade do que havia sido oferecido aos mexicanos antes do início dos embates - e os Estados Unidos assumiriam uma dívida de mais de três milhões de dólares que o governo mexicano tinha com cidadãos americanos. O México, por sua vez, reconheceria a independência do Texas - que mantinha-se em conflito contra os mexicanos desde 1835 e já estava anexado aos Estados Unidos desde 1844 - e a titularidade dos Estados Unidos sobre uma grande área que compreende, aproximadamente, o que hoje conhecemos como os estados de Novo México, Arizona, Nevada, Utah e partes de Colorado, Wyoming e Oklahoma. Os mexicanos residentes nesses locais poderiam optar pela mudança para territórios pertencentes ao México ou receber a cidadania americana com plenos direitos civis. A esmagadora maioria optou pela permanência nessas regiões<sup>174</sup>.

---

<sup>172</sup> Idem, p. 152.

<sup>173</sup> Sobre o Destino Manifesto, ver: WEINBERG, Albert Katz. *Manifest Destiny: A Study of Nationalist Expansionism in American History*. New York: AMS Press, 1935.

<sup>174</sup> TUCKER, Spencer C. (Org.). *The encyclopedia of the Mexican-American War. A political, social and military history*. Santa Barbara (CA): ABC- CLIO / LLC, 2013.

Essa aquisição gerou grandes controvérsias em Washington. A vitória na guerra abalou os ânimos dos *whigs* que se opuseram ao conflito. De alguma maneira, a anexação dos territórios outrora mexicanos significou uma vitória do ideal expansionista defendido pelos grandes senhores de terras e escravos que formavam a base de apoio do Partido Democrata.

Por essa época, mais um partido de menor expressão surgiu no difuso cenário político estadunidense. O Partido do Solo Livre foi fundado em 1848 por dissidentes dos partidos Republicano e Democrata. O grupo de Massachusetts denominado "*whigs* conscientes" - notório pela oposição moral ao escravismo - uniu-se a democratas críticos da expansão da escravidão neste novo partido que tinha como principal bandeira barrar a ampliação da instituição escravista, em prol de um país verdadeiramente democrático.

Em 1854, o cenário político sofreu outra forte agitação com a diluição do Partido Whig e do Partido do Solo Livre em uma nova agremiação: o Partido Republicano. O novo partido, tinha em Abraham Lincoln uma de suas principais lideranças, e era formado por ativistas antiescravistas e defensores de um projeto de modernização dos Estados Unidos. Rapidamente os republicanos transformaram-se nos principais opositores do controverso Ato Kansas-Nebraska. Proposto pelo senador democrata Stephen A. Douglas, este Ato versava a respeito da introdução do sistema escravista nas áreas centrais do país, prevendo a criação dos territórios do Kansas e Nebraska e a rejeição total do Compromisso do Missouri. Este Compromisso era o principal documento, desde a presidência James Monroe em 1820, que legislava a respeito da escravidão nos territórios ocidentais do país. Através dele a escravidão estava proibida no antigo território da Louisiana, exceto na área que correspondia ao Estado do Missouri.

O Ato Kansas-Nebraska propunha colocar a decisão sobre a legalidade da escravidão nas mãos da soberania popular em cada território supracitado. Lincoln e seus partidários discordavam, defendendo que a decisão não deveria estar limitada aos territórios, mas ao contrário, deveria envolver todos os estados do norte. O objetivo dos democratas era claro: expandir a fronteira agrícola e possibilitar a execução do projeto de construção da ferrovia transcontinental no meio-oeste. A controvérsia ganhou contornos sangrentos no Kansas, onde ocorreu uma verdadeira guerra civil, no episódio conhecido como *Bleeding Kansas*. A guerra perdurou até 1861 e chegou a envolver algumas localidades do Missouri<sup>175</sup>.

A partir desse momento a questão escravista já não se limitava às terras recém-adquiridas, mas estendia-se também ao pouco conhecido meio-oeste, uma área que há muito era de domínio irrestrito do trabalho livre. Diante dessa conjuntura, não é de espantar que

---

<sup>175</sup> FONER, Eric. *Op. Cit.* p.39

muitos nortistas vissem o Ato Kansas-Nebraska como o primeiro passo de uma trama atroz para tornar a escravidão o sistema de trabalho predominante nos Estados Unidos.

De fato, os sulistas, enfraquecidos economicamente, precisavam fortalecer-se no campo político. Defender de forma obstinada a escravidão nos novos territórios significava, não menos, uma demonstração da força política e da união dos estados do *Deep South*<sup>176</sup>. A vitória sulista em aprovar o Ato, aliada à sua política econômica, às críticas contundentes ao modo de vida do norte e às acusações de que o governo federal não estaria respeitando o sistema federalista, alarmavam os nortistas que temiam um país obsoleto social, política e economicamente sob domínio do sul. Conforme defendido por Hobsbawn, a força do conflito gerado pela aprovação do Ato Kansas-Nebraska é o fator principal de formação do Partido Republicano<sup>177</sup>.

Nos anos que se seguiram, o furor dos debates e conflitos causados pela aprovação do Ato, o colapso do Partido *Whig* e o surgimento do Partido Republicano e de agremiações menores - como o partido nativista e anticatólico conhecido como *Know-Nothing* criado em 1845 - redesenham o mapa político da nação.

Para a maioria dos antigos *whigs* que tornaram-se republicanos, enquanto o governo estivesse sob domínio dos escravistas, medidas importantes para o desenvolvimento econômico da nação - como tarifas protecionistas e auxílio governamental para melhorias internas - ficariam estagnadas. Em meados da década de 1850, censos e dados estatísticos - como aqueles apresentados no início deste capítulo - foram mobilizados pelos republicanos para demonstrar que o sul estava muito distante de transformar-se na civilização que o norte já era. Para eles, os Estados sulistas estavam estagnados social, econômica e politicamente, atrapalhando o alvorecer dos Estados Unidos como grande expoente mundial. Assim, temia-se que a expansão da escravidão tornasse o país uma nação atrasada. Entretanto, temia-se ainda mais que os Estados Unidos deixassem de ser uma nação. O perigo da secessão rondava a Casa Branca com força cada vez maior.

No início de 1857, a Decisão de Dred Scott<sup>178</sup> e os esforços da administração Buchanan em tornar o Kansas escravista<sup>179</sup> impeliram políticos e autoridades a discutirem com maior

---

<sup>176</sup> HOBBSAWN, op. cit., p.155.

<sup>177</sup> Idem, p.152.

<sup>178</sup> Sobre a Decisão Dred Scott, ver: SCHWARZ, Frederic D. *The Dred Scott Decision*. Plantation (FL): American Heritage, 2007.

<sup>179</sup> A administração James Buchanan precedeu a gestão Lincoln. Buchanan, décimo quinto presidente norte-americano era democrata e governou de 1857 a 1861.

afinco não só as diferenças subjacentes às duas sociedades que sustentavam-se sobre sistemas de trabalho antagônicos, mas também o status social e os direitos legais dos negros livres<sup>180</sup>.

A Decisão Dred Scott, especificamente, abalou as estruturas do partido republicano. A ação iniciou-se em 1854 e só teve seu desfecho trágico três anos depois. Dred Scott foi um dos escravos que se empenharam em disputas jurídicas em nome da liberdade própria e de sua família, lutando pela emancipação muito antes da guerra. O escravo da Virgínia alegava que ele e sua família eram livres por terem atravessado, com seu senhor, estados em que a escravidão era ilegal - notavelmente Illinois, onde Scott havia ficado livre. Essa ação judicial, que em um primeiro momento poderia parecer simples, foi possivelmente a mais emblemática ação de liberdade da história americana, demonstrando como, às vezes, ações individuais dos escravos que perseguiram a liberdade podiam influenciar decisivamente a constituição de políticas mais amplas. Assim, os escravos encontravam formas de lutar pela liberdade mesmo em campos que lhes eram restritos – como a política e o judiciário.

Ao negar a liberdade para Dred Scott, o chefe de justiça da Suprema Corte Roger B. Taney estabeleceu que negros, livres ou escravos, não poderiam ser considerados cidadãos dos Estados Unidos e, portanto, não tinham legitimidade para levar a cabo processos judiciais. A decisão também estabelecia que o governo federal não tinha autoridade para impedir a escravidão em territórios adquiridos depois da criação dos Estados Unidos. Com essa medida - que pretendia colocar um ponto final na questão escravista - Taney acabou tornando inconstitucional o Compromisso do Missouri e, conseqüentemente, toda a plataforma política que regia o Partido Republicano. Naturalmente, a decisão criou revolta entre os republicanos<sup>181</sup>.

Porém, agora o debate extrapolava os corredores das duas câmaras. Dred Scott havia trazido ao nível público debates que antes eram apenas políticos: o pensamento dos Pais Fundadores sobre a prática escravista, a questão do status da escravidão como instituição nacional ou estadual e as discussões sobre os limites da autoridade constitucional do governo federal, questionando se ele era suficientemente autônomo para proibir a escravidão nos territórios<sup>182</sup>. Segundo Grinberg e Peabody, “A decisão do caso de Dred Scott serviu para abrir os olhos daqueles habitantes dos estados do Norte que acreditavam que a escravidão era tolerável enquanto permanecesse restrita ao sul”<sup>183</sup>. A decisão de Taney havia sinalizado que o Congresso perdera o poder de regular a ocupação das áreas a oeste. O caminho para a expansão

---

<sup>180</sup> FONER, op cit., p. 51.

<sup>181</sup> Idem, p. 53-54.

<sup>182</sup> Idem, p. 54.

<sup>183</sup> GRINBERG; PEABODY, op. cit., p. 64.

da escravidão estava aberto, e isso não podia mais ser ignorado. Até mesmo os mais moderados começaram a pensar que era hora de atacar mais enfaticamente a escravidão, caso contrário, talvez depois fosse tarde demais<sup>184</sup>.

A essa controvérsia somou-se a crise econômica de 1857. A instabilidade econômica mundial do período levantou, nos Estados Unidos, novamente a questão da proteção tarifária sobre as manufaturas e acerbou os ânimos de políticos e civis<sup>185</sup>.

O Partido Republicano soube explorar muito bem esse momento junto a eleitores apavorados pela possibilidade de um domínio sulista sobre os territórios do oeste. Sua campanha rendeu frutos nas eleições de 1858, em que ocorreu um realinhamento eleitoral sem precedentes. Pela primeira vez os republicanos ganhavam a maioria das cadeiras na Câmara dos Representantes.

É fortalecido, portanto, que o Partido Republicano entra na corrida presidencial em 1860. Buscando apoio de vários grupos - religiosos, imigrantes, nortistas, republicanos do sul, radicais, entre outros - Lincoln lançou sua candidatura. Seus adversários democratas o atacavam com acusações de aliança com os mexicanos, radicalismo, defesa da revogação da Lei de Escravos Fugidos, da abolição no Distrito de Columbia e exaltação da igualdade entre as raças.

Contudo, a postura de Lincoln era muito menos radical. Com uma campanha baseada na ideologia do trabalho livre e em um nacionalismo civil fundamentado na Declaração de Independência, o candidato republicano rebateu as acusações alegando que os democratas tinham por objetivo tornar os negros meramente propriedade em todos os estados da União. Segundo ele, a controvérsia sobre a igualdade racial era somente um subterfúgio para desviar das questões que realmente importavam, que eram a extensão e a naturalização do escravismo como sistema de trabalho dominante nos Estados Unidos. Com uma retórica elaborada, o candidato republicano acusou os democratas de conspirarem para destruir o governo federal, e construiu seus discursos aliando o federalismo aliado a princípios liberais de Adam Smith (o trabalhador livre é mais produtivo que o escravo), de John Locke (todos têm direito a viver de seu próprio trabalho) e a releituras da Declaração de Independência que enfatizavam o princípio tirânico da escravidão<sup>186</sup>.

Enquanto isso, os políticos escravistas argumentavam que os escravos do sul, envoltos pelo manto paternal do senhor de escravos, estavam em situação melhor que a dos trabalhadores

---

<sup>184</sup> Idem, p. 64.

<sup>185</sup> FONER, op cit., p. 61.

<sup>186</sup> Idem, p.60-65.

livres explorados no norte. Segundo eles, o capitalismo de mercado levado a cabo pelos nortistas era nocivo à nação.

Em 06 de novembro de 1860 foram realizadas as eleições presidenciais. Abraham Lincoln, de vida pessoal irretocável e origem – relativamente - humilde, arrebatou os votos dos trabalhadores livres do norte. Com 40% dos votos, o candidato considerado mais improvável derrotou outros três políticos proeminentes - os democratas Stephen Douglas e John Breckinridge e John Bell, do Partido da União Constitucional, criado em 1859 com o objetivo de defender a união nacional, a lealdade à Constituição e o respeito às leis<sup>187</sup>.

Com a vitória de Lincoln os debates tomaram, definitivamente, contornos separatistas. Os estados do norte haviam demonstrado que unidos poderiam determinar o futuro de toda a nação. Nessas regiões, mesmo entre a população comum, crescia o movimento abolicionista e o sentimento de que a escravidão era uma instituição injusta e uma prática moralmente condenável<sup>188</sup>. Além disso, o norte não dependia dos escravos – pelo menos não diretamente, pois sabemos que os estados nortistas também gozavam dos lucros da escravidão.

Enquanto isso, no sul e nos estados fronteiriços, os residentes alarmavam-se com a possibilidade do novo presidente impor a abolição à região do *Upper South*. Conforme afirmam Grinberg e Peabody,

Enquanto a maioria dos estados do Norte e do Oeste tentou pôr fim à escravidão ao mesmo tempo que estabelecia novas distinções entre os cidadãos com base no conceito de raça, os tribunais e as legislaturas do Sul reafirmaram seu compromisso com a escravidão e a desigualdade entre as raças.<sup>189</sup>

Neste contexto, declarar a independência dos estados do sul começava a figurar como a única saída para que pudessem manter o sistema escravista em funcionamento.

Paralelamente, os escravos também agiam com o intuito de abolir a escravidão. Sua participação foi fundamental no processo de declínio da importância econômica da escravidão nos estados do norte. Nessas regiões não era completamente avesso aos costumes ver um homem negro desempenhando funções importantes no mercado e ocupando cargos com algum destaque a nível local. Muitos tiveram sua importância econômica e poder de barganha reconhecidos, tendo a oportunidade de discutir os termos de sua própria liberdade. Outros procuravam por meios judiciais, obter a tão sonhada alforria<sup>190</sup>.

---

<sup>187</sup> Idem, p. 63.

<sup>188</sup> GRINBERG; PEABODY. op. cit. p.57.

<sup>189</sup> Idem, p. 61.

<sup>190</sup> Idem, p. 57-58

Enquanto isso, no sul, muitos negros também procuravam se organizar afim de garantir a liberdade para os que ainda eram escravos e melhores condições de vida para aqueles que já estavam fora do cativeiro. Na maioria dos estados sulistas, os negros livres não tinham uma vida muito diferente daquela que levavam os escravos. Era vetada sua participação em qualquer processo político – uma vez que não eram cidadãos –, não havia liberdade de ir e vir, não podiam testemunhar contra brancos, desempenhar certas profissões e possuir armas de fogo. Além disso, os negros eram, todos *a priori* compreendidos como escravos, sendo seu dever pessoal provar sua liberdade – se esse fosse o caso. Assim, processos de reescravização eram muito frequentes. Politicamente, o sul havia assumido um compromisso com a manutenção e expansão da instituição escravista.

Naturalmente, muitos negros, livres e escravos, rebelaram-se contra isso, procurando meios de lutar contra a escravidão por conta própria. Assim, quando o candidato republicano Abraham Lincoln surgiu com uma proposta – ainda que bastante tímida – de ataque à instituição escravista, a maior parte da comunidade negra norte-americana passou a apoiar sua candidatura, vendo na sua vitória a possibilidade de aprovação de uma legislação emancipatória.

Assim, percebemos que a construção do mito que cerca o 16º presidente norte-americano começou desde antes de sua eleição e atingiu imensamente os afro-americanos, sobretudo aqueles que viriam a pegar em armas para defender a União nos anos seguintes. O impacto da eleição de Lincoln nas visões e estratégias de obtenção da liberdade levadas a cabo por cativos do norte e do sul é um tema pouco explorado pela historiografia norte-americana - que até muito recentemente se concentrou na produção de biografias laudatórias sobre a vida do estadista.

Tendo em vista esta produção historiográfica e as discussões desenvolvidas neste primeiro capítulo no que tange à distribuição geográfica da escravidão e às dissidências político-partidárias sobre a questão escravista, procuraremos, no próximo capítulo, demonstrar mais especificamente como esses fatores afetaram as eleições presidenciais de 1860, o cotidiano e as lealdades das pessoas comuns de todo o país, sobretudo escravos e libertos, que tiveram sua vida mudada pela emissão de atos e proclamações oficiais que visavam a diminuição da amplitude da escravidão nos Estados Unidos. Além disso, a ação executiva de Lincoln possibilitou que centenas de ex-escravos pudessem se tornar soldados, lutando pela liberdade individual e coletiva também nos campos de batalha.

Contudo, procuraremos desconstruir a ideia de que foi apenas a atuação de Lincoln que proporcionou que essa legislação fosse aprovada. Como demonstramos neste primeiro capítulo,

escravos empreenderam – desde muito antes da guerra – lutas pontuais contra a instituição escravista, acabando por influenciar as decisões dos brancos que dominavam as esferas políticas. Compreendemos que sua insistência em exigir o ingresso formal no exército nortista faz parte deste movimento de busca pela liberdade. É precisamente este aspecto que procuraremos salientar nas próximas páginas. É indiscutível que é a assinatura de Lincoln que está nos atos oficiais de integração dos negros no exército e na Proclamação de Emancipação dos escravos, porém sua ação foi moldada pela pressão partidária, pela guerra e pela luta individual e coletiva dos escravos por liberdade.



## **CAPÍTULO II**

### **A POLÍTICA DOS BRANCOS E A GUERRA DOS NEGROS: GUERRA CIVIL, TROPAS NEGRAS E EMANCIPAÇÃO NA AÇÃO OFICIAL DE ABRAHAM LINCOLN**

Partindo de que temos 36 anos de experiência; e esta experiência tem demonstrado, acho eu, que não há extinção pacífica da escravidão em perspectiva para nós.

Abraham Lincoln

Em 1948, o renomado historiador norte-americano Arthur M. Schlesinger conduziu uma pesquisa para identificar o presidente mais querido pelos americanos. Por sua liderança durante a Guerra Civil, sua eloquência e discursos memoráveis, Abraham Lincoln foi eleito o mais proeminente dos presidentes com larga vantagem.

Até hoje a imagem de Lincoln é construída como sinônimo de força e união, sendo conclamado como um dos pais da nação americana por ter logrado reunificar – ou, talvez, unificar pela primeira vez – o território norte-americano. Além disso, é a assinatura de Lincoln que está na Proclamação de Emancipação dos escravos, de 1863. Este fato parece recobrir o presidente de uma espécie de aura de sapiência e justiça – e este não é um fenômeno recente. Praticamente desde sua eleição, a imagem de Lincoln foi trabalhada de forma a imortalizá-lo. O próprio presidente sabia muito bem disso e sempre orientou-se de modo a construir uma imagem de si mesmo como um exemplo de bom cidadão, confiante na força da meritocracia e das instituições livres.

Por décadas a historiografia reiterou esta imagem de Lincoln como grande emancipador e salvador da nação americana, salientando que ele sempre buscou a conciliação e não a guerra. No começo do século XX, Charles e Mary Beard defendiam que a oposição feita pelos senhores sulistas era sólida e gigantesca, consistindo numa associação econômica consciente e com objetivos políticos muito bem definidos: o domínio sobre o governo central, a proteção à propriedade e o direito de colonizar os territórios. Unidos a pequenos plantadores, esses brancos ricos controlavam o governo de todos os estados escravistas - do Delaware ao Rio Grande - impondo uma lógica agrária à política. Notavelmente, estes senhores financiavam o Partido Democrata – os grandes opositores da gestão Lincoln. Por décadas eles controlaram o Senado,

a Câmara dos Representantes, o presidente e o vice. Para Charles e Mary Beard, foi esta força política que os senhores exerciam que obrigou todos os estadistas a adotarem posturas moderadas com relação à escravidão<sup>191</sup>.

Segundo Charles e Mary Beard, a abolição jamais apareceu como plataforma de qualquer grande partido. Assim, por mais bem-intencionados que fossem, os republicanos não tinham como objetivo interferir na escravidão<sup>192</sup>. Por isso Lincoln não foi enfático em relação à escravidão desde o princípio; ele não poderia ir contra as determinações gerais de seu próprio partido. Além disso, quando ele finalmente resolveu acabar com a instituição escravista foi bastante ousado, e arriscou a hegemonia de seu partido.

Para o especialista em Lincoln James Randall, a guerra foi causada por minorias. Ele concordava com Charles e Mary Beard e reafirmava que não era parte do programa republicano destruir a escravidão no sul<sup>193</sup>. Kenneth Stampf também reforçou esta ideia, apontando que a principal crítica aos abolicionistas era seu imediatismo, quando um plano gradual parecia ser a melhor saída para a questão escravista. Os abolicionistas pareciam não compreender a complexidade da situação; sua defesa da emancipação imediata e irrestrita era simplista e só causaria mais problemas<sup>194</sup>.

Para David Donald, o que ocorreu no sul foi uma rejeição democrática da autoridade presidencial – mesmo que isso tenha implicado na separação do país<sup>195</sup>. Barrington Moore Jr.; por sua vez, afirmava que – ao que tudo indicava - mesmo no norte havia grande desconfiança em relação à proposta antiescravista de Lincoln<sup>196</sup>.

Em uma linha de pensamento diferente, Steven Channing defendia que a eleição de Lincoln era a expressão do mais profundo desejo nortista de destruir a escravidão. Foi neste ímpeto do povo do norte que o presidente encontrou a força necessária para atacar a instituição escravista<sup>197</sup>.

Percepção semelhante foi defendida por David Potter. Segundo este autor, a maioria dos nortistas acreditava em ambos os princípios defendidos por Lincoln, quais sejam, o antiescravismo e a manutenção da União. O que acontecia, de acordo com Potter, era que as pessoas davam prioridades diferentes para estes dois princípios. Era isso que diferia os

---

<sup>191</sup> PERMAN, op. cit. p. 25-29.

<sup>192</sup> Idem, p. 29.

<sup>193</sup> Idem, p. 50-51.

<sup>194</sup> Idem, p. 118.

<sup>195</sup> Idem, p. 65.

<sup>196</sup> Idem, p. 148.

<sup>197</sup> Idem, p. 240.

republicanos dos abolicionistas: uma questão de prioridades. Salvar a União estava em primeiro lugar – e isso talvez implicasse no fato de abandonar o antiescravismo, algo que o próprio Lincoln provou ao longo de sua carreira, marcada por políticas conciliadoras. Porém, essas políticas não obtiveram o êxito esperado, porque quando Lincoln chegou à presidência já era tarde demais: a União já havia falhado no sul<sup>198</sup>.

Para Kenneth Stampp, com a iminência da guerra, Lincoln e os republicanos tinham três alternativas: o compromisso e a secessão – ambos prontamente rejeitados –, e o confisco de propriedades federais e o uso da força para realizar esta tarefa, bem como o recolhimento de taxas.<sup>199</sup> Assim, Lincoln não tinha outra escolha senão optar pelo confisco.

O autor Daniel Crofts, muito recentemente, apontou alguns argumentos diferentes para a tomada de ação executiva de Lincoln. Para ele, o presidente deveria ter investido mais enfaticamente no unionismo do *Upper South*, apostando em antigas lealdades partidárias e aproveitando-se de dissidências internas do Partido Democrata. Talvez, o unionismo tivesse tido uma amplitude maior na região da Virginia, Carolina do Norte e Tennessee, esses estados jamais tivessem deixado a União. Segundo Crofts, em 1861 esse sentimento favorável à União havia crescido, pressionando o Congresso a aprovar medidas de preservação da União. Não que Lincoln e o unionismo fossem uma unanimidade no norte, pelo contrário; Crofts procura desconstruir essa ideia afirmando que, pouco antes do combate armado se iniciar, poucos apoiavam incondicionalmente o unionismo<sup>200</sup>. Porém, inicialmente, o apego à secessão também tinha pouca amplitude. O que era forte, segundo Crofts, era a ligação cultural e política entre estados do *Upper* e do *Deep South*. Contudo, o autor afirma que quando Lincoln e seus partidários não insistiram na importância da União fora do norte, o sentimento de secessão foi favorecido – sobretudo pelo temor de que as garantias constitucionais dos estados do sul estivessem em perigo<sup>201</sup>.

Todavia, o que percebemos na análise da vasta produção historiográfica sobre Lincoln é que, de uma maneira ou de outra, o presidente é, na maioria das vezes, caracterizado como um homem que fez o que deveria ser feito para reunificar o país. Na maioria das biografias de Lincoln, sua carreira, ação executiva e comando na guerra são pouco problematizados à luz de seu contexto histórico e das forças a cuja influência ele estava sujeito à influência. Especificamente sobre a relação construída entre o presidente e as tropas negras muito pouco

---

<sup>198</sup> Idem, p.276-286.

<sup>199</sup> Idem, p.294-295.

<sup>200</sup> Idem, p.260-265.

<sup>201</sup> Idem, p.265-268.

tem sido escrito, sobretudo com base na documentação produzida pelos soldados que vivenciaram o impacto da emissão de atos que regularam sua situação no exército, da Proclamação de Emancipação dos escravos e da 13ª emenda constitucional que tornou a escravidão ilegal nos Estados Unidos.

Percebemos que no exército essas representações de Lincoln eram muito frequentes e permeavam o ideário dos combatentes. Entre as tropas de negros, especificamente, Lincoln era muitas vezes visto como um pai bondoso que guiava seus filhos através da guerra para uma terra de liberdade. Mas também havia oposição. Não foram poucos os soldados que cobraram da administração central e do presidente – máxima autoridade política e militar do país em tempos de guerra - uma ação mais firme no sentido de garantir aos negros a liberdade e direitos civis básicos.

Desta maneira, pensamos que é muito importante compreender como essa personagem histórica alcançou tamanho reconhecimento, tentando perceber como o mito que cerca Abraham Lincoln foi sendo construído ao longo dos anos, sobretudo entre descendentes de escravos.

Para tanto, buscamos na historiografia atual posicionamentos diferenciados sobre Lincoln, sobretudo nos recentes estudos de Allen Guelzo, James Oliver Horton, John Syrett e Phillip Shaw Palludan. Especificamente, a obra de Eric Foner nos ajuda a compor um quadro da ação executiva do presidente e de sua influência entre as pessoas comuns, inclusive escravos e libertos. Contudo, Foner não se afasta de seus colegas que realizaram outras biografias de Lincoln no que tange à sua condenação moral da escravidão. Para o autor, diferentemente de seus adversários democratas, o 16º presidente dos Estados Unidos não via separação entre a política e a moral, julgando sim, a escravidão como um assunto moral inserido na política<sup>202</sup>.

Pensamos que, a despeito de todo o incenso todo da historiografia acerca de Lincoln, ele também se formou no processo de radicalização que levou à guerra, e sua opção pela abolição não foi espontânea, mas muito pressionada pela força dos acontecimentos. Contudo, não é nosso objetivo fazer uma investigação profunda sobre a trajetória do presidente. A partir da bibliografia e da análise dos dois *Confiscation Acts* (1861 e 1862), o *Militia Act* (1862), as Proclamações de Emancipação preliminar (1862) e definitiva (1863) - e da 13ª Emenda à Constituição dos Estados Unidos (1864), buscamos perceber como a Guerra Civil sofreu um processo de radicalização progressiva, o que acabou impelindo o presidente a emancipar todos os escravos.

---

<sup>202</sup> Idem, p. 180.

Assim, Lincoln constitui um importante fio condutor para o trabalho, nos ajudando a perceber as pressões da política e da guerra sobre aqueles que decidiam oficialmente seu rumo, aqueles que pertenciam a uma elite branca à qual estavam restritos os direitos de cidadania, mas que, mesmo assim, estavam sujeitos à pressão dos soldados que empreendiam batalhas físicas e jurídicas por sua liberdade, traçando estratégias individuais e coletivas de emancipação que acabaram ajudando a mudar o curso da guerra e definir os rumos da emancipação.

## 2.1 A ROAD TO WHITE HOUSE: QUANDO ABRAHAM LINCOLN SURTIU

Segundo Eric Foner, em sua obra *The Fiery Trial: Abraham Lincoln and American Slavery*, em meados de 1830 um jovem jurista natural do Kentucky despontava no cenário político de Illinois. Filho de um casal proprietário de poucos escravos e terras, Abraham Lincoln atuava como advogado em Springfield, era membro da comunidade batista e encontrava-se envolvido nos assuntos políticos locais.

Em 1842, Lincoln casou-se com Mary Todd, filha de uma abastada família de proprietários de escravos de Lexington, Kentucky. Com o poder e a influência da família Todd, Lincoln passou a dedicar-se quase em tempo integral à política em seu estado. Segundo seus biógrafos, o ambicioso Abraham não queria viver à sombra do sogro. Muito provavelmente, se tivesse optado pela carreira na advocacia, ele viveria toda a vida eclipsado pela fortuna e sucesso do pai de Mary, Robert Todd. Todavia, o casamento lhe possibilitou uma situação financeira tão estável que não era preciso se dedicar a ganhar dinheiro o tempo todo. Com a riqueza e notoriedade dos Todd, Lincoln pôde buscar seu destaque pessoal na política.

Conforme discutido no capítulo anterior, os Estados Unidos viviam um momento de incertezas envolvendo o crescimento vegetativo da população escrava, o conservadorismo dos principais partidos políticos e a influência de elites locais sulistas, defensoras aguerridas da utilização da mão de obra escrava. É imersa nesses processos que surge a figura de Abraham Lincoln. Portanto, ele também foi moldado por esse contexto: suas atitudes e posições eram produto do meio em que vivia e refletiam o aumento das pressões sociais e o crescimento da animosidade entre senhores de escravos e aqueles que defendiam o emprego de mão de obra livre, levando à radicalização e à guerra.

Afinal, que fatores distintivos possibilitaram a emergência de Lincoln como figura proeminente no conturbado cenário político norte-americano? A seu tempo havia outros brancos ricos que poderiam ter surgido como figuras de destaque, mas apenas Lincoln logrou chegar à presidência e imprimir de maneira tão eficaz seu nome na história. Por exemplo, o

amigo pessoal de Lincoln, editor e fundador do Partido Republicano Liberal, Horace Greeley era conhecido por sua oposição à escravidão. O jornal *New York Tribune*, fundado e editado por Greeley, foi o mais influente jornal americano entre 1840 e 1870, consolidando a imagem do editor como grande crítico da escravidão. Greeley chegou a candidatar-se à presidência em 1872, representando o Partido Republicano Liberal, contudo veio a falecer antes mesmo da contagem dos votos e acabou sendo muito mais lembrado por sua amizade com Lincoln do que por sua influência sobre ele<sup>203</sup>. O mesmo parece acontecer com Lyman Trumbull, que é muito mais lembrado como colaborador de Lincoln do que como o político ativo e influente redator dos dois *Confiscation Acts*. Outro nome de destaque na época foi o de Stephen Douglas, que empreendeu uma série de debates históricos com Lincoln em 1854. Senador de Illinois, representante do Partido Democrata, Douglas foi o autor do Ato Kansas-Nebraska e adversário de Lincoln nas eleições de 1860. Porém, a derrota para o candidato republicano fez com que a imagem de Douglas como político forte e dominante perdesse força<sup>204</sup>.

Diferentemente desses e de tantos outros homens proeminentes na sociedade americana, Lincoln destacou-se por seu poder de persuasão, sua retórica popular e sua defesa de políticas conciliatórias que levassem em conta a vontade da maioria. Defensor da constituição, da democracia e dos ideais de auto-gestão e direito ao trabalho, Lincoln construiu uma imagem do americano ideal: firme, porém gentil, forte, porém justo. A seus contemporâneos parecia sempre faltar alguma dessas características: Greeley faleceu cedo e jornalistas sempre tiveram sua credibilidade colocada em xeque; Douglas era democrata e foi amplamente relacionado a ideais retrógrados e elitistas – em contraponto a Lincoln, expoente de modernidade, considerado por muitos um homem à frente do seu tempo; Trumbull era apenas um coadjuvante; talvez por não ter tomado as rédeas do Partido Republicano, ele nunca foi visto como um líder nato, apesar da sua importância como legislador. Apenas Lincoln representava o espécime perfeito do vencedor por seu próprio mérito.

Notavelmente, essas representações do presidente não levam em conta que sem o dinheiro e influência dos Todd, é muito pouco provável que Lincoln pudesse ter seguido carreira política.

Todavia, a construção do mito que se tornaria Lincoln começou ainda entre seus contemporâneos. Lincoln já despontava como grande nome da oposição ao sistema escravista

---

<sup>203</sup>EMERY, Michael; EMERY, Edwim. *The Press and America: An Interpretive History of the Mass Media*. 8 ed. Boston: Allyn and Bacon, 1996. p. 124-126.

<sup>204</sup> HUGH, Chisholm (Org.). “Douglas, Stephen Arnold”. In: *Encyclopedia Britannica*. 11 ed. Cambridge University Press, 1911.

desde a fundação do partido republicano em 1854. Porém, nem sempre ele defendeu abertamente que o progresso da sociedade norte-americana estava diretamente ligado à implementação do sistema de trabalho livre. Lincoln era muito cuidadoso em relação aos ânimos sulistas, e no período pré-guerra adotou uma postura bastante moderada.

Durante toda sua vida ele compartilhou a maioria dos preconceitos raciais que estavam tão profundamente enraizados na cultura política da região fronteira em que cresceu. Durante sua juventude, Lincoln teve pouquíssimo contato com pessoas negras, e ao casar-se com Mary Todd, ele adentrou o seio de uma família detentora de grandes escravarias, o que ajudou a moldar uma concepção de que a raça negra era inferior e desmerecedora de direitos iguais. Esse ideário permeou seus pensamentos, discursos e ações oficiais durante todo o amadurecimento de sua carreira política<sup>205</sup>.

Lincoln defendia que a escravidão era a maior das ameaças à nação por ser injusta e pouco sábia, uma questão tão complexa que até mesmo os pais fundadores não conseguiram resolvê-la. O problema deveria ser tratado com cautela, resguardando a autonomia dos estados e honrando os compromissos constitucionais que asseguravam, de alguma maneira, a proteção à instituição escravista. Assim, apesar de compactuar com alguns pontos do ideário abolicionista, ele condenava as agitações, ataques e o suposto radicalismo praticado por membros desse grupo.<sup>206</sup> Assim, ele se apresentava como um defensor da emancipação gradual e compensada - principalmente porque nunca visou desestabilizar os senhores de escravos nem a economia. Sua maior preocupação, desde o princípio, foi manter a federação intacta.

Foi no Partido *Whig* que Lincoln encontrou uma agenda política que contemplasse tais concepções. Sendo assim, engajou-se no partido desde sua fundação no início da década de 1830, e rapidamente cresceu dentro dele.

No tocante ao seu partido, Lincoln temia que a questão da escravidão criasse instabilidade, que o peso da controvérsia exacerbasse o antagonismo partidário e colocasse em risco a manutenção da União e da Constituição. Para Lincoln e a maioria dos nortistas, a posse de escravos diferia significativamente de qualquer outra forma de propriedade. Porém, leituras diferenciadas dos documentos fundadores da nação levaram outros grupos a contestar essa posição típica dos *whigs*<sup>207</sup>. Os debates sistematicamente passavam a concentrar-se no tema do fim da escravidão e os ânimos dos congressistas ficavam, progressivamente, mais agitados. Os partidos menores aumentavam a tensão com propostas consideradas radicais.

---

<sup>205</sup> FONER, op. cit., p.18.

<sup>206</sup> Idem, p.25-26.

<sup>207</sup> Idem, p.36-38.

Este cenário de debates acirrados que se estabelecia por volta de 1850 possibilitou a Lincoln a identificação da escravidão como o principal ponto de desacordo e ameaça à nação. Progressivamente, o presidente começou a perceber também que uma libertação voluntária e pacífica dos escravos jamais aconteceria. A partir dessas conclusões, Lincoln pôde iniciar uma mudança no sentido de suas ações, visando, muito provavelmente, uma candidatura futura.

Até a eclosão dos embates entre a União e os Confederados, Lincoln continuou firme na defesa de sua leitura da Declaração de Independência. Segundo ele, os direitos humanos dos negros haviam sido colocados no documento, o que apontava diretamente para a injustiça e a impossibilidade de se continuar com a escravidão. Ela deveria ser extinta lenta e gradualmente, acompanhada da deportação de negros para fora dos Estados Unidos e de comum acordo com os senhores. O conceito de emancipação gradual e compensada estava, portanto, muito bem formado na cabeça de Lincoln. Ele pretendia promover a emancipação conforme os escravos fossem atingindo uma determinada idade.

A última frente de ação contra a escravidão seria legal. O presidente almejava agir afim de convencer as legislaturas estaduais a ratificarem as mudanças nas instâncias federais. Essa política - aliada à cooperação dos proprietários de escravos e ao comprometimento governamental em estabelecer condições para que os senhores pudessem empregar os ex-escravos como trabalhadores livres sem prejuízos - levaria os Estados Unidos ao pleno desenvolvimento<sup>208</sup>.

Porém, Lincoln ainda não havia construído com exatidão a ideologia antiescravista que viria a colocá-lo como grande libertador dos negros nas páginas dos livros de história. Suas ideias antiescravistas já haviam, sem dúvida, surgido, entretanto, ele ainda não possuía um plano para conciliar as demandas oriundas do fim da escravidão com o sistema político adotado pelos Estados Unidos.

Conforme visto, em 1854 os Estados Unidos passaram por um processo de realinhamento de forças políticas, com o desmantelamento do Partido Whig e a emergência dos republicanos. É neste contexto que Abraham Lincoln surge, pela primeira vez, com força real no cenário nacional, tomando para si o papel de líder dos republicanos.

---

<sup>208</sup>GUELZO, Allen C. "Sublime in Its Magnitude": The Emancipation Proclamation. In: HOLZER, Harold; GABBARD, Sara Vaughn (Org.). *Lincoln and Freedom: Slavery, Emancipation and the Thirteenth Amendment*. Carbondale (IL): Southern Illinois University Press, 2007. p. 69

Desde 1850 ele já vinha consolidando-se como grande político em seu estado. Sua imagem de político sério, homem do povo, *self-made man*, foi constante reafirmada e por volta de 1860 Lincoln já era um dos principais - se não o principal - líder dos nortistas<sup>209</sup>.

Às vésperas da secessão, o futuro presidente havia tomado uma posição sensivelmente mais enfática a respeito da escravidão. Lincoln passara a defender sua destruição total, absoluta e irrestrita - apesar de não ter muita noção de como fazer isso. Porém, ele sempre teve o cuidado de não cruzar a tênue linha que o levaria a um suposto radicalismo. O presidente sempre enfatizou que a escravidão, apesar de injusta e ultrapassada, tinha um lugar na história americana e isso deveria ser respeitado. Além disso, os limites impostos pelo sistema federalista obrigavam o governo federal a aceitar a existência dos estados escravistas.

Entretanto, não havia motivo plausível para expandir a escravidão para os territórios. Segundo Lincoln, a ampliação da antiga instituição escravista feria os princípios da Constituição e ameaçava a missão dos Estados Unidos como país escolhido para mostrar ao mundo a força das instituições políticas livres - tendo em vista os preceitos do Destino Manifesto. Segundo ele, o projeto dos senhores sulistas não se limitava apenas à expansão do sistema de trabalho escravo para oeste, mas compreendia, não menos, um avanço sobre o governo federal, buscando colocar a escravidão como elemento central na vida política, econômica e social dos Estados Unidos. Lincoln conclamava os nortistas ao engajamento na causa republicana, explicando que a destruição da escravidão dependia do comprometimento de cada americano<sup>210</sup>.

Contudo, até a eclosão da guerra Lincoln procurou enfatizar que não tinha qualquer objeção ao estilo de vida e às convicções sulistas. Porém, os diferentes planos defendidos por estados do norte e do sul tornavam seu discurso vazio na medida em que ele claramente tomava o partido dos interesses nortistas. Os diferentes projetos de colonização - em alguns casos, a quase inexistência de projetos - e o mosaico de formas diferenciadas de conceber-se americano, muito calcado nos tipos humanos, políticos e religiosos diferenciados que já existiam desde a colônia e que continuaram existindo após a independência - evidenciavam as diferenças internas recobertas por uma capa de unidade que era a federação dos estados. Estes eram muito diferentes entre si, porém mantinham-se unidos porque gozavam de uma forte autonomia dentro da federação. Ou seja, só podiam ser “um só” porque o tipo de organização adotado permitia que essas diferenças coexistissem - já que o pressuposto dessa organização era a autonomia dos

---

<sup>209</sup> FONER, op cit., p. 40.

<sup>210</sup> Idem, p. 41-48.

estados. Isso também evidencia que, no momento da guerra civil, a questão da escravidão era tão forte que o princípio da autonomia dos estados da federação foi à breca quando o norte interferiu no modelo de organização política, social e econômica do sul.

Em contrapartida, Lincoln reiterava sua posição de defensor da União e da Constituição, chegando a admitir que, para evitar uma possível secessão, até mesmo a expansão da escravidão poderia ser tolerada. Afinal, haviam alguns males que deveriam ser suportados para o bem maior, que era a preservação da nação.

Apesar de assumir posturas consideradas contundentes, não era objetivo do presidente causar polêmicas, furores ou agitações. De maneira geral, Lincoln procurava ater-se à agenda política de seu partido. Basicamente, a linha partidária adotada por ele comprometia-se a restaurar o Compromisso do Missouri - derrubado pelos democratas. Uma ação dessa magnitude necessitava de coesão interna. Ao assumir a liderança formal do Partido Republicano, em 1856, Lincoln buscava essa união para levar a cabo um reordenamento de toda a política nortista, que necessitava, não menos, de alianças com outros grupos - mesmo os radicais, como os abolicionistas. Daí a ênfase de Lincoln na oposição à expansão da escravidão; esse era o denominador comum entre as diferentes linhas de seu partido e o ponto de encontro entre a ideologia republicana e as de outros grupos políticos<sup>211</sup>.

A essa época, Lincoln e alguns republicanos haviam transformado passagens hesitantes e ambíguas da Constituição em um verdadeiro credo antiescravista. Um dos trechos mais questionados era também um dos mais notórios: nele os Pais Fundadores proclamaram que “Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade”<sup>212</sup>. Lincoln e seus partidários insistiam na interpretação de que a passagem era uma clara demonstração do intuito dos Pais Fundadores de acabarem com a escravidão, dando origem a um país onde todos fossem iguais. Os mais radicais aliaram a essa releitura uma visão religiosa que pregava a destruição da escravidão enquanto pecado a ser expurgado. Os democratas, por sua vez, atacavam essas ideias e acusavam seus rivais de separatismo<sup>213</sup>.

Lincoln temia a secessão mais que tudo, mas não parecia olhar para o sul da mesma maneira que seus partidários mais radicais. O líder republicano procurava manter-se afastado

---

<sup>211</sup> Idem, pp. 42-50

<sup>212</sup> “The Declaration of Independence: A transcription”. Disponível em: [://www.archives.gov/exhibits/charters/declaration\\_transcript.html](http://www.archives.gov/exhibits/charters/declaration_transcript.html) Acesso em: 20 nov. 2014 Tradução nossa.

<sup>213</sup> FONER, op cit. p.43-49.

de posturas mais controversas, prezando sempre pela união dos Estados. Para ele, a luta contra a escravidão estava no campo dos sentimentos públicos, e a homogeneidade da nação residia em preceitos morais e políticos, não econômicos e civilizacionais - o que evidenciava o princípio moral presente na sua visão antiescravista<sup>214</sup>. É imbuído desses preceitos morais e partidários que Lincoln candidata-se à presidência em 1860. Seu nome é absoluto no norte, onde ganha com larga vantagem.

Quando finalmente chegou à Casa Branca, Lincoln já havia iniciado o trabalho de vinculação de sua imagem à uma ideia de que ele era o perfeito espécime de *self-made man* consagrado pela ideologia republicana. Utilizando uma linguagem considerada popular e colocando-se como um homem simples que ganhara a vida com trabalho e esforço, Lincoln construía sua imagem como a de um americano comum - tal qual seus compatriotas e eleitores. Em seus discursos, conclamava seus conterrâneos a construir um país de pequenos produtores independentes, que fizessem bom uso das novas técnicas e recursos disponíveis para o campo.

Em suas aparições públicas, procurou afastar-se do discurso religioso, provavelmente afim de não criar atritos ou desagradar a algum grupo. De fato, o presidente nunca adotou enfaticamente uma postura religiosa, o que o distanciava de alguns pontos da "reforma moral" proposta por seu partido. Pessoalmente, Lincoln aproximava-se do deísmo protestante, defendendo que Deus não interferiria nos negócios terrenos<sup>215</sup>. Afastou-se, não menos, daqueles grupos considerados radicais – como os abolicionistas. Condenou a escravidão e asseverou seu compromisso com a manutenção da União e o resguardo dos direitos estaduais.

Contudo, suas posições políticas eram fruto de sua vivência e de sua necessidade de forjar alianças e acordos que garantissem a governabilidade dos republicanos. O conflito se radicalizava e assim também a postura de Lincoln. Porém, ele nunca foi movido por preceitos morais igualitários, mas sim pelas pressões de um país que precisava se reerguer. A iminência da guerra pedia que o presidente em exercício revisse suas posições e tomasse ações executivas - e os eleitores de Lincoln acreditaram que ele era o melhor nome para o trabalho.

---

<sup>214</sup> Idem, p.51-57.

<sup>215</sup> Idem, p. 28.

## 2.2 THE SECESSION COMES: A ECLOSÃO DA GUERRA CIVIL

Em fevereiro de 1861, pouco mais de um mês antes de Lincoln assumir a presidência dos Estados Unidos, os estados de Carolina do Sul, Mississippi, Florida, Alabama, Georgia, Louisiana e Texas deixaram a União. A secessão passara do plano das ameaças políticas para a realidade. As questões que ela envolvia saíram do âmbito do Congresso e invadiram a vida privada. A opinião pública debatia o tema por todo o país, na medida em que uma sangrenta Guerra Civil redesenhava linhas geográficas, políticas e econômicas e modificava profundamente a vida das pessoas comuns no norte e no sul.

Para aqueles que residiam no sul, inicialmente a crise de secessão lembrava em muito a Crise de Nulificação. Em 1832, durante a presidência do democrata Andrew Jackson, a Ordenança de Nulificação da Carolina do Sul fora aprovada. Nesse documento, o poder estadual declarava inconstitucionais as Tarifas Federais de 1828 e 1832 e portanto, elas eram nulas e sem efeito dentro das fronteiras da Carolina do Sul. A tarifa de 1828, autorizada pelo então presidente John Quincy Adams, tinha cunho protecionista e era conhecida, entre seus críticos, como Tarifa das Abominações. Adams também influenciou na aprovação da Tarifa de 1832, utilizando o poder que tinha como membro da Câmara dos Representantes e principal autoridade do Conselho de Manufaturas, ele aprovou essa taxa de cunho, igualmente, protecionista. Mesmo que sua intenção fosse a diminuição da tarifa de 1828, com objetivo de apaziguar o cenário de crise, sua ação foi considerada insuficiente pela maioria dos residentes. Esperava-se do presidente da época, Andrew Jackson, ações drásticas para a rápida redução das tarifas. Quando isso não aconteceu, a secessão tornou-se uma opção viável. Neste primeiro conflito seccional a Carolina do Sul havia saído vitoriosa. O tarifário de 1832 foi revogado e substituído pela Tarifa de Compromisso de 1833, na qual o governo federal comprometia-se a reduzir, gradualmente, as tarifas protecionistas dos anos anteriores<sup>216</sup>.

Devido ao desfecho da Crise de Nulificação, muitos defendiam que a separação era histórica e constitucionalmente legitimada. A pressão estava no norte, uma vez que os Estados Confederados do Sul estavam dispostos a manter-se independentes e cortar os laços com o restante de um país que estava tão afastado política, econômica e socialmente de sua realidade, que parecia não mais representar os sulistas há décadas. Na defesa da separação estavam engajados até mesmo alguns poucos republicanos que acreditavam que os estados com os quais

---

<sup>216</sup> REMINI, Robert V. *Andrew Jackson and the Course of American Freedom, 1822-1832*. v. 2. Baltimore / Londres: The John Hopkins University Press, 1981.

o norte não conseguia estabelecer comércio não faziam, efetivamente, falta alguma à União. Notavelmente, esse movimento – assim como seria a Guerra Civil, décadas mais tarde – era conservador, porque sua mobilização se dava em função da manutenção de certas políticas, e não por algo novo.

Enquanto isso, nortistas - sobretudo aqueles que possuíam negócios - cobravam do presidente medidas eficientes para restaurar a União. Fato é que poucos conheciam a linha da jurisprudência que defendia a existência de um direito de secessão. Segundo esta corrente interpretativa da Constituição, o direito de revolução que estava presente nos escritos revolucionários americanos incluía também o direito de secessão, pois os estados teriam a legitimidade, dada pela Constituição, para alterar ou revogar um governo que não respeitasse “(...) que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade (...)”<sup>217</sup>. Além disso, a maior parte da população nortista negava a autoridade governamental para empregar força armada em estados rebeldes. Porém, havia o sentimento de que era preciso restaurar o país a todo custo.

Mesmo o presidente James Buchanan, democrata que agiu em prol da legalidade da escravidão no Kansas, se recusou a reconhecer a legitimidade da secessão. Foi ele que enviou de Nova York, a 05 de janeiro de 1861, o navio mercante *Estrela do Oeste* para abastecer de suprimentos o Forte Sumter, que encontrava-se em poder de soldados federais em Charleston, Carolina do Sul. Os confederados organizaram-se e abateram facilmente a embarcação da União - que não estava armada, segundo afirma a historiografia - em 09 de janeiro<sup>218</sup>.

O cerco ao forte ia se fechando. Com Sumter em poder da União, os Confederados não conseguiam manter controle absoluto sobre o Porto de Charleston, vital para sua sobrevivência como um novo país. Além de Sumter, outros três fortes estrategicamente localizados no *Deep South* encontravam-se sob ocupação de tropas da União; Forte Pickens, Jefferson e Zachary Taylor, todos localizados na Florida. É neste contexto que, em março, o Primeiro Oficial General da recém-formada Confederação, P.G.T Beauregard, foi alçado ao posto de comandante das forças confederadas em Charleston. Rapidamente o General reforçou as baterias militares que cercavam a fortificação. Enquanto isso, dentro do forte faltavam homens, munição e suprimentos.

---

<sup>217</sup>*The Declaration of Independence: A transcription.* Disponível em: [://www.archives.gov/exhibits/charters/declaration\\_transcript.html](http://www.archives.gov/exhibits/charters/declaration_transcript.html) Acesso em: 20 nov. 2014.

<sup>218</sup> FONER, Eric. *Op. Cit.* p 76

O reabastecimento do Forte Sumter foi a primeira crise enfrentada pela gestão Abraham Lincoln. Para lidar com ela, o presidente procurou levar a cabo – mais uma vez - uma política conciliatória que visava, em um primeiro momento, impedir que mais estados, sobretudo os fronteiriços, declarassem secessão à União. O objetivo do novo presidente consistia em disseminar a ideia de um governo comprometido a respeitar os preceitos federalistas e a discutir a questão da expansão da escravidão para oeste. Por outro lado, insistia na restauração da União e no seu direito de assumir como presidente democraticamente eleito. Com uma proposta de governabilidade maleável, Lincoln procurava, não menos, impedir dissidências internas em seu partido. Os republicanos precisavam estar unidos e fazer alianças, agora mais do que nunca<sup>219</sup>.

Assim, mesmo em um cenário de grande tensão e instabilidade política, Lincoln assumiu a presidência em 04 de março de 1861. Dois dias depois, o Congresso dos Estados Confederados do Sul autorizou a organização de 100.000 homens. Os senhores de escravos sulistas – representados por membros do Partido Democrata - tinham ciência de que Lincoln não acabaria com a escravidão subitamente, sobretudo porque sabiam que o governo federal necessitava do apoio dos *border states*. Porém, temiam pelo cerceamento do poder escravista. A eleição de Lincoln havia demonstrado a força dos estados do norte<sup>220</sup>. Neste cenário, com um presidente que encontrava respaldo no exercício de um governo democrático da maioria, a secessão começou a figurar como uma boa saída para outros estados sulistas que compreendiam-se como minoria e começavam a ver segurança nos Confederados que preparavam-se para a batalha iminente. Para aqueles que permaneciam indecisos, era chegada a hora de escolher um lado.

A situação de Sumter chegara ao limite. Lincoln havia decidido enviar navios de abastecimento até o forte. Sua notificação ao governador da Carolina do Sul resultou em um ultimato do governo confederado liderado pelo presidente Jefferson Davies: evacuar Sumter imediatamente, sob ameaça de bombardeio. O Major Robert Anderson, comandante das tropas da União, recusou a rendição. Em doze de abril de 1861, às 4:30 da manhã, o General Beauregard comandou as forças separatistas em Charleston e iniciou o combate que daria início à Guerra Civil<sup>221</sup>.

Para os nortistas e partidários de Lincoln, se a guerra era inevitável, ao menos ela havia eclodido da maneira que mais lhes beneficiava. O fato de o primeiro tiro ter sido disparado por

---

<sup>219</sup> Idem, p.75-82.

<sup>220</sup> Idem, p. 82.

<sup>221</sup> WELCHER, Frank J. *The Union Army, 1861-1865: Organization and Operations*. v. 1. Bloomington: Indiana University Press, 1989.

armas confederadas era crucial. Era importante que os inimigos atacassem primeiro, para justificar uma contraofensiva da União sem gerar grandes discussões sobre o federalismo e os direitos estaduais.

Com o ataque a Sumter, Lincoln pôde declarar os Estados Confederados rebeldes, afim de obter apoio popular. Salientando a diferença entre uma sociedade livre e outra baseada no sistema de trabalho escravo, Lincoln procurou demonstrar para o americano médio do norte o quanto o sul poderia ser um entrave ao desenvolvimento pleno da nação. Clamando pela preservação da União, o 16º presidente procurou - a despeito dos limites do federalismo - aumentar seu poder executivo, consolidando a imagem de que a ofensiva nortista era não só legítima, mas também extremamente necessária.

Em resposta à secessão, em 12 de abril Lincoln convocou cerca de 75.000 voluntários a apresentarem-se ao exército, ordenando o bloqueio da costa sulista e o deslocamento de tropas do oeste para o leste, além de iniciar um plano de expansão da marinha e do exército regular, com o incremento do orçamento militar em milhões de dólares<sup>222</sup>.

Entretanto, os republicanos e a ala democrata nortista jamais abandonaram o discurso de não interferência no modelo organizacional sulista, bem como em momento algum assumiram formalmente que a escravidão era o principal ponto de desacordo entre as duas porções do país. Admitir que a manutenção do sistema escravista era o principal ponto que levava à guerra colocaria em risco o apoio dos estados fronteiriços e Lincoln sabia muito bem disso.

O sucesso aparente dessa postura evasiva do presidente, juntamente ao grande apoio popular de que o Partido Republicano dispunha no norte, parecem ter dado a Lincoln e a seus partidários a falsa impressão de que os confederados eram uma organização frágil e sem poder de ação. O presidente chegou a afirmar publicamente que a crise era "artificial" e que, se lhe fosse dada pouca importância, a Confederação logo se dissolveria. Não era preciso combater a escravidão de forma tão incisiva, ela acabaria gradualmente com a restauração do Compromisso do Missouri<sup>223</sup>. Era de seu desejo pessoal, e de seus apoiadores, conduzir a guerra de maneira constitucional, garantindo que, com o findar do conflito, todos os estados iriam usufruir de plenos direitos constitucionais. Lincoln parecia certo de que a secessão era, de alguma maneira, uma rebelião individual, não sendo fruto da união dos confederados. Isso motivou sua decisão

---

<sup>222</sup> FONER, op. cit, p. 82.

<sup>223</sup>GUELZO, op. cit. p. 69.

de manter os direitos constitucionais de todos os estados intactos. Essa ação simbolizava que, ao olhar do presidente, a União ainda estava ileso<sup>224</sup>.

Não demoraria para que Lincoln descobrisse que havia subestimado a força da união sulista. Contrariando a expectativa republicana de que a causa seccional obteria pequeno apoio, poucos dias após a convocatória presidencial, Virginia, Arkansas, Tennessee e Carolina do Norte retiraram-se dos Estados Unidos para formar os 11 estados da Confederação. A Guerra Civil tornava-se muito maior do que jamais imaginaram Lincoln e seus partidários nortistas<sup>225</sup>.

### 2.3 A AÇÃO EXECUTIVA DE LINCOLN: *CONFISCATION ACTS* E *MILITIA ACT*

Com a formação dos Estados Confederados o discurso abolicionista no norte ganhou força e cada vez mais adeptos. A pressão popular impelia Lincoln a voltar-se para o tema da extinção da escravidão. O presidente procurou abordar a questão com cautela. Justificando filosófica e legalmente a causa da União, Lincoln buscava relacionar a democracia com o trabalho livre. A escravidão feria o discurso que apresentava os Estados Unidos como a terra da oportunidade e da liberdade<sup>226</sup>. Assim, o presidente procurou demonstrar que a democracia não era apenas uma estrutura de governo, mas antes uma promessa de oportunidade econômica e alguma justiça social - mesmo que em seu conceito de justiça social não coubesse a ideia de igualdade<sup>227</sup>.

Em vários momentos de sua carreira política Lincoln demonstrou-se, por exemplo, contrário à extensão do sufrágio aos negros, entendendo que eles não faziam parte da comunidade política norte-americana. Se desde o princípio ele demonstrou desacordo com a instituição escravista, isso não significa que ele tenha vislumbrado a possibilidade de igualdade racial nos Estados Unidos. Possivelmente influenciado pela ideologia de John Locke, Lincoln procurou defender que a escravidão rompia com a lei natural que assegurava que todos os homens poderiam tentar viver de seu próprio trabalho<sup>228</sup>. Para ele, os negros eram pessoas que haviam sido violentadas ao serem tiradas de sua pátria-mãe; entretanto, por sua desvantagem racial e pelo componente estrangeiro, eles jamais seriam compatriotas americanos. Os negros deveriam gozar dos direitos naturais da humanidade, mas esses direitos naturais,

---

<sup>224</sup> FONER, op. cit., p.78-99.

<sup>225</sup> HORTON, James Oliver. Slavery during Lincoln's Lifetime. In: HOLZER, Harold; GABBARD, Sara Vaughn (Org.). *Lincoln and Freedom: Slavery, Emancipation and the Thirteenth Amendment*. Carbondale (IL): Southern Illinois University Press, 2007, p.17.

<sup>226</sup> GUELZO, op. cit., p. 68.

<sup>227</sup> FONER, op. cit., p .98-99.

<sup>228</sup> GUELZO, op. cit., p.67.

contraditoriamente, não compreendiam os direitos civis ou políticos. Ademais, isso deveria acontecer fora dos Estados Unidos - daí a importância da colonização.

Inicialmente, o presidente – fiel à sua formação jurídica - defendeu a importância das mudanças relativas à questão escravista se darem no campo legislativo. Entretanto, em face da guerra que ameaçava a jovem nação, Lincoln passou a orientar parte de suas decisões segundo o preceito de que uma posição de comando poderia, ocasionalmente, pedir uma tomada de autoridade executiva que não se submetesse estritamente aos princípios constitucionais<sup>229</sup>. Em virtude dessa postura, representantes de estados que temiam restrições à escravidão - em sua maioria democratas - fomentaram debates acerca do alcance de uma legislação nacional. As ações presidenciais eram questionadas a partir da defesa do sistema federalista presente na Constituição.

Paralelamente, para financiar e manter os Estados Confederados da América como nação independente, com uma Constituição, um aparelho de Estado e um poder legislativo próprios, os estados rebeldes confiscaram propriedades federais como postos de correio, fortes, arsenais e agências da *United States Mint*, o órgão responsável pela cunhagem da moeda americana<sup>230</sup>. Essa tomada de propriedades do governo federal, aliada à defesa da escravidão, causou distúrbios na vida política e no cotidiano dos americanos.

Pessoalmente, a esta altura da sua carreira política, Lincoln entendia que a escravidão contribuía para manter a população branca sem ambições, desestimulando o trabalho e o crescimento intelectual. Segundo ele, os senhores de escravos, por exemplo, ficavam prejudicados, pois não conseguiam mais associar a ideia de trabalho a qualquer outro sistema que não o escravista<sup>231</sup>. Desta forma, o presidente defendia que as iniciativas para a expansão dos negócios e do progresso econômico eram insuficientes face ao potencial do país. Além disso, existia em seu discurso o temor de que estes fatores prejudicassem de tal maneira as pessoas brancas que elas passassem a se equiparar às negras, que, em sua concepção, eram naturalmente inferiores<sup>232</sup>. Portanto, assim como muitos de seus contemporâneos, Lincoln assumia e aceitava a superioridade dos brancos como parte de uma ordem natural. Segundo o presidente, "Existem diferenças físicas entre as raças branca e negra as quais eu acredito que

---

<sup>229</sup> HOLZER; GABBARD, *op. cit.*, p.1-5.

<sup>230</sup> FONER, *op. cit.*, p. 75.

<sup>231</sup> GUELZO, *op. cit.*, p. 68.

<sup>232</sup> *Idem*, p. 13.

proibirão para sempre as duas raças de viverem juntas em termos de igualdade social e política." <sup>233</sup>

Conforme visto, inicialmente o projeto republicano limitou-se à tentativa de restaurar a União o mais rápido possível, procurando coibir a expansão da escravidão mas mantendo-a intacta onde ela já existia - tendo em vista os direitos dos estados previstos no sistema federalista. Dessa maneira, apesar de cristalizada a imagem de Lincoln como um grande expoente da luta abolicionista, seu compromisso referia-se unicamente à manutenção da federação, como ele mesmo deixou claro no debate com o senador democrata Stephen Douglas:

Meu objetivo primordial nesta luta é salvar a União, e não salvar ou destruir a escravidão. Se eu pudesse salvar a União sem libertar qualquer escravo, eu o faria, e se eu pudesse salvá-la libertando todos os escravos, eu o faria; e se eu pudesse salvá-la libertando alguns e deixando outros abandonados, eu também o faria. O que eu faço sobre a escravidão e a raça negra, eu o faço porque acredito que ajuda a salvar a União.<sup>234</sup>

Porém, apesar de evitar tomar posições mais enfáticas com relação à extinção da escravidão e à situação dos libertos, com a eclosão das batalhas e a evidente dependência dos exércitos do norte e do sul com relação à utilização de tropas negras, Lincoln se viu compelido a abandonar – em alguma medida - sua política conciliatória. A presença de soldados negros e a atuação de suas tropas foi um dos fatores que fizeram Lincoln reinventar a sua política. Ou seja, a própria presença deles engajados na guerra impeliu o presidente a radicalizar suas ações.

Tropas negras já haviam servido antes na marinha, mas jamais haviam chegado a integrar formalmente a milícia nacional<sup>235</sup>. A incorporação de soldados negros - em grande parte escravos fugidos de estados confederados e fronteiriços - exigia da gestão Lincoln uma ação regulamentadora. Porém, a criação de uma legislação específica sobre a utilização de soldados negros colocava em risco a postura evasiva do governo quanto à questão escravista. Lincoln compreendia o peso da demanda e as controvérsias que gerava, sobretudo nos estados fronteiriços, nos quais a escravidão ainda era uma prática comum, enraizada socialmente. Por outro lado, muitos escravos viram na guerra civil uma oportunidade para lutar por seus próprios interesses, sendo o maior deles a liberdade.

Em 09 em julho de 1861, o Congresso deliberou que os soldados da União não deveriam devolver os escravos que capturassem. Esta ação procurava orientar os militares que

---

<sup>233</sup> Quarto debate entre Abraham Lincoln e Stephen A. Douglas em Charleston, Illinois, 18 de setembro de 1858. Apud HORTON, James Oliver, op. cit., p.13. Tradução nossa.

<sup>234</sup> “Carta do presidente Abraham Lincoln para Horace Greeley”. Washington, 22 de agosto de 1862. Disponível em: <http://www.abrahamlincolnonline.org/lincoln/speeches/greeley.htm> Acesso em: 13 maio 2014. Tradução nossa.

<sup>235</sup> FONER, op. cit., p. 105.

tinham de lidar com o grande número de escravos fugidos que adentravam seus acampamentos. A partir disso, a questão das tropas negras e da incorporação de ex-escravos tomava os debates, demandando – mais do que nunca - uma legislação específica do governo federal.

Assim, em 06 de agosto do mesmo ano, em meio aos enfrentamentos no Congresso e contrariando a política de não interferência nos estados e na propriedade privada, Lincoln outorgou o primeiro *Confiscation Act*. Proposto pelo senador republicano Lyman Trumbull, o documento definia os parâmetros legais para a apreensão de propriedades e bens, inclusive escravos, em posse de pessoas que aderiram ou auxiliaram na rebelião confederada<sup>236</sup>.

Diante da notícia de que sulistas vinham empregando escravos em batalha, o *Confiscation Act* definiu que aqueles que houvessem sido utilizados na rebelião poderiam ser prontamente confiscados em prol da União, ganhando sua liberdade<sup>237</sup>.

O ato foi produto da forte pressão que o governo vinha sofrendo para tratar da emancipação dos escravos. Porém, tal ato não atingiu com força a escravidão, libertando apenas individualmente os escravos negros que tiveram envolvimento direto com as ações bélicas e seu suporte. Além disso, o ato ainda garantia aos senhores o direito de reclamar esses escravos, em boa medida porque os congressistas do norte temiam a perda de apoio dos estados fronteiriços. A lei poderia levar esses estados à alienação, sobretudo porque se aplicava mesmo aos senhores de estados aliados que tivessem autorizado a Confederação a utilizar seus escravos<sup>238</sup>. Paralelamente, o Ato pretendia também manter a possibilidade de retorno à União para os separatistas desejosos de abdicar da causa seccional, uma vez que poderiam adentrá-la sem deixar de ser escravistas, a exemplo dos quatro *Border States* originais<sup>239</sup>.

É decretado pelo Senado e Câmara dos Representantes dos Estados Unidos da América em congresso reunido, que, durante a presente ou qualquer futura insurreição contra o Governo dos Estados Unidos, após o presidente dos Estados Unidos ter declarado, por proclamação, que as leis dos Estados Unidos se opõem, e sua execução for obstruída, por combinações demasiado poderosas para serem suprimidos pelo curso normal do processo judicial, ou pelo poder investido em oficiais pela lei, qualquer pessoa ou pessoas, ele, ela, ou seu agente, advogado, ou empregador, que compre ou adquira, venda ou dê, qualquer propriedade de qualquer tipo ou descrição, com a intenção de utilizar ou empregar o mesmo, ou esteja sujeito o mesmo a ser utilizado ou empregado, em ajuda, cumplicidade ou promoção dessa insurreição ou resistência às leis, ou qualquer pessoa ou pessoas que trabalhem lá dentro; ou se qualquer pessoa ou pessoas, sendo o proprietário ou proprietários de tais bens, que utilizarem conscientemente ou empregarem, ou aceitarem a utilização ou emprego da mesma forma indicada, todos esses bens são declarados objeto legítimo de confisco e

---

<sup>236</sup> SYRETT, John. *Confiscation Acts. Failing to Reconstruct the South*. New York: Fordham University Press, 2005. p. xxi-03.

<sup>237</sup> Idem, pp. XII-06.

<sup>238</sup> FONER, op, cit., p. 100.

<sup>239</sup> PALUDAN, Phillip Shaw. Lincoln and the Limits of Constitutional Authority. In: HOLZER, Harold; GABBARD, Sara Vaughn (Org.). *Lincoln and Freedom: Slavery, Emancipation and the Thirteenth Amendment*. Carbondale (IL):Southern Illinois University Press, 2007. p.43.

apreensão onde foram encontrados; e será o dever do presidente dos Estados Unidos, fazer com que os mesmos sejam apreendidos, confiscados, e condenados<sup>240</sup>.

O número de escravos libertos por esse primeiro ato foi ínfimo, tanto por o documento não pressionar os militares a executarem esta ação, como também pela ambiguidade de sua redação. O primeiro *Confiscation Act* não tratava explicitamente dos escravos de senhores leais à União, gerando dúvidas e conflitos entre os militares que encontravam os fugitivos, muitas vezes, vindos dos estados fronteiriços. Além disso, mesmo quando eram emancipados formalmente, os escravos nem sempre conseguiam a liberdade, o que gerou problemas relativos ao seu status legal<sup>241</sup>.

Essa foi a maneira encontrada por Lincoln para manter-se dentro dos limites constitucionais, evitando mais ataques ao seu governo. Simultaneamente, através do ato ele reafirmava sua autoridade para confiscar e apreender os bens daqueles que aderiram à rebelião, auxiliando financeiramente o esforço de guerra. Entretanto, o primeiro *Confiscation Act* não tinha como objetivo principal aumentar a renda da União. Seus esforços estavam focados em tentar punir os rebeldes e assinalar uma ameaça à escravidão nos estados insurgentes, visando desestabilizar a Confederação<sup>242</sup>.

O impacto do ato na Confederação e na escravidão não foi o esperado pelos nortistas. Porém, mesmo com todas as limitações, a emissão do documento representou uma mudança sensível no posicionamento federal com relação à instituição escravista. A redação apontava para uma gestão que – ao menos formalmente - entendia que os escravos eram pessoas obrigadas a trabalhar, e não propriedades<sup>243</sup>.

Contudo, segundo os opositores, o ato transgredia os direitos assegurados pela Constituição quando definia que o confisco de bens, terras e escravos seria mantido para além da vida do traidor. Os ataques direcionavam-se também para as condições em que se realizariam as apreensões. Membros do Partido Democrata e unionistas dos estados fronteiriços faziam interpretações diferenciadas do documento e levantavam questões fundamentais. Afinal, um morador do sul, mesmo sem dar suporte ou apoio ao esforço de guerra confederado, poderia ter suas terras e escravos apreendidos simplesmente por ser cidadão de um estado rebelde? Como

---

<sup>240</sup> “*First Confiscation Act*”. Seis de agosto de 1861. Disponível em: <http://teachingamericanhistory.org/library/document/first-confiscation-act/> Acesso em: 14 maio 2014. Tradução nossa.

<sup>241</sup> FONER, op. cit., p.100.

<sup>242</sup> SYRETT, op. cit. p. xii-14.

<sup>243</sup> FONER, op. cit, p.100.

era possível provar que suas propriedades estavam sendo utilizadas em prol da Confederação?<sup>244</sup>

A pressão gerada pela combatividade das autoridades sulistas obrigou os republicanos e apoiadores do norte a recuarem. Em julho de 1861 o Congresso aprovou a resolução *Crittenden-Johnson*, na qual afirmava oficialmente que a guerra não estava sendo travada “(...) para qualquer finalidade de conquista, ou subjugação, nem propósito de derrubar ou interferir nas instituições adequadas ou estabelecidas desses estados (Confederados).”<sup>245</sup> Com essa resolução, o governo comprometia-se a não interferir na política interna dos estados, reiterando que a guerra não era contra a escravidão. Assim considerado, o primeiro *Confiscation Act* seria uma medida militar, não abolicionista.

Contudo, identificamos esse primeiro ato como uma ofensiva, ainda que tímida, à escravidão. Mesmo temendo a perda de apoio, Lincoln procurava desestabilizar econômica e politicamente os estados rebeldes, atacando seu principal alicerce: o sistema escravista. Para além dessa questão, procurava, mesmo com muitas restrições, sanar os problemas de recrutamento e angariar fundos para gerir o esforço de guerra. Além disso, centenas de negros escravizados estavam abandonando as *plantations* e correndo em busca de liberdade e amparo no norte, o que obrigava Lincoln a tomar uma medida. Ou seja, as ações individuais e, na maioria das vezes, não organizadas dos escravos fugidos foram tão intensas que pressionaram o presidente a uma reação, fazendo-o legislar a favor dessas pessoas – mesmo que com todo o tipo de limitação e restrição.

O sucesso das tropas de negros e sua crescente importância no teatro da guerra também pressionaram Lincoln a legislar. Extraoficialmente, a presença de regimentos de negros já era uma realidade desde antes da promulgação do primeiro ato, e exigia uma regulamentação oficial. Assim, mesmo que o presidente estivesse inserido em um cenário político dominado pela elite branca, as pressões das ações individuais e coletivas de escravos e ex-escravos também foram fator determinante para a sua mudança de posição com relação à escravidão e à guerra.

Em fevereiro de 1862, o General unionista Francis P. Blair Jr. enviou ao Congresso um novo Artigo de Guerra que estabelecia, pela primeira vez, uma política uniforme sobre os fugitivos, alterando a relação do exército com a escravidão. O documento proibia oficiais da marinha e da milícia de devolver escravos fugidos, sob pena de corte marcial. Os representantes,

---

<sup>244</sup>SYRETT, John. op. cit., p 05-15.

<sup>245</sup>COMMAGER, Henry Steele (Org), Documents of American History. New York: Appleton, 1949, p.395 Apud: PALUDAN, op. cit., p.44. Tradução nossa.

em boa medida da bancada republicana, aprovaram a proposta e Lincoln a assinou em 13 de março de 1862. Sem fazer diferenciação entre fugitivos de estados leais ou rebeldes, o documento não explicitou a libertação de nenhum cativo. De fato, o Artigo de Guerra e o primeiro *Confiscation Act* eram medidas que lidavam com os escravos apenas em termos da sua situação militar. Entretanto, sua implementação fez do Vale do Mississippi – onde estavam estacionadas tropas nortistas - um lugar seguro para os escravos em fuga. Legalmente - desde que não previa compensação financeira para os senhores - o documento demonstrou, uma vez mais, a fragilidade do conceito de escravo como propriedade<sup>246</sup>.

Porém, a aprovação do Artigo não foi suficiente. Conforme Lincoln havia notado, novas leis precisavam ser votadas constantemente para tentar aliviar a pressão. Desta maneira, em 17 de julho de 1862 o Congresso aprovou o segundo *Confiscation Act*, também proposto pelo senador Trumbull. Esse ato, muito menos tolerante com os rebeldes, estabelecia que o crime de traição era passível de multa mínima de 10,000 dólares, podendo chegar à pena de morte. Os condenados perderiam imediatamente todas as suas terras e bens, que seriam utilizados pela União para custear a guerra. Essa medida sinalizou os primórdios de uma política republicana de redivisão de terras que se tornaria evidente durante a Reconstrução<sup>247</sup>.

É decretado pelo Senado e Câmara dos Representantes dos Estados Unidos da América em congresso reunido, que cada pessoa que venha a se comprometer com o crime de traição contra os Estados Unidos, deverá ser considerado culpado do mesmo, deverá sofrer a morte, e todos os seus escravos, se houver, devem ser declarados e feitos livres; ou, a critério do tribunal, ele poderá ser preso por não menos de cinco anos e multado em não menos de dez mil dólares, e todos os seus escravos, se houver, devem ser declarados e feitos livres; a multa deverá ser aplicada e cobrada em qualquer um ou em todos os bens, móveis e imóveis, excluindo escravos, dos quais a referida pessoa uma vez condenada era o proprietário no momento em que cometeu o crime referido, qualquer venda ou transferência em contrário, não obstante<sup>248</sup>.

Com o novo ato, escravos de todos os senhores rebeldes - quer houvessem sido utilizados na guerra ou não - poderiam ser libertados e empregados no serviço militar unionista<sup>249</sup>. Desta forma, o documento visava acabar com o dilema relativo à incorporação de

---

<sup>246</sup> FONER, op. cit., p. 108-112.

<sup>247</sup> A *Reconstrução (Reconstruction Era)* refere-se ao período entre 1865 e 1877, no qual ocorreram mudanças estruturais na política, economia e sociedade sulistas. Coordenada pelo Congresso, a Reconstrução foi um capítulo importante na história dos direitos civis nos Estados Unidos, mas a maioria dos historiadores a considera um fracasso, uma vez que o sul não tornou-se homólogo do norte. A economia agrária dos estados sulistas permanecia estagnada e a pobreza assolava a maior parte da população. Politicamente, o poder permaneceu na mão de democratas brancos que mantinham o domínio através da violência, intimidação e discriminação. Os negros libertos faziam parte de uma classe vista como inferior e, por isso, estavam excluídos do acesso à política e a direitos civis básicos. Sobre a Reconstrução, ver: FONER, Eric. *Reconstruction: America's Unfinished Revolution, 1863-1877*. New York: Harper and Row, 1988.

<sup>248</sup> “*Second Confiscation Act*”. Disponível em: <http://teachingamericanhistory.org/library/document/second-confiscation-act/> Acesso em: 14 maio 2014. Tradução nossa.

<sup>249</sup> FONER, op. cit., p. 116.

ex-escravos no exército, ampliando os poderes de Lincoln com relação às tropas negras, podendo inclusive armá-las - possibilidade não prevista um ano antes.

Essas medidas visavam dar ao presidente melhores condições de combater as forças confederadas e colocar fim ao conflito tão oneroso ao país. Demarcando de forma mais clara a distinção entre confisco de propriedades - que envolvia um processo judiciário - e a emancipação dos escravos - que passava a depender unicamente do avanço das tropas da União -, Lincoln defendia que o governo não tinha obrigação legal de devolver escravos fugidos - com exceção daqueles oriundos de estados fronteiriços. Assim, a libertação dos escravos fugidos mantinha-se restrita aos estados rebeldes. Os negros fugidos de estados escravistas leais à União eram compreendidos como prisioneiros de guerra, devendo ser prontamente devolvidos aos seus senhores.

*SEÇÃO. 11. E que seja promulgado, Que o Presidente dos Estados Unidos está autorizado a empregar o maior número de pessoas de ascendência Africana como julgue necessário e adequado para a supressão dessa rebelião, e para este fim, ele pode organizar e usá-los da forma como julgar melhor para o bem-estar público.*

*SEÇÃO. 10. E que seja promulgado, que nenhum escravo em fuga para qualquer Estado, Território, ou o Distrito de Columbia, a partir de qualquer outro Estado, será entregue, ou de qualquer forma terá impedida ou dificultada a sua liberdade, com exceção de crime, ou alguma ofensa contra as leis, a menos que a pessoa que reclama o fugitivo fizer primeiro o juramento de que a pessoa a quem o trabalho ou serviços de tal fugitivo é acusado de ser devido é o seu legítimo proprietário, que não tomou armas contra os Estados Unidos na presente rebelião, nem de qualquer forma ajudou-a; e nenhuma pessoa envolvida no serviço militar ou naval dos Estados Unidos deve, sob qualquer pretexto que seja, decidir sobre a validade do pedido de serviço ou de trabalho de qualquer outra pessoa, ou entregar qualquer pessoa ao requerente, sob pena de demissão do serviço.<sup>250</sup>*

Entretanto, essa determinação era constantemente desrespeitada. A redação do documento era dúbia e faltava precisão ao determinar se escravos fugidos pertenciam a confederados ou unionistas. A nova política com relação aos fugitivos não era um ataque à escravidão. O número de escravos efetivamente libertados era baixo, em muito pelas limitações impostas pela Constituição, mas também porque o governo visava a manutenção do apoio dos estados fronteiriços.

Além disso, temos de considerar a amplitude executiva dos atos em um território fragmentado pela guerra. O serviço postal havia sido comprometido, e com alguma frequência as informações se perdiam ou demoravam a chegar às tropas em deslocamento. Havia também o problema da fiscalização, impossibilitada em um período em que o exército estava em constante movimentação. Por fim, a própria redação do Ato sugeria que a decisão estava muito

---

<sup>250</sup> “*Second Confiscation Act*”. Disponível em: <http://teachingamericanhistory.org/library/document/second-confiscation-act/> Acesso em: 14 maio 2014. Tradução nossa.

mais nas mãos das autoridades locais. Desta maneira, se facilitava a ação de alguns oficiais e soldados nortistas que transgrediam os dispositivos legais<sup>251</sup>.

Enquanto isso, rumores de uma vida melhor no exército unionista espalhavam-se entre os negros. A partir do momento em que escravos ingressaram oficialmente no exército um precedente se abriu na legislação americana - que a partir de então tornou o status de propriedade do escravo uma via para a liberdade, uma vez que, ao confiscar e alistar um escravo confederado - uma propriedade do inimigo, portanto -, ele automaticamente ganhava a liberdade. Essas notícias alcançaram o domínio das *plantations* e espalharam-se rapidamente entre a população escrava rural e urbana, impactando no número de fugas<sup>252</sup>.

No âmbito político, o velho problema da ambiguidade voltou a ser abordado. O Congresso debatia arduamente as disposições do documento, sobretudo aquela que versava a respeito do bloqueio de propriedades privadas dos rebeldes. Mesmo antes da emissão do ato, Lincoln já havia autorizado militares a confiscarem e destruírem propriedades confederadas. A regularização dessa prática causou furor e críticas. Ademais, a decisão de tratar os sulistas como prisioneiros de guerra - e não como criminosos - apontava para o reconhecimento da Confederação como poder beligerante. Diante disso, vários nortistas passaram a contestar a legitimidade de manter os estados rebeldes sob proteção constitucional. O problema do status legal dos confederados entrava definitivamente na agenda governamental<sup>253</sup>.

Na mesma data em que Lincoln outorgou o segundo *Confiscation Act* foi também aprovado o *Militia Act*, documento que vinha revisar um primeiro ato de mesmo nome, emitido em 1792, convocando a formação de uma milícia nacional, organizada com o fim de suprimir insurreições, repelir invasões e executar as leis federais.

Nas seções 12 a 15, o ato conferia ao presidente total autoridade - em concordância com a Constituição - para aprovar o recrutamento de negros para atuar no exército e na marinha, concedendo-lhes o direito de nomear os oficiais que ficariam no comando. A redação aborda a utilização de tropas negras na construção de trincheiras e em serviços nos acampamentos - como cozinha, enfermagem, reparos etc. Porém, ao reiterar que os soldados negros deveriam ser utilizados em quaisquer serviços que fossem capazes de realizar, abriu-se a brecha para que as tropas de negros passassem a ser formalmente organizadas.

SEC. 12. *E que seja promulgado*, o Presidente é, e ele fica, autorizado a receber no serviço dos Estados Unidos, com a finalidade de construção de trincheiras, ou a realização de serviço de acampamento ou qualquer outro trabalho, ou qualquer serviço

---

<sup>251</sup> FONER, Eric. *Op. Cit.* pp. 85-117.

<sup>252</sup> *Idem*, p. 86

<sup>253</sup> *Idem*, pp. 86-118.

militar ou naval para o qual podem ser considerados competentes, pessoas de ascendência africana, e essas pessoas devem ser inscritas e organizadas de acordo com essas normas, que não sejam incompatíveis com a Constituição e as leis, como o presidente pode prescrever.<sup>254</sup>

O *Militia Act* buscava gerar modelos para o recrutamento, treinamento e armamento de todos os combatentes, além de assegurar legalmente a manutenção do tratamento desigual entre soldados brancos e negros de mesma patente. O alistamento deveria estender-se a todos os homens entre 18 e 45 anos, que após seis meses no exército deveriam estar armados. Entretanto, a área de atuação dos negros continuava - em grande parte dos acampamentos - restrita à construção e reparo de fortificações. O documento reiterava que os soldados negros, tendo em vista sua condição de inferioridade natural, não deveriam ser tratados da mesma maneira que seus homólogos brancos.

Esse tratamento diferenciado se estenderia à questão do soldo. Uma das arguições discriminatórias referia-se ao fato de os soldados negros não haverem integrado oficialmente o exército desde os primórdios do conflito. Por esse motivo, alegava-se não tinham direito ao mesmo valor de soldo dos brancos. Desta forma, os valores baixos pagos a todos os recrutas regulares, eram ainda mais irrisórios para os negros. Os soldados brancos recebiam U\$13,00 mensais, com um adicional de U\$3,50 para custear o fardamento. Os soldados negros, por sua vez, recebiam U\$10,00 mensais que poderiam ser pagos em uniformes<sup>255</sup>.

Contudo, apesar dessas diferenças no status dos soldados, negros escravizados se viam atraídos pela via militar para obter liberdade. Por este motivo, forjaram-se diferenças entre os que aderiram às tropas e aqueles que não o fizeram. Os que foram e sobreviveram à guerra voltaram diferentes, com a experiência de uma ação direta e coletiva que visava, entre outros tantos pontos, a libertação dos escravos. O mundo nunca mais seria o mesmo depois que nas brechas da lei, nas frestas da guerra, os escravos atuaram como suporte legal e disciplinar de sua própria libertação, agentes ativos do seu próprio fazer-se.

Além de definir padrões de recrutamento e organização militar, o *Militia Act* era ainda uma tentativa de acordo da administração Lincoln com os *Bordes States*, temerosos de que a incorporação de soldados de cor na milícia da União pudesse ser um passo a mais em um processo de emancipação dos escravos. Ao emitir o *Militia Act*, Lincoln está, uma vez mais, em terreno hostil, não podendo inflamar os ânimos dos opositores, sob pena de perda de apoio.

---

<sup>254</sup> “*Militia Act of 1862*”. Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/milact.htm> Acesso em: 14 maio 2014. Tradução nossa.

<sup>255</sup> Idem, Ibidem.

Assim, identifica-se o comprometimento do presidente em realizar uma emancipação gradual dos escravos, abarcando, conforme a seção 13, apenas os estados rebelados.

SEÇÃO. 13. *E que seja promulgado*, que quando qualquer homem ou menino de ascendência africana, que pelas leis de qualquer Estado deve serviço ou trabalho para qualquer pessoa que, durante a atual rebelião, tem incitado a guerra ou tem pego em armas contra os Estados Unidos, ou aderido aos seus inimigos, dando-lhes ajuda e conforto, como está previsto no presente ato, ele, sua mãe e sua esposa e filhos, são para sempre, e posteriormente livres, a despeito de qualquer lei, uso ou costume que seja contrário.<sup>256</sup>.

Assim como os outros atos, o *Militia Act* também não foi um ataque severo às bases da escravidão, mas certamente causou algum abalo. Ao autorizar a libertação de escravos e seus familiares imediatos (mulher e filhos) que se encontrassem em posse de algum apoiador da Confederação, o ato reconheceu a existência da família negra - mesmo que nenhum Estado concordasse com a sua legalidade. Além disso, o documento abriu as portas, definitivamente, para que negros servissem em combate - mesmo que se tenha imaginado eles bem mais como trabalhadores militares do que como soldados armados. A importância desse ato pode ser medida pelo furor que causou entre os representantes dos *Border States*, que protestaram enfaticamente contra sua aprovação<sup>257</sup>.

Todos os três atos constituíam uma ingerência federal na autonomia dos estados. Porém, o governo federal estava disposto a correr o risco de ser acusado de desrespeito ao federalismo. Da parte da administração central, a promulgação dos documentos acenava com uma saída honrosa para os que resolvessem mudar de ideia e reintegrar-se à União. O segundo *Confiscation Act*, mais especificamente, dava aos rebeldes a chance de rever sua posição, jurando lealdade à União dentro do prazo máximo de 60 dias - sob a garantia presidencial de asilo e perdão. Com esta medida - aliada a uma política federal de supressão do tráfico ilegal de escravos africanos - a gestão Lincoln projetava uma cisão na Confederação, planejando que aqueles agentes - individuais ou coletivos - que, temendo as medidas dos atos, regulamentassem sua situação, se colocariam em conflito direto com os que ainda desafiavam os decretos presidenciais. Havia a expectativa de que as punições severas impostas aos traidores levariam a elite sulista a repensar a posição separatista<sup>258</sup>.

Mesmo com os atos comprometendo-se a não interferir na instituição escravista nos *Border States*, muitos residentes desses estados continuavam a apoiar a causa separatista. Lincoln compreendia a importância de se combater o sentimento seccional e agiu rapidamente.

---

<sup>256</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>257</sup> FONER, op. cit., p. 116.

<sup>258</sup> SYRETT, op. cit., p. 01.

Em Maryland, por exemplo, foi aprovada uma norma que previa prisão para simpatizantes e entusiastas da Confederação.

Porém, entre o duelo com os confederados e a admissão de que a emancipação havia se tornado a demanda primeira da guerra, havia um abismo. Qualquer declaração mais enfática com relação à abolição poderia ser interpretada como radicalismo, levando-os os quatro estados fronteiriços à secessão. Por isso a cautela do presidente e sua preocupação em criar sólidas alianças locais, dando aos estados oportunidades diferenciadas para prosseguirem na União. Por exemplo, para salvar o Kentucky das mãos separatistas, Lincoln aceitou a posição de neutralidade do Estado, colocando tropas em seu território apenas quando da invasão da Confederação<sup>259</sup>. A despeito de todos os esforços da administração central, mesmo sem declarar secessão à União, o Kentucky foi admitido no Congresso Confederado, o mesmo ocorrendo com o Estado fronteiriço de Missouri - daí essas áreas estarem em disputas frequente entre unionistas e confederados. A importância política e estratégica dos *Border States* definia os movimentos da guerra.

Apesar das limitações impostas pelos adversários políticos e pelo cuidado com a manutenção de alianças, ambos os *Confiscation Acts*, bem como o *Militia Act*, constituíram os primórdios legais da política de emancipação. Entretanto, em momento algum eles ofereceram alguma garantia de direitos civis aos ex-escravos. Sua promulgação impeliu Lincoln a abraçar a causa abolicionista, porém a própria legislação apontava que o objetivo da emancipação era servir aos interesses nortistas e republicanos, não garantir melhor padrão de vida aos negros. O segundo *Confiscation Act* apoiava, inclusive, a emigração dos ex-escravos para países de clima tropical, aonde, supostamente, se adaptariam melhor e poderiam desfrutar de sua condição de homens livres, conforme defendido pela *American Colonization Society*<sup>260</sup>.

Assim, os atos - sobretudo o segundo - apresentaram-se como uma tentativa do governo Lincoln de promover uma emancipação gradual e compensada dos escravos, afim de não perder o apoio dos *Border States*. Ademais, talvez ele conseguisse convencer os rebeldes a abandonarem a causa da secessão, iniciando a reforma do sul durante o próprio conflito<sup>261</sup>.

Porém, isso não era suficiente. Em 1862 a situação política de Lincoln era insustentável. O Partido Democrata e algumas facções do Partido Republicano faziam pressão por mudanças na postura governamental. Em paralelo, crescia exponencialmente o número de escravos

---

<sup>259</sup>FONER, op. cit., p. 86.

<sup>260</sup>“*Second Confiscation Act*”. Disponível em: <http://teachingamericanhistory.org/library/document/second-confiscation-act/>Acesso em: 14 maio 2014. Tradução nossa.

<sup>261</sup>SYRETT, op. cit., p. xii -01.

fugidos empregados no serviço militar no norte. Eles forneciam informações estratégicas, tais como a disposição das forças confederadas, seus esconderijos de suprimentos, rotas de abastecimento etc., o que tornava as ações do exército unionista mais efetivas e coordenadas, diminuindo o risco de derrota. O exército tornava-se, desta maneira, quase dependente da ação desses cativos, que não hesitavam em colaborar com a União, se a recompensa fosse a liberdade e uma vida mais digna. A porta estava aberta para o alistamento de negros desde os dois *Confiscation Acts* e do *Militia Act*, faltava apenas o presidente dar o próximo passo, qual seja, a Emancipação. Enquanto isso, a pressão pelo fim da escravidão crescia<sup>262</sup>.

## 2.4 FEDERALISMO E POLÍTICA NA GUERRA CIVIL

Percebemos, na documentação, um Lincoln desejoso de sua própria emancipação executiva, assinalada sobretudo a partir do segundo *Confiscation Act*. O presidente alegava que, mesmo quando sua ação não fora estritamente legal, ela havia sido demandada pela necessidade pública - e nada poderia ser maior. Com o recrudescimento da guerra, o poder do governo federal cresceu e Lincoln se viu impelido a tomar uma postura mais firme quanto aos limites do sistema federalista. Assim, ele passou a defender a supremacia da nação sobre os estados, salientando, porém, que a guerra estava sendo travada para manter a preeminência da Constituição, e não para interferir no âmbito estadual. A secessão era ilegal, indo contra os dispositivos jurídicos que asseguravam a existência e a defesa da União<sup>263</sup>.

A aprovação dos atos conferiu-lhe uma maior autonomia para gerenciar a incorporação de negros aos corpos militares da União e iniciar uma legislação prévia de emancipação - mesmo que inicialmente restrita aos escravos de estados insurretos. Porém, a ação executiva do presidente jamais transgrediu os limites estabelecidos pela Constituição. Lincoln libertou os escravos, mas somente quando isso foi constitucionalmente possível. Seu objetivo referia-se unicamente a restaurar a União sem afrontar os preceitos federalistas da Constituição. Era preciso acabar com a guerra que colocava em risco o futuro do país.

Diante disso, inúmeras propostas de compromisso para acabar com o conflito foram apresentadas logo nos primeiros meses de embate. Algumas estavam mais de acordo com os interesses nortistas, outras ligavam-se mais às exigências sulistas, mas todas versavam sobre a escravidão de uma maneira ou de outra, abordando a Lei de Escravos Fugidos, o Compromisso do Missouri, a questão da abolição no Distrito de Columbia (Washington D.C), a expansão da

---

<sup>262</sup> FONER, op. cit., p.114- 122.

<sup>263</sup> Idem, p. 98-111.

escravidão, a autonomia dos estados, os limites do federalismo e a amplitude do poder federal. Entretanto, nenhuma das propostas conseguiu atingir um consenso e Lincoln teve de intervir. O presidente reafirmou que nenhum plano que contemplasse a expansão da escravidão seria aceito e trabalhou apenas pelas propostas que estavam de alguma forma em consonância com o seu pensamento<sup>264</sup>.

Em contraponto, os sulistas compreendiam que as ações do 16º presidente eram claramente radicais. Muitos consideravam Lincoln um perigo maior à existência da escravidão do que os próprios abolicionistas. Além disso, acusações – notadamente infundadas - de que ele pretendia levar a cabo um plano de igualdade racial nos Estados Unidos eram comuns entre os residentes do sul e seus representantes. Contudo, ao contrário do que acreditavam os sulistas, o Partido Republicano carecia de um projeto consistente para a abolição da escravidão. Duas semanas após assumir a presidência, Lincoln já indicava esse problema interno que vinha dividindo os republicanos<sup>265</sup>.

No âmbito nacional, as afirmações de Lincoln faziam questão de demarcar a diferença moral entre as posturas do norte e do sul. O sul achava que a escravidão era correta e deveria ser perpetuada e expandida. O norte acreditava que manter o sistema escravista era errado e injusto e, por isso, ele deveria ser exterminado o mais rápido possível.

Lincoln sempre procurou enfatizar que a União era a vítima da guerra, que os sulistas é que queriam destruir a federação idealizada pelos Pais Fundadores. Seus discursos eram bem menos belicosos e agressivos dos que os do presidente confederado Jefferson Davies, por exemplo. Desta forma, o líder da União procurava manter-se distante de controvérsias maiores, prezando pela manutenção de alianças político-partidárias e pela coesão interna de seu partido<sup>266</sup>.

Essas alianças foram fundamentais no 37º Congresso dos Estados Unidos, reunido em Washington entre 1861 e 1863. Ambas as câmaras que o compunham tinham maioria republicana, e a ideologia defendida pelo partido esteve presente nas principais decisões. O Congresso organizou três novos territórios - Nevada, Nebraska e Colorado -, sendo que nenhum deles foi admitido como escravista. Essa decisão demonstrou a força do preceito republicano que defendia que a escravidão não era legal sob jurisdição federal<sup>267</sup>.

---

<sup>264</sup> Idem, p. 76-78.

<sup>265</sup> Idem, p. 78.

<sup>266</sup> Idem, p. 79.

<sup>267</sup> Idem, p. 79.

Essa decisão alarmou os democratas, que temiam que a prática escravocrata fosse colocada na ilegalidade também no âmbito estadual. Assim, os debates acerca do federalismo se intensificaram. Após muita deliberação, uma emenda foi aprovada negando ao Congresso o poder de abolir a escravidão nos estados. A Emenda Corwin foi acatada em março de 1861, tendo como objetivo trazer de volta à União os estados separatistas e garantir que os estados fronteiriços não seguissem o mesmo caminho. Para tanto, o texto previa proteção às instituições estaduais - incluindo a escravista. Com a emenda, Lincoln comprometia-se formalmente a não interferir na escravidão onde ela já existia. Ele reiterava que não tinha intenção, nem poder, para interferir nos negócios estaduais, conforme previsto no modelo federalista. Acabar com a escravidão era, portanto, desígnio de cada estado soberano.

A ala republicana crítica à emenda alegava que ela desrespeitava a Proclamação de Independência, uma vez que esse documento não reconhecia explicitamente o direito à propriedade sobre outro ser humano. De fato, o texto evitava utilizar a palavra escravidão, referindo-se a ela com termos ambíguos como "instituições domésticas", ou "pessoas detidas para o trabalho ou serviço".

Entretanto, mesmo com todas as críticas e ambiguidades, a emenda passou à esfera estadual, com Lincoln incentivando os estados a ratificarem internamente a nova lei. Em maio ela foi sancionada em Ohio, um ano mais tarde em Illinois e Maryland, porém sua aceitação ficou muito aquém do esperado<sup>268</sup>. Apesar da emenda sinalizar uma possível conquista dos democratas e sulistas, ela claramente não foi suficiente para acabar com a crise. O federalismo respaldava o direito dos estados sulistas de se manterem independentes do resto do país.

A fim de compreender o funcionamento do sistema federalista norte-americano, temos de voltar nosso olhar, uma vez mais, para a independência do país. Em 1776, as 13 colônias norte-americanas declaravam-se uma nação independente da Inglaterra. Essas colônias eram - conforme visto - muito diferentes entre si, não apenas geográfica e demograficamente, mas também possuindo desenvolvimento social, econômico e político diferenciado, bem como encerrando em si projetos diferentes de nação. Entretanto, em alguns aspectos suas histórias se cruzavam e pontos de acordo emergiam. Os moradores das colônias compartilhavam a mesma língua e, muitas vezes, os mesmos costumes, tradições, leis e religião. Sobretudo, compartilhavam o mesmo receio de uma represália da Inglaterra - daí a viabilização de uma

---

<sup>268</sup> FONER, op. cit., p.80-81.

união entre elas visando sua proteção de um possível ataque da metrópole, porém, respeitando a soberania e autonomia de cada uma das localidades afim de evitar a tirania<sup>269</sup>.

O Congresso Continental oficializou essas disposições em 1777. Os *Artigos da Confederação e da Perpétua União* formalizaram o acordo entre as 13 colônias. Esse documento - que serviu como primeira Constituição do país até 1789 quando a atual Constituição foi ratificada em todos os estados existentes na época – estabelecia os Estados Unidos como uma liga de estados, unidos para “(...) a sua defesa mútua, a segurança das suas liberdades e o seu bem-estar mútuo e geral, unindo-se para auxiliar um ao outro (...)”<sup>270</sup>. Assim, o objetivo era assegurar a liberdade e os direitos de cada Estado, inclusive o direito de secessão, conforme disposto no artigo segundo: “Cada Estado retém sua soberania, liberdade e independência, e todo poder, jurisdição e direito, que não são por essa confederação, expressamente delegados aos Estados Unidos, reunidos em Congresso”<sup>271</sup>.

É justamente esse direito que é acionado pelos separatistas 85 anos mais tarde, sobretudo porque ao longo desses anos a instituição de uma federação jamais trouxe a estabilidade almejada - talvez porque a governabilidade central tenha sempre sido afetada pela soberania dos estados e pelo preceito que era preciso um governo central fraco para evitar a tirania. Os *Artigos da Confederação e da Perpétua União* eram um verdadeiro acordo internacional entre estados que foram se diferenciando sistematicamente com o passar dos anos<sup>272</sup>.

A grande maioria das ações para o desenvolvimento econômico, político e social ficava a cargo dos estados, não tendo o governo central autoridade para interferir nos diferentes projetos existentes<sup>273</sup>. O documento estabelecia um voto no Congresso a cada estado – que tinha direito a uma delegação de dois a sete membros. Além disso os Artigos limitaram o poder do governo central, deixando a seu cargo apenas a condução das relações externas e a declaração, se preciso fosse, de guerra. Por fim, ficava ratificado que “(...) suas obras devem ser inviolavelmente observadas pelos Estados que respectivamente representam, e a União deverá

---

<sup>269</sup> OLIVEIRA FILHO, Roberto Gurgel de. "Federalismo norte-americano: marco inicial ou desenvolvimento de um pensamento?" *Revista Jurídica da Toledo de Presidente Prudente - SP*. v.14, nov., 2009, p. 185-186.

<sup>270</sup> “*Articles of Confederation. Art. III*”. Disponível em: <http://memory.loc.gov/cgi-bin/ampage?collId=llsl&fileName=001/llsl001.db&recNum=127> Acesso em: 22 nov. 2014. Tradução nossa.

<sup>271</sup> Idem, Art. II.

<sup>272</sup> OLIVEIRA FILHO, op. cit., p.186.

<sup>273</sup> Idem, p. 187.

ser perpétua<sup>274</sup>.” Ou seja, os artigos eram eternos, só podendo ser alterados com a aprovação do Congresso e a ratificação de todos os órgãos legislativos locais competentes.

Entretanto, o desenvolvimento do comércio e da indústria fortaleceu a ideia de um estado mais forte, sobretudo entre os nortistas. Desde a independência, os defensores da união dos estados - notavelmente os pais fundadores Alexander Hamilton, John Jay e James Madison - vinham debatendo a importância de um governo federal atuante no que tange ao comércio.

Com o respaldo de *O Espírito das Leis*<sup>275</sup>, do francês Montesquieu, os federalistas levaram a cabo uma experiência que acabou por tornar-se um marco do federalismo moderno<sup>276</sup>. Montesquieu foi o primeiro a utilizar o conceito de "república federativa", e constitui o principal autor empregado na elaboração da teoria federalista norte-americana. Seu posicionamento contrário a governos despóticos, bem como seus conceitos sobre o sistema constitucional de governo e a separação de poderes, foram amplamente utilizados em confluência com as ideias do liberalismo clássico<sup>277</sup>.

Assim, os Estados Unidos lograram instituir um sistema federalista sem precedentes. Uma de suas principais características refere-se a seu caráter dual. Isso porque as duas esferas do governo - estadual e federal - possuem competências distintas. Entretanto, mesmo que os estados tenham aberto mão de um pouco de sua liberdade em prol de um governo central, esse governo não tinha – e não tem - grande interferência na política econômica estadual, muito menos nas suas organizações sociais, pois seu campo de ação sempre esteve atrelado à Constituição. Esta estabelece limites rígidos para a ação do governo central. O federalismo é, portanto, traço estrutural da formação dos Estados Unidos como nação, pois encerra em si os ideais de liberdade, individualismo e não-intervencionismo tão caros à formação ideológica do povo americano<sup>278</sup>.

Com relação ao federalismo, Lincoln asseverava que, ainda que os estados tivessem grande grau de autonomia, a maior instância jurídica e política era sempre a nacional. Era dever dos estados reconhecer a legitimidade dos mecanismos federais de execução das leis. A vontade

---

<sup>274</sup> “Articles of Confederation Art. XII”. Disponível em: <http://memory.loc.gov/cgi-bin/ampage?collId=llsl&fileName=001/llsl001.db&recNum=127> Acesso em: 22 nov. 2014. Tradução nossa.

<sup>275</sup> *O Espírito das Leis* foi publicado em 1748 e teve grande influência na organização política dos Estados Unidos. Na obra, basilar para a ciência política e o pensamento político moderno, Montesquieu trata de formas de governo e formas de exercer a autoridade política. Esses aspectos foram fundamentais na escrita dos documentos fundadores da nação norte-americana e continuaram a perpassar os debates políticos até a secessão, sobretudo no que tange ao fim da escravidão, ponto em que os abolicionistas e antiescravistas buscavam respaldo em Montesquieu. Sobre os escritos federalistas dos Pais Fundadores ver: HAMILTON, A., MADISON, J., JAY, J. *The Federalist Papers*. New York: Signed Classic, 2003.

<sup>276</sup> OLIVEIRA FILHO, op. cit., p. 185.

<sup>277</sup> Idem, p.189-191.

<sup>278</sup> Idem, p.191-196.

pessoal do então presidente parecia indicar um desejo de impor limites ao federalismo. Se seu compromisso com a restauração da União incluísse ultrapassar ou rever alguns limites do sistema político americano, Lincoln parecia indicar que o faria. É com respaldo nessa lógica que o governo republicano passa a defender o direito da União reclamar as propriedades públicas tomadas por estados separatistas. Com base neste mesmo precedente jurídico, os estados não poderiam se opor a uma proclamação de emancipação dos escravos, se essa fosse emitida pelo governo federal e coubesse ao mesmo a execução das novas leis.

Lincoln sentia que era chegada a hora de abandonar a política conciliatória que vinha falhando sucessivamente. A pressão política o impelia a abraçar a causa da abolição e o sucesso das tropas negras demonstrava a contradição de um governo que se dizia libertário mas que ainda mantinha a emancipação restrita a estados rebelados. Centenas de ex-escravos fugidos lutavam pela União, angariavam vitórias e honravam a pretensa ideologia libertária defendida pelo norte. Não havia mais como negar sua importância, e a pressão que eles exerciam também colocava o presidente numa situação extremamente desconfortável. Não tomar uma posição mais enfática com relação à escravidão vinha lhe custando apoio no norte, e alguns começavam a lhe acusar de covardia. Seu eleitorado exigia uma tomada de atitude e parecia importa-se cada vez menos se o sul o considerasse radical; o que de pior poderia ter acontecido já ocorrera: os Estados Unidos não eram mais um país

## 2.5 *THE COMING OF EMANCIPATION*: PROCLAMAÇÃO DE EMANCIPAÇÃO E DÉCIMA TERCEIRA EMENDA

Apesar de sentir que a pressão pela emancipação chegara ao limite, Lincoln ainda temia a reação da opinião pública e dos *Border States*. Desta maneira, inicialmente, asseverou o discurso de insegurança quanto à capacidade bélica dos soldados negros, autorizando seu emprego apenas como trabalhadores militares. Paralelamente, o presidente tinha de manobrar entre as duas maiores forças políticas do país; Lincoln não queria atrelar definitivamente sua imagem ao radicalismo e minar qualquer chance de aliança com os democratas, ao passo que também não desejava parecer covarde diante dos republicanos. O presidente ainda tinha de estabelecer boas relações com os unionistas do sul, uma vez que seu plano consistia em convencê-los a estabelecer governos civis após o exército federal ter assumido o controle da região.

Com a questão da emancipação em voga, Lincoln redobrou seus esforços em prol da execução de um plano de emancipação gradual e compensada aliada à colonização. Porém, continuava insistindo que o objetivo da guerra se referia unicamente a restaurar a União. Lincoln era cauteloso com o tema da escravidão porque acreditava que a chave para a emancipação geral dos escravos estava nos *Border States*. Daí a pouca efetividade da legislação no ataque à escravidão<sup>279</sup>.

De qualquer forma, os *Border States* permaneciam sob a égide da União e da influência presidencial, enquanto o Distrito de Columbia (Washington) era governado diretamente pelo Congresso. Aqueles que apoiavam a libertação dos escravos alegavam que não faltava nada além de uma ação do Congresso para que uma proclamação fosse aprovada.<sup>280</sup> Quando o Congresso rompeu com o receio de se empregar tropas negras e confiscar propriedades privadas dos confederados, Lincoln percebeu que era o momento propício para fazer sua escolha pública pela emancipação. O caráter da guerra tinha mudado e a abolição era parte dessa transformação.

Lincoln acreditava que a emissão de uma proclamação de emancipação colocaria os Estados Unidos entre os maiores países do mundo, angariando algum respeito dos europeus. Resgatando a ideologia da Doutrina Monroe<sup>281</sup>, Lincoln desejava eliminar a possibilidade de uma intervenção europeia nos assuntos norte-americanos. Por outro lado estava ciente do perigo que o documento representava aos estados escravistas aliados. Salvar a União agora exigia um novo planejamento, a federação que havia existido antes se fora para sempre.

Por outro lado, os negros vinham se provando valorosos soldados. Escravos agiam em prol de sua liberdade onde quer que as tropas da União fossem. As primeiras participações de soldados negros - muitos deles ex-escravos fugidos - em batalhas em Oklahoma (Território Indígena) já evidenciavam sua capacidade bélica.

Contudo, este primeiro momento do conflito foi um período de sucesso para as forças confederadas. Somaram-se às vitórias no campo de batalha o bom desempenho dos candidatos democratas às próximas legislaturas no Senado e na Câmara dos Representantes. Com um discurso racista que enfatizava a inclinação natural dos negros ao furto e à vadiagem, os

---

<sup>279</sup> FONER, op. cit., p. 114-116.

<sup>280</sup> GUELZO, op. cit., p 70.

<sup>281</sup> A Doutrina Monroe foi utilizada pela primeira vez pelo quinto presidente dos Estados Unidos, James Monroe, que esteve à frente do país entre 1817 e 1825. Durante discursos no Congresso, o presidente introduziu a doutrina que previa uma mudança na política externa dos Estados Unidos, rechaçando toda a interferência ou colonização europeia na América do norte ou do sul como ato de agressão, sendo passível de interferência dos Estados Unidos. Paralelamente, os Estados Unidos se comprometiam a não interferir em questões internas dos países europeus. Sobre a Doutrina Monroe, ver: HERRING, George C. *From Colony to Superpower: U.S Foreign Relations Since 1776*. New York: Oxford University Press, 2008.

democratas conquistaram uma parte importante do eleitorado, ganhando Nova York, Illinois, Nova Jersey, Indiana e 35 cadeiras na Câmara dos Representantes. Ademais, a Suprema Corte continuava nas mãos dos democratas. A maioria, em ambas as câmaras, ainda era republicana, mas o partido de Lincoln havia sentido um abalo e tinha dificuldade de lidar com as críticas. Na pauta dos democratas constava um ataque à administração central, acusando-a de defesa dos direitos civis dos ex-escravos e salientando o impacto econômico sentido no noroeste devido ao fechamento do comércio no Rio Mississippi. O desempenho do exército da União não ajudava Lincoln, que via os confederados acumularem vitórias, usadas pelos democratas para convencer a população - sobretudo a branca residente no sul - da legitimidade da causa separatista<sup>282</sup>.

Assim, o ano que havia começado, aparentemente, favorável aos unionistas, tornava-se um pesadelo. O progresso das tropas federais no oeste transformava-se em aparente fracasso e o exército da União empilhava derrotas. Os múltiplos reveses das forças unionistas pareciam apontar que a guerra não poderia ser vencida pelo governo federal, assinalando que talvez uma negociação fosse a saída. Da perspectiva democrata, assinar uma Proclamação de Emancipação enquanto a União colecionava derrotas parecia um ato de desespero da administração Lincoln, talvez até um truque baixo para que os escravos se revoltassem e mergulhassem o sul num banho de sangue<sup>283</sup>.

Por outro lado, de forma geral, crescia a pressão para que os ex-escravos tivessem seu status de trabalhadores livres e cidadãos americanos reconhecido – sobretudo porque os próprios negros pressionavam as autoridades civis e militares nesse sentido. Notavelmente, no exército nortista, há tempos os oficiais vinham tratando os negros que chegavam aos seus acampamentos segundo as determinações do segundo *Confiscation Act* e - na maioria dos casos - estavam lhes empregando regularmente, pagando soldo, armando e treinando tropas de negros. Foi baseando-se também nesse documento que muitos passaram a usar o termo “contrabando” para designar os escravos em fuga. Mesmo no norte abolicionista, em termos, chamar um grupo ou mais de um grupo de “contrabando” significa reduzir sua existência a um conjunto de mercadorias. Mercadorias humanas ilegais, mas, ainda assim, mercadorias. Os que fugiam para as linhas da União fugiam justamente da reificação, mas a partir do momento em que eram considerados “contrabandos” eles eram novamente reificados, uma vez que não passavam de “mercadorias” ilegais. O uso do termo “contrabando” também poderia ser utilizado para

---

<sup>282</sup> FONER, op. cit., p. 124-128.

<sup>283</sup> GUELZO, op. cit., pp. 70-74.

estabelecer uma hierarquia entre os negros. Não havia igualdade. Havia os livres do norte, soldados da União que estavam lutando e decidindo os rumos da nação, e uma massa amorfa, analfabeta, pouco hábil além daquilo que faziam em sua situação de escravidão – eram roceiros, ferreiros, etc. – sem uma formação maior. Os negros do norte, pela educação, pelo tempo que se dedicaram para garantir a própria existência no mundo livre, eram considerados superiores aos negros escravizados fugidos das *plantations* e, por este motivo, precisavam ter a diferença demarcada – daí a utilização do termo “contrabando”.

A utilização de soldados negros em batalha levava também a uma discussão sobre seu futuro no pós-guerra. Oficialmente, o presidente endossava o esforço da *America Colonization Society*. Entretanto, gradualmente, Lincoln foi inserindo na comunidade branca nortista a ideia de que a permanência de negros nos Estados Unidos não afetaria o estilo de vida e as divisões da sociedade americana<sup>284</sup>.

Sob pressão de abolicionistas e radicais, devido a sua política conciliatória, Lincoln aguardou o momento que lhe parecia propício a emissão de uma proclamação de emancipação definitiva. Ele temia que um ataque mais direto à escravidão levasse a mais revoltas e ao desmantelamento total da União.

O governo vinha falhando em coordenar a guerra em termos da luta contra as bases da economia sulista. Era preciso uma mudança de postura na ofensiva política e militar da União. Contudo, o presidente não sabia muito bem em que direção deveria agir. Atos oficiais e dispositivos constitucionais ainda impediam o governo central de interferir contra a escravidão em instâncias legais, pois essa questão estava sob jurisdição exclusiva dos estados escravistas<sup>285</sup>.

O momento propício para emissão de uma nova legislação apresentou-se em 17 de setembro de 1862, quando as tropas nortistas do General George B. McClellan ganharam a batalha mais sangrenta da Guerra Civil, Antietam<sup>286</sup>. A vitória estratégica em Maryland possibilitou a emissão de uma proclamação de emancipação preliminar cinco dias depois. A assinatura deste documento parecia transformar a guerra em um conflito não apenas para salvar a União, mas também para abolir a escravidão, uma vez que a resolução de libertação dos

---

<sup>284</sup> FONER, op. cit., p.124-129.

<sup>285</sup> GUELZO, op. cit., p 68.

<sup>286</sup> A Batalha de Antietam, ou Batalha de Sharpsburg foi a primeira grande batalha da Guerra Civil a ser travada em solo da União, em Maryland. Antietam foi a batalha mais sangrenta travada em um único dia na história dos Estados Unidos, com o número de mortos, feridos e desaparecidos chegando a 22.717. Sobre a Batalha de Antietam ver: McPHERSON, James M. *Crossroads of Freedom: Antietam, The Battle That Changed the Course of the Civil War*. New York: Oxford University Press, 2002.

escravos afetaria todos os estados ainda rebelados em 01 de janeiro do ano seguinte. Simultaneamente, os confederados deveriam, até essa data, acabar com a rebelião.

Entretanto, o documento não era tão radical quanto o esperado, nem atacou com veemência a instituição escravista. Com várias referências diretas ao segundo *Confiscation Act* e ao Artigo de Guerra, o documento mantinha a escravidão nos estados leais, fazendo um apelo à emancipação gradual e à colonização<sup>287</sup>.

Os aliados de Lincoln o vinham pressionando desde o começo do conflito para utilizar seus "poderes de guerra", a fim de emancipar todas as pessoas mantidas escravas sob jurisdição da Confederação. Algo precisava ser feito, pois o risco de perder a guerra era cada vez maior. Conforme dito, a Proclamação de Emancipação preliminar de 1862 determinava a libertação de todos os escravos de estados que estivessem rebelados até 01 de janeiro de 1863. Quando os confederados ignoraram o documento e o exército da União conseguiu algumas vitórias mais significativas, Lincoln, apoiado por seus partidários, se viu em posição de outorgar a proclamação de emancipação definitiva.

Que no primeiro dia do mês de Janeiro, no ano de nosso Senhor 1863, todas as pessoas mantidas como escravos dentro de qualquer Estado ou parte designada de um Estado, o povo que está, então, em rebelião contra os Estados Unidos, deve ser a partir de então, e daí em diante, e para sempre livre; e o Governo Executivo dos Estados Unidos, incluindo a autoridade militar e naval do mesmo, irá reconhecer e manter a liberdade dessas pessoas, e não fará nenhum ato ou atos para reprimir essas pessoas, ou qualquer um deles, em quaisquer esforços que possam fazer por sua liberdade real.<sup>288</sup>

No preâmbulo do documento Lincoln dava mostras do conteúdo polêmico da proclamação, ao enunciar os direitos dos homens. Apesar disso, o documento não tinha qualquer relação com direitos civis, e sim - como fica explícito - se tratava de uma necessidade de guerra<sup>289</sup>. Porém, mesmo que o alcance inicial fosse restrito, a assinatura de uma Proclamação de Emancipação não era uma medida da qual fosse possível retroceder, sob pena de enorme comoção social.

E sobre este ato, que sinceramente acredito ser um ato de justiça, justificado pela constituição, sobre a necessidade militar, Eu invoco o julgamento atencioso da humanidade, em benefício da graça de Deus Todo-Poderoso.<sup>290</sup>

---

<sup>287</sup> FONER, op. cit., p. 94-123.

<sup>288</sup> "Emancipation Proclamation". Disponível em: [http://www.archives.gov/exhibits/featured\\_documents/emancipation\\_proclamation/transcript.html](http://www.archives.gov/exhibits/featured_documents/emancipation_proclamation/transcript.html) Acesso em: 19 maio 2014. Tradução nossa.

<sup>289</sup> FONER, op. cit., p. 128.

<sup>290</sup> "Emancipation Proclamation", Disponível em: [http://www.archives.gov/exhibits/featured\\_documents/emancipation\\_proclamation/transcript.html](http://www.archives.gov/exhibits/featured_documents/emancipation_proclamation/transcript.html) Acesso em: 19 maio 2014. Tradução nossa.

Na sequência, o governo comprometia-se a reconhecer e trabalhar para manter essas pessoas livres, empregando, se necessário, a marinha e o exército. Em contrapartida, eles deveriam ser bons trabalhadores livres.

Fato é que pela primeira vez, estava completamente autorizado o ingresso de negros como soldados regulares no serviço armado norte-americano. Uma vez que o poder que permitia ao presidente a emissão de tal decreto era o poder de guerra, Lincoln defendeu que o objetivo não era colocar a escravidão na ilegalidade, mas antes mobilizar os negros no esforço de guerra de que a União tanto precisava para acabar com a rebelião.<sup>291</sup> Ironicamente, essa regulamentação não era passível de coexistência com o plano de envio de negros para fora do país, tão defendido por Lincoln. Porém, a necessidade de contingente humano para a guerra fora muito maior do que as preferências pessoais do presidente<sup>292</sup>.

A única esperança de Lincoln conseguir a aprovação da emancipação na esfera judicial se baseava na invocação de necessidade militar, o que justificaria legalmente a contribuição militar da emancipação dos escravos como movimento na direção da vitória e da preservação da Constituição<sup>293</sup>. Contudo, apesar do esforço de Lincoln em dar ao documento um cunho militar, as questões políticas do conturbado cenário norte-americano ajudaram a definir os rumos da Emancipação. Foram questões políticas que implicaram no fato de que a proclamação deixou de fora aproximadamente 3,9 milhões de escravos. É certo que nunca antes um número tão grande de escravos havia sido libertado, mas se a estimativa inicial era de que 50 mil cativos fossem libertos, certamente essa marca não foi atingida.

O avanço da emancipação era amplamente dependente das coalizões e alianças estaduais feitas pela elite branca no congresso e nas câmaras. Todavia, isso não impediu negros de todo o país de festejarem e receberem com alegria as notícias da abolição. Muitos deles sabiam que também eram protagonistas desse processo, pois a execução das disposições legais contidas no documento dependia diretamente da tomada de territórios confederados também pelas tropas negras.

A Proclamação de Emancipação diferia muito dos outros documentos já emitidos por Lincoln. Ele havia abandonado a ideia de colaboração dos senhores de escravos, parando de distingui-los entre leais e desleais e aplicando ao sul um plano de emancipação imediata que não previa pagamento de indenização aos senhores. Entretanto, mesmo com um ataque mais direto à escravidão, o presidente temia que a emancipação não fosse possível devido à ligação

---

<sup>291</sup> GUELZO, op. cit., p 67.

<sup>292</sup> FONER, op. cit., p. 129-130.

<sup>293</sup> GUELZO, op. cit., p 73.

emocional, ideológica e cultural existente entre a população residente e o sistema escravista implementado no sul. Mais preocupante ainda era notar como nos estratégicos *Border States* o racismo e a manutenção da lógica escravista haviam se tornado muito mais poderosos do que a ideia de benefício mútuo da União<sup>294</sup>.

Diferentemente de outros atos emitidos anteriormente, o texto da Proclamação de Emancipação não fazia referência ao envio de negros para fora do país. Talvez porque tratar de temas como colonização, gradualismo ou compensação monetária não tinha muita lógica, em um documento que se propunha a ser uma medida estritamente militar. Não que Lincoln tenha abdicado de suas convicções: nos dois anos seguintes ele ainda falaria de emancipação gradual e colonialismo. Entretanto, nesse período, nenhum esforço foi feito para tratar do futuro dos escravos libertados.

Com a assinatura do documento, a existência de estados leais à União que se opunham ao fim da escravidão pareceu ainda mais controversa<sup>295</sup>. Entretanto, o projeto de emancipação geral do sul não implicava no abandono da política prévia da gestão Lincoln para com os *Border States*, nos quais a Proclamação de Emancipação não era válida<sup>296</sup>.

A Proclamação de Emancipação não era uma punição aos rebeldes. O que estava sendo atacado e destruído não era o estilo de vida sulista, mas antes o sistema de trabalho que vigorava nessa porção do país<sup>297</sup>. Lincoln fazia questão de demarcar essa diferença, visando garantir os estados fronteiriços na União e, talvez, convencer algum confederado da causa nortista.

De fato, o documento também não era sequer hostil à escravidão. O objetivo se referia unicamente a acabar com a rebelião. Desta maneira, a abolição continuou limitada constitucionalmente. O poder do presidente restringia-se ao poder de guerra, visando restaurar a União o mais rápido possível. Esse poder não era operacional em estados leais que, portanto, não tiveram a escravidão ameaçada. O próprio Lincoln parecia estar muito mais preocupado em restaurar a unidade do país do que em realmente libertar os negros. Desta forma, a emancipação manteve-se circunscrita a estados rebeldes nos quais a guerra ainda estava em curso<sup>298</sup>. Ou seja, a nova lei não conseguiu acabar com os poderes e proteções legislativas locais da escravidão. Uma ação futura seria necessária para tornar a escravidão ilegal em todas as instâncias<sup>299</sup>.

---

<sup>294</sup> GUELZO, op. cit., p. 71.

<sup>295</sup> Idem, p. 71.

<sup>296</sup> FONER, op. cit., p. 118-119.

<sup>297</sup> Idem, p. 129-130.

<sup>298</sup> PALUDAN, op. cit., p. 46.

<sup>299</sup> FONER, op. cit., p. 129.

Percebe-se que, apesar da gestão Lincoln apontar para um entendimento do escravo como ser humano e não como propriedade, ao fim e ao cabo esta decisão encontrava-se nas esferas estaduais. O próprio presidente reiterava que o governo federal não tinha direito de interferir na propriedade privada e na escravidão nos estados. Não que Lincoln ocultasse seu vínculo com grupos antiescravistas, mas para manter as forças políticas a seu favor ele reconheceu o direito à propriedade de escravos, salientando que não pretendia desrespeitá-lo<sup>300</sup>. Além disso, mesmo a adesão a um plano de emancipação gradual dependia de um decreto estadual. Essa determinação não podia ser revisada pela Suprema Corte - e isso era de suma importância, visto que a instância máxima da jurisprudência americana estava sob controle democrata<sup>301</sup>.

Enquanto isso, com o avanço das tropas da União nos territórios fronteiriços o problema da fuga de escravos aumentou ainda mais, evidenciando a contradição que representava a existência de estados escravistas na União<sup>302</sup>. Com o desenvolver da guerra o número de fugitivos que procuravam penetrar no exército aumentou ainda mais, deixando momentaneamente sem ação militares e autoridades civis. Aqueles escravos que conseguiam realizar com sucesso a viagem para o norte e a incorporação em uma tropa regular deixavam nos que ficavam um sentimento de descontentamento tão grande que a ameaça de rebeliões e fugas em massa aumentou exponencialmente. O medo fez com que os senhores removessem suas escravarias mais para o interior, afastando os possíveis fugitivos das fronteiras e linhas de batalha, com o intuito de desestimular e dificultar fugas daqueles que viviam uma batalha diária e particular contra a escravidão. Paralelamente, o governo confederado mudou as regras de recrutamento para as *plantations*, passando a isentar do serviço militar um homem adulto para cada vinte recrutados. A esse cenário conturbado somaram-se os divergentes posicionamentos dos brancos sulistas a respeito da guerra e dos escravos<sup>303</sup>. A instituição escravista sofria mais um abalo.

Em 1863, o estado da Virginia, primeiramente confederado, sofreu uma subdivisão e a região de West Virginia abandonou os rebeldes, sendo admitida como mais um dos aliados escravistas da União em 20 de julho. Desde 1861 o Estado era palco do combate entre confederados e unionistas. O fato de que os condados dirigidos por apoiadores da administração central se viram livres para se juntar à União viria a ter grande importância. Por sua posição estratégica para abastecimento de tropas, West Virginia era muito assediada por tropas sulistas.

---

<sup>300</sup> Idem, p. 108.

<sup>301</sup> GUELZO, op. cit., p.71.

<sup>302</sup> PALUDAN, op. cit., p. 45.

<sup>303</sup> FONER, op. cit., p. 85.

A perda dessa pequena extensão de terras poderia significar um desastre militar e político, uma vez que a admissão do novo Estado escravista na União só se deu mediante um compromisso com a emancipação gradual. Além disso, o Senado exigiu que todas as crianças escravas fossem libertadas a partir de quatro de julho de 1863. Essa política mais enfática de abolição em uma região escravista poderia, se bem sucedida, servir de exemplo para os demais *Border States*, uma vez que esses estados vinham apresentando uma resistência muito grande a planos de emancipação gradual desde meados de 1860.

No norte, os debates se ocupavam mais com o futuro status social dos negros no pós-abolição do que com qualquer direito que eles pudessem conquistar. Ao que tudo indicava, a emancipação só seria aceita se viesse acompanhada de um plano de colonização. A maior parte da população branca acreditava que, uma vez libertados, os negros se transformariam em um novo segmento de vagabundos. A colonização era promovida no Congresso por unionistas dos estados fronteiriços e republicanos moderados do noroeste. Diante desse panorama, Lincoln asseverou sua posição antiescravista e redobrou, mais uma vez, os esforços no envio de negros para fora dos Estados Unidos<sup>304</sup>.

Economicamente, o presidente procurou demonstrar, através de cálculos elaborados, que a libertação total e irrestrita dos escravos faria o pagamento de títulos menos oneroso. Apesar do alto valor da propriedade escrava - algo como três bilhões de dólares -, o crescimento natural da população branca, aliado à imigração e ao envio de negros para outros países, proporcionaria estabilidade econômica aos Estados Unidos.

Contudo, nem mesmo a promessa de uma economia forte foi suficiente para os críticos da emancipação, sobretudo porque não era vista pela maioria como um fato consumado - nem mesmo pelos partidários republicanos de Lincoln. Seus antigos adversários conservadores do extinto Partido *Whig* também fizeram apelos para que o presidente retirasse a Proclamação, que, segundo eles, daria força ao sul e desintegraria o norte.

Todavia, Lincoln havia novamente subestimado a força dos preceitos sulistas novamente. Os Estados Confederados do Sul mantiveram-se, mesmo que ameaçados pela emissão da Proclamação. Nas câmaras, os democratas faziam a defesa dos sulistas, alegando que a emancipação era uma violação constitucional, uma injustificável redefinição do objetivo da guerra. Lincoln tinha dificuldades em estabelecer diálogo com representantes dos estados confederados, estava enganado quanto à extensão do unionismo sulista - muito pequeno, diga-

---

<sup>304</sup> Idem, p. 119-130.

se de passagem - e parece ter subestimado o poder de recusa dos senhores dos *Border States*. Além disso, seu plano de colonização parecia ruir.

A Proclamação de Emancipação alterara a natureza da guerra, a relação do governo com a escravidão e o curso da própria história americana. Ela liquidou e tornou inegociáveis as mais vastas propriedades dos Estados Unidos: as escravarias. O documento auxiliou na formação de um novo ideal de liberdade nos estados do norte que vinham ganhando força com o decorrer da guerra. Mesmo sob a égide de um rígido sistema federalista, a Proclamação demonstrou a existência de uma aliança nortista e uma administração presidencial forte o suficiente para levar a cabo uma medida tão controversa e impactante - algo que não existia antes de 1860.

Desde o começo da guerra Lincoln já aventava a possibilidade de emancipação geral dos escravos, por isso estava ciente da mudança histórica em curso e trabalhou arduamente na construção da sua imagem como o grande libertador. Ele sabia que o nome daquele que assinasse a Proclamação jamais seria esquecido. Por isso, entre 1863 e 1864 tornou-se objeto de trabalho de inúmeros artistas, fotógrafos e escultores. De fato, o presidente ajudou a criar um sentimento público favorável à emancipação, que contribuiu para torná-la possível politicamente<sup>305</sup>.

A esse ponto da Guerra Civil, para os unionistas faltavam as vitórias em campo de batalha. Impor a derrota aos rebeldes significaria a reordenação da sociedade sulista e a reconstrução da nação. Se a União não vencesse a guerra, o governo jamais poderia restaurar sua autoridade sobre os estados escravistas, tornando impossível a abolição da escravidão nas esferas estaduais. Paralelamente, a Proclamação de Emancipação dera ânimo aos escravos e libertos. O número de fugas aumentara exponencialmente. Entretanto, conforme as tropas confederadas iam ganhando terreno, se tornavam-se mais comuns os processos de reescravização. O norte precisava de vitórias, e para vencer seria preciso muito sangue, notavelmente, de libertos e escravos, que se aglomeravam nas fileiras nortistas.

Desta maneira, os negros escravizados conseguiram pressionar as autoridades locais e federais e colocar o país no caminho da emancipação através de suas próprias ações. A instituição escravista estava enfraquecida pela guerra e pelo número extraordinário de fugas para as linhas da União. Entretanto, a sua proteção legal resistia<sup>306</sup>.

A escravidão estava agora na agenda nacional, em muito porque não havia mais como ignorar o fato de que escravos atravessavam as fronteiras para o norte o tempo todo, integrando

---

<sup>305</sup> Idem, p. 117-131.

<sup>306</sup> Idem, p. 112.

tropas que vinham apresentando desempenho além do esperado e que pareciam figurar como um diferencial para impor a derrota aos rebeldes.

Com centenas de tropas formadas por negros, a União pôde virar o jogo e começar a retomar territórios perdidos no sul, avançando sobre as principais cidades confederadas. Paralelamente, os bloqueios políticos e econômicos impunham um rígido boicote ao pouco que se produzia no sul. Os estados rebeldes estavam destruídos pela guerra e completamente quebrados. Seu exército estava enfraquecido, sem recursos e sofrendo deserções. Esse cenário permitiu que as tropas da União finalmente encaminhassem o desfecho do conflito.

Foi também pela ação dos ex-escravos no exército, aliada à pressão imposta pelo eleitorado republicano e pelos estados do norte, que começou a se debater sobre a contradição que representava o fato da proclamação não ter validade em quatro estados da União. Os *Border States* eram claramente uma incoerência. Muitos passavam a defender que a proibição da escravidão deveria ser total e irrestrita.

Assim, com apoio da grande maioria dos estados do norte, após a derrota do exército sulista, em 6 de dezembro de 1865 foi adotada a 13ª Emenda à Constituição dos Estados Unidos. Essa foi a primeira medida de uma série de três, conhecidas como Emendas de Reconstrução, adotadas logo após o findar do conflito seccional, entre 1865 e 1870. Essas emendas tinham como objetivo transformar os Estados Unidos em um país de trabalhadores livres, garantindo constitucionalmente a extensão da liberdade para toda a população, inclusive os ex-escravos e seus descendentes.

Uma vez que Lincoln havia admitido sua predileção pela Emancipação a partir da emissão da Proclamação e via seu plano de colonização ruir, diante da inviabilidade de um projeto tão infeliz quanto injusto, parecia que o melhor caminho era mesmo procurar uma forma de tornar os negros sujeitos de direitos.

Em 8 de abril de 1864, o senado aprovava uma proposta de emenda constitucional que pretendia proibir definitivamente a escravidão. Em 31 de janeiro de 1865 a mesma proposta passava na Câmara dos Representantes. Finalmente, em 18 de dezembro do mesmo ano, o Secretário de Estado William H. Seward anunciou sua adoção. A 13ª emenda decretava, em sua primeira seção, o fim da escravidão e da servidão involuntária, a não ser quando fossem estipuladas como pena.

Nem a escravidão nem a servidão involuntária, exceto como punição para crime pelo qual o réu tenha sido devidamente condenado, devem existir dentro dos Estados Unidos, ou em qualquer lugar sujeito à sua jurisdição<sup>307</sup>.

Embora a emenda tenha abolido formalmente a escravidão, fatores como a legislação, a violência perpetrada pelos racistas e a execução seletiva dos estatutos continuaram a submeter alguns negros ao trabalho escravo, sobretudo em localidades sulistas. Além disso, o status social e jurídico dos libertos no pós-abolição continuava incerto; não havia resposta para a questão de negros serem, ou não, sujeitos de direitos. O indivíduo não é natural, ele é cultural. E, como bem sabemos, a cultura americana à época da emancipação era marcada pelo racismo. Desta maneira, podemos imaginar a dificuldade de convencimento de muitas pessoas sobre a legitimidade da integração dos ex-escravos na sociedade e a importância de se proporcionar aos libertos os meios para uma vida independente<sup>308</sup>.

Eric Foner, em *Nada além da liberdade. A emancipação e seu legado*, aponta para o contexto de tensões sociais nos Estados Unidos pós-abolição. Para o autor, a singularidade da experiência emancipatória americana está no fato de que “(...) mais do que qualquer outra sociedade que tivesse experimentado o fim da escravidão, o próprio Estado, durante esse período, tornou-se o palco de confronto entre o antigo senhor e o antigo escravo”<sup>309</sup>. Neste sentido, o que se construiu depois da emancipação dos escravos foi uma configuração social completamente diferente da anterior, uma nova ordem na qual as relações sociais adentraram de forma definitiva a economia política do país, colocando a questão do trabalho no centro dos debates.

Neste contexto, as leis refletiam os posicionamentos defensivos dos proprietários de terra - que desejavam a manutenção do sistema de grande lavoura. Segundo Foner, “O próprio mercado é definido e consagrado pela lei, sua existência passando a depender de uma série de códigos legalmente definidos de comportamentos aceitáveis.”<sup>310</sup>

Apesar de algumas comunidades negras terem experimentado uma maior participação política depois da emancipação, chegando até mesmo a angariar alguns direitos, a grande maioria continuou à mercê dos antigos senhores que detinham o monopólio do poder político –

---

<sup>307</sup> “Transcript of 13th Amendment to the U.S Constitution: Abolition of Slavery (1865)”. Disponível em: <http://www.ourdocuments.gov/doc.php?flash=true&doc=40&page=transcript> Acesso em: 19 maio 2014. Tradução nossa.

<sup>308</sup> CLAVERO, Bartolomé. *Happy Constitution*. Madrid: Trotta. 1997, p. 23.

<sup>309</sup> FONER, Eric. *Nada além da liberdade. A emancipação e seu legado*. Trad. Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p.19.

<sup>310</sup> Idem. p. 96-127.

intimamente relacionado ao poder econômico<sup>311</sup>. No contexto sulista, especificamente, Foner aponta para a criminalização da vida e do cotidiano dos libertos.

Mesmo que essas dificuldades não se limitassem aos negros, os libertos foram apanhados em uma estranha rede de coerções legais e extralegais que tornavam suas dificuldades distintas das do crescente número de parceiros brancos. Para os principais articuladores do Sul pós-reconstrução, a miséria negra era um preço pequeno a pagar pela paz política e pela disciplina do trabalho.<sup>312</sup>

Talvez o maior exemplo disso esteja nas Leis Jim Crowe. Esse conjunto de dispositivos legais entrou em vigor em 1876 objetivando oficializar a política segregacionista em nível municipal e estadual em estados do sul, impedindo negros de frequentarem lugares como instalações públicas, transporte coletivo, restaurantes, escolas e exército. Tendo em vista essas proibições, espaços como esses foram criados separadamente para a população negra. Assim, práticas a princípio cotidianas foram transformadas em crimes. Para tanto, a legislação baseava-se em uma doutrina legal da jurisprudência norte-americana que previa que os negros precisavam ser separados, porém mantinham-se iguais (*separate but equal*). Essa política perdurou até 1965, quando a ação do movimento *Civil Rights* pressionou as autoridades a revogarem as leis.

Desta maneira, percebemos que mesmo que tenha se dado a emergência formal dos negros como indivíduos, sua integração como cidadãos não se consolidou com a Proclamação de Emancipação e a 13ª Emenda. O problema da terra, gerador de conflitos no pós-abolição, não chegou nem de longe a ser resolvido, e como explicitado pelo abolicionista brasileiro Joaquim Nabuco, “libertar o negro sem libertar a terra é fazer uma abolição pela metade”<sup>313</sup>. Além disso, por todo o sul aconteciam casos de saques e depredação de propriedades de antigos senhores. Ex-escravos – muitos deles, soldados retornando da guerra – lutaram também porque desejavam vingança, movidos pelos ressentimentos e dores da escravidão<sup>314</sup>.

Seriam ainda necessários anos de luta individual e coletiva de descendentes de escravos contra as políticas segregacionistas levadas a cabo por um estado constitucional. Contudo, a breve experiência de mobilização política e social adquirida na Reconstrução por algumas comunidades de libertos, abriu portas que jamais voltariam a ser completamente fechadas<sup>315</sup>. Segundo Thompson, o sentimento de pertença e o compartilhamento de ideias, valores e tradições moldam as classes sociais e unem por um mesmo conjunto de objetivos um conjunto

---

<sup>311</sup> Idem, p.69.

<sup>312</sup> Idem, p. 122. Tradução nossa.

<sup>313</sup> Idem, p.65.

<sup>314</sup> Idem, p.132-133.

<sup>315</sup> Idem, p. 123.

de pessoas com experiências semelhantes<sup>316</sup>. Em nossa pesquisa, percebemos que a comunidade dos soldados negros, unidos pela mesma luta por liberdade, mudou a forma como a elite político-econômica e mesmo os brancos comuns se relacionavam com os cativos e impulsionaram as lutas seguintes por igualdade. Sem o poder político, eles usaram a escassez de mão de obra a seu favor e encontraram meios explícitos e sutis de lutar contra a indefinição da liberdade, da propriedade, do trabalho e de seu status jurídico num mundo onde os brancos haviam ficado com o controle do capital, do crédito e dos recursos<sup>317</sup>.

A carta política que é a Constituição dos Estados Unidos – assim como outras constituições pelo mundo – reflete concepções há muito arraigadas naquela sociedade, reiterando posicionamentos e reafirmando autoridades. Por seu cunho altamente geral, a principal característica desse documento talvez seja o fato de que suas disposições ficam sempre à mercê da interpretação da Suprema Corte e de quem a controla. A Suprema Corte foi por anos dominada por políticos – em sua maioria democratas – que defendiam a supremacia racial dos brancos, deslegitimando e impedindo maiores conquistas dos negros. Essa ideologia racista impregnou as políticas que deveriam, em tese, integrar os negros a sociedade, perdurando por anos e refletindo-se nas relações raciais contemporâneas nos Estados Unidos.

Por este motivo o estudo das tropas negras que iniciaram a luta por liberdade e igualdade nos campos de batalha da Guerra Civil se torna tão importante para a compreensão das lutas e demandas da comunidade negra norte-americana até os dias atuais. Assim, pensamos que um olhar mais detido no ingresso dessas pessoas no âmbito militar, das relações que forjaram no exército, de suas demandas, dificuldades, medos, angústias e esperanças, podem nos ajudar a compreender melhor não só o momento histórico pelo qual passavam, mas também como a ação dessas personagens históricas acabou por alterar para sempre o curso da guerra, mobilizando a comunidade afro-americana em uma luta por liberdade e igualdade sem precedentes na história americana – que parece sempre reafirmar a ideia de que nasceu da revolução, do rompimento drástico, da luta por autonomia, mas que ao mesmo tempo negou tudo isso a boa parcela da sociedade.

---

<sup>316</sup> THOMPSON, op. cit., p. 09.

<sup>317</sup> FONER, op. cit., p. 70-174.



### CAPÍTULO III

#### A EXPERIÊNCIA MILITAR: INTEGRAÇÃO E ROTINA DOS SOLDADOS NEGROS

Nós cultivamos o algodão, nós cultivamos o milho; Nós somos soldados de cor Yankees, agora, tão certo como vocês nasceram; Quando os mestres nos ouvirem gritando, eles pensarão que é a trombeta de Gabriel; E nós marcharemos.

Versos da canção militar *John Brown's Body*.

Inicialmente, a historiografia norte-americana pouco se preocupou com a questão do ingresso de homens negros nos exércitos da União e da Confederação. Conforme vimos, os autores preocupavam-se muito mais com questões relativas à culpa pelo conflito e sua possível inevitabilidade. Desta maneira, um estudo que se dedicasse a compreender como centenas de escravos foram parar no exército da União e dos rebeldes não era prioridade para os pesquisadores. Tampouco se explorava com afinco o tema da própria escravidão, sendo que havia uma separação entre os autores no que tange ao peso da questão escravista na eclosão e na definição da guerra.

Ao realizarem uma reflexão sobre a produção historiográfica atinente ao tema da guerra, Charles e Mary Beard apontaram para a clivagem entre autores nortistas e sulistas. Enquanto os nortistas – como o renomado industrial e historiador James Ford Rhodes – procuravam enfatizar que a escravidão fora a causa da secessão, os sulistas colocavam a ênfase no federalismo, afirmando que o ímpeto da secessão vinha desde a guerra contra a Inglaterra. A obra de Charles e Mary Beard se aproximava desses últimos, uma vez que eles defendiam que a questão escravista tivera pouca – ou quase nenhuma – relevância no cenário pré-guerra<sup>318</sup>.

Com exceção dos trabalhos de W.E.B. Du Bois, no início do século XX, percebemos que nenhuma das correntes interpretativas procurava minimamente compreender o peso da integração de escravos e libertos na instituição militar norte-americana, estando muito mais preocupadas em compreender o panorama político-econômico do período, ou em produzir

---

<sup>318</sup> PERMAN, op. cit., p. 27-30.

grandes obras biográficas sobre os grandes nomes do conflito - como Lincoln e o General Grant, por exemplo.

Recentemente, diversos autores vêm procurando explorar outros temas – ou abordar velhas questões sob a luz de novas perspectivas e métodos interpretativos que levem em consideração outros tipos de motivação - que não as econômicas e políticas - que podem ter contribuído para colocar os Estados Unidos no caminho da secessão.

Daniel Crofts, por exemplo, procura compreender as origens e objetivos dos unionistas no sul, porém partindo de sua experiência no estado que, segundo ele, definiu os movimentos da guerra: a Virgínia<sup>319</sup>. William Gienapp, por sua vez, procura compreender como o ataque dos sulistas ao forte Sumter ajudou a moldar a opinião pública nortista e colocou o país no rumo definitivo da secessão<sup>320</sup>. Phillip Paludan busca compreender os motivos mais subjetivos que levaram o norte a resistir à secessão, percebendo como esse tema era tratado entre os moradores comuns da região<sup>321</sup>. Entre essas novas abordagens também está a de David Donald, que procura compreender a mudança no teor das relações domésticas nos Estados Unidos do século XIX. Para ele, todos os aspectos da vida americana prenunciavam um desejo sem precedentes de se rebelar contra a autoridade – até mesmo a Igreja, o mais poderoso instrumento de coesão social no período colonial, se desmantelou em novos segmentos (como, por exemplo, os mórmons, *shakers* e *campbellites*) que fragmentaram a comunidade cristã<sup>322</sup>; porém, ele não adentra o terreno das relações que envolviam os ex-escravos.

Percebemos que, mesmo entre as correntes que desde pelo menos a década de 1970 procuravam se distanciar da antiga questão da inevitabilidade e culpabilidade da guerra, é pouco explorado especificamente o tema da participação de escravos e libertos nas forças armadas, deixando de lado esses agentes históricos e ocultando seu protagonismo na guerra.

Somente muito recentemente estudos têm se debruçado sobre o tema específico dos soldados negros especificamente. Neste sentido, os estudos do projeto *Freedmen and Southern Society* são bastante expressivos. Desde 1976, este grupo de historiadores vem catalogando e analisando as correspondências de soldados negros na guerra civil, com o objetivo de apreender melhor suas experiências, frustrações, aspirações e lutas.

Desde que esse projeto foi iniciado, um número significativo de trabalhos vem se aproximando desta linha, explorando conjuntos documentais não oficiais para apreender as

---

<sup>319</sup> Idem, p. 260.

<sup>320</sup> Idem, p. 252.

<sup>321</sup> Idem, p. 300.

<sup>322</sup> Idem, p. 64.

experiências mais íntimas da guerra e as perspectivas que as pessoas tinham sobre o andamento do conflito. Ainda há muito a ser explorado nesta seara, sobretudo com relação à documentação epistolar - que possui um potencial de análise gigantesco e ainda pouco explorado pelos historiadores.

O estudo que aqui se apresenta se insere nesta corrente historiográfica, da secessão que parte do princípio de que a questão da destruição ou perpetuação do sistema de trabalho escravo foi o principal ponto de desacordo entre nortistas e sulistas, tratando de desvendar seus meandros a partir do relato daqueles que entraram no conflito e o transformaram numa luta por liberdade individual e coletiva, lançando as bases para as lutas e conquistas futuras da comunidade afro-americana.

No capítulo que segue, pretendemos abordar como se deu o ingresso e integração de soldados negros - livres, libertos, escravos e "contrabandos" – nos exércitos do norte e do sul, desde sua origem informal até a regulamentação empreendida pelo presidente Lincoln a partir de 1861 – dedicando especial atenção ao contingente militar nortista, objeto de estudo deste trabalho. Além disso, procuraremos apreender como se dava a vida desses homens no exército, sua rotina, principais deveres e dificuldades pelas quais passavam.

Para tanto, buscaremos nos próprios relatos dos soldados as respostas a essas questões, a partir das palavras daqueles que presenciaram os acontecimentos, aguardando com ansiedade uma oportunidade de alistar-se no exército da União. As missivas escritas por soldados e oficiais negros são um elo com a Guerra Civil e trazem à tona a realidade do serviço militar negro. As preciosas informações contidas nas cartas nos ajudam a compreender melhor a forma como se dava o ingresso em uma tropa negra e, paralelamente, nos permitem visualizar como as mudanças que se davam no âmbito político afetavam a vida de soldados, oficiais, famílias e comunidades de escravos e libertos.

### 3.1 FORMAÇÃO DAS TROPAS NEGRAS: PRIMÓRDIOS DO RECRUTAMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO

Com a eclosão do conflito da secessão, o presidente Abraham Lincoln passou a mobilizar forças voluntárias para enfrentar as tropas separatistas do sul. Logo nos primeiros meses do conflito, cerca de 75.000 voluntários juntaram-se ao exército da União. Também desde o princípio, dezenas de negros escravos fugidos e libertos se apresentaram aos centros de recrutamento.

Entretanto, a primeira medida do governo com relação à incorporação de homens negros no exército foi um veto ao seu alistamento, sob a alegação de que não havia necessidade da incorporação de negros à instituição militar - uma vez que não caberia a eles lutar em um conflito de brancos. Assim, em um primeiro momento, os estados nortistas e sulistas passaram a um recrutamento maciço de suas populações brancas. Contudo, logo ficou evidente que o número de homens brancos em idade e condições de combate não era suficiente, problema identificado nos exércitos tanto do sul quanto do norte.

Diante desse panorama, optou-se pelo alistamento de estrangeiros. Foram organizadas tropas compostas de alemães, escoceses, irlandeses, suecos, escandinavos e italianos<sup>323</sup>. Entretanto, o número de alistados era muito inferior ao demandado, permanecendo o problema da insuficiência militar. Além disso, havia ainda epidemias, deserções e demissões que traziam baixas aos efetivos militares. Em vista de tais problemas, recorreu-se ao recrutamento de homens negros<sup>324</sup>.

Soldados negros já haviam participado, ao lado dos americanos, na guerra contra a Inglaterra em 1775 e 1812, porém eles estavam proibidos de atuar nas milícias desde 1792. O exército dos Estados Unidos nunca havia aceitado soldados negros. Por outro lado, a marinha era mais progressista; lá, negros serviam como bombeiros, comissários de bordo, carregadores de carvão e até mesmo pilotos de barco desde 1861. Alguns viram nesses eventos uma inspiração e, desde o princípio da guerra, procuraram formar unidades de infantaria próprias.

Neste contexto, o ano de 1862 mostra-se paradigmático tanto para a organização de tropas na União quanto na Confederação. No verão daquele ano soldados negros que compunham a chamada *Sable Arm* adentraram o território confederado e entraram para a história como os primeiros homens negros a integrarem oficialmente uma operação do exército da União<sup>325</sup>.

Em setembro deste mesmo ano foi criada a “Brigada Negra de Cincinnati”, idealizada para conter possíveis ataques confederados a Ohio. Por todo o país, autoridades militares e políticas da União organizavam regimentos de voluntários – em sua maioria livres e libertos.

Paralelamente, desde o princípio do conflito a ação dos “contrabandos” era fundamental para o bom desempenho da União, e com um maior número de batalhas acontecendo cresceu também sua importância para o exército. Um expressivo número de oficiais de campo passou a

---

<sup>323</sup> BURTON, William L. *Melting Pot Soldiers: The Union's Ethnic Regiments North's Civil War*. New York: Fordham University Press, 1998. p. 52.

<sup>324</sup> Idem, p. 47.

<sup>325</sup> BERLIN, Ira; REIDY, Joseph P; Rowland, Leslie S. (Org.). *Freedom's Soldiers: The Black Military Experience in the Civil War*. New York: Cambridge University Press, 1998. p.vii.

integrá-los, com graus variados de sucesso, no trabalho manual em torno de acampamentos e em marcha. Diante de seu desempenho satisfatório, esses mesmos oficiais começaram a pressionar o governo central para organizar os “contrabandos” em regimentos de homens de cor. Os “contrabandos” conheciam bem terrenos desconhecidos para os soldados e oficiais da União e tinham importância estratégica ao delatar planos e guarnições confederadas. Assim, não demorou para que grupos de “contrabandos” passassem a reclamar seus direitos e solicitar o alistamento regular.

No que concerne à área de inteligência e estratégia, a participação de “contrabandos” infiltrados entre os confederados foi também bastante notável. Essas contribuições eram conhecidas como “despachos negros”. Note-se que neste trabalho várias mulheres ganharam notoriedade. Entre as mais conhecidas estão Mary Bowser e Harriet Tubman, cujos esforços foram fundamentais para as vitórias da União e a sobrevivência de centenas de civis e soldados. Tubman é mais reconhecida por suas contribuições para a libertação dos escravos pela *Underground Railroad*, no entanto, suas contribuições para o Exército da União foram igualmente importantes. Ela usou seu conhecimento da região sul a favor do exército da União, tornando-se a primeira mulher a liderar soldados americanos em combate - quando, sob as ordens do coronel James Montgomery, levou um contingente de soldados na Carolina do Sul para trás das linhas inimigas, destruindo plantações e liberando cerca de 750 escravos<sup>326</sup>.

Era evidente a dependência dos exércitos do norte com relação às tropas formadas por negros. Essa situação passou a exercer uma grande pressão sobre o governo Lincoln, que se defendia afirmando que uma regulamentação dessas tropas colocaria a perder a política conciliatória dos republicanos e afundaria o país de vez na secessão e na guerra.

Inicialmente, a administração federal resistiu a qualquer esforço no sentido de incorporar negros como soldados regulares do exército da União. O alistamento voluntário parecia ainda suprir as necessidades nortistas, e o sul não havia ainda angariado vitórias significativas. Foi neste contexto que se deu a aprovação do segundo *Confiscation Act* e do *Militia Act*. A partir desse momento, a questão do recrutamento de homens de cor entrou em âmbito nacional, com Lincoln tomando a ação executiva e alterando a política governamental de exclusão do negro do serviço militar.

Contudo, a emissão desses atos ainda não permitiu que os soldados negros fossem utilizados em combate. Isso só mudou com a Proclamação de Emancipação preliminar que

---

<sup>326</sup> CHISM, Kahlil. “Harriet Tubman: Spy, Veteran and Widow”. *OAH Magazine of History*, n. 19. p.47-51. December, 2012.

entrou em vigor em setembro de 1862. Até lá, a situação de informalidade em que muitos recrutas negros se encontravam era bastante precária - haja vista que essas tropas quase não recebiam apoio do governo federal. Porém, o fato de que escravos e libertos procuravam o exército mesmo antes de terem qualquer garantia sobre a obtenção formal da liberdade ou o pagamento de soldo evidencia a existência de uma visão de liberdade que atrelava a conquista da liberdade ao ingresso na instituição militar. Mesmo com o futuro incerto dentro do exército a admissão em uma tropa era uma alternativa viável para os que buscavam a liberdade, sobretudo porque existia a esperança de se receber soldo regular. Além disso, participar de uma tropa era também uma chance de contribuir para a luta contra a escravidão, auxiliando na libertação dos que continuavam escravizados no sul confederado.

A partir do momento em que o ingresso de homens negros ao exército da União foi regularizado, escravos em fuga, ex-escravos, livres e libertos procuraram o alistamento – fosse em centros de recrutamento nas cidades ou nos acampamentos militares instalados ao longo do território confederado. Esses soldados foram organizados em tropas negras sob o comando de oficiais brancos e, em alguns casos esporádicos, incorporados em tropas brancas regulares. Inicialmente o número de alistados era bastante reduzido, porém, com a emissão dos atos e proclamações oficiais de Lincoln, o número de recrutados deu um salto. Ao final do conflito os soldados negros somavam algo próximo de 186,093 alistados no exército – servindo em 163 unidades - e na marinha<sup>327</sup>.

Apesar da boa receptividade da emancipação entre alguns comandantes brancos, os negros não encontraram todas as fileiras do exército amistosas a sua integração. Muitos oficiais, temerosos de perder o controle sobre seus homens, não concordavam com a institucionalização ou com a forma como ela se dava. Práticas concebidas sob a égide do preconceito racial eram frequentes. Segundo o autor Joseph Glatthaar, para esses comandantes, os negros eram homens ignorantes e o trabalho de organizar, educar e disciplinar tais soldados deveria incluir rígidas punições físicas e psicológicas, mesmo quando os deslizes eram mínimos. É notável que inúmeros oficiais brancos não acreditassem que os negros teriam coragem suficiente para lutar, e muito menos que poderiam realizar com destreza tal função. Assim, os maiores problemas enfrentados pelas USCT relacionavam-se a castigos excessivamente severos e abusivos e à desconfiança por parte dos oficiais brancos<sup>328</sup>.

---

<sup>327</sup> APTHEKER, Herbert. Negro Casualties in the Civil War. *Journal of Negro History*. v. 32, n. 01. January, 1947.

<sup>328</sup> GLATTHAAR, Joseph T. *Forged in Battle: the civil war alliance of Black soldiers and White officers*. New York: First Meridian Printing, 1991. p. 113.

Entretanto, os rumores sobre o avanço das tropas de descendentes africanos passavam a percorrer todo o país. Os regimentos negros angariavam, cada vez mais, elogios e reconhecimento por parte, inclusive, de comandantes brancos, que salientavam a sua coragem e bravura - uma vez que fossem treinados, disciplinados e conduzidos por esses oficiais<sup>329</sup>.

Diante desse panorama, no outono de 1862, foram organizados, ao menos, três regimentos de homens de cor a serviço da União, respectivamente o 1º, 2º e 3º regimentos do *Louisiana Native Guards*. Mais tarde, esses regimentos passaram a se chamar 1ª, 2ª e 3ª Infantarias *Corps d'Afrique*, para depois receberem ainda os nomes de 73º, 74º e 75º USCT.

Sobre as infantarias *Corps d'Afrique* é interessante apontar que elas foram formadas em Nova Orleans, capital do estado confederado da Louisiana, após a tomada da cidade pelas tropas da União. Ao que tudo indica, muitos dos livres e libertos que serviram nesses regimentos já haviam, anteriormente, procurado o alistamento entre os confederados – muito possivelmente por acreditar que uma vida melhor viria com o alistamento militar regular. Sob a justificativa de que o alistamento de negros prejudicaria a agricultura local, os confederados negaram prontamente sua participação – algo que a União não fez.

A partir daí, regimentos *Corps d'Afrique* passaram a ser organizados, e não demorou para que incorporassem também os escravos fugidos que chegavam às linhas da União ou que eram libertados de *plantations* no caminho das tropas federais. Inicialmente, era bastante problemático manter essas tropas; alguns generais se empenhavam em conseguir uniformes de segunda mão, alimento, remédios e algumas armas de fogo – bastante obsoletas – para seus comandados, mas a amplitude dessas ações era limitada e a maioria foi empregada e recebeu soldo apenas como auxiliares, realizando missões de guarda ou de piquete, para liberar soldados brancos para as unidades de manobra. Em troca desses trabalhos, eles geralmente recebiam provisões para si e para suas famílias - alojadas gratuitamente nos acampamentos do exército – e, muitas vezes, escolas foram criadas para eles e seus filhos<sup>330</sup>.

Em janeiro de 1863, o então governador de Massachusetts, o republicano John Andrew, foi o primeiro a receber permissão para organizar oficialmente um regimento de homens negros no norte. Prontamente, mais de mil homens responderam a uma primeira convocatória. Eles formaram o 54º Regimento de Infantaria de Massachusetts, o primeiro regimento negro a ser organizado oficialmente no norte. Muitos dos soldados do 54º nem sequer vinham de

---

<sup>329</sup> TRUDEAU, Noah André. *Like Men of War: Black Troops in the Civil War (1862-1865)*. New York: Castle Books, 2002. p. 109.

<sup>330</sup> CORNISH, Dudley Taylor. *The Sable Arm: Negro Troops in the Union Army, 1861-1865*. New York: W.W.Norton, 1965.

Massachusetts: um quarto era oriundo de estados escravistas, e alguns vieram de lugares muito distantes - como o Canadá e Caribe – pela chance de se tornarem soldados regulares dos Estados Unidos. Para liderar o regimento, o governador Andrew escolheu um jovem oficial branco chamado Robert Gould Shaw.

Em 18 de julho de 1863, o 54º Massachusetts invadiu o estratégico Forte Wagner, que guardava o Porto de Charleston, na Carolina do Sul. Foi a primeira vez na Guerra Civil que tropas negras lideraram um ataque de infantaria. Infelizmente, os 600 homens do 54º foram desarmados por, aproximadamente, 1.700 soldados confederados que os esperavam dentro do forte. Quase metade dos soldados da União, incluindo o Coronel Shaw, foram mortos, mas a notoriedade de seus feitos impulsionou a organização de outros regimentos de homens de cor.

Em maio foi criado o *Bureau of Colored Troops*, com a finalidade de coordenar e organizar regimentos da União ao longo de todo o país – o que incluía a organização de unidades de infantaria, cavalaria, construtores e artilharia leve e pesada. Mais tarde naquele ano, foi a vez da 1ª Infantaria da Carolina do Sul (Descendentes de Africanos) – mais tarde renomeada como 33º USCT - entrar oficialmente no serviço militar da União. Contudo, os soldados pertencentes a esse regimento já vinham patrulhando a costa americana, pelos menos, desde o ano anterior.

Algo similar ocorreu com a 1ª *Kansas Colored Volunteer* – que, mais tarde, ganharia o nome de 79ª USCT. Mantendo-se, desde 1862, independente do controle federal, este regimento contrariou os céticos quanto ao desempenho dos soldados negros ao sair vitorioso de várias batalhas, entre elas a Batalha da Ilha Mound, no estado fronteiro do Missouri. Sendo um *Border State*, o Missouri era fundamental para as pretensões nortistas de vencer os confederados. Assim, as operações dessa tropa foram decisivas ao expulsar as forças sulistas da região, fato que rendeu a este regimento honrarias e fama entre os militares. Exemplo da importância dada a este destacamento é justamente o fato de que, em meados de 1863, o 1º *Kansas Colored Volunteer* já integrava formalmente o serviço militar norte-americano, sendo um dos regimentos negros da União a angariar este posto, ao lado de tropas de destaque, como as do Distrito de Columbia e Ohio<sup>331</sup>. Além disso, o ingresso deste regimento no serviço militar significou um grande avanço para aqueles escravos e libertos que desejavam se tornar soldados da União.

O estado do Kansas figura, desta forma, entre os estados que organizaram tropas de homens de cor mesmo sem uma oficialização da gestão Lincoln, demonstrando a força do

---

<sup>331</sup> TRUDEAU, op. cit., p. 103-115.

princípio federalista norte-americano regido pela ideia de autonomia dos estados. Os governadores estaduais, diante da falta de ação do governo federal quanto às demandas por mais homens, resolveram organizar sua defesa de forma independente. Assim, governadores passaram a agir de forma autônoma para garantir a integridade territorial e conter as forças confederadas<sup>332</sup>.

Na marinha a situação era um pouco diferente, pois escravos, livres e libertos já vinham sendo integrados de modo informal como auxiliares há mais tempo. Porém, com o tempo e o aumento do fluxo de escravos que buscavam refúgio nos navios da União, os oficiais da marinha também sentiram necessidade de se criarem políticas específicas para a integração desses homens como marinheiros regulares da força naval norte-americana. Com o tempo, a Marinha da União veria quase 16% de suas fileiras preenchidas por afro-americanos, atuando em uma ampla gama de funções.

Em contraste com o exército, a marinha, desde o início, não só pagou salários iguais para marujos brancos e negros, como também um soldo mais significativo – até mesmo para as patentes mais baixas. Em geral, refeições e cuidados médicos também foram melhores na marinha do que no exército, uma vez que os navios se abasteciam do fluxo regular dos portos da União. Contudo, tornar-se um oficial ainda estava fora de alcance para os marinheiros negros – sendo que o máximo a que poderiam chegar seria ao cargo de suboficial<sup>333</sup>.

Isso não significa que o norte apoiava incondicionalmente o ingresso de homens negros nas forças armadas. Grande parte dos nortistas ainda continuavam céticos quanto à capacidade e a lealdade dos descendentes de africanos. Porém, os soldados negros já haviam abraçado a causa da guerra e a transformado em uma luta pela liberdade. O alistamento militar era uma oportunidade não só de uma vida melhor, mas também de colaborar para a destruição completa e absoluta da escravidão em todo o país.

Contudo, o alistamento nem sempre trazia melhorias imediatas nas condições de sobrevivência dos soldados. A maioria dos acampamentos militares e quartéis-generais apresentavam péssimas condições. Não havia higiene, os hospitais abarrotados de doentes e marimbondos eram lotados e faltavam remédios, comida e outros suprimentos básicos. Além disso, muitos soldados negros sofriam com a falta de segurança desses locais que deveriam ser redutos da liberdade, sendo que vários deles relataram a violência física e psicológica que companheiros de armas e oficiais brancos praticavam todos os dias.

---

<sup>332</sup> BURTON, op cit., p. 03-17.

<sup>333</sup> RAMOLD, Steven J. *Slaves, Sailors, Citizens*. Dekalb (IL): Northern Illinois University Press, 2001, p. 55-77.

Podemos aventar que essas condições eram ainda piores no início do combate - quando essas tropas atuavam de forma informal. Independentes do controle federal, os comandantes dessas tropas possuíam – quase sempre - poucos recursos para manter os soldados bem alimentados, vestidos, treinados e saudáveis, além de poderem gerir critérios internos de ordenamento, trabalho e punições baseados no racismo e no preconceito. Em números reais, os soldados afro-americanos representaram apenas 10% de todo o exército da União. Contudo, as perdas entre os afro-americanos eram altas, e de todas as mortes registradas, estima-se que cerca de um terço de todos os afro-americanos inscritos nas forças armadas perderam suas vidas durante a Guerra Civil – um índice de mortalidade notavelmente mais alto do que aquele registrado entre brancos.

Além disso, a falta de soldo era um problema muito frequente entre as tropas negras. O número de cartas que relatam algum problema relacionado ao pagamento dos soldados é muito grande. Apesar de eles terem se provado - desde o princípio do combate – valorosos soldados, a discriminação na hora do pagamento dos soldos era evidente. O *Militia Act* de 1862 estabeleceu que todos os soldados negros deveriam receber soldo de US\$10,00 por mês, com um adicional de US\$3,50 para custear a farda. As tropas negras não aceitaram com passividade esta decisão, e muitas se recusaram a receber qualquer pagamento até que o soldo igualitário fosse estabelecido – o que ocorreu somente em junho de 1864.

Enquanto isso, na outra margem do Rio Ohio, os confederados se desesperavam com a organização de tropas compostas por negros ex-escravos. Líderes sulistas argumentavam, exasperados, que a integração formal e remunerada de homens negros ao exército levaria a uma rebelião em massa dos escravos e à anarquia.

Por outro lado, negros livres e escravos vinham sendo utilizados – esporadicamente – em trabalhos manuais. Embora os confederados não pudessem alistar negros oficialmente, alguns estados permitiram que eles servissem em nível local desde 1861. Em Louisiana, logo após a secessão, em 1861, o governador democrata Thomas Overton Moore emitiu pedidos de tropas ao governo confederado. Em resposta ao pedido do governador, uma comissão formada por, aproximadamente, dez negros livres de Nova Orleans, convocou uma reunião. Algo como 2.000 pessoas participaram da reunião, sendo que cerca de 1.500 homens negros livres – a maioria artesãos ou com outras ocupações similares – demonstraram desejo de se alistar. O governador Moore aceitou prontamente os serviços desses homens, que foram integrados na milícia local em maio de 1861. Três oficiais brancos foram designados como comandantes do

regimento, e para os cargos de comandantes de companhia foram nomeados negros livres da unidade.

O 1º *Louisiana Native Guards (C.S.A)* foi a primeira unidade de milícia em todo o território norte-americano a incorporar negros como oficiais. Inicialmente concebida como uma resposta às demandas de membros da população negra livre de New Orleans, que exigiam participar na defesa do seu estado, a unidade foi utilizada pelas autoridades confederadas apenas para fins de exibição pública, propaganda e em trabalhos menores que não envolvessem a batalha corpo-a-corpo. Assim, a unidade não teve vida longa, durando apenas entre os meses de maio de 1861 e abril de 1862. Notavelmente, em torno de 10% de seus membros mais tarde se juntariam ao 1º Regimento do *Louisiana Native Guards* do Exército da União – formado depois que o general Butler assumiu o controle de Nova Orleans<sup>334</sup>.

Ainda em 1862 iniciou-se também o recrutamento de negros para o corpo militar do estado confederado da Carolina do Sul, a fim de integrar homens de cor ao primeiro regimento do estado. Estes soldados – em sua maioria – encontravam-se em situação de grande pobreza. Muitos enfrentavam dificuldades quanto ao que vestir e calçar. Mesmo assim, nenhum uniforme foi providenciado - muito menos qualquer tipo de pagamento ou soldo.

Desta forma, mesmo repletos de tensões sociais, Louisiana e a Carolina do Sul foram pioneiros no que tange à incorporação de homens negros no âmbito militar. Diante do avanço das tropas da União – que, ao libertar os escravos, colocavam a perder a lógica escravista local –, esses estados foram igualmente precursores no armamento de tropas negras. Entretanto, haviam restrições e pesados encargos financeiros. As armas eram pessoais, porém só poderiam ser usadas para defesa de algum posto. Os custos com uniformes, por sua vez, ficavam a cargo dos próprios soldados, sendo que o soldo dos homens negros era muito inferior ao dos recrutas brancos<sup>335</sup>.

Neste contexto, não demorou para que a questão do armamento desses homens e sua utilização em batalha surgisse entre os confederados. Diante desta situação, o pressionado presidente da Confederação, Jefferson Davis, ameaçou prender soldados negros capturados em combate como escravos insurretos, e não como prisioneiros de guerra. Porém, quase 40% da população da Confederação era formada por escravos e o trabalho necessário para sustentar a mesma sociedade durante a guerra, naturalmente, caiu de forma desproporcional sobre os ombros negros. Contraditoriamente, ao convocar tantos homens brancos para o exército, a

---

<sup>334</sup> BURTON, op cit., p. 09.

<sup>335</sup> Idem, Ibidem.

guerra multiplicou a importância da força de trabalho negra e evidenciou a fragilidade e dependência do sistema escravista no sul. Além disso, o exército também era dependente de mão de obra escrava para tarefas fora do campo de batalha e na construção e reforço de fortificações. Desta maneira não demorou para que a questão do recrutamento de escravos e libertos como soldados gerasse debates acirrados no âmbito das legislaturas estaduais.

Contudo, a gestão Davis deu pouca atenção ao tema nos primeiros meses da guerra. Isso só mudaria a partir do final de 1862 e no início de 1863 - quando a União começava a empilhar vitórias e o tema ganhou mais força. Neste contexto, a solução encontrada pela Confederação foi o recrutamento de mais homens brancos para os postos de soldado e oficial, e de negros, livres e escravos, como trabalhadores. As milícias estaduais foram colocadas a serviço dos Estados Confederados do Sul, mas o Departamento de Guerra do novo país prontamente recusou seus serviços.

Todavia, a situação foi se tornando insustentável. Em 1864, o congresso confederado e mais seis estados - Florida, Virginia, Alabama, Louisiana, Mississippi e Carolina do Sul – já haviam regulamentado o recrutamento forçado. A partir disso, escravos foram usados em uma ampla variedade de funções de apoio, infraestrutura e mineração, como carroceiros e também como funcionários de hospital e enfermeiros.

Ainda em 1864, o general Patrick Cleburne e vários outros oficiais confederados do Exército do Tennessee propuseram usar escravos como soldados – uma vez que a União estava fazendo o mesmo há tempos. Cleburne argumentava que era necessário prometer aos soldados a liberdade em caso de vitória, pois assim eles lutariam com muito afinco, trabalhando a favor da confederação. O Presidente confederado Jefferson Davis se recusou a considerar a proposta de Cleburne e proibiu uma discussão mais aprofundada do tema.

A ideia, entretanto, não morreu. No outono de 1864, o sul foi perdendo cada vez mais espaço, e vários começaram a acreditar que só armando os escravos se poderia evitar a derrota iminente – entre estes contava-se o famoso general Robert Lee, comandante das forças armadas da confederação. A pressão sobre Davis crescia, e depois de insinuar, no fim de 1864, que o armamento de negros poderia ser uma boa ideia, nos primeiros meses de 1865 ele regulamentou o ingresso de escravos como soldados nas forças da Confederação. Contudo, já era tarde demais: não havia mais tempo para reverter o quadro de vitória da União. Algumas poucas companhias de negros foram organizadas, mas a guerra terminou antes que elas pudessem ser usadas em batalha.

A esmagadora maioria dos homens negros que participaram da guerra ao lado dos confederados jamais chegaram a pisar em um campo de batalha, sendo empregados na construção de fortificações e defesas. Outros - como aqueles que compunham a defesa do estado confederado do Tennessee - marchavam como servos de seus proprietários ou trabalhavam em funções de cozinheiros, enfermeiros, trabalhadores nas ferrovias ou na indústria bélica confederada<sup>336</sup>. Esses escravos, apesar de integrados ao exército, continuavam a ser propriedade de seus senhores, sendo utilizados nas forças armadas em trabalhos similares aos que tinham nas *plantations* e em outras atividades que empregavam a mão de obra escrava. Essas pessoas não eram, portanto, compreendidas como soldados, e sim como “necessidade militar”, sendo indispensável enviá-las - ao fim do conflito - novamente aos seus senhores<sup>337</sup>.

No início de 1865, o Congresso confederado aprovou uma legislação específica para regular a integração de homens de cor às forças rebeldes, assegurando que só poderiam ser alistados aqueles que se oferecessem por vontade própria ou tivessem sido liberados por seus senhores – que deveriam assinar um documento concedendo ao futuro soldado os direitos de um liberto. Segundo a maioria dos historiadores, isso se deu porque, em algum momento Davis percebeu que não seria possível mobilizar essas forças sem garantir a liberdade dos escravos ao final do conflito. Caso isso não fosse assegurado, eles não teriam porque lutar pelos seus senhores. Entretanto, esta medida não chegou a ser aplicada – primeiro, porque o número de alistados ficou muito aquém do esperado, e segundo, porque as poucas tropas às quais se prometeu a liberdade não chegaram a atuar no embate com os nortistas.

Ao observarmos a forma como se deu a organização de tropas de negros no sul e, sobretudo, no norte, percebemos que a sua organização informal, impulsionada, em grande parte das vezes, justamente pela ação dos próprios escravos e libertos que desejavam se tornar soldados, pressionou os comandantes a organizarem as tropas e, mais tarde, o próprio Lincoln a assinar sua regulamentação. Por isso, quando o presidente promulgou uma legislação específica acerca dos regimentos negros, essa lei foi emitida apenas para regulamentar uma realidade já existente há tempo considerável no exército da União. Escravos negros, soldados ou não, forçaram a administração Lincoln a partir de uma gama de ações variadas que auxiliavam o esforço de guerra nortista. Fosse fugindo para as linhas da União, fornecendo informações estratégicas sobre rotas, guarnições, arsenais e estratégias dos confederados, servindo como guias para as tropas unionistas que pouco conheciam o *Deep South*, ajudando

---

<sup>336</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>337</sup> TRUDEAU, op. cit. p. 109-112.

na construção e reforço de fortificações e em outros trabalhos manuais, auxiliando – sobretudo mulheres e algumas crianças – nas enfermarias, cozinhas e lavanderias, eles acabaram acelerando o processo de institucionalização das tropas de homens de cor.

Os soldados negros lutaram por liberdade na Guerra Civil, mas, mesmo antes disso, eles tiveram também de empreender uma batalha pelo direito de lutar pela União. Por isso se torna tão importante descobrir quem eram essas pessoas e o que elas acreditavam que o exército lhes reservava, tarefa que pretendemos realizar no subcapítulo seguinte.

### 3.2 *UNITED STATES COLORED TROOPS*: QUEM ERAM E O QUE BUSCAVAM OS SOLDADOS NEGROS?

Mais de 180.000 negros ingressaram no exército da União - escravos fugidos, libertos e homens livres, algumas vezes acompanhados de suas famílias. Muitas dessas pessoas chegavam aos acampamentos em busca de proteção e uma oportunidade de trabalho, exaustas e famintas, muitas vezes doentes ou com poucas roupas para enfrentar o inverno. Eles vinham de todas as partes do país e possuíam todos os tipos de ocupação: havia desde os escravos das *plantations* de algodão e escravos domésticos até artesãos, músicos, professores, religiosos etc.<sup>338</sup>

Alguns deles, sobretudo aqueles que haviam nascido no norte, possuíam algum conhecimento de letras e da matemática. Por outro lado, aqueles que passaram boa parte da vida escravizados no sul na maioria das vezes tinham o seu primeiro contato com as letras no exército<sup>339</sup>. Em nosso conjunto documental é evidente a diferença entre as cartas enviadas por homens negros livres do norte – que geralmente possuíam alguma instrução – e por “contrabandos” recém-libertos do sul. Para além das evidentes dificuldades de aprendizado – haja vista que as escolas instaladas em acampamentos muitas vezes eram muito precárias – essas cartas geralmente possuem um teor diferente, muito mais ligado aos que ainda estão escravizados no sul e ao sacrifício necessário para salvá-los.

Paralelamente, muitos livres do norte e ex-escravos do sul foram recrutados de forma mais ou menos coercitiva, ou simplesmente visando benefícios diretos. Por isso, eles nem sempre demonstravam estar comprometidos com uma agenda política ou um plano nacional que beneficiasse todos os negros dos Estados Unidos. O exército, para essas pessoas, era visto

---

<sup>338</sup> LAFANTASIE, Glenn. Who was the common soldier of America's Civil War?. *MHQ Spring*, v. 16, n. 3, 2004.

<sup>339</sup> TRUDEAU, op. cit. p. xviii.

como uma promessa de melhoria financeira e reconhecimento social, bem como de esperança de um futuro melhor.<sup>340</sup>

Alguns acampamentos da União possuíam condições bastante favoráveis e realmente se apresentaram como uma oportunidade na vida de centenas de afro-americanos. Desde que o ingresso de homens negros foi regularizado pela gestão Abraham Lincoln, as forças armadas da União haviam adotado uma política que visava preparar as tropas negras para o combate, incluindo a criação de alguns campos de treinamento específicos para esses soldados. Esses acampamentos ficavam, em sua maioria, localizados no norte, como é o caso do renomado *Camp William Penn*, em Philadelphia, Pennsylvania. Fundado em 1863, este acampamento era de uso exclusivo das tropas negras, representando uma conquista para aqueles que, desde o princípio do conflito, defenderam a profissionalização dos soldados negros. Apenas neste campo foram graduados 11 regimentos de homens de cor - comandados por oficiais brancos<sup>341</sup>.

Um treinamento eficaz no menor espaço de tempo possível era aspecto fundamental para as pretensões nortistas na guerra. As autoridades insistiam que as ações não podiam falhar, os ataques tinham de ser furtivos e as defesas resistentes, pois o prolongamento do conflito drenava as forças econômicas, políticas e sociais da nação. Por este motivo, um programa de treinamento – que incluía até mesmo cartilhas e manuais - foi criado nos acampamentos do norte.

Contraditoriamente, uma das áreas mais críticas e negligenciadas do treinamento das tropas negras era justamente a que envolvia a utilização de armas de fogo, combate corpo-a-corpo e movimentos em campo de batalha. Enquanto os soldados brancos possuíam armas individuais e, em geral, recebiam as instruções adequadas quanto ao seu uso, a grande maioria dos soldados negros recebia pouca ou nenhuma orientação. Ademais, como muito soldados eram ex-escravos, não raro, regimentos completos nunca haviam sequer tocado em uma arma de fogo.

Com o tempo e o prolongamento do conflito, o pouco treinamento que as tropas negras recebiam foi ficando ainda mais precário. As formações táticas, que em tese deveriam ser repetidas exaustivamente nos campos de treinamento, foram praticamente abandonadas em virtude do pouco tempo disponível para exercício. Com tantos fortes a serem reconstruídos, guarnições a serem fortificadas e trabalho de campo a ser realizado, os soldados negros tiveram de continuar realizando essas tarefas, reduzindo ainda mais o seu tempo livre. Sem tempo para

---

<sup>340</sup> GLATTHAAR, op. cit. p. x.

<sup>341</sup> TRUDEAU, op. cit. p. 125-129.

treinar, essas tropas recebiam, no máximo, alguma orientação sobre táticas básicas de sobrevivência no campo de batalha<sup>342</sup>.

Esses soldados, ex-escravos, que iam para o campo de batalha muitas vezes completamente despreparados, chegavam ao exército com a esperança de encontrar uma forma viável de sustentar a si e a suas famílias. O fato de que o exército da União estava empregando negros como soldados regulares comissionados impulsionou centenas de “contrabandos” a fugirem das *plantations* sulistas e avançarem penosamente rumo ao norte ou a algum acampamento da União. Porém, não raro, essas tropas não recebiam o pagamento adequado e, muitas vezes, prometido. Não eram poucos os soldados que encontravam-se em situação de grande pobreza, pelo contrário. Assim, muitos revoltaram-se contra a situação de não recebimento do soldo. Um dos exemplos mais salientes desse problema é o protesto organizado pelos soldados da 11ª U.S.C.H.A, tropa que organizou uma manifestação de grandes dimensões reivindicando pagamento igualitário entre soldados brancos e negros.<sup>343</sup>

Esse senso de luta por direitos e liberdade que as tropas negras possuíam mudou a estrutura do exército e alterou as relações internas das forças armadas nortistas – algo que não aconteceu no sul. Os ex-escravos que lutavam pelo norte haviam provado da liberdade e não hesitariam em lutar para defendê-la. Enquanto isso, os poucos soldados que estiveram em batalha pelos confederados continuavam atrelados à lógica escravista, uma vez que, frequentemente, o ingresso em uma milícia não significava o rompimento dos laços escravistas com os grandes senhores. Assim, para muitos desses homens a estrutura militar representava uma mera extensão da relação entre o senhor e seus escravos<sup>344</sup>.

As tropas compostas por negros estavam alterando também as concepções nortistas no que dizia respeito a sua capacidade de ação. Com participação decisiva em várias batalhas, os soldados negros passaram, paulatinamente, a angariar mais respeito e admiração no âmbito militar dos estados da União. Inúmeros comandantes brancos salientavam o patriotismo e coragem de seus comandados negros. Os soldados de cor eram tidos como exemplo da eficácia dos programas de treinamento da União atrelados à disciplina, fundamental para manter os soldados em suas posições, não importando a condição favorável, ou não, da batalha. Os oficiais procuravam, também, salientar que – ao contrário dos soldados brancos, que lutavam apenas

---

<sup>342</sup> GLATTHAAR, op. cit. p. 99-106.

<sup>343</sup> Idem, p. 111-116.

<sup>344</sup> Idem, p. 108-120.

por ser um dever patriótico - os negros acreditavam que estar na guerra era uma oportunidade, uma honra e um privilégio<sup>345</sup>.

Assim, em agosto de 1863, a União já contava com 14 regimentos de homens negros em campo de batalha. O número de afro-americanos a procurarem o alistamento militar só crescia desde que a Proclamação de Emancipação havia sido emitida e situações e problemas novos surgiam todos os dias no exército da União. Esse alto índice de homens alistados foi relatado pelo Comissário para a Organização de Tropas Negras no Tennessee Oriental e Central, o Major G. L. Stearns. Este oficial respondeu a algumas questões diante da Comissão de Inquérito dos Libertos da América - criada pelo secretário de guerra Edwin McMasters Stanton em março de 1863 com o objetivo de investigar a situação dos escravos e ex-escravos que foram libertados pela Proclamação de Emancipação - na cidade de Nashville, Tennessee, em fins de 1863. Essas perguntas e respostas foram compiladas em uma correspondência que nos revela o desejo de muitos negros de tornarem-se soldados.

Notavelmente, os negros possuíam condições de trabalho extremamente precárias e injustas, mesmo para aqueles que eram empregados como homens livres. Desta forma, é compreensível que grande parte deles preferisse o serviço militar a um trabalho regular ou à escravidão nas grandes *plantations* sulistas. O major Stearns revela esse desejo dos homens de cor, quando indagado a respeito: “Eu deveria dizer que dois terços deles prefeririam ser soldados a ser trabalhadores”<sup>346</sup>.

Ao ser indagado sobre a disposição que esses soldados demonstravam ao serem encarregados de qualquer trabalho no âmbito da corporação militar, o major Stearns reafirma a determinação de seus comandados e a eficiência do programa de treinamento nortista. Segundo ele, os soldados negros estavam aptos para o combate após um período de 6 meses, não se diferenciando em nada das tropas brancas.

O major afirma que sob seu comando encontravam-se três regimentos compostos, ao todo, por aproximadamente três mil homens negros. A grande maioria desses homens deixou para trás mulheres, filhos e parentes, que ainda necessitavam de cuidados e dinheiro para o seu sustento. Essa era uma questão particularmente problemática não só para os soldados, mas também para o próprio governo e para os oficiais que tinham de manter elevado o moral das tropas e evitar manifestações. O major Stearns denuncia este panorama, destacando a

---

<sup>345</sup> Idem, p. 99-108.

<sup>346</sup> Relato do Maj. Geo. L. Stearns para a *American Freedmen's Inquiry Commission*. 23 nov. 1863. Arquivado como O-328 1863, Cartas recebidas, Escritório do Ajudante Geral, Grupo de Registro 94, Arquivos Nacionais dos Estados Unidos – Washington D.C. Disponível em: <http://www.history.umd.edu/Freedmen/sampdocs.htm> Acesso em: 11 jan. 2015. Tradução nossa.

importância do soldo para esses soldados manterem suas famílias e os problemas que eles encontravam para fazer esse dinheiro chegar aos que dele precisavam – isso quando eles eram efetivamente pagos.

Neste momento, há um número grande deles que estão destituídos (de suas famílias), porque são soldados e trabalhadores nas fortificações (...). Devido a esta destituição das famílias eles estavam nos pressionando muito severamente (...). O negro está muito ansioso para saber o que restará à família dele se ele se alistar, e estaria alegre de dividir o pagamento dele para o apoio deles. Se o Governo lhe pagar \$13,00 por mês, ele pode poupar \$10,00; mas o dinheiro nunca chegará à família dele, eles se espalham pelo país.<sup>347</sup>

Stearns reitera que o pagamento é irregular e insuficiente, afirmando que a administração central faria um investimento mais consistente caso mantivesse essas tropas pagas regularmente, isso porque a falta de soldo desmotivava os homens e prejudicava seu desempenho, mesmo nos trabalhos mais ordinários. Assim, o major Stearns afirma que a melhor forma de se tratar os soldados negros seria lhes concedendo soldo justo e regular, sendo que a remuneração tinha um papel civilizador na formação do soldado de cor norte-americano.

Elemento importante na civilização do negro é salário bom, regularmente pago. Ele sabe bem o que ele quer, e ele sabe adquirir o que ele quer, se ele tem pagamento justo e a liberdade dele, ele sabe, também, o que ele deveria evitar, e tem uma percepção muito justa de egoísmo e sagacidade considerável.<sup>348</sup>

Enquanto isso, nos Estados Confederados do Sul, parte dos negros que alistavam-se no serviço militar continuavam escravizados, acompanhando seus senhores ou não. Por outro lado, outros tantos ingressavam no serviço militar mediante o pagamento, por parte do exército, da indenização ao senhor, que liberava então seu escravo para tornar-se um soldado.

A correspondência do major Stearns nos revela que esta prática tornava-se cada vez mais comum nos estados do sul, sendo uma saída viável para senhores que visavam o dinheiro oriundo das indenizações ou, simplesmente, livrar-se do contingente humano indesejável: “Muitos deles desejaram os escravos deles levados, quer adquirissem compensação ou não. Foram oferecidos aproximadamente quarenta a mim no último mês.”<sup>349</sup> Ao que tudo indica, esse não era um fato isolado nas fazendas do sul, pois a devastação da guerra fez com que as escravarias se tornassem um peso nos custos do senhor. A baixa produtividade e o confisco de propriedades – o que incluía também água, alimentos e outros mantimentos – pelas tropas da União drenavam os recursos dos senhores, que começavam a ver no envio de seus escravos para a *front* de batalha uma solução viável.

---

<sup>347</sup> Idem, Ibidem.

<sup>348</sup> Idem, Ibidem.

<sup>349</sup> Idem, Ibidem.

A carta também é emblemática porque Stearns foi um oficial do norte, recrutando homens negros para o exército nortista, o que revela uma evidente contradição, pois senhores de escravos, que muito possivelmente desejavam a perpetuação da escravidão, estavam em tamanho desespero que ofereciam homens para um exército que visava justamente destruir a instituição escravista.

Outro posicionamento bastante controverso de Stearns versa sobre o tema do preconceito racial no exército. Ao contrário do que geralmente se encontra nas cartas, sobretudo as de soldados rasos, o major não vê no exército um espaço de perpetuação de práticas racistas, mas sim um lugar no qual o preconceito pode ser extinto. Assim, ele compreendia o exército como espaço de elevação do caráter do homem negro e de construção de uma harmonia entre as duas raças. Segundo Stearns, o ingresso na instituição militar elevava socialmente os homens negros e lhes proporcionava melhores condições de vida.

Apesar de apontar para uma série de práticas racistas no âmbito do exército nortista – como os casos frequentes de oficiais brancos que abusavam do poder e exerciam uma dura rotina de disciplina no comando das tropas negras, aplicando severos castigos e restrições - o major Stearns aponta para um posicionamento nortista contrário a essas práticas injustas. Segundo podemos inferir da correspondência, o norte costumava denunciar crueldades perpetradas contra negros – porém não quando elas se davam no âmbito de seu exército. Stearns afirma que “É um engano supor que os relatórios que aparecem nos documentos do Norte, de crueldades para com os negros no Sul, são extremamente falsos”<sup>350</sup>. Ou seja, conforme as tropas nortistas avançavam sobre terreno confederado e iam tomando ciência das atrocidades perpetradas pelo sistema escravista, eles libertavam os escravos e denunciavam as práticas para os órgãos federais competentes, porém, quando se tratava do racismo e do preconceito incrustados no próprio seio das forças armadas da União o assunto tinha pouca importância ou era esquecido, cabendo aos próprios injustiçados recorrer de decisões a partir da organização própria entre os soldados negros.

No *Deep South*, as notícias que corriam entre os negros eram muito mais relacionadas à vida de liberdade que existia no exército nortista do que às dificuldades de se tornar soldado. Portanto, incidentes e práticas injustas como as descritas por Stearn não fizeram diminuir as filas de recrutamento nem o número de “contrabandos” que chegavam aos acampamentos todos os dias.

---

<sup>350</sup> Idem, *Ibidem*.

As motivações por trás de cada alistamento eram muito variadas. Porém, através da documentação epistolar, podemos adentrar minimamente o universo de racionalidades que levavam um escravo ou um liberto a se alistar no exército norte-americano.

Um desses soldados foi John H. B. Payne, um ex-professor de 30 anos, natural de Bellefontaine, Ohio, que integrou a 55ª Infantaria de Massachusetts. No exército, esse homem foi recrutado para o posto de soldado raso, uma disparidade entre a sua vida civil e a militar, pois sua profissão lhe garantia um lugar de destaque na sociedade. Payne era um letrado no sentido pleno da palavra, e isso se refletiu na qualidade e conteúdo de sua correspondência – marcada por um pensamento lógico e racional. Afinal, se os brancos escravizaram os negros porque os que foram oprimidos deveriam atender aos opressores? Se a escravidão era errada, porque os que perpetuaram essa cruel instituição responsabilizaram suas vítimas, os cativos, pela luta por liberdade? Esse tipo de indagação, bem como a descrição que Payne realizou da situação em que viviam os soldados, que esperavam o cumprimento das promessas de liberdade e igualdade feitas por aqueles que os convocaram ao alistamento, revelam o refinamento de seu pensamento e escrita. Payne e outros negros que já haviam conquistado um espaço na sociedade através da profissionalização largaram uma vida já bastante estável para ir à luta como soldados rasos. Em um primeiro momento, poderíamos pensar que esses recrutas com origens semelhantes seriam candidatos lógicos para postos no oficialato, mas o racismo da instituição militar impediu esses homens de atingir postos mais altos.

Assumindo um tom bastante crítico e muito raro neste tipo de carta – que possivelmente passava pelas mãos de muita gente antes de alcançar seu destino final – Payne defende que os soldados negros não lutavam por nada menos do que os brancos desejavam. Contudo seu soldo ainda era inferior e baseado em critérios racistas e injustos, impossibilitando-os de prover suas famílias.

(...) Eu não estou disposto a lutar por nada menos do que o homem branco luta por. Se o homem branco não pode sustentar sua família com sete dólares por mês, não posso apoiar a minha com o mesmo montante. E eu não estou disposto a lutar por este Governo apenas por dinheiro. Dá-me os meus direitos, os direitos que este Governo está me devendo, os mesmos direitos que o homem branco tem. Eu estaria disposto a lutar três anos por este Governo sem um centavo do poderoso dólar. Então eu teria algo por que lutar. Agora eu estou lutando pelos direitos dos homens brancos. Os homens brancos nunca me deram o direito que eles são obrigados a respeitar.<sup>351</sup>

Não é, então, o dinheiro que move Payne e seus companheiros, mas antes a busca incessante, a luta contínua, por direitos civis que o governo – que parecia os abandonar – havia

---

<sup>351</sup> Carta de John H. B. Payne. 24 maio 1864/11 jun. 1864. 55º Regimento de Infantaria de Massachusetts, Morris Island, Carolina do Sul. In: REDKEY, op. cit., Carta 88. p. 208-210. Tradução nossa.

prometido. Assim, o questionamento de Payne parece quase uma reação natural: porque lutar pelos brancos que tudo lhe negam? Apesar da grande maioria das cartas se reportar aos brancos como os responsáveis formais pelo desenvolvimento da comunidade afro-americana, vez ou outra nos deparamos com pensamentos como o de Payne, que questionam as políticas da administração Lincoln e a própria estrutura militar.

Para o autor da missiva – muito religioso, ao que tudo indica – Deus criou todos os homens iguais. Logo, quando um branco nega a um negro - a partir de critérios preconceituosos - seus direitos mais básicos, ele está cometendo um sacrilégio. Não raro, os soldados negros – em sua grande maioria religiosos - entendiam que era preciso comprometimento contra essa abominação. Por isso, podemos aventar que essa poderia ser uma estratégia de Payne a fim de angariar apoio nas suas reivindicações, um fator de aglutinação entre os mais diferentes soldados negros que foi amplamente utilizado por religiosos, oficiais e soldados comuns.

Para Payne, acreditar que a raça define quem é melhor ou pior, merecedor de direitos ou não, é um atentado às leis divinas e um desrespeito pelos que perdiam suas vidas no campo de batalha lutando por liberdade e igualdade sob o estandarte da União. Assim, ele explicita que a luta dos soldados negros não é pelos brancos – aqueles mesmos que mantiveram os negros oprimidos desde os primeiros anos da história do país e que, naquele momento, reivindicavam que os negros não eram cidadãos americanos, e por isso, não mereciam direitos igualitários. Desta maneira, podemos perceber o tom da desconfiança e tensão que pairava sobre as relações entre brancos e negros descritas na correspondência de Payne.

Deus não fez um homem melhor do que o outro; portanto, os direitos de um homem não são melhores do que outro. Eles afirmam que por causa da grande proporção de nossa raça que é mantida na escravidão, temos o direito de ajudar a libertá-los. Eu quero saber se não era o homem branco que colocou-os em cativeiro? Como eles podem nos responsabilizar por seus males? E como eles podem esperar que façamos mais para apagar isso do que eles próprios estão dispostos a fazer?<sup>352</sup>

A carta deste soldado raso de Ohio também aponta para um sentimento de que a luta é coletiva e de que não existe objetivo maior do que a libertação de todos os negros escravizados no país. O que distingue essa noção desenvolvida por Payne das outras missivas é que ele compreende que, mesmo que essa emancipação geral e irrestrita dos escravos se dê conforme a União for vencendo suas batalhas, ainda assim os Estados Unidos não seriam um país de homens livres. Na leitura que o autor da missiva faz do contexto em que está inserido, os brancos não estavam dispostos a conceder quaisquer direitos aos libertos. Uma liberdade sem direitos é mesmo liberdade? Existiria um modelo de liberdade pela metade? Seria isso ser

---

<sup>352</sup> Idem, Ibidem.

verdadeiramente livre? Payne se indaga sobre isso e sua resposta sempre sugere que não. Por isso ele acha injusto respeitar, bater continência, lutar e morrer por um país e por uma sociedade que nunca olharam para homens como ele – até que fosse preciso o seu sangue para ganhar uma guerra que a princípio era de brancos.

Assim, Payne desmantela o que ele acredita ser a farsa da emancipação americana. Não que ele esteja disposto a abandonar a luta – pelo contrário, ele não dá nenhum indício deste desejo na documentação. Porém, ele parece apontar para um senso de que nem tudo se resolverá com baionetas e muita munição. Os problemas da sociedade americana são estruturais, e a igualdade que está presente na Constituição não passa de um sonho distante – algo que o ex-professor parece pesar em sua argumentação. Ele dá um exemplo com relação ao direito de voto: ao homem negro só era permitido votar em algumas poucas localidades, e isso quando ele era bem sucedido o suficiente para ser considerado quase branco. Contudo, mesmo que ele conseguisse isso, que diferença faria o voto? Payne aponta para a impossibilidade de se elegerem negros que – em um modelo de democracia representativa – representariam efetivamente as lutas e aspirações do povo afro-americano.

Se todos os escravos nos Estados Unidos forem emancipados de uma vez, eles ainda não seriam livres. Se o homem branco não está disposto a respeitar os meus direitos, eu não estou disposto a respeitar estes erros. Nosso direito sempre foi limitado nos Estados Unidos. É verdade que em alguns lugares um homem de cor, se ele puder provar que é meio branco, pode votar. Votar para quem? No homem branco. Que benefícios nós tivemos com esse direito – para sempre ser compelidos a votar no homem branco sem nunca poder ser votado?<sup>353</sup>

Neste contexto, Payne também se opõe à ideia de colonização – que durante muito tempo fora o carro-chefe da gestão Abraham Lincoln. Para o soldado nos tempos difíceis, mas professor e homem de família na vida civil, a ideia é bastante absurda, considerando que – para ele – seu país é aquele em que você nasce. Ele não havia nascido na África, assim como a grande maioria de seus companheiros. Então porque haveriam de ser privados de viver em seu país natal em favor de uma pátria que nem ao menos conheciam?

Agora, o homem branco declara que este não é o nosso país, e que não temos o direito a ele. Eles dizem que a África é o nosso país. Eu reivindico como meu país-natal o país no qual eu nasci. Eu gostaria de saber uma coisa, e que é a seguinte: quem está mais em posse dos seus direitos em um país - um nativo do país ou do estrangeiro? Esta questão pode ser facilmente respondida. Agora, existem estrangeiros que têm inundado nossas costas. Eles nada trazem com eles, apenas sentimentos antagônicos para governar e ordenar, e eles são, sem os rudimentos da educação, e ainda assim eles podem treinar seus filhos para serem cidadãos cumpridores da lei. Em suas próprias rédeas desgovernam país. Geralmente muito pobres, eles não têm lazer para o cultivo dos melhores sentimentos do seu coração; no seu caso, a pobreza degrada a natureza humana. Neste país, a sua influência social é muito maior do que em seu próprio país. Aqui todas as vias de distinção estão abertas para eles. O estrangeiro,

---

<sup>353</sup> Idem, *Ibidem*.

quando ele entra neste país, entra na vida em uma época cheia de um espírito progressivo no campo eletivo. Essas pessoas são os primeiros a ocupar uma posição ofensiva contra o Governo, em vez de marchar sob a bandeira do Príncipe da Paz. Essas pessoas têm governado o país por muito tempo já. O ignorante irlandês pode vir a este país e ter livre acesso a todos os direitos. Depois que eles ganharam os seus direitos, não conseguem apreciá-los. Eles, então, querem intimidar o Governo. Eles logo se cansam de viver sob as leis do país e iniciam um motim, um protesto, saqueiam cidades, assassinam crianças negras, e queimam orfanatos, como foi feito em Nova York. É o poder para ser dado a esses homens para dirigir e governar os assuntos da União, de que o bem-estar ou aflição da nação depende? Este é produto de degradação moral e torna-se uma das fontes fecundas do mal em nossa terra, a partir do qual nós sofreremos mais severamente a menos que algum plano seja especialmente adotado para verificar o caminho certo. Como pode esta nação esperar prosperar? Eu me pergunto porque Deus não traz sobre eles dilúvio e desastres.<sup>354</sup>

O autor parece indignado ao afirmar que estrangeiros – segundo ele, párias em sua própria sociedade – recebiam o status de cidadãos, enquanto que homens negros que trabalhavam, lutavam e viviam toda a sua vida nos Estados Unidos eram prontamente excluídos de qualquer processo que envolvesse sua participação como sujeito de direitos. Payne aponta para a existência de um critério racial nas determinações de questões políticas, um critério injusto que deveria ser mudado, para que o país não passasse ainda mais tempo nas mãos de estrangeiros e aproveitadores que não se importavam de verdade com a nação. Muito diferentes dos valorosos soldados negros, que davam suas vidas todos os dias pelas cores dos Estados Unidos, os estrangeiros – e aí Payne chama a atenção para os irlandeses – não se preocupavam com as leis e com o bom funcionamento do país. E, neste ponto, a corda sempre estoura do lado mais fraco, pois quem sofria mais com o pouco caso feito da legislação eram os negros. Payne chega a denunciar a destruição de casas, asilos e a morte de crianças por conta da ação irresponsável e, segundo ele, maléfica, dos estrangeiros - que eram mais respeitados do que ele pelos brancos. Por isso ele conclama outros soldados a refletirem sobre o que significa uma nação dar papéis proeminentes para essas pessoas, em detrimento dos negros que haviam nascido na América. Para ele, se os Estados Unidos continuassem calcados neste tipo de concepção, estavam fadados a, talvez, nunca mais prosperarem.

Ao que tudo indica, Payne não era o único a se revoltar contra esse tipo de contradição. Ele relata, ao longo da carta, a existência de protestos e a ocorrência de massacres como o de Forte Pillow. Esses fatos teriam levado muitos soldados, como Payne, a se tornarem descrentes dos rumos da nação pela qual lutavam – e isso era só o princípio. Lembramos também que, apesar de ocupar um posto inferior na hierarquia militar, Payne era um homem negro letrado, um bom escritor e, muito provavelmente, um bom orador – haja vista sua atuação como professor. Soldados como Payne eram verdadeiras referências para os demais integrantes das

---

<sup>354</sup> Idem, Ibidem.

tropas negras - em grande parte ex-escravos e analfabetos – e atuavam como formadores de opinião, expressando em suas missivas aquilo que os demais soldados negros gostariam de dizer mas não tinham como expressar.

Não me admira a conduta e o mal acontecido em Fort Pillow. Pergunto-me porque não tivemos mais motins de Nova York e massacres Fort Pillow. Eu estou lutando por liberdade; e a pulsação não sobe à simples menção do nome? Cada um de nós, com fidelidade, já cumpriu os deveres que lhe foram incumbidos como homens e soldados. O próprio fato de tal união ter base no que é comum e profundamente de interesse de todos, sem dúvida, nem sempre podem falhar, pela bênção de Deus, a exercer uma influência santificada sobre a sociedade, bem equipada para quebrar como os extremos do sentimento aristocrático e social que, muitas vezes predominam na sociedade, e para gerar unidade, amor, bondade fraternal e caridade...<sup>355</sup>

Por este motivo, de forma geral, o que percebe-se neste tipo de correspondência que assume um teor bastante crítico quanto ao governo e à sociedade norte-americana, é que uma porta havia sido aberta na história das aspirações e lutas do povo afro-americano – e ela nunca mais voltaria a se fechar completamente.

Payne também nos ajuda a perceber como as relações tecidas no âmbito militar envolviam lealdades complexas e um senso de dever e comprometimento altamente elaborado em prol da luta pela liberdade contra uma sociedade aristocrática e hipócrita que tentava a todo custo manter submissa a população negra a partir da negação de seus direitos mais básicos. Muitas vezes, essas novas relações, que iam se formando em um espaço que até 1862 estava restrito a homens brancos, podiam ser bastante problemáticas, sobretudo quando envolviam a forma como os oficiais brancos tinham de lidar com os “contrabandos” que chegavam todos os dias aos acampamentos da União.

O soldado George E. Stephens observou de perto essa realidade e deixou um relato bastante elucidativo sobre a forma como esses “contrabandos” eram tratados nos acampamentos nortistas. Até o ponto em que conseguimos rastrear sua trajetória, Stephens, aparentemente, foi um marceneiro da Philadelphia. Mais tarde, ele se juntou ao 54º Regimento de Massachusetts, conseguindo chegar ao posto de primeiro tenente. Porém, sua ascensão na hierarquia militar – assim como a de outros homens negros que conseguiram atingir postos comissionados de maior expressão - não foi meteórica. Stephens trabalhou durante algum tempo como cozinheiro de um coronel de um regimento branco da Pennsylvania. Neste período, acompanhou o regimento em incursões pelo sul e pôde observar como se davam as incursões da União a territórios confederados, abarrotados de escravos que corriam para as linhas da União em busca da liberdade.

---

<sup>355</sup>Idem, Ibidem.

Em uma carta escrita em 1862, o soldado Stephens descreve a mudança tática da União – que empreendia uma ofensiva contra a capital dos rebeldes, Richmond, na Virgínia - e como isso afetava as pessoas que lá viviam, sobretudo os escravos.

Uma mudança súbita, inesperada e brilhante de direção foi dada ao grande exército da União, agora em completa ofensiva sobre a Capital Rebelde... Nossas tropas iniciaram a investida contra *Bull Run Creek* ontem à noite, destruindo pontes e aquedutos e tornando a estrada totalmente inútil para os fins dos rebeldes. Os rebeldes ocupam vários pontos na medida em que os vamos evacuando. O *Excelsior Brigade*, e a Brigada de New Jersey atacaram pela retaguarda, esta manhã. A chuva está caindo agora em torrentes, e estamos vigiando a frente contra qualquer surpresa. A base de operações é a cidade de Fredericksburg. Os generais da União são muito astutos para permitir que os rebeldes possam atraí-los como um ganso para uma raposa em *Shenandoah Valley*. Como é sempre o caso quando as nossas tropas voltam do país inimigo, um grande número de contrabandos ou escravos fugitivos seguem nosso caminho. Na última batalha de Bull Run [agosto 26-31, 1862], toda esta região não possuía escravos. Ninguém permanece, a não ser os idosos, os muito jovens, e alguns daquela classe de escravos traiçoeiros, mimados, e acariciados, conhecidos como servos domiciliares. Grandes números estão reunindo-se aqui ao redor; eles vêm de Fauquier. Mulheres negras e crianças estão andando, como se fosse pela sua vida, para chegar a Washington, que é considerada uma cidade refúgio para os negros aprisionados pelos grilhões da Antiga Dominação...<sup>356</sup>

Segundo Stephens, as tropas da União tomavam postos confederados no caminho para o *Deep South*, destruindo redutos e guarnições inimigas por onde passavam – visando, muito provavelmente, acabar com qualquer chance dos confederados se reorganizarem e retomarem a região. Mesmo com a chuva torrencial que caía na região, os soldados negros continuaram avançando e, por onde passavam, eram seguidos por dezenas de escravos fugidos em busca de proteção. Muito poucos permaneciam, segundo Stephens, apenas aqueles que eram velhos ou jovens demais, e alguns poucos escravos domésticos que ele faz questão de criticar abertamente. Ao que tudo indica, ele considerava esses escravos que escolhiam ficar ao lado do senhor covardes e egoístas, pessoas que se deixaram enganar pelos senhores e que agora não eram mais dignas de confiança. Era preciso lutar pela liberdade, fugir por ela, arriscar-se por ela.

Tomar a capital confederada era uma investida bastante audaciosa da União – desejava de acabar rapidamente com o conflito, que já começava a custar caro – e para tanto várias tropas foram designadas para a missão. Isso colocava soldados negros de diferentes regimentos em contato direto e, o que acreditamos pode ter auxiliado na construção de uma visão de liberdade mais ou menos comum aos soldados negros que acreditavam que só a luta traria a libertação para o povo negro como um todo. Isso proporcionou que pessoas com origens e histórias tão distintas quanto um ex-professor de Ohio, um marceneiro da Philadelphia e um contrabando de uma *plantation* de algodão pudessem criar um senso comum de luta por liberdade e direitos.

---

<sup>356</sup>Carta de George E. Stephens. 20 nov. 1862/5 dec. 1862. 26ª Infantaria da Pennsylvania, Union Mills, Virginia. In: REDKEY, op. cit. Carta 10. p. 22-23. Tradução nossa.

As correspondências evidenciam também que uma parcela dos soldados negros que vinham do norte já eram livres e haviam conquistado com seu trabalho um lugar na sociedade, diferindo de brancos e negros não profissionalizados. Contudo, no exército, esses homens foram colocados abaixo mesmo de brancos que comumente estariam em estratos inferiores da sociedade, por não terem uma profissão. Certamente, este fato indignava soldados como Stephens e Payne, e a situação que vivenciavam no exército era ainda mais revoltante para quem tinha uma vida estável e subitamente se via em meio a um acampamento precário, cheio de perigos e onde o racismo, em grande parte das vezes, permeava as relações sociais.

Outro aspecto interessante levantado por Stephens diz respeito ao grande número de crianças e mulheres presentes nos acampamentos da União. Mesmo que a jornada e a vida nesses locais fossem ainda mais penosas para elas, centenas de mulheres e seus filhos acreditavam que fugir das *plantations* era um risco que valia a pena correr. Porém, o que nos chama a atenção é que os fugitivos descritos por Stephens têm em mente um lugar bem específico para o qual desejam ir: Washington. Essa é a única carta, em todo o nosso conjunto documental, em que se evidencia um plano concreto dos escravos fugidos, para além de alcançar um acampamento da União em busca de comida e abrigo imediato.

Contudo, por mais que os esforços para atingir a capital – imaginada como um verdadeiro reduto da liberdade para todos aqueles ameaçados pelos grilhões da escravidão, a terra prometida, para aqueles que eram religiosos – fossem bastante significativos, a realidade de extrema pobreza, fome e perseguição em que viviam os “contrabandos” impedia grande parte deles de viver a vida que haviam imaginado que o exército iria proporcionar. Neste sentido, Stephens nos aponta um caso bastante elucidativo. Em sua correspondência ele conta a história da família Washington e suas desventuras na fuga para o norte.

Há um caso que pode ser digno de nota. George e Kitty Washington e quatro filhos restantes pertenciam, com outros setenta, a um homem chamado Joe Weaver, que vivia perto de *Warrenton Junction*. Nossas forças evacuaram aquele lugar ontem de manhã. Weaver tinha levado para Richmond dois outros filhos de Washington, mas as nossas tropas capturaram-no antes que ele pudesse ganhar distância. Kitty sabia que assim que os soldados da União partissem ela e seus filhos seria levados para o Sul, então ela tomou muitas de suas coisas como ela e seu marido pudessem convenientemente transportar e virou seus passos para o norte. Seus filhos pequenos caminharam tão lentamente que a cavalaria rebelde, observando os movimentos de nossas tropas, se aproximou para capturá-los; mas eles chegaram à floresta, e chegaram aqui na chuva torrencial perto das 12 horas. Eles dizem que viram um grande número de outros a caminho. Eles também afirmaram que todos os negros capturados tentando escapar tiveram ordens de execução.<sup>357</sup>

---

<sup>357</sup> Idem, *Ibidem*.

A família Washington, como tantas outras famílias de fugitivos no *Deep South*, procurou a tropa unionista em busca de proteção e abrigo, sendo libertados quando conseguiram alcançá-los. Tropas negras e brancas embrenhavam-se na pouco conhecida região sulista e libertavam os escravos, incorporando-os em diversos serviços nos acampamentos da União.

Também como muitas outras famílias de fugitivos do campo, os Washington viviam sob a ameaça da reescravização, pois em muitos casos, assim que as tropas da União deixavam as localidades, os antigos senhores retomavam as *plantations* e novamente escravizavam os recém-libertos. Por isso, a família descrita por Stephens, reúne o pouco que tem e foge, algo que acontecia com centenas de outras famílias que, mesmo com crianças pequenas, empreendiam fugas desesperadas para o norte ou atrás das tropas da União.

Neste caminho os perigos eram inúmeros, sobretudo porque não eram só os “contrabandos” que estavam no encalço dos regimentos da União, mas também os confederados que desejavam retomar o território. Pelo que os escravos fugidos da carta relataram aos oficiais da tropa de Stephens, quando um escravo em fuga era pego pelo exército confederado ele era executado – o que condiz com as ameaças do presidente Douglas de tratar todos os negros capturados – “contrabandos” ou soldados da União – como negros em motim. Essa orientação nunca foi oficial, mas certamente direcionou ações de inúmeros oficiais confederados.

Nas entrelinhas percebe-se que todas essas informações – sobretudo a que diz respeito ao fato de que os confederados estavam no encalço das tropas unionistas – eram de grande valor para a organização logística e tática das tropas da União. Evidencia-se então a importância que os “contrabandos” poderiam ter ao informar movimentações, localizações e planos confederados para os oficiais da União. Assim, os ex-escravos galgaram também seu espaço dentro da estrutura militar, procurando melhorar sua situação, ganhar a confiança dos oficiais brancos e contribuir para a aniquilação dos confederados.

Assim, percebemos que escravos, livres e libertos das mais diferentes origens e regiões do país procuravam, cada qual ao seu modo, garantir uma vida melhor com o trabalho no exército, além de contribuir para a destruição total da escravidão. Os soldados da União sabiam muito bem o que queriam e criaram estratégias próprias de ação para garantir direitos para si e companheiros e familiares. Assim, eles conseguiram mudar as relações no âmbito militar e pressionar politicamente as autoridades a reconhecerem que a Guerra Civil era uma batalha para acabar com a escravidão. Isso em meio a uma guerra de grandes proporções que lhes impunha uma rotina de perigos e infortúnios de todos os tipos.

De fato, a vida no seio do exército da União representou para muitos uma melhora significativa nos padrões de vida; acampamentos no norte possuíam uma infraestrutura satisfatória, e estavam bastante seguros. Porém a realidade era diferente nos acampamentos incrustados no *Deep South*, onde a vida quase sempre era penosa e repleta de adversidades. Soldados negros que lutaram e viveram em acampamentos no dois extremos do país também deixaram relatadas suas experiências cotidianas nas cartas que escreviam. Assim, no próximo subcapítulo, procuraremos, a partir desta documentação, compreender um pouco melhor como essas pessoas tão diferentes conviviam e se relacionavam dentro do exército da União, atentando para as dificuldades pelas quais passavam e as conquistas que conseguiram angariar.

### 3.3 *MARCHING ON!*: A ROTINA MILITAR NO EXÉRCITO DA UNIÃO A PARTIR DOS RELATOS DOS SOLDADOS NEGROS

Conforme vimos, ser um soldado dos Estados Unidos era uma opção muito estável para muitos negros do norte que se encontravam em situação de risco, vivendo em condição de extrema pobreza, bem como para aqueles que ainda eram escravos no sul ou nos estados fronteiriços e viam na carreira militar uma promessa de liberdade e a passagem para uma vida melhor. Para muitos negros do norte ou do sul o ingresso na instituição militar representava uma chance de melhorar sua condição social, garantindo uma vida melhor para suas famílias e rompendo com os limites do cativeiro. Por outro lado, em casos como os de Payne e Stephens, o ingresso no exército representou um rompimento com a estabilidade que haviam conquistado com a profissionalização. Para esses homens, considerados a elite entre os negros livres do norte por sua posição no mundo do trabalho, o alistamento foi pautado muito mais por questões ideológicas. Sua luta era pela causa, não pela melhoria imediata de suas condições de sobrevivência ou pela liberdade.

Frequentemente os acampamentos da União apresentavam uma rotina muito mais miserável e dramática do que a maioria talvez tenha imaginado. A nós parece evidente que a situação deplorável a que poderia chegar um acampamento militar piorava conforme mais avançada no território inimigo a tropa estava. Neste sentido, é relevante o relato contido na carta do soldado raso Henry S. Harmom – sobre o qual não obtivemos informações relativas a sua ocupação anterior à guerra. Na missiva, o soldado evidencia aspectos do cotidiano do 3º USCT, estacionado em Morris Island, na Carolina do Sul, em fins de 1863. Harmom levanta aspectos que percebemos serem comuns a vários outros autores que fazem parte de nosso

conjunto documental. Logo no início, o soldado aponta para as degradantes condições de vida no acampamento incrustado no estado que – segundo muitos autores – foi o maior líder e núcleo central dos Estados Confederados do Sul.

(...) se os nossos amigos da cidade da Filadélfia, pudessem olhar para o nosso hospital e ver o quadro perdido daqueles que eram ontem espécimes nobres de masculinidade, o temor que temos de que fomos esquecidos nunca mais passaria em nossa mente, e se as pessoas pudessem receber algumas palavras animadoras dos amigos em casa o seu espírito seria elevado, as suas esperanças revividas. Mas em vez disso, não recebem nada, mas apenas as simpatias ásperas das mãos ainda mais ásperas dos seus camaradas de armas. Quantas donas de casa cuidadosas de nossa cidade têm seus muitos frascos? Peço-lhe se não podia poupar um para o cuidado dos desgastados e pobres infelizes soldados em nossos hospitais. Agora gostaria de dizer para os amigos do sexo masculino de nossa cidade, se não podiam poupar alguns livros e papéis, e os cachimbos ou tabaco para fumar, ou algo para animar o coração do pobre infeliz soldado, com as mãos macias e a sua cabeça dolorida, e alimentos para satisfazer o seu apetite<sup>358</sup>.

Fome, doenças, morte e sofrimento. Essas condições são relatadas por Harmom como parte da vida daqueles que já foram irremediavelmente perturbados pela guerra. É interessante como o autor aponta para uma ideia de que para eles já não há muita esperança – o estrago da guerra já foi feito, em quem sentiu mais de perto seus efeitos devastadores – mas, de alguma forma, desistir jamais parece uma opção viável.

Percebemos que esse senso de comprometimento perpassa a maioria das missivas que fazem parte de nosso conjunto documental, o que evidencia a criação de uma visão de liberdade - mais ou menos comum aos soldados e a consciência de que a liberdade só viria com sacrifício. Harmom jamais pede para que lhe tirem do *front*, pelo contrário, ele apenas pede alguns regalos para aliviar a vida difícil no âmbito militar. Cartas, fumo, livros, comida ou remédios, qualquer coisa era bem vinda, em um momento em que o moral dos soldados possivelmente se encontrava bastante abalado. A violência brutal do conflito, a fome desoladora, o medo, a saudade, a preocupação com aqueles que ficavam para trás – ainda na escravidão, à mercê de senhores que prometiam retaliação para aqueles que fugissem para as linhas da União – acompanhavam os soldados negros todos os dias. Daí o apelo feito por Harmom para que fossem enviados mais recursos, sugerindo que eles fossem angariados entre a população civil.

Na sequência da missiva, Harmom volta a descrever o horror e a dor de enterrar companheiros de armas, possivelmente irmãos negros que lutavam pelo mesmo objetivo. Valorosos soldados negros da União, que o autor acreditava que teriam para sempre um lugar na história. Paralelamente, Harmom aponta para a existência de um senso de união, de comunidade entre os soldados negros – seja entre aqueles que dividiam o mesmo acampamento,

---

<sup>358</sup> Carta do soldado Henry S. Harmon [ou Herman], 23 out. 1863/7 nov. 1863. 3º USCI, Morris Island, Carolina do Sul. In: REDKEY, op. cit., Carta 13. p. 34-36. Tradução nossa.

seja entre aqueles que pertenciam a regimentos distintos, mas que auxiliavam uns aos outros quando o combate exigia ajuda de mais tropas.

Ouçã! Que som é que ouvimos? É o som triste do tambor abafado, e o passo lento dos soldados quando eles carregam algum companheiro de armas à sua última morada. Seus uniformes azuis são sua mortalha, e um caixão de pinho áspero é a última coisa que vemos do que era uma vez o nosso companheiro de armas. Mas eu tenho orgulho de dizer que estes são homens que na parte inicial da sua carreira, antes da doença assentar suas mãos pesadas sobre eles, seguraram a bandeira do homem de cor na Pennsylvania. Caro senhor, temos mantido os Fortes Wagner e Gregg, e você perguntaria como e por quem eles foram tomados? Pelos soldados valentes do 3º Regimento de Tropas de Cor dos Estados Unidos, apoiado pelo 54º *Massachusetts Volunteers*, e os 2º *South Carolina Volunteers* [Colored], com enxadas e pás desenterraram até o parapeito o forte rebelde sob fogo pesado e botijões do inferno das baterias rebeldes de Gregg, Wagner, Sumter, e James Island, Forte Johnson, e outras baterias. Nestas trincheiras nossos homens se distinguiram pela bravura e frieza, o que exigiu mais nervos do que a emocionante carga da baioneta. E, senhor, eu tenho orgulho de dizer que eu sou um membro do 3º USCT e eu espero que não seja considerado ufania quando digo que nossa carreira não foi desmarcada por perda de vidas humanas. Tivemos dez do nosso número de mortos e eu não posso dizer exatamente quantos feridos; mas elevou-se a mais de vinte. Quando você escuta de uma família branca que perdeu o pai, marido ou irmão, você pode dizer do homem de cor, também nós trouxemos nossa parte do fardo. Nós também sofremos e morreremos em defesa dessa bandeira estrelada que flutua apenas sobre homens livres<sup>359</sup>.

Harmom assume um tom que sugere que o sacrifício é necessário para que os negros possam realizar o seu destino como homens livres nos Estados Unidos. Contudo, não é porque ele compreende que o sacrifício é necessário que isso o torna fácil de ser assimilado. Podemos aventar que grande parte dos soldados – sendo que a maioria deles estava tendo suas primeiras experiências com a instituição militar e jamais haviam recebido qualquer tipo de instrução ou treinamento de guerra – tinha dificuldades profundas em lidar com toda a morte e caos que a guerra trazia. Porém, Harmom salienta que a característica distintiva das tropas de negros não é essa, mas sim a bravura e a frieza – para ele, características imprescindíveis a bom soldado.

(...) Com a ajuda do Deus das batalhas, que conhece a justiça de nossa causa, esperamos passar pela hesitação, e embora muitos de nós devamos encontrar sepulturas nesta terra, eu sinto a certeza de que o nome do soldado de cor vai se destacar em alto relevo entre os heróis da presente guerra....<sup>360</sup>

O autor da missiva reporta-se ao Deus das batalhas – que não é o mesmo Deus cristão. Ao que tudo indica, Harmom poderia muito bem estar se referindo ao panteão romano ou grego, inatingível para a maior parte dos negros nos campos de batalha. Essa é uma evidência importante sobre o passado do soldado raso que, muito provavelmente, recebeu uma instrução mais aprimorada, evidente não só em suas citações, mas na própria escrita da carta. Assim, percebemos uma certa regularidade nas fontes produzidas por uma elite entre os negros

---

<sup>359</sup> Idem, Ibidem.

<sup>360</sup> Idem, Ibidem.

alfabetizados, homens letrados como Payne, Stephens e, muito provavelmente, Harmom. Esses homens eram os porta-vozes de seus colegas com pouco ou nenhum conhecimento das letras e expressavam seus anseios e aspirações, bem como as motivações, esperanças e decepções daqueles que largaram uma vida relativamente confortável para se embrenhar na guerra através do sul confederado.

Ao longo da missiva, Harmom enfatiza que os ex-escravos lutavam e morriam todos os dias em favor da União tanto quanto seus homólogos brancos. A confiança de que isso não é em vão parece mover o soldado e, possivelmente, animava tantos outros a enfrentarem a difícil rotina militar. Contudo, como sabemos, o número de soldados negros a receber honrarias, ou mesmo algum reconhecimento, tanto por parte dos comandantes quanto da sociedade civil, foi ínfimo, e por décadas sua participação na guerra foi minimizada ou simplesmente entregue ao esquecimento.

Outro relato interessante sobre a rotina militar vem da missiva do soldado identificado apenas como Rufus, combatente do 7º USCI, estacionado em Jacksonville, Flórida em meados de 1864. Na correspondência, Rufus relatou a chegada de seu regimento – desde o estado escravista de Maryland – à cidade. Apesar de não gostar dos residentes locais e solicitar um novo general, é interessante como este soldado raso nos fornece um panorama da situação das tropas negras em deslocamento pelo país.

Fiquei agradavelmente surpreso em vir aqui para descobrir que, mesmo a Florida - geograficamente notória por seus pântanos e jacarés é ainda um "ponto do jardim" no "ensolarado Sul." As pessoas aqui são menos pessoas do que quaisquer outras que eu já vi; eles parecem não entender nada, eles são os animais mais abandonados por Deus sobre a terra, e todos miseráveis em conformidade. Eles olham com maldade; eles vivem mesquinamente, agem mesquinamente, e não quero ser maldoso, mas eles são; e é seguro afirmar que eles são muito malvados. E pensar que estes companheiros votaram para que a Florida saísse da União com a ajuda de seus primitivos habitantes – *alligators* - é simplesmente absurda.<sup>361</sup>

Para Rufus – assim como para tantos outros que escreveram cartas que compõem nosso conjunto documental –, os confederados são desumanos, répteis traiçoeiros movidos apenas por princípios maléficos e opressores. Ao que tudo indica, para o autor da missiva, a maior prova da bestialidade de seus inimigos está justamente no fato de terem se separado do resto da federação. Por isso ele defende que eles precisam ser comandados para que cumpram seu dever para com o progresso da nação norte-americana, do contrário seu ímpeto separatista e escravista levaria todos à ruína.

---

<sup>361</sup> “Carta de Rufus”. 17 de Maio de 1864/28 de maio de 1864. 7º USCI, Jacksonville, Flórida. In: REDKEY, Edwin S. (org) Op. Cit. Carta 21. pp. 54-56. (tradução nossa)

Outros aspectos da rotina dos integrantes do 7º USCI também são elencados por Rufus. Na missiva ele revela uma série de dificuldades pelas quais passavam as tropas unionistas em deslocamento pelo sul confederado. Condições climáticas adversas e a geografia pouco amistosa dificultavam a logística do transporte do arsenal e dificultavam a defesa dos regimentos. Os confederados assediavam frequentemente as tropas da União que andavam pelo *Deep South*, armando emboscadas, aproveitando-se de seu desconhecimento da região. Porém, o regimento de infantaria do qual Rufus era membro parece ter sido agraciado com uma região de clima bastante favorável, o que certamente facilitou suas missões na região.

Fiquei agradavelmente surpreso ao descobrir que não estamos sufocados pelo calor intenso desse clima tórrido; o clima é quente - o sol é poderoso, mas, além disto, é agradável. Temos brisas terrestres e marítimas diárias, e enquanto eu escrevo me sinto tão bem como se desfrutasse de um passeio na praia de Cape May. Em geral, eu gosto muito da Florida, e se nós obtivermos os homens certos para nos comandar aqui vamos ensinar a esses "senhores ruivos" seu dever de civilização e cristianismo<sup>362</sup>.

Na sequência da missiva, o autor aponta para o nome que ele, e seus companheiros, acreditavam ser o mais capaz para o comando do 7º USCI. Para ele, a Flórida não poderia ser perdida e os homens que a guardavam fariam isso melhor se fossem liderados por um nome forte e conhecido, uma pessoa em quem confiassem. Daí podemos perceber que, apesar dos relatos de maus-tratos e injustiças por parte dos comandantes brancos a cargo de tropas negras, alguns regimentos conseguiram estabelecer uma aliança sólida entre oficiais e soldados rasos – o que auxiliou no treinamento e ajudou a manter o moral das tropas elevado. Assim, percebemos que muitos soldados negros viam em seus oficiais brancos os responsáveis pelo progresso e aprimoramento das pessoas negras.

Eu não desejo depreciar o valor militar dos comandantes neste departamento, ou mostrar falta de confiança neles; mas estou certo de que não há senão um homem que pode realizar a Expedição Flórida com perfeito sucesso com as forças compostas principalmente de tropas de cor, e que este homem é o General. Birney. Os homens deste regimento o seguiriam em qualquer lugar, e nossa confiança nele não tem limites. A minha esperança é que ele possa ser devolvido para nós. Ele é um soldado severo, mas seu coração está no lugar certo; e ele sente que faz parte da sua missão na Terra elevar nossa raça<sup>363</sup>.

Na parte final da missiva, Rufus se dedica a desconstruir as acusações de maus-tratos e desnutrição feitas por outro soldado que integrava o 8º USCT. Primeiramente, salientamos como essas tropas estavam próximas e como parecia existir sempre alguma interação entre elas. Obviamente, cada uma tinha seus próprios deveres e missões, porém elas interagiam com

---

<sup>362</sup> Idem, Ibidem.

<sup>363</sup> Idem, Ibidem.

frequência no âmbito de quartéis-generais, fortes e, às vezes, em meio à própria batalha, o que colocava em interação centenas de ex-escravos que agora lutavam como soldados da União.

Em sua edição de Abril, dia 23, eu notei uma comunicação de um soldado da 8ª USCT. Senti-me triste por ler seu artigo, pois há afirmações lá que estão seriamente exageradas; não existe nenhuma obrigação imposta aos soldados de cor aqui que não é compartilhada por seus irmãos brancos, e nossa bagagem do acampamento e outras necessidades são apenas as mesmas que aquelas fornecidas às tropas brancas, e em melhores condições do que as deles. No que diz respeito às rações, eu contradigo a afirmação do soldado: depois de uma experiência de oito meses de intensa observação neste regimento e em outros, eu cheguei à conclusão de que estas tropas são os homens melhor alimentados no serviço; e se houver alguma falha, deve caber ao departamento quartel general, e não ao Governo Geral.<sup>364</sup>

O elemento distintivo da narrativa de Rufus está no fato de que ele afirma que – ao menos no acampamento em que sua tropa se encontrava – não haviam distinções significativas entre soldados brancos e negros de mesma patente, sendo que às vezes os últimos eram até mesmo mais favorecidos e bem tratados. Podemos aventar que a tropa que Rufus integrava estava entre aquelas comandadas por generais que defendiam igualdade de soldo e tratamento para todos os soldados, não importando sua cor ou origem social – algo notavelmente raro, mesmo no exército nortista. Assim, o autor da missiva salienta que as tropas negras estavam muito bem alimentadas e em perfeitas condições para o combate, sendo que, se eventualmente houvesse algum problema com esses homens certamente a culpa seria de algum comandante mal preparado – o que contrasta com uma gama de relatos e estudos que apontam para as miseráveis condições da maioria dos acampamentos da União no sul.

Porém, não eram apenas os soldados negros de baixa patente que faziam relatos da realidade dos campos de batalha e dos acampamentos militares da União. Ao final da guerra o exército da União possuía pelo menos 87 oficiais negros e esses homens também enviaram cartas – em sua maioria para oficiais de patente maior – relatando suas experiências no comando dessas tropas.

Em 1864, o sargento negro John H. W. N. Collins, oficial do 54º *Massachusetts Volunteers*, em campanha pelo interior da Carolina do Sul, relatou suas experiências como um dos poucos negros a chegar ao oficialato, bem como as de seus subordinados, soldados rasos integrantes da tropa. À época em que a carta foi escrita, o regimento vinha de Jacksonville, na Flórida, com objetivo de chegar até as ilhas próximas a Charleston, na Virgínia. A viagem era longa e dura, faltavam alimentos e remédios e a região escondia um sem-fim de perigos, sendo que muitos sequer conheciam a região. A vida era difícil para os soldados em deslocamento e,

---

<sup>364</sup> Idem, *Ibidem*.

de acordo com Collins, tudo se tornava pior pela falta de pagamento – uma realidade completamente diferente daquela relatada pelo soldado Rufus.

Logo no princípio da missiva, Collins chama a atenção para as dificuldades de comunicação em um país dividido pela guerra. Muitas vezes era impossível saber do paradeiro de entes queridos, se estavam vivos ou já haviam perecido nas mãos dos confederados. Podemos aventar que isso era extremamente comum, sobretudo entre os soldados que haviam se evadido da escravidão, deixando para trás familiares e amigos que era muito pouco provável que veriam novamente.

Desejando em cada momento aos nossos amigos notícias nossas, e sabendo de nenhum outro modo, somente através de e por seu papel - o gravador - Espero, portanto, que você irá, se você tiver uma coluna de reposição, a gentileza de deixar nossos amigos e a comunidade em geral, saberem que ainda estamos vivos, pois é uma questão muito difícil para nós obter o nosso correio aqui, e todos nós estamos ansiosos para ouvir de casa, e que os nossos amigos devem também ouvir de nós.<sup>365</sup>

Isso tornava o trabalho dos soldados ainda mais exaustivo e a pressão para avançar sobre os confederados era ainda maior. No relato minucioso que Collins realiza sobre o difícil trabalho que era a manutenção dos fortes da União, ele salienta essas dificuldades, as situações adversas, a morte e o horror. Mas mais que isso, ele aponta para a falta de recebimento de soldo para os soldados que tinham essa difícil missão, mas que não haviam – até aquele momento – recebido nada em troca, conforme fica explícito no trecho: "Esta é a maneira que temos sido arrastados de nosso posto para [Forte] Pillow, uma vez que temos estado a serviço, e ainda não recebemos nosso salário por tudo isso (...)"<sup>366</sup>.

Em nossa documentação, percebemos que há certa regularidade nas reclamações e queixas vindas de soldados de patentes mais elevadas. O sargento Alexander J. Bedford, à frente do 25º USCI em Forte Pickens, na Flórida, em fins de 1864, relatou as dificuldades que as tropas de negros encontravam em manter postos incrustados no *deep south*. Cercados de inimigos confederados, a tarefa era penosa e perigosa para soldados já fatigados da batalha e das péssimas condições que a vida no exército quase sempre apresentava.

...Com um forte tão formidável quanto Fort Pickens, através de cuja ameias entre duas e três centenas de obuseiros de olhar irritado e rifadas de canhão que parecem estar com raiva à procura de um rebelde, além de que existem uns 64 - pistoleiros - de - guerra, e cerca de dezoito ou vinte menores que se encontram fora em cima do azul profundo do mar em frente de nós, pronto a qualquer momento para arrotar adiante sua vingança nas pranchas dos navios de qualquer inimigo invasor, por mar ou por terra, que podem se aproximar. Vou dizer-lhe de uma circunstância que ocorreu na outra noite. Nossos oficiais do 25 costumavam ir à grande ronda todas as noites, e tentar enganar os piquetes. Eles fizeram isso com tanta frequência que os meninos se

---

<sup>365</sup> Carta de John. H. W. N. Collins, Sargento, CO.H. Maio 1864/ 04 jun. 1864. 54º Massachussets Infantry, Forte Green, Folly Island, Carolina do Sul. In: REDKEY, op. cit., Carta 24. p. 61-63 Tradução nossa.

<sup>366</sup> Idem, Ibidem.

acostumaram com isso. Mas, lembre-se, os rebeldes estavam assistindo todos os seus movimentos, e eles pensaram que iriam ter a vantagem sobre nossos piquetes em uma noite escura, e assim o fizeram. Um oficial rebelde aproximou-se de um dos piquetes de cavalaria e ficou tão perto que apenas com sua pistola deixou o nosso piquete para baixo. Então, havia cerca de quarenta piquetes rebeldes vindo, e houve um confronto geral entre os nossos piquetes e os piquetes rebeldes, e foram mais de quarenta que cruzaram nossas linhas, mas não houve nenhum que voltou. O conjunto deles foram capturados e marcharam para a Casa da guarda sob uma forte escolta de guardas, e todas as casualidades que aconteceram com nossos homens foram um tiro grave, um corrido para o mar por três Rebeldes e não muito ferido, e quatro ou cinco levemente feridos. No dia seguinte, os fortes abriram fogo com bombas - postas dentro e fora e para baixo cinco ou seis milhas na floresta. Forte Pickens, Forte Barrancas, e Forte Reed responderam com fogo, bala, e destruição de tudo o que aconteceu para atender a sua raiva, e nós não ouvimos falar de nenhum rebelde desde aquele período.<sup>367</sup>

Ao descrever o ataque confederado ao estratégico Forte Pickens, o sargento Bedford também descreve os confederados como grandes destruidores, pessoas que não se importam com nada nem com ninguém – bastante diferentes daqueles soldados que lutavam por todos, pela chance concreta de viver em liberdade. Quando os soldados negros avançavam sobre os territórios confederados eles avançavam por todos – e, para muitos, era nesse senso de união que residia seu sucesso. Obviamente é preciso considerar o contexto de produção deste discurso, pois Bedford escreve com propósitos nortistas muito claros e sua retórica visa desautorizar o inimigo confederado. Além disso, é preciso pesar o fato de que esse relato poderia também chegar aos ouvidos de civis nortistas – que não receberiam muito bem a notícia de que seus companheiros, filhos, irmãos e pais cometiam atrocidades no *front* de batalha.

Assim, Bedford relata que por onde passavam os soldados negros eles libertavam escravos e cativos evadidos - ao mesmo tempo em que perseguiam e prendiam rebeldes. Notavelmente, durante essas investidas por estados confederados, boa parte daqueles que foram libertados pelas tropas negras se juntaram imediatamente ao exército – algo que provavelmente aconteceu também com o 25º USCI.

Poucos dias atrás, duas companhias do 25º, duas do 82º, duas da cavalaria de Louisiana, e dois da cavalaria branca, que haviam capturado Rebeldes e alistados nas tropas de cavalaria, saíram em uma batida, cem ou duzentas milhas até a ilha, a uma pequena cidade chamada Mariana, em West Florida, onde deveria haver oitocentos ou mil habitantes. O general mandou a cavalaria branca para a cidade para capturar tudo desde o mais branco dos rebeldes até o contrabando mais escuro, enquanto mais duas companhias foram para o extremo oeste da cidade para encontrar-se com a cavalaria que iria dirigi-los, mas eles não vieram, para entrar em um trote, mas eles galoparam para fora, e o general disse-lhes para ir de novo, mas eles se recusaram, e o general levou sua bandeira de luta com eles, e então ele disse para a cavalaria Louisiana realizar esse dever, e eles obedeceram. Eles não estavam na cidade mas muitos minutos antes viram que havia uma fumaça, e rebeldes correndo em todas as direções, mas a infantaria parou-os quando eles vieram para fora da cidade, pois era demasiado

---

<sup>367</sup> Carta de Alexander. J. Bedford, Sargento. 7 nov. 1864/ 4 março 1865. 25º USCI, Forte Pickens, Florida. In: REDKEY, op. cit., Carta 60. p. 148-150.

quente para que eles ficassem no meio dela, a cavalaria negra tinha metade da cidade incendiada antes que o general os detivesse<sup>368</sup>.

Uma vez mais se evidencia a ação conjunta entre diferentes regimentos de homens de cor como parte das operações militares cotidianas do exército da União. Porém, talvez o aspecto mais interessante e revelador da missiva de Bedford esteja no fato de que ele – em uma atitude bastante rara em comparação com as outras cartas que compõem nosso conjunto documental – destaca o papel proeminente das mulheres no contexto da guerra. Salientando a coragem e violência de suas ações, o autor relata a formação de focos de resistência em cidades e comunidades afro-americanas sulistas coordenados pelas mulheres, conforme abaixo.

Foram as mulheres que fizeram toda a luta, elas dispararam para fora das janelas e em todo lugar em que nos encontraram. Uma mulher entrou à direita na rua com uma pistola, visava o general. Ela disparou no braço esquerdo, quebrando-o entre o ombro e cotovelo. Outra veio de outro lugar e disparou no Capitão Young, da 7ª Vermont, através do coração, matando-o instantaneamente. Em seguida, os meninos correram sobre as mulheres, e eles tiveram que atirar em várias delas antes que eles pudessem abrir caminho. Então, nós capturamos 167 Rebeldes, incluindo um general e vários outros oficiais, e duas companhias do regimento os trouxeram seguros para a ilha de Forte Pickens, e em seguida, vieram mais duas companhias com duzentas cabeças de gado com abundância de carne bovina fresca. Agora, em seguida, veio o general, e os rapazes de Forte Pickens com quatrocentos e cinquenta contrabandos, homens, mulheres e crianças de todos os tipos e tamanhos. Assim que chegaram ao Forte, nós, os 25 rapazes, demos as nossas tendas, e os colocamos em nosso antigo acampamento, e à noite, todas as companhias, B, H, E e C, fizeram três chaleiras de café por peça, doze no total, pela autoridade de nosso nobre major [IWH] Reisinger, do Forte. Então veio a cavalaria covarde, com a cavalaria de homens de cor de Louisiana atrás deles, fechando a retaguarda, com cerca de cento e quarenta cavalos e mulas; de modo que isto terminou com a nossa captura no momento. Mas se o general sabia que havia mil contrabandos a apenas três milhas de distância em uma plantação pequena, antes que ele chegasse tão longe, ele teria tido todos eles. Eles vão novamente na próxima semana.<sup>369</sup>

A carta de Bedford destoa de outras missivas escritas por soldados ou oficiais negros justamente porque a maioria apenas descreve rapidamente algumas poucas funções reservadas às mulheres alojadas em campos de “contrabandos” refugiados, tais como cozinheira, lavadeira e enfermeira. Ou elas simplesmente estavam de passagem, geralmente acompanhando seus maridos, sem afetar muito a rotina militar. Esse tipo de descrição sobre as funções das mulheres nos acampamentos possivelmente tem relação com o fato de que boa parte da força de trabalho nos acampamentos era composta por mulheres negras. Algumas delas haviam nascido livres, possuíam alguma instrução e trabalhavam por uma pequena remuneração. Mas a maioria era

---

<sup>368</sup> Idem, Ibidem.

<sup>369</sup> Idem, Ibidem.

composta por escravas fugidas que buscavam refúgio em acampamentos e hospitais da União, trabalhando voluntariamente em prol da causa da emancipação.

Contudo, Bedford compreende seu papel de maneira diferente, descrevendo justamente o contrário. As mulheres da missiva do oficial também eram peças ativas no combate sulista, pegando em armas para defender-se mesmo fora dos campos de batalha. Os homens haviam partido para a guerra, mas isso não significou que suas companheiras, irmãs, filhas e netas não lutariam para defender suas casas dos invasores. Ao contrário do que se costumava pensar sobre as pobres mulheres que ficavam para trás, aquelas da cidade de Mariana, na Flórida, não eram indefesas.

Outro aspecto relevante versa sobre a libertação de escravos e “contrabandos” pelos soldados da União. Assim como descrito por Collins, o oficial Bedford também relata como os soldados negros levavam a liberdade para mulheres, idosos, crianças e homens aprisionados ao longo do sul escravista. Mais uma vez, o objetivo primordial da luta parece ser avançar sobre as *plantations* e libertar os escravos – algo bem diferente daquele objetivo primordial defendido por Lincoln de apenas reunir uma vez mais todos os estados da federação, sem interferir na instituição escravista.

Atentamos aqui para o fato de que grande parte dos soldados já aponta na documentação para esse objetivo emancipatório muito antes das proclamações oficiais que lançaram as bases para ataques mais incisivos à instituição escravista. Desde os primórdios do conflito, a luta para libertar outros escravos foi primordial para a maioria das tropas negras, o que acabou impulsionando as autoridades a legislarem a respeito.

As cartas escritas por esses homens são reveladoras de aspectos importantes do cotidiano dos soldados e trabalhadores negros nos campos do exército da União, evidenciando suas principais dificuldades e a atuação dos mais diferentes atores sociais no âmbito militar. A partir disso, procura-se quebrar com a visão estreita de que somente homens em idade e condições de combate povoam os postos da União no *Deep South*.

A documentação epistolar revela-nos também os desafios, esperanças, aspirações, frustrações e dificuldades dos soldados negros, seus oficiais e demais envolvidos na rotina militar. Através das cartas, chegam até o nosso conhecimento o papel das tropas negras na tomada do sul confederado e o impacto que suas ações tinham sobre a população cativa. Os lamentos, as indignações, as comoções, os anseios, as dores e as parcas alegrias, escritos e descritos por soldados distantes de seus lares trazem até o presente os pensamentos e sentimentos dos que lutaram pela garantia de sua liberdade e de outros. Quando estavam em

plena campanha, achavam tempo e vontade para fazer chegar a pessoas em locais distantes as imagens do que vivenciavam e o futuro que imaginavam. Talvez a principal virtude dessa sorte de documentação nas mãos de um historiador é dar-lhe a oportunidade de aceder à percepção dos agentes sem o uso de mediadores. As cartas trazem em si a voz dos próprios agentes sociais e, no caso dos soldados negros, a expressão daqueles que em boa parte da historiografia produzida sobre o conflito norte-americano, constam apenas como números quando são tabuladas as forças de cada tropa e contados os mortos de cada exército.

Com base nisto, no próximo capítulo procuraremos desvendar, a partir da documentação epistolar, algumas visões de liberdade e entendimentos próprios dos oficiais, soldados e civis negros sobre o conflito seccional e a luta pela emancipação, atentando para os temas mais recorrentes nas suas cartas a partir do desenvolvimento de uma tipologia própria para as fontes elencadas para a realização deste trabalho.

## CAPÍTULO IV

### “VISÕES DA LIBERDADE”: UMA CONTRIBUIÇÃO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA GUERRA CIVIL AMERICANA

Oh liberdade, Oh liberdade, Oh minha liberdade. E antes de eu ser um escravo, eu serei enterrado em minha sepultura e irei para casa para o meu Senhor e serei livre.

“Oh Freedom”; Canção criada por soldados unionistas negros.

Neste capítulo pretendemos levantar hipóteses de pesquisa através da análise de 99 cartas, que exige uma tipologia e metodologia próprias. A utilização de documentação epistolar vem auxiliando historiadores a pensar vínculos pessoais e redes sociais, partindo das relações construídas pelos atores sociais com o objetivo de compreender como sua ação pode mudar contextos históricos. O potencial da análise de missivas pessoais é enorme; contudo, é ainda relativamente, pouco empregado - ou, ao menos, pouco utilizado no sentido em que será pensado nessa pesquisa, qual seja, o de auxiliar na compreensão das inter-relações pessoais e de pessoas com instituições, no mapeamento de concepções próprias sobre o processo de conquista da liberdade e de construção de valores e ideias com as quais os indivíduos atuam e se relacionam entre si.<sup>370</sup>

A correspondência epistolar privada, especificamente, parece ter um potencial ainda maior a ser explorado. Essas missivas não estão atreladas a formatos e padrões pre-estabelecidos, como ocorre com os documentos gerados por órgãos oficiais. Seu conteúdo pode ser mais livre e pode expressar algo bastante raro nos documentos que se prendem a um cânone de redação – como ofícios, petições e atos. Esses documentos epistolares podem também ser reveladores dos agentes sociais sem a interpretação de um mediador, sem as amarras de um formulário a ser preenchido, sem seu enquadramento nos roteiros e normas da documentação oficial, seja ela de origem civil ou religiosa.

---

<sup>370</sup> BUENZA, José Maria Imízcoz; RUIZ Lara Arroyo. Redes sociales y correspondência epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas”. *REDES- Revista hispana para el análisis de redes sociales*. v. 21, n. 4, dez. 2011. Disponível em: [http://revista-redes.rediris.es/html-vol21/vol21\\_4.htm](http://revista-redes.rediris.es/html-vol21/vol21_4.htm) Acesso em: 23 ago. 2014.

Com a crescente atenção que tem recebido dos historiadores, a documentação epistolar pode auxiliar aqueles que querem trazer o sujeito ao primeiro plano como agente da história, consistindo no ponto de partida da escrita de uma história que leve em consideração as “configurações coletivas afetivas” das pessoas do passado<sup>371</sup>. Segundo Buenza e Ruiz, “(...) a correspondência epistolar privada, como meio de comunicação entre pessoas, é a única fonte documental que revela interações diretas – não matizadas institucionalmente – entre os atores sociais.”<sup>372</sup>.

As cartas utilizadas nesta pesquisa são transcrições dos originais alojados nos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos (*National Archives of the United States*), localizados em Washington, D.C. Segundo consta, não foram realizados trabalhos de correção ortográfica, de pontuação ou sintaxe durante as transcrições.

Afim de organizar o conjunto documental, as cartas foram agrupadas por remetente, tema principal e data de emissão. O recorte da pesquisa se refere aos anos em que a guerra esteve em curso. Portanto, todas as missivas têm data de emissão entre 1861 e 1865. Organizado por data do envio, o conjunto documental ficou assim disposto:

Tabela IV – Cartas por ano

1861	1862	1863	1864	1865	Total
4	7	13	41	34	99

Fontes: REDKEY, Edwin S (Org.). *A Grand Army of Black Men: Letters from African-American Soldiers in the Union Army, 1861-1865*. New York: Cambridge University Press, 1992; Freedmen and Southern Society Project. <http://www.freedmen.umd.edu/index.html> Acesso em: 30 jun. 2014 [elaboração própria]

Deste montante de 99 missivas selecionadas, 27 foram assinadas por soldados negros que serviam em tropas negras, 8 por soldados negros em tropas brancas, 4 por oficiais brancos encarregados de tropas negras, 31 por oficiais ou soldados negros de patente maior, 1 por um oficial negro em tropa branca, 12 por religiosos negros e 16 por remetentes não identificados - soldados e oficiais de que não temos informações sobre etnia, também alguns civis, autoridades e grupos de negros. Optamos por classificar esse montante de remetentes não identificados com a denominação genérica de “outros”.

A metodologia de trabalho empregada no trato com as fontes também incluiu a organização das missivas segundo seu tema, sendo dispostas conforme o teor da correspondência, de acordo com a ideia geral, apresentada pelo autor, de liberdade e do

<sup>371</sup> Idem, Ibidem.

<sup>372</sup> Idem, Ibidem. Tradução nossa.

processo que envolvia sua obtenção. Os temas mais recorrentes relacionam-se à religiosidade, apreço e defesa da gestão Abraham Lincoln, o dever para com a sua região ou estado, e à violência física e psicológica do conflito. Seguindo esses dois critérios de distinção – remetente e tema - as cartas ficaram agrupadas conforme abaixo:

Tabela V – Cartas por remetente/tema

	Soldado Negro	Soldado Negro em tropa branca	Oficial Branco	Oficial Negro	Oficial Negro em tropa branca	Capelão Negro	Outros
Religião	13; 33; 58; 77; 79; 88; 94; 108; 131; 138; 140; 141	4; 7		12; 61; 63; 92; 93; 101; 112; 27		11; 82; 86; 146	134; 137
Lincoln	70; 85; 90; 104; 125; 136	1	145	59; 96; 129; 31; 336		67; 71	130*; 132; 133; 135; 139; 144; 149
Região	23; 62; 110; 128	2; 3		51; 56; 91		30; 49; 66	
Violência	21; 26; 34; 38; 45	5; 6; 8	35; 41; 142	17; 18; 19; 20; 22; 42; 46; 52; 65; 15; 16; 24; 29; 32; 60	10	40; 43; 44	25; 28; 39; 48; 143; 147; 148

Fontes: REDKEY, Edwin S (Org.). *A Grand Army of Black Men: Letters from African-American Soldiers in the Union Army, 1861-1865*. New York: Cambridge University Press, 1992; Freedmen and Southern Society Project. <http://www.freedmen.umd.edu/index.html> Acesso em: 30 jun. 2014 [elaboração própria]

As missivas foram dispostas na Tabela VI conforme sua numeração na obra *A Grand Army of Black Men: Letters from African-American Soldiers in the Union Army, 1861-1865*, organizada por Edwin Redkey. Por outro lado, a documentação oriunda do Projeto *Freedmen and Southern Society* não possui numeração no site em que está hospedada. Assim, convencionou-se neste trabalho numerar as cartas selecionadas do site de maneira crescente a partir do número 130, marcado na tabela com o sinal \*. Todas as cartas utilizadas na pesquisa estão devidamente referenciadas na lista de fontes primárias digitalizadas.

Nem todas as missivas especificavam a etnia do autor, porém acervos on-line nos auxiliaram no mapeamento da descendência dos soldados. Com ajuda do serviço de busca individual por soldados do *National Park Service* (<http://www.nps.gov/civilwar/search-soldiers.htm>) e do *Find the Best* (<http://civil-war-soldiers.findthebest.com/>) conseguimos definir com alguma precisão se as cartas eram remetidas por religiosos, soldados e oficiais brancos ou negros. As ferramentas de busca, por sua vez, procuram definir a etnia dos militares a partir de registros internos do exército ou – na ausência desses – a partir da posição de ingresso no exército e características gerais das unidades.

As missivas que compõem o conjunto documental a ser explorado foram remetidas do Norte ou por pessoas a serviço do exército nortista em ocupações no Sul. Assim, nossa análise se circunscreve às visões de liberdade de soldados que serviram no exército nortista. Essa escolha foi feita, sobretudo, pelo pouco volume e dificuldade de acesso à correspondência emitida por sulistas. Com o advento da guerra, os estados da União intensificaram bloqueios para desestabilizar os separatistas. O objetivo era manter os estados do sul isolados política e economicamente do restante do país. Para tanto, as ações federais visavam impedir os sulistas de receberem munições e mantimentos.

Neste contexto, as comunicações entre áreas pertencentes às duas facções beligerantes foram afetadas e até mesmo interrompidas. O serviço postal no sul foi cortado, os selos dos estados separatistas não possuíam validade no norte e as cartas endereçadas ao sul frequentemente retornavam aos seus remetentes. Às dificuldades de envio e entrega das cartas remetidas por soldados negros sulistas soma-se o fato de que pouquíssimos deles eram alfabetizados, sobretudo por dedicarem-se, em sua maioria, aos serviços da agricultura e correlatos, que não demandavam conhecimento das letras. Além disso, no sul o apoio oferecido por instituições públicas ou privadas para as populações negras, escravas ou libertas era praticamente inexistente. Os poucos que tinham algum conhecimento das letras geralmente haviam aprendido devido à necessidade de se integrar na comunidade protestante, sendo que a religião foi um importante fator para a alfabetização. Para se tornar protestante era obrigatório o contato direto com as Escrituras, através da leitura, uma vez que o pastor não era um representante de Deus - como na teologia católica – mas sim um mediador, um facilitador das relações entre os fiéis e sua fé. Para além dessas questões, o número de obras e acervos on-line que disponibilizam alguma documentação oriunda de tropas confederadas é muitíssimo reduzido, o que contribuiu para que a pesquisa se concentrasse em cartas de soldados da União.

As 99 cartas foram selecionadas de um universo de documentos inicialmente maior – algo em torno de 200 cartas, depoimentos, entrevistas e relatórios. A seleção das 99 missivas foi realizada com critérios que diziam respeito ao estado de conservação da carta, seu caráter não oficial, remetente, local de envio, sua disponibilidade on-line e seu conteúdo. Após percebermos a recorrência de quatro temas principais, optamos por elencar as missivas que se reportavam a eles de alguma maneira. Procedeu-se, então, uma quantificação dessas correspondências, e dessas, com as tipologias para o trabalho já definidas, procedeu-se nova quantificação dessas categorias. Em virtude da relevância que esses temas apresentavam no conjunto documental maior, optamos por selecionar as cartas que se reportavam a eles de

alguma maneira, a fim de efetuar uma análise mais minuciosa de sua composição. Portanto, a disposição das cartas nas tabelas V e VI são produtos da quantificação levada a cabo em um primeiro momento desta pesquisa.

Em seguida passamos à segunda fase de nosso escopo metodológico: para a análise qualitativa dessas cartas. A esse procedimento metodológico alia-se a crítica das fontes. Com essa metodologia, objetiva-se compreender as mudanças temporais e os determinantes próprios que levaram os agentes históricos a agirem de uma determinada maneira.

#### 4.1 UMA PROMESSA DE LIBERDADE: O INGRESSO EM UMA TROPA

Em 1861, as tropas da União avançavam através dos domínios confederados na Virgínia. Escravos forçados a trabalhar em lugares próximos – geralmente fortificações – corriam para as linhas nortistas em busca de abrigo e proteção. Ninguém sabia direito o que fazer com essas pessoas, genericamente designadas pelo termo “contrabandos”, até que o General Benjamin Butler resolveu, por conta própria, confiscar os escravos fugidos conforme as leis internacionais de guerra. Butler rapidamente colocou-os para trabalhar em fortificações e outros afazeres de acampamento, garantindo em troca o mínimo para sua sobrevivência e proteção<sup>373</sup>.

Com a legislação federal assegurando a emancipação imediata para aqueles que fugissem em direção às linhas do exército nortista, as incursões da União nas plantações em território confederado tornaram-se frequentes, libertando centenas de escravos. Esses, por sua vez, lotaram pequenos acampamentos improvisados<sup>374</sup>.

Assim, não demorou para que fugir para um acampamento das tropas federais constituísse uma chance de viver em liberdade para aqueles que continuavam escravizados nas *plantations* sulistas. Perseguindo essa oportunidade, centenas arriscaram suas vidas empreendendo fugas por territórios inóspitos. Os senhores procuravam apavorar os cativos, executando todos aqueles pegos em fuga<sup>375</sup>. Porém, pouco podia deter aqueles que buscavam a liberdade. Motivados pela chance de viver em liberdade, durante os cinco anos de guerra milhares de escravos fugidos viveram em ocupações da União em território confederado. Ao longo do Rio Mississippi, mais de 50.000 refugiados estavam abrigados. Crianças e mulheres

---

<sup>373</sup> MARTEN, James. *A Civil War America: voices from the Home Front*. Santa Barbara (CA): Abc Clio, 2003. p. 209.

<sup>374</sup> Idem. p. 213.

<sup>375</sup> DEFORD, Deborah H. *African Americans During the Civil War*. New York: Chelsea Publishers, 2006. p. 40.

eram a maioria dessa população, uma vez que os homens eram enviados para a guerra, primeiramente como trabalhadores e, mais tarde, como soldados<sup>376</sup>.

Os relatos sobre a vida dessas pessoas revelam outro aspecto interessante das missivas que compõem o conjunto documental da presente pesquisa. Os agentes que escreveram as cartas atuam também como mediadores, pois através deles conseguimos obter informações sobre mulheres, crianças e o dia-a-dia de comunidades inteiras, sem que eles tenham produzido esse tipo de documentação. Por isso são mediadores entre o historiador e esses grupos.

A esperança de que o ingresso em uma tropa traria a liberdade e uma vida mais digna motivava centenas a alistarem-se voluntariamente nas forças armadas da União. Além da liberdade, era prometido que os recrutas negros receberiam o mesmo soldo e suprimentos pagos aos demais recrutas voluntários<sup>377</sup>.

Fosse como escravo fugido ou como voluntário, fato é que cada vez mais pessoas chegavam aos acampamentos da União perseguindo a chance de viver longe dos grilhões da escravidão, como trabalhadores assalariados. Para lidar com as situações novas que a incorporação de escravos e libertos nas forças armadas criaram foram instituídos órgãos federais específicos. Esses órgãos tinham como finalidade, basicamente, organizar os escravos fugidos e libertos nos acampamentos, garantindo seu direito à liberdade e empregando-os em prol do esforço de guerra unionista. A documentação produzida nessas instâncias do poder central – relatos, entrevistas, relatórios, memorandos etc. – nos revela muito da organização diária dos acampamentos e quartéis-generais, bem como nos dá uma noção mais apurada do volume de pessoas que chegavam aos acampamentos, e de suas principais perspectivas e ideias ao juntar-se à União.

Em um relato ao presidente da Comissão de Inquérito de Libertos, o ex-superintendente dos pobres no Departamento da Carolina do Norte descreveu como era o trabalho em um dos escritórios que tratavam de assuntos relacionados aos libertos. Vincent Colyer era branco e ocupava um posto de destaque na sociedade por sua atuação nas esferas burocráticas criadas pelo norte para regulamentar e fiscalizar a situação dos negros no sul. Notadamente, Colyer está imensamente amarrado em sua condição de branco, livre, com posição de mando e decisão para avaliar e falar dos soldados negros. Ele é fruto de sua condição e, por isso, sua interpretação do que move os negros, do que lhes é satisfatório ou não, está amarrado à sua condição de cor, classe social, situação econômica, etc.

---

<sup>376</sup> MARTEN, op. cit. p.209-210.

<sup>377</sup> DEFORD, op. cit. p. 40.

Desde que assumira o posto, a ordem recebida por Colyer foi a de recrutar em torno de cinco mil homens negros que receberiam 8 dólares mensais como pagamento pelos seus serviços à União, além de abrigo, refeições e uniformes<sup>378</sup>.

Minha primeira ordem do General Burnside sob esta nomeação foi empregar tantos homens negros quanto eu pudesse até chegar ao número de cinco mil para lhes oferecer oito dólares por mês, uma ração e roupas.<sup>379</sup>

Ora, para boa parte daqueles que viviam no cativeiro essa era uma condição de vida que parecia bastante digna. Na medida em essas notícias foram se espalhando – sobretudo conforme a União foi conseguindo tomar territórios em solo confederado - o número de escravos a abandonar os campos e correr para se juntar ao exército nortista cresceu exponencialmente. Colyer relata que primeiramente esses “contrabandos” foram empregados na construção e reparo de fortificações: “Eles estavam trabalhando na construção de fortes”<sup>380</sup>.

É interessante notar como o oficial salienta que a capacidade de trabalho e dedicação dos soldados negros era admirável. Eles ajudaram a levantar fortes rapidamente ao longo da costa nortista, e essas novas fortificações, segundo o próprio autor da missiva, foram fundamentais para repelir os ataques sulistas.

Além do serviço na construção de reparo de fortificações, a carta também revela que os negros eram empregados em serviço de cargas, carpintaria, ferraria, construção de pontes estradas de ferro etc. Segundo Colyer, esses ofícios eram muito importantes para manter as forças da União, tanto que foram organizados grupos permanentes de trabalho em todos os quartéis e postos do norte.

A verdade é que nós nunca poderíamos obter o suficiente deles. (...) Nos quatro meses em que eu fiquei a cargo deles. Os homens construíram três fortes com terraplanagem de primeira classe; Fort Totten em Newbern. Um grande trabalho. Fort Burnside na extremidade superior de Roanoke e um forte em Washington. Estes três fortes eram a nossa dependência chefe para a defesa contra os rebeldes. No caso de um ataque. Desde então, foram satisfatoriamente usados para esta finalidade pelas nossas forças do major General Foster. Os negros carregam e descarregam cargas. Por cerca de trezentos navios. Servido regularmente, como tripulação, em cerca de quarenta navios a vapor. E atuam como grupos permanentes de trabalhadores em todos os quartéis-generais, e nos escritórios dos Departamentos do Comissário e de Ordenança. Um certo número de homens eram bons carpinteiros. Ferreiros, e para fazer reparos e eles fizeram um trabalho eficaz [...] Na construção naval e de pontes. A grande ponte da ferrovia em Trent foi construída principalmente por eles. Como também foi a ponte sobre Bateholors e outros riachos. E as docas em Roanoke Island & outros lugares.<sup>381</sup>

---

<sup>378</sup> Para o melhor entendimento do valor do dólar, das médias salariais – por ocupação e estado – e dos valores médios de *commodities* na década de 1860, consultar a tabela que se encontra nos anexos II e III.

<sup>379</sup> Carta do ex-superintendente dos pobres no Departamento de Carolina do Norte ao Presidente da Comissão de Inquérito de Libertos. New York, 25 maio 1863. Arquivada com O-328 1863, Cartas recebidas, ser. 12, Gabinete do Ajudante Geral, Grupo de Registro 94, Arquivos Nacionais dos Estados Unidos – Washigton, D.C. Carta 132. Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/Colyer.htm> Acesso em: 11 ago. 2014. Tradução nossa.

<sup>380</sup> Idem, ibidem.

<sup>381</sup> Idem, Ibidem.

Notadamente, o tipo de trabalho braçal descrito na correspondência passava longe de empregar o arbítrio, não demandando nenhuma tomada de decisão. Todas as determinações ficavam a cargo dos oficiais - em sua grande maioria brancos e alguns poucos negros de destaque. Aos negros empregados como trabalhadores comuns – em sua imensa maioria escravos em fuga do *Deep South* - restava executar as tarefas designadas pelos que tinham o poder de decisão. Por outro lado, aqueles que eram utilizados como soldados - do contingente de aproximadamente cinco mil homens de que fala a carta, boa parcela foi empregada como parte do efetivo regular da marinha americana - tinham em suas mãos a decisão sobre a vida e a morte de amigos e inimigos. Uma decisão errada ou um momento de hesitação poderia comprometer toda uma operação e colocar em perigo uma tropa inteira. Assim, percebemos em nossa documentação que os negros que eram soldados, ainda que libertados no ato do alistamento, tinham um status diferenciado por irem para a batalha - eles eram livres, humanos completos, partes fundamentais do jogo de guerra por decidirem momentos cruciais. Por outro lado, escravos fugidos que eram empregados apenas em trabalhos manuais eram coisificados como mercadorias, “contrabandos”.

Para Colyer, particularmente, o soldado negro não era aquele que tinha a função principal dentro do exército. Para ele, os espiões, batedores e guias que outrora haviam servido senhores sulistas é que eram realmente imprescindíveis para as forças nortistas. Eles se arriscavam todos os dias, eram perseguidos por cães ferozes, baleados, presos, castigados e até mortos, mas mesmo assim não falhavam com o dever de tentar. Com fé em Deus e na causa, eles partiam todos os dias para seus arriscados deveres.

(...) mas o dever mais importante é o de espiões, batedores e guias. No trabalho eles foram inestimáveis e quase indispensáveis. Eles frequentemente foram de 30 a 300 km dentro de linhas inimigas; visitando seus principais acampamentos e postos mais importantes e nos trazendo de volta importantes informações confiáveis. Eles visitaram Kingston Goldsboro. Trenton Onslow Swansboro, Tarboro de pontos do rio Roanoke; após esses recados mal escaparam com suas vidas. Eles foram perseguidos em várias ocasiões por cães sanguinários, dois ou três deles foram feitos prisioneiros; um deles foi baleado; o destino dos outros não é conhecido. A remuneração que receberam por esse trabalho foi pequena, mas satisfatória. Eles parecem considerar que as suas vidas foram bem gastas, se necessárias para dar descanso, segurança e sucesso para as tropas da União, que consideravam seus libertadores. Eles geralmente se ajoelhavam em oração solene antes de saírem, e em seu retorno, de deveres perigosos.<sup>382</sup>

No relato percebe-se como eram brutais os serviços para os quais os escravos fugitivos – por sua ignorância e inaptidão para a guerra - geralmente eram designados. Eles não eram

---

<sup>382</sup>Idem, Ibidem.

soldados, e essa diferença era salientada por oficiais e recrutas em armas. Para ser soldado, era essencial que se fosse humano, algo que um “contrabando” não era.

Colyer aponta que a remuneração era baixa para um trabalho tão fundamental. Contudo, ele indica que isso parecia não importar para os ex-escravos, pois eles acreditavam que suas vidas já haviam valido a pena simplesmente por estarem livres. Não se importando se o soldo era pequeno, os soldados e trabalhadores negros do exército unionista estavam satisfeitos. Todavia, essa é a interpretação de um oficial nortista branco que incute na correspondência a ideia de que todos os negros não tinham grandes pretensões além da liberdade. Garantir a segurança da União era um privilégio e um dever – uma ideia bastante difundida nas missivas de oficiais brancos que relatam aspectos do cotidiano dos acampamentos no sul. Além disso, o destino dos Estados Unidos de se tornarem a maior nação do mundo justificava qualquer sacrifício, de brancos e negros.

Segundo a interpretação de Colyer - um homem, branco, livre, educado, de situação econômica relativamente estável, com poder de mando e ocupando um cargo público – o papel executado pelos familiares dos soldados que também habitavam os acampamentos era fundamental. Eles limpavam, cozinhavam, lavavam e passavam para as tropas. Porém, pouquíssimas dessas pessoas receberam alguma ajuda governamental – ao contrário do que havia sido prometido para muitas famílias. Apenas algumas mulheres foram contratadas como enfermeiras pela presidência da federação, recebendo quatro dólares mensais, roupas e apenas uma refeição diária. Porém, a interpretação do oficial sugere que também essas pessoas não estavam infelizes por não receberem o soldo, tamanha era a honra de servir à União. Desta maneira, o mediador que é Colyer nos traz uma interpretação das vontades e necessidades dos negros que é pautada no código social do grupo ao qual pertence, um grupo de pessoas que ocupavam um lugar na sociedade, tinham uma situação econômica estável e o respeito de seus pares.

As mulheres e crianças se sustentavam com uma pequena ajuda do governo por lavar, passar, cozinhar, fazer tortas, bolos etc. para as tropas. As poucas mulheres que foram utilizadas pelo governo nos hospitais receberam 4 dólares por mês, roupas e uma ração.<sup>383</sup>

Na documentação como um todo, observamos que está bastante presente um sentimento de decepção com o governo. O ingresso no exército representava a esperança de uma vida melhor; uma esperança que nem sempre se concretizava exatamente da forma que os ex-escravos esperavam.

---

<sup>383</sup> Idem, *Ibidem*.

Contudo, por mais que a vida no exército não fosse exatamente o esperado, o avanço ainda assim poderia ser grande. Os escravos em fuga que lograram chegar até as tropas nortistas acompanhadas por Colyer, por exemplo, experienciaram a sua primeira moradia. Casas e outras instalações humildes abandonadas por desertores sulistas serviram como abrigo para os recém-libertos. Nessas novas comunidades que surgiam os nortistas instalaram escolas e a presença de alguma igreja era sempre certa.

Aqueles no bairro de Newbern foram obrigados a se apresentar no meu escritório assim que chegaram dentro de nossas linhas. Eles obtiveram alojamento nas vivendas, cozinhas e classes mais pobres de habitações, abandonadas pelos cidadãos quando da tomada de Newbern. Eles frequentavam nossas escolas e igrejas livres regularmente e com grande seriedade.<sup>384</sup>

No entendimento do oficial Colyer, os libertos eram pessoas pacíficas, ordenadas, limpas e diligentes. Raramente haviam disputas entre eles – o que revela a formação de alianças e um senso de união bastante grande entre aqueles que haviam forjado suas concepções no cativeiro e conviviam com as marcas indelévels da escravidão.

Além disso, o autor reforça o sentimento de dever que ele notava entre os soldados e trabalhadores militares negros. Segundo Colyer, muitos deles consideravam um dever trabalhar pelo benefício do governo dos Estados Unidos. Mas para além da gratidão, muitos percebiam também que aquele era o melhor trabalho que jamais poderiam encontrar. O irrisório soldo que ganhavam parecia ser suficiente para muitos deles, que poderiam estar satisfeitos apenas com o fato de serem livres: “(...)Eles consideram um dever trabalhar para o governo norte-americano, apesar de que eles poderiam em muitos casos fazer mais dinheiro em outras condições”<sup>385</sup>.

Fato é que a chegada dos milhares de “contrabandos” às linhas da União trouxe à tona uma miscelânea de sentimentos. A maior parte dos oficiais, como Colyer, achava bastante útil a presença de negros nos campos; eles eram uma ajuda necessária e mais do que bem-vinda em um cenário de guerra. Os soldados brancos que detestavam os trabalhos fora de combate – como reparos, construção de fortificações, transporte de mantimentos e armas, limpeza, cozinha, dentre outros – também viram grandes vantagens com o emprego de ex-escravos nessas funções. Além disso, como explicitado na carta de Colyer, muitos serviam como guias, vendo nessa ocupação uma chance de conseguir a confiança dos oficiais brancos e galgar postos e

---

<sup>384</sup> Idem, Ibidem.

<sup>385</sup> Idem, Ibidem.

comissões dentro do exército. Eles conheciam as rotas, atalhos e perigos do *Deep South* como ninguém e seus conhecimentos eram essenciais para a tomada de territórios<sup>386</sup>.

Apesar da maioria dos campos de “contrabandos” serem temporários - sendo desativados a cada deslocamento de tropa ou quando comandantes ou políticos paravam de assisti-los -, alguns cresceram significativamente e muitos chegaram a ter uma situação parecida com a descrita no relatório de Colyer. Nos acampamentos mais bem-sucedidos uma coordenação interna foi criada, adotando o estilo organizativo de pequenas vilas e estabelecendo escolas, igrejas, hospitais etc. Em alguns casos, homens e mulheres foram empregados regularmente em fazendas governamentais, podendo ganhar até 10 dólares mensais por seu trabalho. Não era muito, certamente, mas para centenas representava bem mais do que jamais haviam tido. Além disso, a chegada dos escravos fugidos ao norte auxiliou numa eventual mudança de mentalidade em alguns brancos que, pela primeira vez, tiveram contato com aqueles que vinham de um passado de escravidão<sup>387</sup>.

Percebemos que, por mais que as restrições fossem muitas, a visão de liberdade de quem fugia do cativeiro poderia estar relacionada diretamente ao ingresso em uma tropa - visto que muitos eram libertados de imediato e conseguiam arranjar lugares para suas famílias nos campos de refugiados. O acesso ao exército figurava ainda como uma chance do soldado negro - agora liberto - lutar pela emancipação de seus homólogos que continuavam escravizados no sul e nos estados fronteiriços

Essa visão do acampamento de guerra como um espaço de oportunidades presente na missiva de Colyer é representativa da visão de um conjunto de homens brancos e livres envolvidos com os eventos da guerra. Porém, nem todos concordavam. Muitos oficiais acreditavam que a presença de um grande número de refugiados – principalmente os familiares de soldados – comprometia o deslocamento das tropas e esgotava os estoques de suprimentos que poderiam ser destinados a soldados brancos. Na sua visão, sustentar esses civis e suas famílias era carregar um peso morto na guerra. Não passavam, portanto, de um entrave. Logo, por mais que fossem “bondosos” com essa carga humana que levavam, o seu olhar para eles, como grupo disfuncional em uma guerra, era pejorativo. Ademais, apesar de muitos deles, sobretudo os mais jovens, se oporem à escravidão, a maioria não se importava nem um pouco se os negros estavam sofrendo ou não<sup>388</sup>.

---

<sup>386</sup> DEFORD, Deborah H. Op. Cit. p. 34.

<sup>387</sup> MARTEN, James, Op. Cit, pp. 209-220.

<sup>388</sup> DEFORD, Deborah H. Op. Cit. p. 35.

Porém, apesar das reações adversas que os soldados e oficiais brancos tinham a respeito do ingresso de homens negros nas forças armadas e da formação de campos de refugiados pela União, desde o verão de 1862 afro-americanos já eram empregados em grandes números no exército e na marinha. Para além das funções que os negros desempenhavam descritas no relatório do oficial Colyer, eles auxiliaram no transporte de cargas, no corte de lenha, na limpeza das estradas e no cuidado com doentes e feridos nos hospitais de campanha. Assim, mesmo quando ainda não haviam sido autorizados a pegar em armas, os ex-escravos fugidos desempenharam um papel vital, provendo serviços essenciais para que as forças da União pudessem continuar avançando<sup>389</sup>.

Contudo, os refugiados queriam mais. Negros de todo o país ansiavam por servir à União como soldados, lutando efetivamente por liberdade, enfrentando a escravidão dentro do campo de batalha. Em 27 de novembro de 1861, ainda no início do conflito, William A. Jones, um negro residente de Ohio, atuando como mediador de outros tantos que queriam se engajar, explicita o desejo de auxiliar no esforço de guerra nortista.

A maioria dos cidadãos de cor de Ohio e outros estados tiveram um grande desejo de ajudar o governo em acabar essa rebelião prejudicial. Uma vez que eles já haviam ouvido falar que os rebeldes estão organizando regimentos de negros livres e obrigando-os a lutar contra a União, bem como os seus escravos. Eles me pediram para escrever e implorar que você receba um ou mais regimentos (ou companhias) de negros dos Estados livres para contrabalançar os empregados contra a União por rebeldes. Estamos parcialmente treinados e gostaríamos de entrar em serviço ativo imediatamente. Contemplamos a sua lista de doentes a cada dia e simpatizamos com os soldados e o governo. Estamos confiantes em nossa capacidade de auxiliar nos navios, no campo e no clima tão insalubre para os soldados do norte, para provar o nosso apego e nossa vontade de defender o governo só pedimos um julgamento. Tenho a honra de permanecer seu humilde Servo.<sup>390</sup>

Segundo a carta, corriam boatos pelo norte de regimentos de negros livres e escravos lutando pelo sul. Era preciso equilibrar esse desnível, incorporando negros como soldados também no exército da União. Sendo a sua própria voz, mas também a voz de uma comunidade inteira – certamente porque viam em Jones alguém que saberia defender os seus anseios -, o autor da carta pede a organização de ao menos um regimento ou companhia de homens negros recrutados de estados livres como Ohio. Era preciso equilibrar as forças com os confederados, se a União quisesse realmente vencer o conflito e acabar com a escravidão. Os soldados negros poderiam desempenhar um papel central nesta demanda. Eles estavam preparados. Jones

---

<sup>389</sup> Idem, p. 35.

<sup>390</sup> Carta de William A. Jones para Hon. S. Cameron. 27 nov. 1861. J-52 1861, Cartas Irregulares Recebidas, Secretaria da Guerra, Grupo de registro 107, Arquivos Nacionais dos Estados Unidos – Washington, D.C. Carta 130. Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/William%20A%20Jones.html> Acesso em: 11 ago. 2014. Tradução nossa.

explicita sua confiança na capacidade dos soldados negros de suportarem todas as dificuldades da campanha, a fim de provar o seu apego à liberdade e o desejo de defender o governo central, de lutar pela existência de um único país livre.

No decorrer do conflito, com o aumento do número de escravos fugidos alojados em campos da União e sua importância crescente para o bom funcionamento do aparato de guerra nortista, a notoriedade dos negros cresceu para além dos limites dos acampamentos. Notícias de seu bom desempenho como trabalhadores e soldados passaram a correr o norte e o sul. Em situações nunca antes imaginadas, recrutas negros passaram a receber reconhecimento pelos seus serviços, podendo até mesmo sonhar com a promoção a postos mais altos na carreira militar. Ideias em torno do oficialato começavam a povoar a mente dos mais ousados. Corriam boatos de que soldados negros haviam sido condecorados no sul, chegando a ocupar postos de comando. Segundo Deborah Deford, essa situação aconteceu nos regimentos organizados em Louisiana, porém, ao trocarem de lado e ingressarem no exército nortista, os oficiais negros foram rebaixados de posto, sendo obrigados a pedir demissão dos altos cargos que ocupavam<sup>391</sup>. Esse fato é emblemático, uma vez que esses oficiais precisaram largar posições de destaque para lutar pela liberdade entre os soldados rasos. Ou seja, não era a posição social, nem o dinheiro que os movia, nem ao menos sua própria liberdade: o que os movia era a liberdade generalizada.

As tropas nortistas eram, na esmagadora maioria das vezes, muito preconceituosas para aceitar que negros liderassem. Não que o sul também não o fosse, porém, podemos aventar que com a série de derrotas e perda de território para a União, a necessidade pode ter alarmado os sulistas. Fato é que apenas após o término da Guerra Civil o governo dos Estados Unidos autorizou oficialmente que negros liderassem tropas em combate<sup>392</sup>.

Contudo, ao menos 120 oficiais comissionados que serviram no exército da União eram afro-americanos. Eles se reuniram na Ordem Militar da Leal Legião dos Estados Unidos (MOLLUS)<sup>393</sup>, fundada em 1865. A organização tinha entre seus membros originais oficiais comissionados do exército, marinha e corpo de fuzileiros navais.

Um desses soldados negros que logrou chegar a um posto mais alto foi o Sargento Henry S. Herman, que no início de 1863 escreveu do acampamento do 3º USCI, em Jacksonville,

---

<sup>391</sup> DEFORD, op. cit., p. 37.

<sup>392</sup> Idem. p. 37.

<sup>393</sup> A organização patriótica tinha como objetivo auxiliar na manutenção da ordem, da integridade e da defesa da indivisibilidade da União. Além disso, procuravam oferecer apoio às famílias dos soldados mortos ou feridos e promover o contato entre os veteranos. Sobre a organização, ver: <http://suvew.org/mollus/usctofficers.htm> Acesso em: 21 ago. 2014

Florida, com o objetivo de aclamar o feito daqueles que, como ele, haviam provado que o homem negro poderia liderar tão bem como qualquer compatriota branco.

A expedição reflete grande crédito do Sargento Major James, pela forma magistral que comandou, e dá mais uma prova de que um homem de cor com formação adequada pode comandar entre seus companheiros e ter sucesso onde outros falharam. E uma grande parte se deve aos homens por seu bom comportamento, e firmeza, e obediência, e se não fosse por ocupar muito do seu espaço, que eu temo que eu já fiz, gostaria de dar os seus nomes, mas em outro momento. Eu ainda sou um fervoroso amante de minha raça, e um soldado.<sup>394</sup>

A correspondência trata de uma expedição, sob o comando do Sargento Major James, um oficial negro que obteve grande êxito, dando mais uma prova de que homens de cor poderiam ser hábeis no comando de tropas, regimentos e companhias em incursões pelo sul confederado. Com treinamento adequado e um pouco de confiança, oficiais negros poderiam conseguir vitórias onde até mesmo o homem branco havia sido derrotado. Segundo o autor da carta, isso se dava pelo senso de companheirismo, firmeza nas ações e disciplina dos homens de cor. O Sargento Herman é um defensor arraigado da capacidade ilimitada do negro enquanto soldado, deixando claro que ser um soldado, um oficial, não diminuiu o amor e admiração que sentia por sua raça – ao contrário, só aumentou esse sentimento.

Herman é um dos exemplos de homens negros que conseguiram progredir no exército, conquistando – muito provavelmente – uma vida minimamente estável. Entretanto, para outros tantos, a fuga do cativeiro e a chegada a um acampamento da União não foi tão feliz. Por vezes, as privações e o tratamento não diferiam quase nada daqueles recebidos enquanto escravos. Segundo o autor James Marten, era prática frequente entre os chefes de quartel a venda de rações e outros suprimentos no mercado negro, privando aqueles que não tinham dinheiro de alimentar-se com alguma dignidade. O atendimento médico nos campos de refugiados era, no máximo, esporádico. Em 1864, o Congresso cortou o investimento na saúde dos escravos fugidos, deixando os cirurgiões do exército sem os recursos adequados para cuidar daqueles que sofriam com a insalubridade e um sem-fim de doenças que surgiam entre os subnutridos e mal-vestidos dos acampamentos. Mães e filhos fugidos chegavam exauridos e doentes após longas jornadas empreendidas por regiões inóspitas do sul. Além disso, um sem-número de soldados negros completamente esgotados, doentes e mutilados ficaram completamente desassistidos pelos poucos médicos e enfermeiros que ainda não os haviam deixado. Entre os

---

<sup>394</sup> Carta do Sargento Henry S. Herman (H.S.H), 3 abril 1865/22 abril 1865. 3º USCI, Jacksonville, Florida. In: REDKEY, op. cit., Carta 22. p. 56-59. Tradução nossa.

pacientes encontravam-se ainda dezenas de soldados negros espancados friamente pelos seus homólogos ou oficiais brancos<sup>395</sup>.

Esse relato evidencia uma contradição entre a realidade descrita por autores negros e brancos. Através do olhar do ex-superintendente Colyer, um branco em uma posição de comando que olha a realidade dos fugitivos com distância, se tem a ideia do campo de refugiados como um lugar de liberdade, um refúgio seguro para aqueles que haviam passado pelos horrores da escravidão e que agora estavam felizes por lutarem pela liberdade e pela União. Por outro lado, a narrativa de um oficial negro, como era o Sargento Herman, aponta para uma realidade completamente diferente. Enquanto os homens eram convencidos a lutar pela causa unionista, suas companheiras e filhos eram condenados à morte, sem direito a alimentação, remédios e abrigo. Além disso, ataques de confederados também tornavam mais difícil o cotidiano daqueles que outrora acreditaram que a vida entre as linhas do exército nortista seria menos penosa. Assentamentos isolados e indefesos eram, com frequência, vítimas de ataques das “guerrilhas confederadas”. Por vezes, os habitantes dos acampamentos eram sequestrados e sofriam processos de reescravização<sup>396</sup>. A vida no exército estava bastante distante daquela descrita pelos oficiais brancos e, ao contrário do que foi descrito por Colyer, por exemplo, nem todos os soldados negros estavam tão satisfeitos assim em lutar pela União. Afinal, em muitas ocasiões, eles estavam se arriscando por um governo que abandonava suas famílias à própria sorte.

Fato é que os campos de refugiados passaram, muitas vezes, de um lugar de esperança para um espaço de inimaginável pobreza e horror. Quem conseguia sobreviver a condições eventualmente brutais enfrentava também outros desafios. Com muita frequência, “contrabandos” de todas as idades eram obrigados a trabalhar em troca de segurança e alimento. Em geral, a partir dos 10 anos, crianças negras tomavam seus lugares nas plantações ao lado dos adultos – situação que não diferia muito das encontradas nas grandes *plantations* escravistas. Mulheres e crianças compunham mais da metade dos trabalhadores empregados nas plantações sob gerência da União. Contudo, seu salário era apenas a metade, ou menos, do que o montante pago regularmente por este tipo de trabalho<sup>397</sup>. Além disso, o governo federal também deixava centenas de refugiados desassistidos, ao não honrar suas promessas. O pagamento igualitário não era uma realidade, bem como a alimentação e segurança<sup>398</sup>.

---

<sup>395</sup> MARTEN, op. cit., p. 213-214.

<sup>396</sup> Idem, p. 214.

<sup>397</sup> Idem, p. 215.

<sup>398</sup> DEFORD, op. cit., p. 40.

Desta maneira, a vida militar se provava, muitas vezes, mais difícil do que se previra. Alojamentos precários, má alimentação e doenças assolavam os acampamentos. Os próprios hospitais de guerra, ironicamente, eram símbolos de indiferença e medo. Eles representavam a burocracia militar e a desumanização do soldado americano, sobretudo aquele que era negro. A própria prática médica era bárbara em quase todos os casos<sup>399</sup>. Também o tratamento com os mortos era extremamente precário para todos os soldados - tendo em vista as dificuldades e o número excessivo de mortos - mas, sobretudo, para aqueles que eram negros. À negligência e miséria presentes na maioria dos acampamentos de tropas federais acrescia-se o sentimento de que o exército e o governo não eram capazes de prover uma vida decente para seus soldados, desmotivando ainda mais as fatigadas tropas.<sup>400</sup>

Paralelamente à miséria da vida militar, a questão do racismo no exército dificultou a interação entre brancos e negros, fomentando a violência no âmbito militar. Conseguindo a liberdade mediante ingresso em uma tropa ou ao empreender uma fuga de Estados escravistas, a maioria dos soldados negros passou por mais perigos do que a maioria de seus capitães brancos jamais passaram no exército. Oficiais inexperientes e com pouco treinamento procuravam estender o tratamento dado aos escravos nas *plantations* ao exercício militar. Não raro, os superiores na cadeia de comando pouco distinguiam-se dos antigos senhores, sobretudo para aqueles soldados que possuíam um passado recente de escravidão. Parte considerável dos soldados não aceitou esse tipo de tratamento, mesmo que isso significasse afrontar um soldado de patente maior ou um oficial. Brigas e disputas intestinas enfraqueciam o exército, dificultando o treinamento e abatendo o moral dos soldados. Manter a confiança elevada era tão fundamental quanto difícil em uma guerra tão longa. Desta maneira, passou-se, sobretudo no norte, a evitar esse tipo de abordagem, sendo recomendado aos oficiais que procurassem marcar a diferença entre soldado e escravo<sup>401</sup>.

Essa realidade dura de tantos acampamentos da União foi expressa por um grande número de soldados em suas cartas pessoais ou depoimentos oficiais. Diante de autoridades militares, o ex-escravo Joseph Miller, de Lincoln County, Kentucky, expressou sua decepção, desgosto e revolta com as degradantes condições em que sua família vivia.

Eu era um escravo de George Miller de Lincoln County Kentucky. Eu sempre residi no Kentucky e agora sou um soldado a serviço dos Estados Unidos. Eu pertencço à Companhia 124 de Homens de Cor dos Estados Unidos, agora estacionada no acampamento Nelson, no Kentucky. Quando cheguei ao acampamento com o

---

<sup>399</sup> Idem, p.357-358.

<sup>400</sup> Idem, p.358.

<sup>401</sup> HIGGINSON, Thomas Wentworth. The negro as a soldier. In: BARTON, Michael; LOGUE, Larry (Org.). *The civil war soldier: A historical reader*. New York and London: New York University Press, 2002. p. 145.

propósito de me alistar, em meados de outubro de 1864, minha esposa e meus filhos vieram comigo porque meu senhor disse que, se eu me alistasse, ele não iria mantê-los, e eu sabia que sofreriam seus abusos quando eu partisse. Eu tinha então quatro crianças com idades de respectivamente nove, sete e quatro anos. Na minha apresentação como um recruta foi-me dito pelo Tenente no comando para levar a minha família para uma barraca dentro dos limites do acampamento. Minha esposa e família ocuparam esta tenda com a permissão expressa do Diretor acima mencionado e nunca receberam qualquer notificação para deixá-la até terça-feira, 22 de novembro quando um guarda montado avisou minha esposa que ela e seus filhos deveriam deixar o acampamento antes de manhã cedo.<sup>402</sup>

Após conseguir evadir-se da escravidão, Miller servia em uma companhia de infantaria da USCI, estacionada, em 1864, no Acampamento Nelson, no *Border State* do Kentucky. Em seu longo relato, Miller narra as desventuras da sua família após a expulsão, no inverno rigoroso do sudeste americano. O soldado Miller, como tantos outros, sofria na pele o descaso do governo para com aqueles que lutavam por sua causa. Frustrando boa parte das suas expectativas, o ingresso em uma tropa trouxe morte e sofrimento, e não uma vida melhor como certamente esperava o ex-escravo. Novamente evidencia-se a contradição entre os relatos de brancos que não estavam engajados no dia-a-dia do *front* - além de terem objetivos muito específicos, ao descreverem as linhas da União como refúgio da liberdade - e a realidade fria e cruel daqueles soldados que viam suas famílias sofrerem nos campos de refugiados. Esses são os soldados elogiados pelo oficial negro Henry Herman em sua carta, os homens que, mesmo sabendo que seus entes queridos padeciam de fome, moléstias e frio, continuavam no *front*, lutando pela liberdade geral e irrestrita.

Mesmo entre aqueles que conseguiam alçar-se a postos de comando dentro da cadeia militar a situação muitas vezes também não era das melhores. Em 1865, o soldado William Benson e o sargento Richard Etheredge, ambos afro-americanos, reivindicavam, diante do Comissário responsável pelo Bureau de Refugiados, Libertos e Terras Abandonadas<sup>403</sup>, as promessas não cumpridas por aqueles que os recrutaram.

Quando fomos alistados no serviço nos foi prometido que nossas esposas e familiares deveriam receber rações do governo. As rações para as nossas esposas e familiares têm sido (e agora estão cortadas) uma metade da ração regular. Consequentemente, três ou quatro dias em cada dez dias, não têm nada para comer. Ao mesmo tempo, a nossa ração é roubada da casa de ração pelo senhor Streeter o assistente na Ilha (e

---

<sup>402</sup> Depoimento de Joseph Miller, 26 nov. 1864, Arquivado com H-8 1865, Cartas registradas recebidas, ser. 3379, Comissário Assistente do Tennessee, Bureau de refugiados, libertos e terras abandonadas, Grupo de registo 105, Arquivos Nacionais dos Estados Unidos da América, Washington - D.C. Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/JMiller.html> Acesso em: 11 ago. 2014. Tradução nossa.

<sup>403</sup> Essa agência do governo federal foi criada em março de 1865 com o objetivo de auxiliar libertos em dificuldade durante o período de Reconstrução. Sobre o tema ver: BENTLEY, George R. *A history of the Freedmen's Bureau*. Octagon Books, Londres - UK, 1970.

outros), e é vendida, enquanto a nossa família está sofrendo por alguma coisa para comer.<sup>404</sup>

Para além do descaso do governo, os soldados negros e suas famílias ainda sofriam com abusos praticados por outros soldados ou oficiais brancos que saqueavam o pouco que tinham. O racismo permeava a instituição militar e dificultava a vida desses soldados e de seus familiares, que perdiam o pouco que tinham em virtude do preconceito, uma vez que soldados brancos de baixa patente não sofriam esse tipo de situação. O mercado negro de suprimentos também é denunciado pelos autores da carta como um dos motivos da miséria em que viviam suas famílias. Problemas como esses assolavam a vida de centenas de soldados negros e afetavam tanto a forma como eles encaravam a vida como libertos quanto seu desempenho como combatentes. Além do mais, histórias como a de Etheredge poderiam desesperançar aqueles que acreditavam que seguir na carreira militar poderia ser a chave para uma vida melhor, uma vez que fica evidente que a ascensão a postos mais altos nem sempre era garantia de segurança e estabilidade. Os acampamentos militares poderiam ser lugares hostis e pobres, mesmo para aqueles que achavam que já tinham conseguido algum avanço dentro da estrutura militar - realidade radicalmente diferente daquela presente nos relatos de brancos sobre a vida no exército. Diferentes visões sobre um mesmo acontecimento também são produto dos contextos específicos vivenciados pelos agentes. Do gabinete ocupado pelo ex-superintendente Colyer, por exemplo, a guerra era dura, mas as recompensas eram muitas. Por outro lado, nos campos de batalha e nos miseráveis acampamentos da União a realidade era muito mais humilhante, cruel e mortífera.

Outro relato de frustração como com que as tropas negras vinham sendo tratadas veio de um soldado negro identificado como Wolverine, que entre o final de 1863 e o início de 1864 escreveu da ocupação nortista em Folly Island, Carolina do Sul. Wolverine era um soldado de baixa patente e deixou pouquíssimas informações sobre si mesmo, sendo difícil rastrear sua trajetória. Porém, temos conhecimento de que ele integrou o 55º Regimento de Infantaria de Massachusetts.

Como milhares de outros soldados, Wolverine sofria as mazelas provocadas pelas injustiças do governo da União com relação às tropas negras. O soldado questiona as promessas de igualdade da administração nortista, que não garantia pagamento igualitário. Pelo contrário, o soldo dos soldados negros havia sofrido drásticas reduções. Assim, os ex-escravos que haviam

---

<sup>404</sup> Carta do Sargento Richard Etheredge e William Benson para o General Howard Maio ou jun. 1865. Cartas recebidas não registradas, ser. 2453, Bureau de refugiados, libertos e terras abandonadas, Grupo de registro 105, Arquivos Nacionais dos Estados Unidos da América, Washington – D.C. Carta 47. Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/roanoke.htm> Acesso em: 11 ago. 2014. Tradução nossa.

visto no exército uma chance de desfrutar de sua liberdade percebiam que a luta seria muito mais árdua e sofrida do que haviam pensado.

Não queremos que você olhe sobre nós estando inclinado a ser um pouco teimoso; fomos informados de que não seríamos aceitos pelo governo dos EUA nos mesmos termos que os outros regimentos, e você chama os mesmos termos redução da remuneração, e receber parte do salário de Massachusetts, e uma parte do governo do mesmo? Se você olhar para isso dessa forma, você não vai olhar para ele como nós fazemos. (...) Você não tem ideia, e só você lá para lutar e matar os rebeldes nas encostas da área, ou vamos lutar com os que estão à nossa frente, ou lutar no Congresso por nossos direitos, e vamos lutar aqui por vocês. (...) O nosso lema: 'Liberdade e Igualdade.'<sup>405</sup>

Entre os homens que tornaram-se soldados regulares encontravam-se ex-escravos e negros livres que aderiram às tropas da União. Cada um deles possuía motivos particulares e uma percepção diferenciada sobre os acontecimentos da época. Em geral, o soldado nortista, nascido livre, não carregava o peso da insegurança de sua família – que estava segura no norte. Entre esses sujeitos parece haver um senso de que o mais importante era ganhar a guerra a todo custo. Por outro lado, para os fugitivos, ex-escravos sulistas, a primeira batalha a ser travada era contra a reescravização. Além disso, era preciso manter a família viva, como no caso do soldado Miller e de sua luta pela sobrevivência de sua família, expulsa do acampamento da União. Portanto, os soldados negros não eram uma massa homogênea de pessoas unidas pelos mesmos propósitos e convicções; as experiências dos que lutavam lado a lado poderiam ser radicalmente distintas, e isso moldava sua concepção sobre a guerra.

Em termos de experiência, os soldados recém-libertos estavam percebendo, durante o próprio processo de libertação, que a liberdade somente não bastava para melhorar suas vidas e que ser livre não os tornava iguais aos brancos (mesmo os brancos da base da sociedade). Um branco – nortista ou sulista - ainda era mais que qualquer negro livre. Por mais que o negro fosse professor, jornalista, músico, carpinteiro ou qualquer outra profissão, a opinião pública dos brancos e a legislação atuavam, na maioria das vezes, contra suas demandas.

É importante salientar que, por mais miserável ou perigoso que fosse o campo de refugiados, a presença de algum tipo de escola era sempre certa. Apesar do montante de trabalho limitar o tempo que adultos e crianças podiam passar em sala de aula, a existência desses espaços era de grande importância. Tão logo atingiam as linhas da União, ex-escravos começavam a frequentar escolas - mesmo com as dificuldades impostas pela situação deplorável de alguns acampamentos ou por atitudes racistas dos professores brancos. Sociedades de auxílio a libertos e livres, o exército e alguns poucos indivíduos isolados

---

<sup>405</sup> Carta de 'Wolverine'. Dec.1863/ 2 jan.1864. 55º Regimento de Infantaria de Massachusetts, Folly Island, South Carolina. REDKEY, op. cit., Carta 104, p .235-236. Tradução nossa.

organizaram e patrocinaram escolas em todo o sul ocupado. Ao fim da guerra, mais de 1.400 homens e mulheres estavam lecionando em 975 escolas<sup>406</sup>. O maior esforço, nesse sentido, vinha de associações missionárias. Nos Estados Unidos a educação quase sempre ocorreu por iniciativa das comunidades religiosas, sendo que o ensino estatal e laico era raríssimo. Os escravos e libertos que tinham algum conhecimento das letras quase sempre haviam sido alfabetizados lendo textos religiosos e, talvez por isso, as analogias que faziam em suas cartas não fugiam muito dos relatos bíblicos.

A existência dessas escolas teve grande impacto no número de cartas remetidas por soldados negros. Desde 1861, o trabalho de alfabetização de ex-escravos tomou lugar em acampamentos militares no norte, tendo em vista que um maior grau de instrução poderia auxiliar o esforço de guerra nortista, pois possibilitava a leitura de instruções e manuais de combate.

Alguns dos professores que lecionavam em escolas para afro-americanos eram negros, porém a maioria da população letrada era branca e, por este motivo, professores brancos foram colocados a cargo da alfabetização de um grande número de libertos. A relação entre professores brancos e alunos negros colocou os últimos diante de mais um desafio: tentar compreender a mentalidade e as práticas dos brancos no norte, buscando entender relações que, em geral, não eram amigáveis – ao contrário, eram hostis, baseadas em preceitos racistas e preconceituosos vinculados à crença capacidade limitada de aprendizado dos afro-americanos<sup>407</sup>.

Assim, os contatos entre civis brancos e libertos, soldados brancos e negros, missionários e professores e seus alunos afro-americanos foram marcados pela ambivalência. A maioria dos professores brancos tratava seus alunos negros mais como servos do que como estudantes, socializando muito pouco e condenando suas práticas culturais. Muito críticos do comportamento pessoal dos negros, oficiais, religiosos, professores e soldados brancos tentaram impor aos ex-escravos os valores morais e hábitos da classe média branca nortista<sup>408</sup>. Alguns chegaram a partir para a violência física, agredindo e ferindo soldados, mulheres e crianças negras<sup>409</sup>.

Desta maneira, percebe-se que, por mais que a chegada de “contrabandos” aos acampamentos da União e a introdução de soldados negros na guerra tenha mudado as

---

<sup>406</sup> MARTEN, op. cit., p. 216.

<sup>407</sup> Idem, p. 217 – 218.

<sup>408</sup> Idem, p. 217-218

<sup>409</sup> DEFORD, op. cit. p. 35.

concepções prévias de dezenas de brancos nortistas, que agora elogiavam sua capacidade de autogestão, trabalho e luta, a maioria ainda via os negros como naturalmente preguiçosos e intelectualmente limitados<sup>410</sup>.

De qualquer forma, os campos de “contrabandos” tornaram-se elemento central na experiência de muitos ex-escravos no período de guerra. Esses espaços tornaram-se, para centenas de homens, mulheres e crianças, cenários de grandes contrastes; ao mesmo tempo em que proporcionavam o primeiro lampejo do que seria desfrutar de uma vida fora do cativeiro, também revelavam o descaso do governo para com os fugidos e a crueldade dos brancos. Se, por um lado, alguns ex-escravos desfrutavam da condição de trabalhadores assalariados da União, a maioria continuava a receber um tratamento que não diferia muito daquele relegado aos escravos. Pelas péssimas condições de higiene, moradia, alimentação e saúde, centenas de vidas eram ceifadas nos acampamentos. Se pela primeira vez muitos tiveram a chance de aprender a ler e escrever, as escolas também foram, inúmeras vezes, espaço de exposição dos libertos ao racismo nortista<sup>411</sup>. Assim, muitos jamais chegaram efetivamente a desfrutar da liberdade com a qual sonharam, a liberdade que acreditavam firmemente vir a encontrar no norte.

Porém, apesar de todas as dificuldades que a rotina militar poderia apresentar, o que nos chama a atenção é que centenas continuaram acreditando que a vida no exército seria melhor. Ingressar nas forças armadas no norte poderia ser mais que uma esperança de vida melhor, poderia ser um propósito em prol de todos os escravos. É evidente na documentação o número elevado de escravos e libertos que expressaram o desejo de ingressar em uma tropa ou a alegria de já estar em uma. É o caso do sargento William H. Watson, que no início de 1865 demonstrou, através de sua correspondência, todo o ardor por estar servindo como um oficial do exército da União.

Eu estou há mais de um ano no exército, e não desejo ir para casa até que todos os escravos no Sul sejam libertos. Muitas vezes eu sentei e ouvi as velhas mães aqui dizerem como eles foram tratados. Aquilo faria seu coração doer. Mas não importa; virá o dia em que não haverá tal coisa conhecida como o açoite do homem de cor até que o sangue corra pelas suas costas em riachos. Eles têm me mostrado frequentemente as profundas marcas do chicote cruel sobre suas costas. Venham comigo, ó vítimas de preconceito, onde o túmulo do branco e do negro jazem lado a lado, e me digam qual é o do homem de cor e qual é o do branco, e qual dos dois você preferiria ser? Será que baseia a sua resposta na cor?<sup>412</sup>

---

<sup>410</sup> MARTEN, op. cit., p. 217 – 218.

<sup>411</sup> Idem, p. 220.

<sup>412</sup> Carta do sargento William H. Watson. 14 fev. 1865/18 março 1865. 25º USCI, Barrancas, Florida. Carta 63. In: REDKEY, op. cit. p. 153-155. Tradução nossa.

Há mais de um ano no exército, Watson demonstra seu desejo de continuar junto dos seus irmãos de armas, lutando até a morte ou até que o último escravo fosse libertado. O oficial comenta, ao longo da carta, sobre todos os tristes relatos que ouviu daqueles que conseguiram deixar para trás os grilhões da escravidão, mas que carregariam para sempre as marcas indelévels da opressão e do sofrimento. Fosse na memória, fosse no corpo, a escravidão deixava cicatrizes que não poderiam ser apagadas, mas que poderiam servir de motivação para aqueles que carregavam sobre os ombros a responsabilidade de tornar a Proclamação de Emancipação geral e irrestrita. Watson confiava na força dos soldados negros e de seu propósito libertador, e acreditava que chegaria o dia em todos poderiam caminhar livremente pelos Estados Unidos, sem medo de represálias ou da violência do branco. O preconceito cortava tão profundamente como os chicotes dos senhores sulistas. Era preciso superar essa abominação e entender que todos eram iguais, na vida e na morte. Soldados brancos e negros jaziam lado a lado nos grandes cemitérios criados pela Guerra Civil.

Visões sobre a liberdade como a de Watson parecem se aproximar muito dos discursos sobre igualdade construídos um século mais tarde pelo Dr. Martin Luther King Jr e demais ativistas do movimento *Civil Rights*. Luther King foi o porta-voz de uma “consciência negra” que se forjou nos campos de batalha e de refugiados durante a Guerra Civil, e que continuou a crescer depois disso. O sonho de liberdade dos soldados negros da secessão abriu as portas para o sonho de conquistar mais direitos - pelos quais a comunidade negra norte-americana luta até hoje.

Notavelmente, o sargento Watson, autor da missiva em questão, já era livre, um nortista que, como tantos outros, não havia conhecido a dura realidade das *plantations* sulistas. Logo, seu relato sobre os horrores da escravidão é fruto de um sentimento de empatia, do compartilhamento da experiência dos escravos - que ele não vivenciou. Assim, percebemos que no exército a cor da pele, muitas vezes, aglutinou homens com experiências bem diferentes. A guerra proporcionou a aproximação entre livres e recém-libertos - que tinham histórias, experiências e objetivos distintos - através da empatia. Isso fez com que o propósito mais geral da liberdade ampla fosse compartilhado por livres e escravos. O exército fomentou um sentimento comum sobre as atrocidades do cativo e uniu aqueles que antes estavam separados não só pela distância geográfica, mas também por suas próprias vivências – algo que, talvez, nem mesmo Lincoln esperasse.

Se no início da guerra livres do norte e recém-libertos do sul tinham propósitos diferentes - uma vez que aos nortistas interessava ganhar a guerra para a União e para os ex-

escravos o primeiro dever era salvar a própria pele e garantir que sua família não voltasse para o cativeiro -, ao fim do conflito a empatia havia criado um senso de unidade entre eles. A luta passou a ser por igualdade, tanto para os soldados negros do norte que já eram livres, como para os escravos sulistas libertados como consequência da guerra e da emancipação. Ou seja, o processo todo gerou a luta por igualdade, não só por liberdade.

Apesar de não termos conhecimento do caminho percorrido pelo autor da missiva em questão para chegar ao oficialato, ele certamente não foi meteórico e facilitado. Percalços eram colocados no caminho dos soldados negros em geral, e sua ascensão ao oficialato era rara e difícil, mesmo no fim do conflito. Assim, o fato dele ocupar o posto de Sargento do 25º USCI é emblemático e torna sua correspondência ainda mais relevante.

Percebe-se, no conjunto documental, que a criação de uma concepção que ligava o processo de obtenção da liberdade ao ingresso no exército nortista teve grande repercussão e atingiu com força aqueles que sonhavam com a emancipação. O número de escravos que arriscaram suas vidas procurando uma chance de viver com dignidade no norte demonstra a força da ideia de que a vida seria melhor junto às tropas da União. Os soldados negros poderiam crescer dentro da corporação militar, ter uma carreira, uma vida estável e digna.

Essa visão de liberdade foi tão forte que extrapolou os limites da própria guerra, influenciando o pensamento das gerações posteriores de afro-americanos. Segundo James Marten,

Finalmente, apesar de brancos e negros que viveram e trabalharam em campo talvez não terem percebido, os campos proveram um tipo de ‘ensaio’ para uma mudança política nas relações raciais e objetivos por vezes conflitantes que caracterizaram o período de Reconstrução nas décadas que se seguiram.<sup>413</sup>

Para aqueles que viviam escravizados durante a Guerra Civil, o exército era um lampejo, uma perspectiva, uma luz no fim do túnel. A experiência do cativeiro ordenara as lutas daqueles que estavam dispostos a fazer qualquer coisa pela liberdade. Se fosse preciso fugir e lutar em uma guerra, eles o fariam, porque havia uma esperança pela qual valia a pena morrer. Os boatos de que a vida no exército nortista era melhor e de que existia a possibilidade de serem libertados e empregados como assalariados levaram centenas a abandonar as *plantations* e correr para as tropas da União mais próximas. Combinando visões e concepções, eles forjavam entendimentos próprios sobre o processo de emancipação, agindo em prol de seus próprios interesses – a liberdade e uma vida digna. Ex-escravos verbalizavam e compartilhavam a experiência do cativeiro com os negros que já eram livres e com os que nunca foram escravos, ajudando a criar

---

<sup>413</sup> MARTEN, op. cit., p. 220. Tradução nossa.

um fator aglutinante entre gente de tão diferentes trajetórias, unificando a luta. A empatia que cresceu entre os nortistas e os sulistas impeliu o processo adiante, ao tornar-se evidente que não bastaria apenas a liberdade enquanto não fossem todos iguais, sujeitos de direitos. Uma luta que ganhou força, atravessou os anos 1960, mudou leis e costumes e que até agora se apresenta como a grande demanda do povo negro norte-americano.

#### 4.2 RELIGIÃO NAS VISÕES DE LIBERDADE: IMPORTÂNCIA E INFLUÊNCIA DA FÉ CRISTÃ NO CAMPO DE BATALHA E NA BUSCA POR EMANCIPAÇÃO

Aqueles que conseguiam sobreviver à incrível e intrépida jornada através das perigosas margens do Rio Mississippi, do árido território indígena, dos pântanos úmidos da Flórida e conseguiam chegar ao exército levavam consigo a experiência traumática do cativo e as práticas culturais que lá reproduziam, reordenando-as e atribuindo-lhes novos significados no contexto de guerra.

As expressões religiosas no âmbito das tropas negras foram muito importantes na criação de visões de liberdade, escravidão e da própria guerra. No cativo a religião era um fator de aglutinação. Comunidades de escravos uniam-se de forma mais ou menos independente em torno da fé religiosa antes da eclosão da guerra, e continuaram fazendo-o durante todo o conflito.<sup>414</sup>

Assim, a religiosidade acompanhava as centenas de negros escravizados que fugiam rumo ao norte em busca da liberdade e da oportunidade de uma vida melhor. Um desses soldados foi John Boston. Escravo fugido do *Border State* de Maryland, no qual a escravidão só foi abolida em novembro de 1864, integrou o 14º Regimento do Brooklyn, em Nova York. Em correspondência de 12 de janeiro de 1862, enviada da ocupação nortista na Virgínia, Boston relata para sua esposa sua nova condição de homem livre, soldado dos Estados Unidos:

Minha querida esposa é com grande alegria que eu aproveito este momento para fazer com que você saiba que estou agora em Segurança no 14º Regimento do Brooklyn. Neste dia eu posso escrever a você graças a Deus como um homem livre. Eu tinha um pouco de dificuldade em ficar longe mas como o Senhor conduziu os filhos de Israel para a terra de Canaã Então ele me levou para uma terra onde a liberdade irá reinar, apesar da terra e do inferno. Querida você deve ficar contente eu estou livre de toda o chicote dos senhores e como você tem escolhido o plano sábio de servir ao Senhor espero que você ore muito e eu vou tentar com a ajuda de Deus servi-lo com todo o meu coração estou com homens muito bons e tenho tudo o que o coração pode desejar Mas minha querida eu não consigo expressar meu grande desejo que tenho de ver

---

<sup>414</sup> GENOVESE, Eugene. *Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made*. New York: Pantheon Books, 1974, p. 161-284.

você eu confio que o tempo virá em que nos encontraremos de novo. E se nós não nos encontrarmos na terra, nós vamos nos encontrar no céu, onde reina Jesus.<sup>415</sup>

A origem de Boston revela muito sobre os motivos imediatos da sua ação por liberdade generalizada. Contudo, essa não era a mesma experiência dos negros nortistas que nasceram livres e jamais conheceram o chicote do senhor de escravos. Conforme discutido anteriormente, esse anseio por liberdade generalizada produziu-se quando os livres entraram em contato direto com a massa de cativos e ex-cativos. Moldou-se, portanto, uma visão política para além dos interesses imediatos dos negros nortistas.

A missiva também nos auxilia a perceber como a religiosidade dos soldados ex-escravos era marcada pelas referências ao Antigo Testamento, ao Êxodo, a Moisés, a um Deus libertador e a um porvir que seria muito melhor que a vida de escravidão. Boston – e outros tantos soldados que deixaram suas impressões da guerra nas missivas – parece apontar para o fato de que a eclosão da guerra ajudou a corroborar essa ideia de mudança. O soldado evidencia que a guerra mudara sua vida, e indica que com a vitória da União a vida de todos os outros também iria mudar. A partir disso, conseguimos compreender melhor a utilização das metáforas que referem-se ao povo aprisionado e sofrido do Antigo Testamento como uma analogia à própria situação dos escravos, que poderiam ver na guerra o seu próprio êxodo pessoal.

De maneira geral, Boston relaciona a liberdade a uma graça divina a ser alcançada com fé, boas ações, temor ao Senhor e oração. Utilizando analogias bíblicas, o soldado demonstra a crença no "Deus-pai" que guia seus filhos sofridos e escravizados a uma terra em que podem ser livres, uma terra prometida para aqueles que haviam passado pelo "inferno" da escravidão. Servir ao Senhor e acreditar na providência divina é, portanto, um plano sábio, pois Deus lidera e cuida dos filhos que têm fé. Boston demonstra que é preciso buscar o caminho da Salvação e crer no plano divino, na promessa de vida eterna. Talvez ele jamais fosse rever sua esposa e os demais entes queridos que são citados ao longo da carta, mas isso não abala a fé dos que vivem e morrem na religião. Assim, o soldado – como outros tantos também o fizeram - cunha sua visão de liberdade com base na providência divina e não no combate contra os confederados. A liberdade é uma dádiva de Deus, não uma conquista pessoal ou de um grupo.

Em correspondência do mesmo ano, o soldado William H. Johnson - integrante do 8º Regimento de Infantaria de Connecticut, estacionado em Albemarle Sound, na Carolina do

---

<sup>415</sup> Carta de John Boston para a senhora Elizabeth Boston. 12 jan. 1862. Anexo em: Carta do Maj. Genl. Geo. B. McClellan para Hon. Edwin Stanton, 21 jan. 1862, A-587 1862, Cartas Recebidas, ser. 12, Escritório do Ajudante Geral, Grupo de Registro 94, Arquivos Nacionais dos Estados Unidos, Washington – D.C. Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/boston.htm> Acesso em: 23 ago. 2014. Tradução nossa.

Norte, sobre o qual temos pouquíssimas informações - explicita que as primeiras vitórias da União se davam pelo comprometimento de seus soldados com a causa divina:

Minha última carta para você foi escrita após a nossa primeira vitória, e eu tinha acabado de observar nosso campo de operações. Havíamos, em dois dias, reduzido fortificações do inimigo, espancado-o em um acoplamento de terra, 2.000 de seus melhores soldados eram nossos, e nós mestres de Roanoke Island. Você pode estimar a importância da nossa vitória por um recente discurso proferido pelo Presidente rebelde, Jeff. Davis, na qual ele disse que, se ele fosse derrotado em Manassas, em Richmond, e em outros lugares, ele iria cair sobre Roanoke Island e tomá-la, contra as forças combinadas do mundo. E bem pode ele dizer isso, pois era uma posição forte, e determinadas tropas, por uma boa causa, teriam nos deixado perplexos por semanas - sim, posso dizer por meses; mas sua causa foi a do Diabo, e eles próprios eram covardes - daí, o nosso sucesso não é para ser admirado. Estamos agora na véspera da partida para novas conquistas; Esperamos encontrar o inimigo mais uma vez, lutar, conquistá-lo, acabar com a rebelião, e, em seguida, voltar para casa para o nosso povo do Norte, para homens livres que olhem para o sul com corações alegres, e não vejam um único Estado escravista - mas só território livre, desde Maryland até o Texas. Nossos exércitos vão derrotar os rebeldes, e derrubar a escravidão; uma administração apenas irá executar o monstro, e as boas novas serão levadas pelos muito galantes para todas as partes do mundo cristão; mas a glória pertence a Deus! Sul - A abolição da escravatura está progredindo rapidamente, é o curso natural dos acontecimentos, e deve ser; para onde quer que o Exército Federal vá, aqueles chamados senhores morrem, e os escravos, uma vez bens móveis, são transformados em homens!<sup>416</sup>

Ao longo da carta percebemos como o autor cria uma visão do exército federal como baluarte da luta contra o mal representado pelos rebeldes, aliados do demônio. O soldado exalta a coragem e bravura dos combatentes da União, verdadeiros guerreiros da cristandade, em detrimento de seus homólogos do sul, covardes que facilmente abandonavam seus postos.

Cunha-se, então, a concepção da Guerra Civil como uma luta entre o bem e o mal, cristãos e pagãos, Deus e o demônio, escravidão e liberdade. O soldado da União é bondoso, teme a Deus, defende o bom povo nortista. A causa da União é a causa do Senhor, por isso o soldado do norte é determinado, desejoso do combate, para que possa liquidar rapidamente o "monstro" da secessão e da escravidão. Porém, mesmo que as vitórias em batalha sejam extremamente necessárias, é enfatizado que a verdadeira derrota só seria imposta ao sul por meio da luta política, pela via administrativa.

Johnson, assim como inúmeros soldados que lutavam pela causa federal, compreendia a guerra em termos de uma luta contra a escravidão; uma luta em nome daqueles que continuavam vivendo em cativeiro. Todavia, é interessante notar como o soldado leva a questão da luta abolicionista até os *Border States*, mote delicado no contexto da guerra. A correspondência condena a ação rebelde dos Confederados, eximindo de culpa os aliados que mantinham-se escravocratas de acordo com a legislação constitucional e a lógica federalista.

---

<sup>416</sup> Carta de William H. Johnson. 8th Connecticut Infantry, Albemarle Sound, North Carolina, 9 março 1862; PSP, 27 março 1862. In: REDKEY, op. cit., Carta 7, pp. 18-19. Tradução nossa.

Mesmo assim, Johnson deixa claro que a luta contra a escravidão e o mal que ela constituía deveria se estender por todos os estados que ainda mantivessem esse sistema, "desde Maryland até o Texas"<sup>417</sup>, não importando sua situação de alinhamento à União. Senhores deveriam ser mortos e escravos libertos em todo o país; era esse o objetivo principal da luta da União.

Assim como Boston, Johnson credita as primeiras vitórias da União a Deus. Os valorosos soldados federais lutavam com afincos e valentia, porém a glória sempre é divina. Provavelmente esse tipo de concepção era muito recorrente nos ensinamentos cristãos que receberam vários soldados antes do conflito e mesmo nas pregações e conversões que ocorriam no âmbito militar.

Com relação aos senhores de escravos, boa parte dos soldados negros acreditava que, ao manterem os negros cativos, eles estariam levando a cabo um desígnio diabólico. O soldado Spotswood Rice, em correspondência enviada para suas filhas, ainda escravas nas plantações de tabaco no *Border State* do Missouri em 1864 - ou seja, um ano após a emissão da Declaração de Emancipação -, explicita a ação maléfica dos senhores de escravos:

Minhas crianças eu levo a minha caneta à mão para escrever para vocês algumas linhas para que saibam que eu não esqueci de vocês e que eu quero vê-las agora mais do que nunca minhas queridas filhas, quero que se contentem e que tenham certeza de que as terei, se isso me custar a vida, no dia 28 do mês. Oitocentos brancos e oitocentos soldados negros esperam marchar rio acima até Glasgow e, lá seremos comandados por um general que vai me dar vocês duas quando eu chegar. Eu espero estar com eles e espero obter vocês duas em retorno. Não sejam difíceis minhas filhas eu espero ter vocês. Se Diggs não desistir desse Governo e sinto-me confiante de que eu vou pegar vocês. Sua senhorita Kitty disse que eu tentei roubá-las. Mas é inevitável; Se eu já tive qualquer confiança nela não tenho nenhuma agora e nunca esperarei ter novamente. E eu quero que ela se lembre se ela me encontrar com dez mil soldados ela [será?] irá encontrar seu inimigo. Uma vez eu [pensei] que eu tinha algum respeito por eles, mas agora o meu respeito está desgastado e não tenho nenhuma simpatia por proprietários de escravos. E quanto a sua cristandade, espero que o Diabo tenha isso no inferno. De minha parte, diga a ela que ela é a primeira cristã que eu já ouvi falar que acredita que um homem poderia roubar seu próprio filho, especialmente da escravidão humana. Você pode dizer que ela pode segurar vocês o quanto ela puder. Eu não espero perguntar para ela novamente se eu posso leva-las comigo porque eu sei que o diabo tem seu jogo quente contra isso<sup>418</sup>.

Rice evidencia a importância de se manter a fé em Deus, apesar de todas as adversidades da escravidão e da guerra. No exército da União o ex-escravo encontrou a liberdade. Porém, percebe-se na carta a dificuldade em se lidar com a saudade, o sentimento de injustiça e a preocupação com as filhas que ainda sofriam nas mãos da sua antiga senhora. Neste contexto,

---

<sup>417</sup> Idem, p. 18-19.

<sup>418</sup> Carta de Spotswood Rice para suas crianças. 3 set. 1864. Anexo em: F. W. Diggs para Genl. Rosecrans, 10 set. 1864, D-296 1864, Cartas recebidas, ser. 2593, Departamento do Missouri, Comando Continental do Exército dos Estados Unidos, Grupo de Registro 393 Pt. 1, Arquivos Nacionais dos Estados Unidos, Washington – D.C Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/rice.htm> Acesso em: 23 ago. 2014. Tradução nossa.

Rice encontra confiança e esperança na religião. A fé confortava as centenas de soldados que haviam deixado atrás das linhas confederadas parentes e amigos ainda escravos. Porém a interpretação do discurso religioso havia mudado: a fé antes usada pelos senhores para justificar a existência da escravidão, sob nova perspectiva, a condenava por completo.

Ao reclamar a tutela sobre as crianças, Rice é acusado pela senhora de roubo. O soldado se revolta contra tal denúncia. Um pai recuperar suas filhas é questão de justiça divina e acusações contra ele constituiriam um verdadeiro atentado aos princípios cristãos. Essa situação evidencia a existência de uma contradição dentro da mesma religião praticada pelo senhor e seu escravo. A visão de Rice sobre a escravidão e a liberdade e aquela defendida por sua antiga senhora se contradiziam – pois a experiência na liberdade e na luta pela liberdade havia mudado o ex-escravo e sua interpretação da religião. Anteriormente ele tinha, até mesmo, estima pela senhora, porém sua experiência alterou radicalmente essa relação. Não existiam mais senhores bondosos, cristãos, mas somente seres diabólicos que visavam manter os negros, também filhos de Deus, oprimidos.

Assim, atenta-se para a construção da imagem do inimigo, os senhores de escravos. Para detê-los é preciso confiança em Deus, mas também no governo dos Estados Unidos, pois este postava-se ao lado da fé cristã. A manutenção da escravidão era escopo diabólico, sendo papel de negros e brancos lutarem por sua destruição - ao menos na concepção de Rice. A correspondência evidencia esse pacto em prol da libertação daqueles que continuavam escravizados no sul, porém não sabemos a amplitude dessa percepção entre os demais soldados negros, uma vez que o racismo e o preconceito também eram frequentes no âmbito do exército nortista.

A discriminação racial nas linhas do exército poderia desestabilizar as tropas negras e prejudicar seu desempenho. O medo, a saudade, a preocupação com entes queridos, a solidão e o sentimento de inferioridade ou desamparo eram também fatores que poderiam levar as tropas à instabilidade, aumentando o número de deserções e acarretando reveses em batalha. Era preciso lidar com toda essa gama de sentimentos, a fim de manter o moral das tropas elevado. A religião e a confiança no propósito divino da guerra poderiam ser uma boa solução para manter corajosos aqueles que se arriscavam todos os dias em nome de uma nação que jamais havia lhes integrado plenamente como sujeitos de direitos e que ainda mantinha a escravidão legal em tantos estados.

Capelães, padres e pastores foram integrados ao exército e receberam, muitas vezes, cargos no oficialato. Com o objetivo de exortar as tropas, esses religiosos traziam a conversão

para os que ainda não conheciam a Sagrada Escritura e a pregação para aqueles que já a conheciam mas andavam desacreditados dos desígnios divinos. Exércitos do norte e do sul alistaram inúmeros capelães, em sua grande maioria brancos, com o propósito de evangelizar e dar assistência espiritual para tropas brancas e negras.

Um desses religiosos alistados no exército da União foi Hezekiah Ford Douglas, de Chicago, Illinois. Nascido escravo em 1831 em Rockbridge County, na Virginia, Ford fugiu para Ohio em meados da década de 1840. Em julho de 1862 foi recrutado para um regimento branco. Mais tarde, foi realocado para uma tropa negra no Estado confederado de Louisiana, e alçado ao posto de capitão no Kansas. Em carta enviada diretamente para o estadista afro-americano Frederick Douglass – que à época já era bastante reconhecido por seus discursos eloquentes sobre os direitos dos negros e de outras minorias –, o pastor Ford enaltece a Proclamação de Emancipação e pede que Douglass, como editor, dê espaço para escritos sobre os méritos das tropas negras e sua imensa capacidade de lutar pela libertação dos escravos.

Os escravos estão livres! Como posso escrever estas palavras preciosas? E ainda é assim que há menos de vinte milhões de pessoas embalados na cristandade e na civilização por mil anos a cometer o mais estúpido perjúrio que já enegreceu as páginas da história. Em antecipação a este resultado me alistei, há seis meses, a fim de estar melhor preparado para desempenhar o meu papel no grande drama da redenção dos negros. Eu queria atuar, saber seus detalhes práticos, pois a mera teoria não faz um bom soldado. Eu aprendi algo da guerra, porque tenho visto guerra na sua fase mais brilhante, bem como na mais sangrenta, e ainda assim eu não tenho nada a lamentar. (...) Esta guerra vai educar o Sr. Lincoln contra sua ideia da deportação do negro tão rápido como ele tem algumas de suas outras ideias pró-escravidão em relação a empregá-los como soldados. Até agora, eles têm sido socialmente e politicamente ignorados por este governo, mas agora pela sorte da guerra são lançados moralmente e mentalmente impotentes (por assim dizer) em plena luz do sol da nossa civilização republicana para serem educados e elevados a uma vida mais alta e nobre. Deveres e responsabilidades nacionais não devem ser colonizados, eles devem ser heroicamente conhecidos e religiosamente realizados. Este poderoso desperdício de masculinidade resultante do caráter desumanizante das instituições da escravidão na América está agora para ser devolvido ao mundo através da labuta paciente e abnegação dessa raça orgulhosa e arrogante. Eles agora têm de pagar de volta ao negro na cultura espiritual em oportunidades de autoaperfeiçoamento que eles têm tirado deles por 200 anos pelo constante excesso de tributação da sua natureza física.<sup>419</sup>

Para além do apelo a Douglass por uma valorização dos soldados negros, percebemos como o discurso do pastor Ford relaciona diretamente a emancipação à profissão da fé. Argumentos que relacionavam a busca pela liberdade à religião foram muito utilizados por pregadores que ocupavam postos de comando com o intuito de manter o moral das tropas elevado e justificar a ação contra o inimigo.

---

<sup>419</sup> Carta de Hezekiah Ford Douglas. 95<sup>th</sup> Infantaria de Illinois, Colliersville, Tennessee, 8 jan. 1863; para Frederick Douglass's fev. 1863. In: REDKEY, Op. Cit., Carta 11, p. 24-25. Tradução nossa.

O pastor constrói seu argumento baseando-se na ideia de que a guerra, por mais sangrenta que seja, também tem sua graça. O valor da batalha está na luta cristã pela emancipação, pela extensão da liberdade a todos os negros. A escravidão era uma instituição diabólica, fruto da arrogância dos homens, um sistema de trabalho que manchava a índole dos cristãos e as páginas da história de uma nação que se pretendia libertária. Por este motivo o pastor Ford havia se alistado, para colaborar com a grande luta pela redenção dos escravos que era a emancipação. A escravidão desumaniza, e o bom cristão sempre posta-se contra isso.

A correspondência do religioso em questão tem um aspecto ainda mais interessante: uma crítica ferrenha ao aspecto colonialista do plano emancipatório de Lincoln. O pastor Ford repreende duramente a política colonizadora, alegando que a colonização nada mais era do que uma ideia pró-escravista. Grande defensor das tropas negras, o religioso entende que um plano de envio dos ex-escravos para fora dos Estados Unidos impedia que mais negros libertos fossem recrutados, o que, possivelmente, atrapalhava o andamento da guerra, as vitórias da União e o aumento da amplitude da política de libertação dos escravos. Propor aos negros essa política de colonização era continuar ignorando-os política e socialmente, era deixá-los desamparados pela lei. Que nação era essa, que desamparava aqueles que estavam dispostos a dar sua vida por ela? Responsabilizar-se pela a situação dos negros era mais que um dever governamental, era uma exigência cristã. Era preciso exaltar os feitos dos homens que manchavam com o sangue do inimigo os campos de batalha ao longo de todo o território nacional. Assim, o pastor procura convencer Douglass da importância de manter a população a par dos feitos das tropas negras.

Os anos de escravidão haviam negado a humanidade e o direito ao autoaperfeiçoamento que a própria Constituição americana assegura a todos os indivíduos. Para o pastor Ford, isso deveria ser recompensado pela administração central, com o oferecimento de oportunidades e o estímulo ao crescimento individual dos ex-escravos. Esse autoaperfeiçoamento inclui, não menos, o desenvolvimento da espiritualidade. Com isso, o autor da carta enfatiza a importância da religião na vida dos negros. É preciso integrá-los à sociedade e à comunidade cristã como indivíduos livres.

De maneira geral, ao longo das cartas percebemos uma vinculação do governo federal ao propósito divino de emancipação dos escravos. O processo de libertação dos cativos deveria ser executado por uma administração central que se postasse ao lado da fé cristã, assim como pelos soldados que lutavam pela “nobre” causa da União. Capelães nortistas buscaram difundir a concepção de que os soldados negros que davam suas vidas na guerra eram verdadeiros combatentes da cristandade, que com coragem e fé deveriam minar o domínio dos diabólicos

separatistas e senhores de escravos. Essa ideologia dual, do bem contra o mal, certamente teve grande contribuição para o desempenho decisivo das tropas negras que levaram, ao fim e ao cabo, a União à vitória.

A Guerra Civil mudou a forma como inúmeros negros que integraram o corpo de soldados do USCT, USCI e USCHA relacionavam-se com a religião e os ajudou a forjar um entendimento próprio sobre a liberdade e a escravidão. A aparição de inúmeras congregações e denominações religiosas negras durante o período de guerra evidencia a relação mais profunda estabelecida com a religião<sup>420</sup>.

Ambos os lados da contenda apropriaram-se de um discurso religioso para legitimar a defesa ou o ataque à escravidão. Norte e sul usaram a religião no tratamento com as tropas, vendo na fé um fator de aglutinação entre os soldados e uma forma de manter o moral dos combatentes elevado, evitando deserções e angariando apoio na luta contra o inimigo. No norte a religião teve função ainda mais importante, haja vista seu papel fundamental na construção da imagem do confederado enquanto escravista, diabólico e inimigo da cristandade.

Para além de seu papel na cultura política norte-americana, a religiosidade teve grande importância como alento para os soldados em batalha. Os horrores da guerra, os sentimentos de saudade dos entes queridos que, não raro, continuavam escravizados no sul e nos *Border States*, as lembranças do cativo e o medo de voltar à condição de escravo eram comuns entre aqueles soldados que haviam sido escravizados durante boa parte da vida. A religião trazia confiança em um futuro melhor; um futuro de liberdade e de paz.

Muitas centenas de recrutas encontravam coragem para lutar não só pelo seu bem-estar ou de suas famílias, mas pelo desígnio sublime da liberdade. Com fé e coragem, os soldados negros poderiam levar a liberdade até seus irmãos que continuavam escravizados no sul, libertando-os dos propósitos maléficis dos traficantes e senhores de escravos confederados. A partir disso, cunhou-se uma visão da liberdade como um dom de Deus que deveria ser defendido e levado a todos. A liberdade era uma graça divina pela qual, para muitos, valia a pena lutar e morrer.

A religião também oferecia agendas que perpassavam a nação – mesmo dividida –, pois elas unificam esforços mesmo quando não há unificação política. Por este motivo, após a guerra, a religião serviu como um fator aglutinador fundamental no processo de reconstrução dos Estados Unidos - além de servir como um espaço de apoio solidário para os negros que

---

<sup>420</sup> HILL, Samuel S. Religion and the Results of the Civil War. In: MILLER, Randall M. (Org.). *Religion and the American Civil War*. New York and Oxford: Oxford University Press, 1998, p. 06.

passaram a ver na comunidade cristã negra uma irmandade e um espaço de organização para lutar por seus direitos, haja vista que os movimentos igualitários dos anos 1960 foram organizados no seio das igrejas, sendo que o próprio Dr. Martin Luther King era pastor da Igreja Batista. Antes disso, os anseios dos negros do sul e do norte eram muito diferentes. Os do sul desejavam a emancipação; e os do norte, seu reconhecimento como seres humanos plenos de direitos como qualquer outro. Quando todos se tornaram livres, os anseios se reduziram a um: tornarem-se seres humanos, cidadãos plenos de direitos.

As missivas indicam que a religião pode ter servido como um fator de aglutinação também entre os soldados, uma linguagem comum para que eles pudessem compreender a natureza do embate e seu papel nele. Suas constantes referências ao martírio por que tinham que passar, essas provações que só seriam superadas com muita oração não só dos que foram para o campo de batalha mas também dos que ficaram, evidenciam a criação de um senso de solidariedade mútua entre os combatentes negros, que parecem compreender-se como pertencentes a uma única nação, uma única irmandade – a irmandade dos negros que agora lutavam por liberdade. Por este motivo eles estariam dispostos a sacrificar tudo, por uma noção de um bem maior, coletivo.

Parece-nos que julgavam que o fardo de carregar o destino de uma nação em suas mãos era bastante pesado, e só com fé, oração e a proteção divina eles seriam capazes de sair vitoriosos. A força que os motiva a continuar perseguindo uma chance de ingressar e manter-se no exército poderia, muitas vezes, estar ligada ao imaginário religioso, à força e à confiança que a relação com o sagrado traz. A isso se atrelavam símbolos nacionais e políticos, criando visões de liberdade bastante específicas mas que encontravam pontos de intersecção que permitiram a criação de uma ideia comunitária entre soldados de diferentes regiões do país.

#### 4.3 GUERRA NAS VISÕES DE LIBERDADE: OS HORRORES DO CAMPO DE BATALHA E A LUTA POR LIBERTAÇÃO

A experiência da Guerra Civil mudou os homens que dela participaram, combinando elementos particulares com a crueldade da realidade física do conflito que mais matou americanos em toda a história. A maioria dos soldados que passaram efetivamente algum tempo

no *front* sofreu transformações psicológicas profundas e irreparáveis que mudaram seu relacionamento com a sociedade civil e seu entendimento sobre as demandas do conflito<sup>421</sup>.

Especificamente para os soldados negros, matar outros homens - não raro escravos e ex-escravos que igualmente lutavam por uma vida melhor - causava um impacto moral difícil de ser assimilado. A natureza da guerra trazia o fardo de matar outros homens, porém nem sempre aceitá-lo era fácil - mesmo tendo em vista as representações criadas acerca do inimigo, visando desumanizá-lo. Abraçar livremente a ideia de causar mortes demandava desistir dos rígidos impulsos de autocontrole - ditados pela sociedade - que afetavam também aqueles que tinham suas origens no cativeiro. Por outro lado, existiam aqueles soldados que compreendiam o impacto de tirar a vida de outras pessoas de forma diferente, chegando a usar isto como estímulo. Daí a complexidade de se compreender como um soldado negro, vindo de um passado de escravidão, criava uma nova identidade mesclando o fato de que era, simultaneamente, vítima e algoz na guerra.

Além disso, tratar da violência da guerra, e sobretudo de como ela afetava as tropas negras, é também complexo, porque se corre o risco de achar que essa é a única vertente a ser analisada em um conflito que matou tanto. Assim como Sidney Chalhoub notou para as análises sobre a violência no cativeiro.

A constatação da violência na escravidão é um ponto de partida importante, mas a crença de que essa constatação é tudo o que importa saber e comprovar sobre o assunto acabou gerando seus próprios mitos e imobilismos na produção historiográfica.<sup>422</sup>

Talvez o mais notório desses mitos historiográficos seja a teoria da “coisificação” dos escravos, que, baseando-se em categorias jurídicas positivistas, imobilizava análises mais profundas.

Sob a luz da abordagem de Chalhoub, compreendemos que o combate homem a homem ajudou a moldar concepções sobre temas mais amplos, como a liberdade. Os motivos que levavam os combatentes a continuar lutando eram inúmeros e muito particulares. Pete Maslowski mapeou e dividiu o comportamento ideológico dos soldados em três grandes grupos: o primeiro deles referia-se ao amor pelo país, assumindo, traços patrióticos. O segundo relacionava-se à crença em um mundo melhor que viria com o fim da guerra. Finalmente, o

---

<sup>421</sup> MITCHELL, Reid. From volunteer to soldier. The psychology of service. In: BARTON, Michael; LOGUE, Larry (Org.). *The civil war soldier: A historical reader*. New York and London: New York University Press, 2002. p. 354.

<sup>422</sup> CHALHOUB, op. cit., p. 36.

terceiro referia-se à confiança na luta, tendo em vista os benefícios que seriam adquiridos com a vitória sobre o inimigo<sup>423</sup>.

Para os soldados negros, evidentemente, o maior desses benefícios seria a destruição total da escravidão. Logo, era válido enfrentar os horrores do *front*, matar e morrer em prol da causa da emancipação.

Havia diferentes maneiras de se refletir essa carga psicológica da batalha; uma das mais comuns era através de expressões de raiva. No caso dos soldados que vinham de um passado de escravidão, a ira poderia auxiliar na elaboração de concepções de liberdade.

Para muitos, o sentimento de liberdade também vinha atrelado à ideia de vingança. O combate físico, o enfrentamento contra o inimigo confederado, era representação da luta individual contra o senhor de escravos, uma chance não só de se libertar das amarras da escravidão, mas também de vingar-se daquele que o tinha mantido em cativo por tantos anos. Só a morte poderia sanar a dívida dos senhores que os exploraram durante toda uma vida. Desta maneira, participar de uma tropa era uma oportunidade de fazer justiça para si e, em alguns casos, para seus "irmãos" que continuavam sofrendo os horrores da escravidão nos Estados confederados e nos *Border States*. Daí também a confiança e esperança que centenas de civis negros depositavam naqueles que foram à guerra, sendo que uma parte considerável deles – em sua maioria nortistas - não tiveram um passado de escravidão, mas ouviram de pais ou avós as histórias sobre sua época de cativo.

Percebe-se que a violência do conflito estimulou diferentes respostas emocionais<sup>424</sup>. Soldados e civis negros reagiram diferentemente aos estímulos da guerra, e a violência apresentou-se de forma variada, porém, constante, em suas concepções sobre a liberdade individual e coletiva.

A violência era parte do cotidiano de um país dividido pela guerra dentro e fora do *front*. A batalha trouxe à tona sentimentos extremos entre a população negra de forma geral, visto seu anseio por liberdade passar diretamente pelo conflito armado. Aqueles que chegavam a ir ao campo de batalha tinham de lidar com situações extremamente extenuantes fisicamente e com a violência e o racismo presentes na estrutura militar.

Os fatores que poderiam desestimular os soldados eram muitos; sentimentos e oscilações de humor tinham reflexos dentro e fora do campo de batalha. Situações extremas - ferimentos, dor, estafa e morte - eram recorrentes na vida militar, exaurindo os soldados física

---

<sup>423</sup>MASLOWSKI, Pete. A study of morale in the civil war soldiers. In: BARTON, Michael; LOGUE, Larry (Org.). *The civil war soldier: A historical reader*. New York and London: New York University Press, 2002. p. 315.

<sup>424</sup>MITCHELL, op. cit., p. 365.

e psicologicamente. O medo era um sentimento tão comum quanto forte e afetava os soldados de formas variadas. Para a maioria deles a luta no *front* era dupla: contra o inimigo e o contra o medo<sup>425</sup>.

Randall Collins afirma que é difícil para as pessoas, até mesmo soldados, compreenderem o sentido da guerra, da morte e da violência, não importando o quanto se acredite na causa pela qual se luta<sup>426</sup>. Muitos soldados negros aceitavam que manchar o solo americano de sangue era a única maneira de garantir a emancipação, porém o medo ainda os paralisava. O temor pela família que ficava, pelo futuro do conflito ou de uma morte angustiante e dolorosa, permeava as visões de liberdade - mesmo daqueles que tinham convicção que a luta armada era o único caminho para a libertação.

A motivação parece ser maior entre aqueles que têm mais pelo que lutar. Apesar do medo, para a maioria dos soldados negros valia a pena arriscar a vida por uma chance de poder garantir a liberdade individual e coletiva. Na luta pela liberdade geral e irrestrita, era preciso dar um pouco da sua própria liberdade - quase sempre conseguida com muita dificuldade. Em nosso conjunto documental o número de missivas de soldados que falam sobre arriscar tudo no combate em prol de liberdade evidencia o quão difundida era essa postura.

Em 28 de setembro de 1863, na ocupação da União na Carolina do Sul, o soldado negro James Henry Gooding – sobre o qual não obtivemos nenhuma informação mais apurada - escreveu uma carta endereçada diretamente ao presidente Abraham Lincoln. Na carta percebemos que a visão de liberdade do soldado raso parece ligar-se diretamente ao sacrifício no campo de batalha. Tendo em vista o passado recente de escravidão, os soldados negros haviam experimentado horrores muito piores do que qualquer pessoa poderia imaginar. Isso encoraja o autor da carta, que encontra na morte pela causa um motivo honroso para viver.

Hoje, a mãe, esposa, ou a irmã anglo-saxã não está sozinha, em lágrimas pelos filhos, maridos e irmãos falecidos. Os pacientes e confiantes descendentes de clima africano têm tingido o chão com sangue, em defesa da União e da Democracia. Os homens também, Vossa Excelência, que conhecem em alguma medida as crueldades do tacão de ferro da opressão, que tiveram, em anos passados, o seu sangue derramado para mantê-los para sempre ao pó. Mas quando a trombeta de guerra soou pela terra, quando os homens não conheciam o amigo do traidor, o homem negro colocou sua vida no Altar da Nação - e ele foi recusado. Quando os braços da União foram espancados, no primeiro ano da Guerra, e o executivo clamou por mais alimentos para sua goela devastadora, mais uma vez o homem negro implorou o privilégio de ajudar seu país na sua necessidade, para ser novamente recusado (...) Nossos corações sempre sinalizaram em devoção, apesar da apatia evidente exibida em nosso nome, mas

---

<sup>425</sup>FRANK, Joseph Allan; REAVES, George A. Emotional responses to combat. In: BARTON, Michael; LOGUE, Larry (Org.). *The civil war soldier: A historical reader*. New York and London: New York University Press, 2002. p. 386.

<sup>426</sup>COLLINS, Randall. *Violence: A micro-sociological Theory*. Princeton (NJ): Princeton University Press, 2008, p. 2008.

Sentimo-nos como se o nosso País nos houvesse desprezado, agora nós estamos jurando servi-lo.<sup>427</sup>

Ao relatar os impedimentos para que os negros pudessem alistar-se no exército nortista em Massachusetts, o soldado revela o desejo de muitos ex-escravos ou descendentes de escravos de lutarem pela União e ajudarem seu país em um momento tão conturbado, suplicando por uma chance do presidente para que esses homens, que ansiavam tanto pelo combate, pudessem provar seu valor no campo de batalha.

Através das palavras do soldado raso James Gooding, podemos perceber que a visão da liberdade construída por ele - e provavelmente por muitos outros soldados que se encontravam em situação semelhante - liga-se à morte, ao sofrimento e ao combate homem a homem. O único caminho para a liberdade é o sacrifício. Para Gooding, a guerra era a única maneira de garantir que, por fim, todos seriam livres.

A existência de cartas como essa é mais uma evidência da pressão que os negros poderiam exercer no governo mesmo estando proibidos de ingressar na política. Eram atos pontuais que visavam influenciar as decisões tomadas pelo legislativo, executivo e judiciário. É emblemático o fato de que um soldado raso, da mais baixa das patentes tenha tido a atitude de se reportar diretamente ao presidente. Essa ação é mais que um pedido, é uma forma de tentar influenciar um aspecto básico da vida social no qual os negros não podiam participar, pois, mesmo sendo livres, não podiam tornar-se soldados dos Estados Unidos.

A respeito dessa necessidade da morte em prol do dever, justiça e direitos coletivos, uma correspondência anônima de agosto de 1864, endereçada igualmente ao presidente Lincoln, evidencia essa relação. Para o autor, que escreve diretamente de um acampamento de batalha incrustado no meio do território inimigo, a guerra é quase que pessoal, mesmo tendo como objetivo um benefício coletivo.

E descemos para ouvir sobre a perda de vidas pelo País que habitamos ou ficamos, o homem de cor é como uma ovelha perdida. Muitos deles velhos e jovens foram corajosos e ativos. Mas sua entrada na eternidade foi apressada por uma morte infame. Mas eu espero que Deus preserve seu descanso agora na sua presença. Para obter Justiça e Direitos temos que fazer nosso dever ou morrer, e nenhuma ajuda virá para nós.<sup>428</sup>

---

<sup>427</sup> Carta do soldado James Henry Gooding para Abraham Lincoln. 28 set. 1863. Anexado em: [Harper & Brothers] para [Abraham Lincoln], 12 out. 1863, Morris Island [S.C] H-133 1863, Cartas recebidas, ser. 360, Divisão de Tropas de Cor, Escritório do ajudante do General. Grupo de Registro 94, Arquivos Nacionais dos Estados Unidos da América, Washington, D.C. Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/gooding.htm> Acesso em: 24 jul. 2014. Tradução nossa.

<sup>428</sup> Carta sem assinatura para 'meu querido amigo'. Ago. 1864. Anexado com: R-268 1864, Cartas Recebidas, ser. 360, Divisão de tropas coloridas, Gabinete do ajudante do General, Grupo de Registro 94, Arquivos Nacionais dos Estados Unidos da América, Washington, D. C. Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/anonymous%208-1864.html> Acesso em: 24 jul. 2014. Tradução nossa.

Remetida por um soldado negro do Estado nortista de Nova York, servindo no Acampamento Parpit, no território confederado de Nova Orleans, Louisiana, a carta relata a confiança na “morte honrosa.” O soldado anônimo dirige-se ao presidente e explicita que, para um soldado negro, a honra reside no sacrifício em prol da nação. O autor descreve a existência de muitos homens velhos, em idade avançada para o combate. Por outro lado, destaca-se a presença de inúmeros homens jovens e bem dispostos, corajosos e desejosos de cumprir seu dever com a pátria.

O soldado que escreve a missiva salienta também que no combate homem a homem não há ninguém que possa ir em socorro dos que lutam, por isso a adoção de uma postura ativa-agressiva é quase uma necessidade. No campo de batalha os anseios se confundem, cada soldado está sozinho ao mesmo tempo em que luta por algo comum, um bem maior. Daí podemos aventar que muitos soldados cunhavam sua visão de liberdade baseando-se neste ideal coletivo. A batalha pela emancipação era de todos, levar a liberdade até os "irmãos" escravizados no sul era tarefa comum aos soldados de cor, mas dependia do desempenho e do sacrifício de cada um individualmente.

A violência da guerra não influenciava apenas a visão de liberdade daqueles que iam para o conflito, mas igualmente tinha efeito sobre aqueles que ficavam - muitos, ainda mantidos em cativeiro. A luta virava instrumento de barganha para aqueles que não pegaram em baionetas, mas igualmente batalharam, ao seu modo, por igualdade e liberdade, tentando também exercer alguma pressão sobre os governantes.

No início de 1865, as exaustas tropas confederadas já haviam sofrido reveses consideráveis e perdido vastos territórios para a União. Nashville, Tennessee, há muito havia sido perdida para as tropas unionistas. Desde o primeiro ano do conflito a cidade esteve tomada. Em nove de janeiro de 1865, um grupo de residentes negros enviou para a Confederação da União<sup>429</sup>, reunida na cidade, uma carta na qual expressava seu apreço por ideais como honra e sacrifício.

---

<sup>429</sup> A Confederação da União (no original *Nation Union Convention*, também conhecida como *Loyalist Convention*, *Southern Loyalist Convention*, *National Loyalist's Union Convention* e *Arm-in-Arm Convention*) reuniu os representantes estaduais pouco antes das eleições presidenciais de 1866. O objetivo da reunião política era dar suporte ao presidente Andrew Jackson, que havia assumido em virtude do assassinato de Abraham Lincoln em 14 de abril de 1865. Jackson se encontrava sob fogo cruzado, tendo que lidar com o antagonismo e a pressão de republicanos moderados e radicais. A Confederação da União reuniu cerca de sete mil políticos, objetivando angariar entre eles o maior apoio possível para as propostas de Jackson de reforma moderada do Sul. Entretanto, a plataforma política do então presidente não foi bem recebida e a reunião acabou fracassando em seu objetivo primordial. Sobre a Confederação da União ver: McKITRICK, Eric. *Andrew Jackson and Reconstruction*. Oxford (UK): Oxford University Press, 1960.

É surpreendente a dedicação dos residentes à causa da União. Logo, presumimos que moravam ali há tempo considerável e que o estabelecimento das tropas federais no local era absoluto. A correspondência evidencia a existência de postos de recrutamento na cidade, alistando centenas de negros em território, a princípio, confederado.

Os autores atrelam a vida honrosa à defesa da União e da liberdade, mesmo que não pudessem dedicar-se integralmente ao trabalho em prol da causa. A carta, em tom de justificativa, afirma que a situação de pobreza em que vivia a comunidade os impedia de ajudar ainda mais o país. Assim, um grupo pobre, certamente formado por ex-escravos, residentes de um território que a princípio estivera ao lado dos rebeldes, dirigia-se diretamente à Confederação da União para requerer maior espaço na vida militar e política da nação.

Para a comunidade negra de Nashville, morrer com dignidade envolvia morrer em combate pela União, pela nação e pelo direito de todos serem livres. A causa federal é a causa da emancipação, por isso a dedicação tem de ser absoluta. É preciso, sem receios ou hesitações, dar a própria vida por isso, se necessário for, conforme a passagem:

Na disputa entre a nação e a escravidão, nossas pessoas infelizes estão do lado, por instinto, com o primeiro. Temos pouca fortuna para dedicar à causa nacional, pois um destino difícil até agora tem-nos forçado a viver na pobreza, mas nós temos dedicado ao seu sucesso, nossas esperanças, as nossas fadigas, todo o nosso coração, a nossa sagrada honra, e as nossas vidas.<sup>430</sup>

O amor pela pátria não era menor devido à cor, e a comunidade negra de Nashville procura demonstrar isso ao presidente. Eles viviam e morriam pela União como qualquer compatriota branco faria. Segundo a correspondência, aproximadamente 200.000 homens negros serviram no exército da União. Muitos deles já haviam morrido em combate, mas a comunidade está disposta a sacrificar mais. Se mais vidas fossem necessárias para levar à vitória da União, então assim deveria ser. Não havia espaço para comportamentos passivos, a vitória teria de vir a todo custo.

Vamos trabalhar, rezar, viver e, se necessário, morrer pela União, tão alegremente como sempre um patriota branco morreu por seu país. A cor da nossa pele não deixa em último lugar nosso amor seja por Deus ou pela terra do nosso nascimento. Perto de 200 mil de nossos irmãos estão hoje realizando o serviço militar nas fileiras do exército da União. Milhares deles já morreram na batalha, ou pereceram em um martírio cruel para o bem da União, e estamos prontos e dispostos a sacrificar mais.<sup>431</sup>

Aqueles que ficavam também tinham um dever para com a nação. Os autores da carta constroem uma analogia com a guerra, pois, assim como o soldado vai ao campo de batalha,

---

<sup>430</sup> Carta À Convenção da União no Tennessee reunida no Capitólio em Nashville. 9 jan. 1865: Recorte de jornal não identificado de Andrew Tait. Comando Continental da Marinha dos Estados Unidos, Grupo de registro 393, pt. 01, Arquivos Nacionais dos Estados Unidos, Washington, D. C. Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/tenncon.htm>. Acesso em: 24 jul. 2014. Tradução nossa.

<sup>431</sup> Idem, ibidem.

também o cidadão vai às urnas. Era um dever e um privilégio participar da vida política do país, assim como o era lutar. A comunidade compreende que a vitória da União não passaria apenas pelo enfrentamento físico, mesmo que ele fosse fundamental. A vitória na guerra deveria ser consolidada pela via política, e eles queriam ser parte disso, pois um país verdadeiramente democrático não mantém boa parte de sua população aquém dos assuntos da nação. Afinal, pessoas que vivem e morrem por um governo não devem ser parte dele? Em uma crítica ferrenha ao preconceito, sobretudo nas instâncias institucionais, os moradores negros de Nashville desaprovam seu pouco espaço de participação nas decisões do país.

Mas que maior ordem de cidadão está lá além do soldado? Ou quem tem uma confiança maior depositada em suas mãos? Se nós somos chamados a cumprir o dever militar contra os exércitos rebeldes no campo, por que deveríamos ter negado o privilégio de votar contra os cidadãos rebeldes nas urnas? Este não é um governo democrático se um grande número de cumpridores da lei, trabalhadores e classe útil de cidadãos, nascidos e criados neste solo, são tratados como estrangeiros e inimigos, como uma classe inferior degradada, que não deve ter voz no Governo que apoiam, protegem e defendem com todo o seu coração, alma, mente e corpo, tanto na paz quanto na guerra. Não permitam que ninguém se oponha a esta doutrina porque se opõe aos seus velhos preconceitos. A nação está lutando por sua vida, e não pode se dar ao luxo de ser controlada pelo preconceito. Se o preconceito prevalecesse nem um único soldado de cor estaria no exército da União hoje.<sup>432</sup>

A missiva corrobora a ideia de que a luta pela liberdade passou, com o desenvolver do conflito, a abranger a luta pela igualdade de direitos políticos, transformando-se a todo o momento. O que havia começado como uma guerra para impedir que os estados sulistas se separassem do todo tomou contornos de luta pela emancipação dos escravos e daí para a igualdade de direitos – aspecto evidente quando o autor reclama o direito de voto para a população negra.

Inicialmente poucos acreditavam em um desempenho regular das tropas negras. Segundo a carta, havia acusações de que os negros eram covardes e incompetentes, porém seu valor foi provado no campo de batalha. A carta aponta que - mesmo sob a ameaça de colocar em xeque a lógica escravista que permeava sua política e economia desde os tempos coloniais - os estados rebeldes do sul chegaram a colocar meio milhão de negros em campo de batalha.

Os opositores da medida exclamaram por todos os lados que o negro era um covarde; que ele não lutaria; que um homem branco, com um chicote na mão poderia colocar em fuga um regimento deles; que a experiência iria acabar no distúrbio absoluto e ruína do exército federal. No entanto, o homem de cor lutou tão bem, em quase todas as ocasiões, que o governo rebelde ficou impedido, por seus temores e desconfianças, de forçá-lo a lutar pela escravidão, de colocar meio milhão de negros em suas fileiras.<sup>433</sup>

---

<sup>432</sup> Idem, ibidem.

<sup>433</sup> Idem, ibidem.

Ao longo da carta, o grupo continua reclamando uma participação mais efetiva na vida política do país. O sistema judicial também não aceitava homens negros, excluindo a validade de seus testemunhos. A iniquidade de um sistema que propunha-se justo, levava a reações diversas. Muitos negros procuraram levar uma espécie de justiça própria aos rebeldes e senhores de escravos. Os autores chegam a falar em tormento e perseguição, pois os inimigos da liberdade e da nação não devem escapar impunes.

Se esta ordem de coisas continuar, nossas pessoas estão destinadas a uma perseguição maligna nas mãos dos rebeldes e seus antigos senhores, que possuem ódio sem precedentes, mesmo no Sul. Cada soldado rebelde ou cidadão que poderia ter sido detido na perpetração de um crime que pudesse ter efetuado, cada traidor branco que poderiam ter levado à justiça, irá atormentar e persegui-los e estabelecer a justiça no desafio, porque os tribunais não irão receberão testemunho negro, que vai, em geral, ser o único testemunho possível em tais casos.<sup>434</sup>

Entretanto, toda essa dedicação, todo o sacrifício das centenas de vidas perdidas ou atormentadas pelos horrores da guerra pareciam não ser suficientes para provar ao governo dos Estados Unidos que os negros eram capazes de tomar parte na vida política do país. Assim, a comunidade de Nashville se questiona a respeito desse impasse. Todos os dias centenas de negros sacrificavam seu próprio bem-estar por civis e oficiais, logo, não seriam eles merecedores de maior confiança?

Não tem o homem de cor lutado, sangrado e morrido pela União, sob mil grandes desvantagens e desânimos? Já teve sua fidelidade uma sombra da suspeita lançada sobre ele, em qualquer questão de responsabilidade confiada às suas mãos? Quando foi que o cidadão de cor, nessa rebelião foi julgado e achado em falta?<sup>435</sup>

As demandas do grupo de moradores negros de Nashville por participação política, militar e jurídica e por liberdade total e irrestrita à população de cor tinham em comum a justificativa de que o sangue derramado dos soldados negros tinha de ser recompensado. É a violência da guerra e o número altíssimo de vítimas que parece autorizar esta comunidade pobre a reclamar maior participação nas decisões políticas de sua terra natal.

Esse tipo de postura não era exclusivo da comunidade de Nashville. No final de junho de 1865 os últimos tiros eram disparados pela embarcação confederada *CSS Shenandoah* e chegava ao fim o conflito mais sangrento da América. Simultaneamente, uma delegação de negros do Kentucky, *Border State* aliado à União, escreveu uma carta também reportando-se diretamente ao presidente Lincoln, afim de tratar de algum tipo de compensação por todas as centenas de soldados negros que haviam perecido na guerra.

O Estado de Kentucky contribuiu com seus filhos de cor, mais de trinta mil soldados, que ilustraram a sua coragem e devoção em muitos campos de batalha e tem

---

<sup>434</sup> Idem, ibidem.

<sup>435</sup> Idem, ibidem.

derramado o seu sangue ricamente, em defesa de seu país e da bandeira de seu país e nós, com confiança, esperamos que este sangue foi derramado para o nosso benefício em qualquer solução política concernente ao nosso estado natal - ainda se o governo desista do estado relegando seu controle as autoridades civis, nenhum desses soldados sofrerá a opressão de suas leis mais desumanas, não em suas próprias pessoas, nem nas pessoas de suas esposas, suas crianças e suas mães. Portanto, Vossa Excelência, nós fervorosamente pedimos e rogamos que você nos dê alguma segurança para o futuro ou, se isso é inviável, pelo menos, dá-nos a oportuna advertência para que possamos fugir para outros estados onde a lei e o sentimento cristão vão proteger a nós e a nossos pequeninos da violência e do que é errado.<sup>436</sup>

Segundo a correspondência, somente o Estado do Kentucky enviou mais de trinta mil soldados negros para a batalha. Esse número é bastante expressivo, quando pensamos que o Kentucky mantinha-se escravista e que o alistamento negro deste porte poderia colocar tudo a perder, em um tempo em que tanto se temiam rebeliões escravas. Ao que tudo indica, o temor de perder o conflito e não conseguir restaurar a federação foi maior que o medo de qualquer rebelião escrava.

Como nas três correspondências analisadas anteriormente, os negros do Kentucky eram provavelmente, em sua grande maioria, ex-escravos, e podemos aventar que alguns talvez nem houvessem se livrado ainda dos grilhões da escravidão. Igualmente, eles defendem que a causa da liberdade e da Reconstrução valia a vida de seus irmãos no *front*. Centenas morreram em defesa do seu país, e os que ficaram esperavam que o sacrifício dos que morreram pela União não fosse em vão.

Assim como os residentes negros de Nashville, os do Kentucky também esperam ser recompensados politicamente, o que demonstra que a demanda negra por maior participação nas decisões do país era, possivelmente, ampla e bastante difundida, ainda que seus esforços acabassem resultando em poucas ações efetivas para colocar fim ao preconceito nas diversas esferas da vida social.

Uma vez mais, são os horrores da guerra que autorizam o grupo a reclamar um futuro melhor. Não bastasse a violência sofrida no *front* e as marcas irreparáveis de um conflito tão duro, ainda os soldados e suas famílias tinham de lidar com leis injustas e opressoras.

Os autores da carta demonstram como a violência se estendia para além do campo de batalha. Negros eram perseguidos e as leis não procuravam resolver os problemas das relações raciais. Muitas comunidades negras experienciaram contatos extremamente hostis com brancos.

---

<sup>436</sup> Carta da delegação de negros do Kentucky para o Presidente. Washington, D.C. Final de junho de 1865. Cartas recebidas do presidente dos departamentos executivos, gabinete da Secretaria de Guerra, Grupo de Registro 107, Arquivos Nacionais dos Estados Unidos, Departamento de Guerra dos Estados Unidos, Washington, D.C. Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/Roxborough%20et%20al.html> Acesso em: 24 jul. 2014. Tradução nossa.

Viviam sem nenhuma garantia de segurança, e conviviam com a violência física e psicológica diariamente. Daí a urgência da carta ao alertar os demais residentes negros; caso o Kentucky não revisse sua postura e legislação, eles deveriam buscar outras localidades mais justas e igualitárias. Sendo o estado ainda escravista, é muito provável que a população livre residente ainda sofresse abusos frequentes. Apesar da Proclamação de Emancipação de 1863 e da 13ª Emenda do ano seguinte, o Kentucky manteve a escravidão legal até 18 de dezembro de 1865, meses após o término da guerra.

A carta da comunidade do Kentucky, bem com as outras anteriormente abordadas, denuncia a violência sofrida pela população negra em duas frentes: no *front* - a violência física do enfrentamento contra o inimigo - e na vida social - a violência do preconceito, da injustiça, dos senhores de escravos e de uma sociedade que tentava a todo custo manter-se pautada em ideais aristocráticos e escravistas.

União e Confederados foram para a guerra acreditando em uma vitória rápida. Os dois lados foram rapidamente – mas não completamente – desiludidos quanto a esta perspectiva. O conflito que se estendeu de 1861 a 1865 matou centenas de milhares e deixou outros tantos convivendo com mutilações, problemas de saúde, ira, vingança e traumas. A rotina daqueles que passavam meses no *front* de batalha era cruel e desumana, sobretudo para os soldados negros que, não raro, tinham de conviver com o preconceito e o racismo de seus próprios companheiros brancos.

Em junho de 1864 o soldado raso Charles Beman relatou a brutalidade do conflito em correspondência para seu pai Amos. Integrante do 5º Regimento de Cavalaria de Massachusetts, o soldado acompanhou de perto o drama das tropas negras que tentavam manter o controle federal sobre Fort Pillow, localizado no condado confederado de Lauderdale, Tennessee.

Centenas caíram no penoso avanço da União; em meio a sangue, dor e morte os soldados negros continuavam marchando, matando os inimigos confederados – que bem poderiam ser negros escravizados lutando por seus senhores. O autor salienta que pouquíssimas tropas brancas integravam a força-tarefa da União em Fort Pillow. Assim, a glória e os elogios eram das tropas negras, que ele relata que receberam notável reconhecimento pelo desempenho inicial na Batalha de Fort Pillow.

E vários homens caíram, avançar parecia quase impossível; mas nós nos reunimos e, depois de uma carga terrível, em meio a pedaços de ferro bárbaro, sólido, quente e escudos, nós nos dirigimos aos rebeldes desesperados em suas fortificações, e demos três vivas para a nossa vitória. Mas poucas tropas brancas estavam conosco. Partes do 1º, 4º, 6º e 22 [USCI] estavam engajados. As tropas de cor têm recebido aqui uma grande quantidade de elogios. As sensações que tive na batalha eram, frieza e interesse

na luta dos meninos. Eles gritaram, "Forte Pillow", e os Rebeldes não mostraram misericórdia.<sup>437</sup>

Ocorrida em 12 de abril de 1864 o conflito às margens do rio Mississippi, em Henning, Tennessee, a Batalha de Fort Pillow terminou com o massacre das tropas negras da União, sendo um dos embates mais sangrentos e desumanos da história da Guerra Civil. Na carta, o autor indica a frieza da batalha, a aparente ausência de qualquer tipo de sentimento de empatia. Os rebeldes não mostraram piedade ao tomarem o forte. Após as fatigadas tropas negras terem declarado rendição, os soldados confederados adentraram a fortificação e caíram brutalmente sobre a grande maioria de seus ocupantes. Os números apontam mais de 550 baixas, sendo que o número de mortos chega próximo de 300<sup>438</sup>.

Fort Pillow foi a mais emblemática das derrotas sofridas por tropas negras da União na Guerra Civil. A violência e brutalidade do embate ficam evidentes em correspondências como a do soldado Charles. A violência extrema do combate era parte da rotina de quem estava na linha de fogo da União, mas também daqueles que estariam, aparentemente, seguros, guardando uma fortificação, por exemplo.

Brutalidade, dor, morte e medo. Sentimentos comuns expressados pelos autores das cartas que compõem nosso conjunto documental. Porém, para a grande maioria dos soldados tudo valia a pena quando se tinha um propósito maior pelo qual lutar: a liberdade. Em meio a violência brutal do combate, florescia sentimentos de pertença e dever para com o regimento, para com aqueles que dependiam de suas vitórias, suas famílias e irmãos negros ainda cativos no sul e nos estados fronteiriços. Naturalmente, a presença desses sentimentos era muito maior entre regimentos negros, porém, é interessante notar como mesmo aqueles soldados que lutavam entre os brancos – sobretudo nos anos iniciais do conflito, antes da maioria das tropas negras estarem plenamente organizadas – compartilhavam visões de liberdade que se atrelavam à violência do combate.

A carta do soldado raso William H. Johnson, integrante do 8º Regimento de Infantaria de Connecticut em campanha pela Carolina do Norte em 1862, revela uma concepção de liberdade baseada no sacrifício que o enfrentamento físico com o inimigo exigia. Mesmo lutando em uma tropa branca, Johnson salienta a necessidade de pegar em armas e corajosamente defender o seu posto e as cores do seu regimento.

Nove horas da manhã- Lá os rebeldes estão lutando como demônios; eles não cedem uma polegada; seus escravos estão trabalhando suas armas. Eu não suporto isso. Esta

---

<sup>437</sup> Carta do soldado Charles Torrey Beman para Amos Beman. 5º Regimento de Cavalaria de Massachusetts, Point of Rocks, Virginia, 20 jun. 1864. In: REDKEY, op. cit., Carta 38. p. 99-100. Tradução nossa.

<sup>438</sup> EICHER, David J. *The longest night: A military history of the Civil War*. New York: Simon & Schuster, 2001.

pode ser a última linha que lerá de mim; por enquanto eu vou para o campo armado com um revólver e um rifle; e tomarei meu posto para defender as cores do meu regimento. Temos de ganhar o dia, embora metade do nosso contingente esteja morto. Nove horas da noite - Graças a Deus! A batalha está terminada; sangue flui. A vitória está em nossos estandartes, mas nós pagamos caro por isso.<sup>439</sup>

Segundo Johnson, os rebeldes lutavam como verdadeiros demônios, atacando com agressividade mortal e colocando escravos na linha de fogo, armados contra as tropas federais. Lutar contra irmãos negros que sofriam os horrores da escravidão - que o soldado Johnson devia conhecer tão bem - era devastador e incompreensível para o defensor da União. Ele escreve que ir para o *front* lutar contra outros negros era quase insuportável. Provavelmente por esse conflito emocional difícil de lidar e compreender, e pelos contornos extremamente violentos que o conflito assumira, o soldado Johnson tinha pouca esperança de retornar. Metade dos seus companheiros jaziam mortos no chão da Carolina do Norte, mas o dia ainda precisava ser ganho. Não havia tempo para as exéquias dos soldados, muito menos para refletir e assimilar o que acontecia no campo de batalha.

Depois de duas horas de batalha, às onze da noite, o soldado declara a vitória da União. Porém salienta que ela veio a duras penas: as baixas foram muitas e a bandeira da União tremulava vitoriosa entre centenas de corpos. Mas se esse era o preço a se pagar pela liberdade, se era preciso se voltar contra negros escravizados – como outrora a maioria dos soldados negros da União o foram – assim Johnson e uma parte considerável dos recrutas negros federais o fariam.

O objetivo da luta era a libertação, não o assassinato dos escravos sulistas. Esse aspecto é bastante evidente na correspondência do sargento branco Milton M. Holland, oficial do 5º USCT, em campanha pela Virginia em janeiro de 1864. O sargento Holland havia, por conta própria, recrutado uma companhia de negros em Athens, Ohio, a fim de servir conjuntamente aos regimentos de Massachusetts. Porém, conta que foi persuadido por um proeminente afro-americano local, John Mercer Langston, a incorporar o novo regimento ao 5º USCT, ali mesmo em Ohio. Isso demonstra, uma vez mais, como os negros poderiam exercer influência sobre autoridades políticas e militares. Eles raramente chegavam ao oficialato, mas poderiam lograr influenciar as decisões daqueles brancos que comandavam suas tropas.

Devo dizer do 5º, que, depois de 20 dias de escotismo duro, sem excesso de casacos e cobertores, eles voltaram para casa, para o acampamento, que os soldados chamam a sua casa, fazendo vinte e cinco a trinta quilômetros por dia. Vários membros brancos da cavalaria me disseram que nenhum soldado já fez tão dura marcha por pântanos e brejos tão alegremente como fizemos, e que se eles tivessem de nos seguir por

---

<sup>439</sup> Carta do soldado William H. Johnson. 8º Regimento de Infantaria de Connecticut, Roanoke Island e New Bern, North Carolina, 11/14 março 1862 – 14 abril 1862. In: REDKEY, op. cit., Carta 08. p. 20. Tradução nossa.

qualquer período de tempo isso iria matar os seus cavalos. Durante esse ataque, milhares de escravos pertencentes a senhores rebeldes foram libertados. Você está ciente de que o homem de cor não faz distinção em relação às pessoas, então eu posso dizer que todos os pertencentes a donos de escravos foram libertados.<sup>440</sup>

Holland, mais tarde, ganharia uma das mais altas condecorações do exército americano, uma medalha de honra congressional por seu mérito e bravura na batalha ocorrida nas cercanias de Richmond, Virginia. Contudo, talvez o aspecto mais interessante da missiva seja relativo à descrição da ação dos recrutas negros, sobretudo no que tange à libertação dos cativos que encontravam ao longo do caminho. Após 20 dias em campanha, enfrentando o inverno da Virginia, a fome e a morte, os soldados da companhia de Holland faziam sua jornada de volta para casa. Andando de 25 a 30 km por dia eles iam marchando em direção ao *Deep South*, libertando os cativos no caminho. Simultaneamente, eles procuravam recrutar esses recém-libertos para a causa da União.

É interessante que o sargento salienta que não fazia diferença para os soldados se os donos dos escravos eram aliados ou não da União, se haviam ajudado ou não no esforço de guerra confederado. Novamente é perceptível a criação, entre os soldados negros, de uma solidariedade e um senso de dever para com os escravizados.

Na sequência do relato, o Sargento Holland enumera os inúmeros problemas que as tropas de negros enfrentavam: o soldo era insatisfatório e inferior ao de soldados brancos de mesma patente, eles trabalhavam duro sob grande desvantagem em territórios inóspitos e com poucos recursos e não tinham nenhum conforto. Porém, mesmo com todos esses problemas, o oficial salienta que os soldados estavam contentes e que ele tinha confiança nas honrarias que receberiam ao retornar vitoriosos da guerra.

Os meninos estão, em geral, bem e satisfeitos que embora eles deixem de ter todos os confortos de casa e trabalhem sob grandes desvantagens em termos de remuneração, tendo famílias para sustentar com um salário menor do que soldados brancos, ainda confiam que quando eles retornarem eles serão coroados com honras e um lar feliz estará preparado para eles, quando eles estarão livres dos abusos de todos os briguentos do norte e sul ... Eu vou fechar a minha carta, nas palavras do imortal Henry - 'Dê-me a liberdade, ou a morte!' <sup>441</sup>

Era desejo de Holland e de seus soldados que ao retornar para suas casas pudessem viver em um país mais livre e justo, porém não podemos acreditar piamente que todos os negros estavam contentes com a situação degradante que o campo de batalha apresentava todos os dias.

---

<sup>440</sup> Carta de Milton M. Holland. 5º USCI, Norflok, Virginia, 19 jan. 1864 - 4 fev. 1864. In: REDKEY, op. cit., Carta 35. p. 94. Tradução nossa.

<sup>441</sup> Idem, p. 94-95.

A maioria dos soldados estavam dispostos, sim, a enfrentar todas as adversidades, a lutar com ferocidade, a matar e morrer, mas isso não significa que estavam todos satisfeitos e contentes.

De qualquer forma, o autor da carta termina exclamando “Dê-me liberdade ou dê-me morte”. Essa frase emblemática certamente perpassou o pensamento de muitos daqueles que enfrentaram a violência diária da Guerra Civil. Conforme indicado pela correspondência, a confiança de que a violência, o sacrifício, a dor e a morte levariam à emancipação dos escravos permeou o imaginário de muitos soldados que dirigiam-se ao campo de batalha, bem como moldou as visões de liberdade também daqueles que não foram à guerra.

Fosse para aqueles que não enfrentaram os horrores dos campos de batalha, fosse para os soldados que encararam a morte e de alguma forma lograram escapar dela, os efeitos psicológicos do conflito eram inevitáveis. A lógica de "matar ou morrer" permeava os dias e noites daqueles que iam para o *front*, causando efeitos irreparáveis, especialmente em quem já havia sofrido os horrores da escravidão e que agora sentia na pele a violência de uma guerra sem precedentes no continente americano. Contudo, para muitos o alto preço a ser pago valia a pena.

Para os que vinham do norte, que já haviam nascido livres e que, em vários casos, possuíam uma profissão e um espaço na sociedade, a luta era para salvar a União, para impedir que o país inteiro caísse nas mãos dos senhores de escravos confederados. Para aqueles que vinham do sul, muitas vezes fugindo com suas famílias através do *Deep South*, lutando sempre contra a fome, o frio, as moléstias e infortúnios da jornada, a sobrevivência e a garantia de que não sofreriam reescravização eram prioridade. Mas o processo em si, o fazer-se da Guerra Civil, com a derrota dos confederados e a vitória da União, criou entre centenas de soldados negros que lutavam pelas forças federais um senso de que era necessário mais que a emancipação, era preciso leis mais justas e igualitárias. Por esse motivo, negros do norte e do sul, livres, libertos e fugitivos acreditaram que valia a pena tornar-se vítima e algoz na Guerra Civil. Defendendo a União eles poderiam também cobrar de seus governantes os direitos civis que lhes eram devidos e assim melhorar suas vidas, a de suas famílias e dos negros de todo o país.

#### 4.4 A LIBERDADE EM TERMOS REGIONAIS: VISÕES DE LIBERDADE E A DEFESA DA UNIÃO

Até o fim do conflito, o exército dos Estados Unidos havia organizado 6 regimentos negros de cavalaria, 11 regimentos e 4 companhias de artilharia pesada, 10 baterias de artilharia

leve e 100 regimentos e 16 companhias negras de infantaria. Ao todo, os historiadores acreditam que 190.000 soldados negros e marinheiros serviram nas forças da União.<sup>442</sup>

Esse incremento maciço no número de negros alistados ao exército nortista foi possibilitado, conforme visto, pela força dos atos outorgados pelo presidente Lincoln desde os primórdios do conflito - *Confiscation Acts* e *Militia Act* - e, sobretudo, pela emissão da Proclamação de Emancipação. A partir de 1863, quando a Proclamação entrou em vigor, o espaço no exército ampliou-se para os recém-libertos. Quanto mais Estados e localidades eram compelidos a libertar seus escravos, maior se tornava o contingente humano das tropas da União.

Ainda em 1863, Massachusetts organizou um dos primeiros regimentos negros que entrou oficialmente no serviço armado norte-americano. Rhode Island logo organizou um regimento de artilharia próprio. Na Pennsylvania o processo foi mais lento, sobretudo porque uma parte do Estado manteve-se sob ocupação da Confederação durante o verão daquele ano. Contudo, a procura por postos de recrutamento por parte dos afro-americanos foi alta.<sup>443</sup>

Assim, o recrutamento de negros espalhou-se por todo o Norte, crescendo as cifras de recrutados da União.<sup>444</sup> Os soldados negros, não raro, viam no exército uma chance de conseguir uma carreira estável e o sustento imediato para si e para seus dependentes. Para aqueles que acreditavam que a liberdade só se sustentaria e se estenderia a todos os estados por meio de uma vitória da União, da manutenção dos princípios constitucionais, e do governo federal dos Estados Unidos, era chegado o momento de mostrar sua lealdade para com o norte.

Conforme visto, os estados do norte poderiam representar um lugar de possibilidades para aqueles que já haviam nascido livres muito antes da Proclamação de Emancipação. Para os que tinham provado o sabor amargo da escravidão, o norte figurava como um refúgio, ainda mais para aqueles que – ao terem contato com a notícia da Proclamação – haviam abarrotado as fronteiras, fugindo de seus senhores rumo a lugares em que, se dizia, poderiam viver em liberdade. Famílias inteiras tentavam todos os dias cruzar as fronteiras dos estados escravistas objetivando chegar mais ao norte possível, de preferência atingindo o Canadá, onde se dizia um negro poderia viver muito bem desfrutando da sua liberdade individual como qualquer branco<sup>445</sup>.

---

<sup>442</sup> DEFORD, op. cit., p. 45.

<sup>443</sup> Idem, p. 50.

<sup>444</sup> Idem, p. 50.

<sup>445</sup> Idem, p. 48.

A maioria acabava essa jornada nas linhas da União, esperando ardentemente juntar-se aos que lutavam pela causa do norte. Desta maneira, a defesa dos princípios e territórios nortistas confundia-se com a defesa da própria liberdade. Expandir as fronteiras da União era expandir as próprias fronteiras da liberdade.

A Proclamação de Emancipação era só o começo, e os afro-americanos compreenderam isso<sup>446</sup>. Muitos acreditavam que ela só estaria segura de revogação quando a União conseguisse impor a vitória final às forças da Confederação. O país parecia definitivamente dividido em linhas geográficas associadas ao trabalho livre ou escravo, norte *versus* sul. Era preciso lutar pelos interesses da sua região. Segundo Deborah DeFord, “Para os afro-americanos, o direito de lutar tinha mais importância do que simplesmente ganhar a guerra. Servir às forças da União serviria de exemplo e inspiração para as futuras gerações”<sup>447</sup>.

Além disso, as aspirações futuras dos negros pareciam impulsionar muitos ao campo de batalha. Inicialmente, fugitivos e libertos do sul que lutavam pelas tropas da União não compreendiam o conflito em termos geográficos, mas sim como uma luta pela própria libertação. Os negros sonhavam com o exercício da cidadania e um status igualitário perante a lei. Todavia, o Norte parecia ser o ambiente mais propício para que isso acontecesse – mesmo com todos os casos de racismo e intolerância acontecidos em localidades nortistas. Entretanto, “Eles deveriam agir como cidadãos livres se queriam ser tratados como cidadãos livres. Ações como essa incluíam o desejo de lutar pelo seu país”<sup>448</sup>.

Muitos escravos no sul também lutaram para defender a região onde nasceram e construíram suas vidas, pois o apreço a sua região – apesar de ser muito mais comum no norte – não era exclusividade daqueles que serviam na União. Contudo, nosso acervo documental se refere apenas a combatentes da União, o que circunscreve nossa análise aos soldados que viam na luta pelo norte a chave para a obtenção da liberdade completa e irrestrita. Isso inclui soldados negros recrutados pela União em territórios, a princípio, confederados. Com os avanços das tropas federais, líderes do exército nortista logo iniciaram um trabalho de recrutamento também nas áreas de ocupação<sup>449</sup>.

Em 22 de maio de 1863 o Departamento de Guerra criou o Bureau de Tropas de Cor. Essa agência tinha como função organizar e maximizar os esforços no recrutamento de homens negros ao longo de todo o país, em regiões da União e territórios ocupados. Inicialmente, o

---

<sup>446</sup> Idem, p. 46.

<sup>447</sup> Idem, p. 48. Tradução nossa.

<sup>448</sup> Idem, p. 47. Tradução nossa.

<sup>449</sup> Idem, p. 50.

trabalho do Bureau se limitou a escolher oficiais – todos eles brancos - para comandar as tropas compostas por afro-americanos. Os soldados negros seriam organizados em unidades. Ao final do ano, 30 novos regimentos haviam sido organizados no *Deep South*. Não é de espantar o alto índice de negros alistados nessas regiões, uma vez que o ingresso na corporação militar garantia a libertação do escravo no ato, o que impulsionava centenas a lutar pela União.

Contudo, a desconfiança ainda era muito grande entre os oficiais, políticos e a população branca em geral com relação ao desempenho das tropas negras. Colocava-se em dúvida se os regimentos de homens de cor realmente teriam a coragem e destreza necessárias.<sup>450</sup> Os soldados negros estavam ávidos também para mudar essa concepção. Muitos desejavam abertamente o alistamento para, também, poderem provar que o dever e a lealdade para com o seu Estado ou país não era menor em virtude da cor da pele.

A visão de liberdade poderia ser moldada por um entendimento regional do embate, porém, isso parece bastante conflituoso, sobretudo porque lutar pela União não era – apesar de ser confundido muito frequentemente – lutar exatamente pela libertação geral e irrestrita dos escravos. Mesmo após a Proclamação de Emancipação entrar em vigor, em 01 de janeiro de 1863, os quatro *Border States* continuaram sendo legalmente escravistas, mesmo sem tomar parte na rebelião sulista.

Entretanto, a realidade de centenas de ex-escravos havia mudado. Eles não eram mais os mesmos, pois eram agora livres e isso só havia se dado no âmbito da União. Se ainda havia estados nessa organização política que não haviam implementado a emancipação era preciso convencê-los de que esse era o melhor caminho.

Talvez esse convencimento viesse impondo aos sulistas derrotas e mais derrotas, demonstrando a fraqueza e fragilidade de quem ainda insistia num modo de trabalho que não tinha mais espaço nos Estados Unidos que o norte projetava. Assim, podemos inferir que, mesmo com a evidente contradição que representava a existência de quatro estados escravistas na União, os soldados negros ainda encontravam grande motivação ao lutar pelos estados nortistas.

A ânsia por defender a União fica evidente em várias das correspondências tomadas para a realização deste trabalho. Uma dessas missivas é do soldado William B. Johnson. Diretamente do *front* de batalha, em território confederado em Jacksonville, Florida, o soldado integrante do 3º Regimento da USCT escreve sobre as condições deploráveis dos prisioneiros de guerra nortistas ao longo da Confederação. Muitos soldados, sobretudo negros, morriam em

---

<sup>450</sup> Idem, p. 52.

virtude dos maus-tratos, doenças e desnutrição. Assim, a tomada de regiões de domínio confederado pelas tropas da União é também uma questão de humanidade. É preciso libertar a todos – àqueles que continuam escravizados nas plantations e aos que, eventualmente, sofreram nas mãos dos captores confederados.

Por volta das 04:30 da tarde, eu ouvi aplausos após uma pausa nos elogios que saíam dos lábios dos habitantes tranquilos de Jacksonville, e todos correram em direção à bateria Myrick, e eu vi mais de 500 prisioneiros da União fazerem seu caminho para território o rebelde. Teria feito bem tê-los visto olhar para a antiga bandeira. Alguns deles tinham sido presos por 18 meses. Imagine você pode ver 500 homens vestidos com as roupas mais pobres, que entraram em nossas linhas, chorando: ‘Deus salve a bandeira.’ O 3º USCT, com a assistência do 34º, fez fogueiras, e em meia hora muitos estavam comendo carne bovina, sal e pão duro dos Estados Unidos. Eles continuaram a chegar durante a noite e, como eu escrevo agora, eles estavam cantando: ‘O meu país, é teu, doce terra de liberdade’<sup>451</sup>

O soldado Johnson relata o júbilo dos soldados resgatados ao avistarem a bandeira da União. O pavilhão federal era símbolo não só de um país, mas antes representava a própria liberdade. Emocionados os antigos prisioneiros dos confederados bradavam, em meio às lágrimas, “Deus salve a bandeira”.

Esse episódio demonstra a força dos princípios regionais na luta empreendida pelos soldados negros, que associavam a vida na União a uma vida de liberdade. Somente nos Estados nortistas poderiam desfrutar verdadeiramente da condição de homens livres. Como soldados da União que eram, os recrutas negros estavam dispostos a travar uma batalha contra aqueles que se opunham ao estilo de vida e às concepções nortistas. Se fosse preciso dar a própria vida para garantir a vitória das tropas federais, então assim seria, pois dar sua vida pela causa da União era dar sua vida pela própria liberdade.

Ao que parece, esses sentimentos em torno da causa federal exacerbavam-se entre os soldados que, como Johnson, estavam vivenciando os horrores do combate em território inimigo, sobretudo entre aqueles que vinham de um passado recente de escravidão. Em correspondência remetida de Fort Pickens, também na Florida, um soldado anônimo demonstra a um amigo todo o júbilo em lutar contra os confederados, seus antigos senhores, em prol da causa da União.

Caro amigo: Quando o nosso regimento chegou a Fort Pickens, após deixar a Philadelphia, eu não posso dizer a alegria que senti ao ver meu irmão lá, que havia escapado da escravidão na Carolina do Sul, como eu. Eu o reconheci, mas ele não me reconheceu, já que não nos víamos há sete anos. Tínhamos ambos se tornado homens nesse tempo, e agora ambos estamos servindo nosso país contra os rebeldes que nos detiveram injustamente em escravidão.<sup>452</sup>

<sup>451</sup> Carta do soldado William B. Johnson, 28 abril 1865/28 maio 1865. Destinatário desconhecido. 43º USCT, Jacksonville, Florida. In: REDKEY, op. cit., Carta 23, p. 59-60. Tradução nossa.

<sup>452</sup> Carta de ‘um soldado de cor, 19 dez. 1864 / 21 jan. 1865. 25º USCI, Fort Pickens, Florida. Publicado no Philadelphia Press em 15 fev. 1865. In: REDKEY, op. cit., Carta 62, p. 152-153. Tradução nossa.

Sob a égide da União, os antigos amigos, que haviam se conhecido quando meninos ainda escravos na Carolina do Sul, puderam se reencontrar com o mesmo objetivo: eliminar a escravidão nos estados do sul. A alegria do reencontro se mescla com a alegria do serviço pela pátria; o país dos ex-escravos é o país que lhes libertou, não aquele em que nasceram e cresceram. Seu dever é para com o norte.

Mesmo antes de pegarem em armas e servirem em campo de batalha, os soldados já nutriam amor e respeito pela bandeira da União. O soldado anônimo relata sua participação em uma batida, durante a qual os batedores encontraram-se com rebeldes. Os sulistas estavam acompanhados de seis companhias de homens negros, todos armados. O temor que deve ter tomado de assalto os batedores da União não demorou para se desfazer. Segundo a correspondência, os negros que lutavam pela Confederação, ao avistarem as tropas de negros que lutavam sob o estandarte da União, abandonaram seus postos e procuraram se juntar às forças federais. Ou seja, eles se tornaram soldados contra a vontade, mas optaram pelo lado que iriam defender durante a própria guerra.

Eu até agora não estive em qualquer batalha regular, mas fui em batidas numerosas vezes. Na última batida em que estávamos nós conhecemos os rebeldes, que tinham seis companhias de soldados de cor com eles, todos armados com pistolas. Assim que os soldados de cor entre os rebeldes viram nossas tropas de cor eles jogaram as armas e correram para nós, gritando 'nós somos livres, somos livres' Isto advém de colocar armas nas mãos dos escravos para garantir a sua própria escravidão. Será sempre assim, pois todos eles sabem quem são os seus amigos!<sup>453</sup>

O autor da carta constrói a ideia de que a União era um porto seguro, um oásis de liberdade para aqueles que não encontraram a libertação nem no seio do exército sulista. O fato de que os soldados negros da Confederação correram, gritando “estamos livres, estamos livres” é mais um traço revelador da relação mais profunda que poderia ser estabelecida entre os soldados de cor e a União. Conforme o próprio soldado anônimo coloca, a União é amiga dos escravos, e quem luta por ela, luta por todos eles. Daí o autor criticar os confederados por armarem negros. Para ele, a ideia de pedir que escravos defendessem a escravidão é absolutamente tola, pois os cativos sabem o que querem e onde obtê-lo. A liberdade era o objetivo e era no norte que ela poderia ser alcançada. Com alguma sorte, a vitória da União poderia espriar essa mentalidade emancipatória por todo o país.

Desta maneira, percebe-se que a visão de liberdade relacionada ao entendimento regional do conflito não se ligava diretamente ao local de nascimento e/ou crescimento do

---

<sup>453</sup> Idem, *Ibidem*.

soldado, mas sim com a relação mais profunda estabelecida entre o desejo de liberdade individual e coletiva e os ideais emancipatórios que a União – supostamente – defendia.

Essa ligação fica bastante evidente na carta remetida pelo oficial negro Robert H. Isabelle. O tenente redigiu a missiva diretamente da ocupação da União em Louisiana. Nesta localidade foi organizado o Segundo Regimento de Infantaria da Guarda Nativa de Louisiana, com o objetivo de prover a defesa do território e garantir os avanços da União. O Tenente Isabelle foi um dos primeiros oficiais comissionados em Louisiana, ajudando no recrutamento de homens para novos regimentos. Grande parte deles eram afro-americanos, mas na missiva em questão o tenente relata o amor pela União que tinham, em especial, dois soldados rasos de origem africana.

No 2º regimento de cor voluntário, Native Guards, há dois soldados, Wimba Congo e August Congo, que são nativos da África. Eles foram trazidos para cá há cerca de três anos, a bordo do celebrado iate *Wanderer*, e vendidos como escravos para um senhor de escravos no lado oposto do rio, e foram obrigados a trabalhar até que a cidade foi capturada pelas tropas dos Estados Unidos. Assim que o general [Benjamin] Butler emitiu sua ordem convidando as pessoas de cor de Louisiana para pegar em armas para defender as suas casas, esses dois filhos patrióticos da África jogaram suas enxadas no campo e marcharam corajosamente ao Edifício Touro, e em linguagem quebrada declararam que queriam lutar pelos Estados Unidos. O capitão [PBS] Pinchback no início não quis alistá-los, porque eles não podiam falar o idioma inglês o mínimo suficiente para ser soldados, mas o Tenente [Wm. R] Keeling insistiu em levá-los, o que foi feito, e eles têm se revelado bons soldados como podemos encontrar em todos os três regimentos de cor.<sup>454</sup>

É nesse momento, quando a liberdade parece ameaçada pelos propósitos dos senhores de escravos sulistas, que o patriotismo e o amor pela União nasce no coração daqueles que nem ao menos haviam nascido no país. O autor da carta relata que os dois africanos largaram seu trabalho na *plantation*, e em um ímpeto patriótico, declararam – em um inglês ainda bastante precário – toda a sua vontade de defender os desígnios federais. Nem mesmo a pouca intimidade com a língua impediu que os homens fossem alistados e servissem como competentes e leais soldados da União.

Percebemos, assim, como uma visão de liberdade que ligava a emancipação à luta pela União se constrói mesmo entre aqueles que, em um primeiro momento, poderiam não ter estabelecido nenhuma relação com as cores da União. Essas concepções eram, certamente, muito caras aos soldados, e, podemos aventar, foram amplamente utilizadas pelo oficialato para manter o moral das tropas elevado e angariar novos recrutas para as fileiras nortistas. Essa apropriação do exército de uma noção da guerra pela liberdade como guerra para garantir a

---

<sup>454</sup> Carta do Tenente Robert H. Isabelle, 27 fev. 1863/14 março 1863. 2º Louisiana Native Guards, 74º USCI, New Orleans, Louisiana. In: REDKEY, op. cit., Carta 56, p. 140-141. Tradução nossa.

vitória da União chegou a casos extremos, em que os soldados eram obrigados a jurar sua liberdade relacionando sua obtenção unicamente às vitórias do grupo nortista.

O soldado anônimo que se autodenomina “Fort Green” denuncia essa realidade em correspondência remetida da ocupação da União em Folly Island, Carolina do Sul. Green aponta como os oficiais da União obrigavam todos os soldados negros a jurarem que eram livres a partir da data do recrutamento no exército federal, não importando se haviam obtido sua liberdade de outra maneira ou se já haviam nascido livres. Essa certamente era uma forma de cooptar novos soldados e aumentar o número de alistamentos – sobretudo em território confederado.

Conforme relatado na correspondência, muitos soldados revoltavam-se com essa exigência. Contudo, poderia ser muito eficaz utilizar o juramento com fins de mobilização. Práticas como essa procuravam demarcar a diferença entre as duas regiões, construindo uma imagem do sul como inimigo. Os rebeldes haviam criado um governo inconstitucional e ilegítimo, porém poderoso. Era preciso o comprometimento dos soldados em torno da União para salvar a nação do colapso absoluto. Porém, eles não lutariam se o governo dos Estados Unidos não fizesse sua parte e lhes concedesse os devidos direitos civis que reclamavam. Ou seja, os soldados negros impunham condições para que a adesão ao exército se concretizasse, como fica evidente no trecho escrito por “Fort Green”: "Para além de todas essas queixas, nós preferimos a União, em vez do governo rebelde, e vamos sustentar a União, se os Estados Unidos nos concederem os nossos direitos"<sup>455</sup>.

Entretanto, a correspondência em questão evidencia como os soldados fizeram uma leitura própria do fato de que a União não poderia mais vencer sem as tropas de cor. Ao tempo em que a carta foi escrita, agosto de 1864, já havia ficado há muito evidente que a guerra não poderia mais ser ganha sem a participação efetiva das tropas negras. Elas já estavam legalizadas e seu processo de institucionalização finalizado, sendo que boa parte já ia a campo de batalha regularmente. Era manifesto que nenhum dos lados poderia ganhar a contenda sem utilizar tropas compostas por negros.

Muitos soldados tinham essa compreensão e manobram de forma a poder utilizar essa necessidade militar do norte a seu favor, demandando direitos e maior participação na vida política do país. Desta maneira, o autor da correspondência deixa bastante claro que os soldados negros da sua tropa lutariam pela União mediante a conquista de direitos. Ou seja, os soldados

---

<sup>455</sup> Carta de ‘Fort Green’, 21 ago. 1864/24 set. 1864. Folly Island, South Carolina. In: REDKEY; op. cit., Carta 110, p. 242-244. Tradução nossa.

negros se deram conta, ao longo do processo, que a liberdade sem a igualdade era vazia. Assim, eles redirecionaram a luta - a partir do momento que ficaram oficialmente livres - para uma luta pela igualdade. Nessa nova empreitada por direitos os negros livres e libertos tinham uma carta na mão: a vitória da União dependeu dos soldados negros. Segundo Deborah DeFord, os ideais de direito à vida, liberdade e busca da felicidade, explicitados na Declaração de Independência, haviam sido negados desde sempre para negros no sul e no norte dos Estados Unidos. A guerra, o número excessivo de baixas nas tropas e seu contínuo esforço no exército autorizaram muitos negros a evocar os princípios sobre os quais o país havia sido fundado, em busca de um tratamento justo<sup>456</sup>.

Naturalmente, essas concepções que relacionavam o processo de obtenção da liberdade à defesa da União também estavam presentes na mentalidade de oficiais negros. Em alguns casos, a ascensão ao oficialato parece ter exacerbado ainda mais o sentimento regional ligado à guerra e à emancipação. Esse sentimento de dever e satisfação ao servir à União fica bastante explícito na correspondência remetida pelo major negro Christian Abraham Fleetwood.

Este oficial não comissionado foi um dos poucos negros a receber a mais alta condecoração militar do exército americano, a medalha de honra. Filho de negros livres de Maryland, Fleetwood demonstra grande respeito e apreço pelos ideais representados pela União. Notavelmente, o autor da carta jamais experimentou, ele próprio, a escravidão. Ouviu relatos de seus pais, talvez de avós, e dos escravos e ex-escravos que encontrou pelo caminho. Juntou às memórias familiares o que seus olhos viam ao invadir o sul e, a partir disso, construiu seu discurso. A experiência de Fleetwood é, portanto, diferente da dos soldados que nasceram escravos no sul e se voltaram contra os confederados e a escravidão. Esses, ao menos no início do embate, tinham expectativas mais imediatistas que, com o tempo, também foram se transformando na luta e na esperança de terem sua condição de inferioridade revista.

Em carta remetida de Fort Fisher, na Carolina do Norte, ao senhor Moses Lake, tio de um sargento morto em decorrência dos ferimentos em batalha, Fleetwood – como tantos outros negros que já nasceram livres e resolveram se juntar ao esforço de guerra para libertar aqueles que ainda eram escravizados no sul - reitera que na morte pela União residia a maior das honras: "Ele dorme sob a bandeira, e talvez isso traga sonhos agradáveis a sua eterna alma fiel. Um mártir da liberdade, ele honra o túmulo de um soldado."<sup>457</sup> Segundo o oficial, a lealdade à União

---

<sup>456</sup> DEFORD, op. cit., p. 19. Tradução nossa.

<sup>457</sup> Carta do Sargento Major Christian a Fleetwood para Moses Lake, 31 jan. 1865/4 março 1865. 4º USCI, Fort Fisher, North Carolina. In: REDKEY, op. cit., Carta 51, p.127-128. Tradução nossa.

não acabava sequer na morte. Aqueles que morreram pela causa do norte jamais seriam esquecidos, tornavam-se mártires da nação, símbolos da luta pela liberdade.

Assim, percebemos a importância singular dos ideais patrióticos e das convicções ideológicas atinentes à região que o soldado negro defendia. Identificamos que muitos construía uma visão de liberdade relacionada diretamente à defesa da região pela qual lutavam, sobretudo entre os soldados negros do norte. Eles sabiam pelo que estavam lutando e isso os ajudava a criar estratégias de motivação e, até mesmo, de pressão para garantir maiores direitos.

Durante muito tempo, o governo federal não admitiu a imbricada relação entre a eclosão da Guerra Civil e a questão escravista. Oficialmente, norte e sul lutavam pelo direito de secessão e a emancipação dos escravos não era o tema principal<sup>458</sup>. Contudo, muitas vezes, a luta pela liberdade foi compreendida como sinônimo de luta pelos ideais nortistas - dentre os quais estava a libertação dos escravos. O desejo pela liberdade e o amor pela pátria se confundiam e levavam muitos aos campos de batalha. Assim, podemos inferir que, para muitos, os ideais regionais impregnaram de tal forma a visão do processo de obtenção da liberdade que chegou ao ponto do amor pela causa nortista parecer natural.

Sabemos que nem todos os estados do norte estavam dispostos a integrar os negros, sobretudo os ex-escravos, e que o abolicionismo nunca foi um movimento de proporções grandiosas – mesmo entre os nortistas –, mas muitos soldados encontravam na luta pela causa da União a motivação patriótica necessária para marchar de encontro ao inimigo todos os dias. Se apenas a vitória das tropas federais poderia levar à criação de um país sem escravidão, então valia a pena deixar para trás o pouco que se tinha, a família e os amigos; valia a pena lutar e morrer. Para muitos soldados e oficiais negros, lutar pela União era lutar por seus direitos individuais e coletivos. Defender a União era defender a própria família, as pessoas amadas e os direitos de seus homólogos que continuavam escravizados no sul. Era um dever para com os demais negros, para com Deus e para com o estado que os acolhera. Aos seus olhos, se a guerra fosse perdida todas as suas conquistas seriam perdidas, e corria-se o risco do país afundar-se na lógica violenta e ultrapassada da escravidão. Segundo Deborah DeFord,

Eles acreditavam firmemente que se o norte ganhasse o conflito, isso significaria o fim da escravidão. Eles também pensavam que a vitória abriria caminho para todos os negros americanos atingirem a igualdade de condições com os americanos brancos.<sup>459</sup>

---

<sup>458</sup> DEFORD, op. cit., p. 19. Tradução nossa.

<sup>459</sup> Idem, p.18-19. Tradução nossa.

Lutando ao lado dos brancos, inúmeros soldados negros esperavam ganhar liberdade e garantir um tratamento igualitário para todos aqueles que ainda eram oprimidos devido à cor de sua pele. A expectativa era grande, e os membros das tropas de cor ansiavam por provar ao país que afro-americanos eram capazes de atos de força e bravura, sendo tão leais a ideais patrióticos como qualquer branco. Conforme explicitado por Deford, “Em outras palavras, eles eram tão dignos da igualdade que buscavam quanto os brancos”<sup>460</sup>.

Assim, os gabinetes federais e estaduais foram abarrotados por apelos de afro-americanos que clamavam por uma chance no exército, seja se alistando ou auxiliando na organização de tropas. Cartas vinham das mais variadas localidades do Norte; Washington, D.C., Pennsylvania, Ohio, Nova York, Massachusetts. Em muitas cidades, afro-americanos já reuniam-se regularmente com fins de estabelecer organizações paramilitares que ajudassem o norte a vencer o conflito e minar as pretensões dos senhores de escravos sulistas.<sup>461</sup>

O fato dessas visões de liberdade ligadas à defesa da causa nortista estarem presentes, muitas vezes, em cartas pessoais dos soldados, demonstra o quanto os ideais patrióticos haviam se inserido no cotidiano militar, nos pensamentos dos recrutas. Para alguns oficiais o discurso patriótico era, certamente, apenas uma estratégia de elevação do moral das tropas, mas para muitos outros soldados rasos ou de patente maior, o sentimento de amor pelo norte realmente significava algo mais profundo.<sup>462</sup>

Evidentemente, nem todas as cartas demonstram um envolvimento patriótico mais profundo com a região defendida. Muitas vezes o sentimento de amor à União ou à Confederação se dissolve em meio a convicções religiosas, governamentais etc.; mas o número expressivo de cartas que dedicam a este tópico importância singular é notável e não pode ser considerado mero acaso.

Conforme explicitado anteriormente, nossa análise centra-se, pelas limitações impostas pela documentação, nas visões de liberdade erigidas por soldados e oficiais que lutaram pela União. Contudo, não podemos pensar que o mesmo apego aos ideais regionais não existisse entre aqueles que se dedicavam ao serviço da Confederação. A Guerra Civil havia dividido a nação em duas, e em ambas as partes havia pessoas que lutavam pelos seus estados, bem como oficiais que faziam uso da lealdade regional para angariar um maior número de recrutas para seus exércitos e manter o moral dos soldados elevado.

---

<sup>460</sup> Idem, p. 20. Tradução nossa.

<sup>461</sup> Idem, p. 20. Tradução nossa.

<sup>462</sup> MCPHERSON, James M. “On the Altar of My Country”. In: BARTON, Michael; LOGUE, Larry (Org.). *The civil war soldier: A historical reader*. New York and London: New York University Press, 2002, p. 464.

Alguns soldados negros também tomavam como sua a luta da Confederação. O apego ao estado em que residiam e às pessoas que lá viviam não era exclusividade dos nortistas, apesar de ser muito mais raro encontrar esses sentimentos entre soldados negros – em sua maioria ex-escravos ou ainda cativos – que lutavam pelo sul. Porém, os laços sociais que os escravos haviam forjado nos limites das propriedades – quando muito com os moradores de alguma propriedade vizinha - nas quais nasceram, viveram, amaram, casaram, tiveram filhos, etc., eram muito fortes. Carentes de notícias, recebendo informes distorcidos ou com a visão de seus senhores sulistas, não é difícil imaginar que esses sujeitos tivessem como primeira impressão e referencial da guerra o fato de que os nortistas ameaçavam seu mundo, suas famílias, suas casas. De fato, a libertação como foi feita, sem vir acompanhada de uma reforma agrária, largou essas pessoas no mundo sem nenhum amparo. Por este motivo, era difícil acreditar na ideia de que a União os acolheria, quando todos no sul proclamavam que os nortistas eram demoníacos, que estupravam, roubavam, matavam, enfim, que ameaçavam tudo o que existia no sul – inclusive a vida e o pouco que os escravos tinham.

Ainda assim, muitos dos que acompanharam as tropas do sul, ao se darem conta de que a luta era pela liberdade, desertaram e ingressaram nos contingentes do norte. Obviamente, temos de pesar o fato de que os ideais sulistas, vez ou outra, introjetavam-se na vida dos escravos, levando à criação de visões de liberdade relacionadas à vitória dos Estados Confederados do Sul e à manutenção do governo independente do presidente Jefferson Davies, sobretudo, quando pensamos que muitos dos soldados negros que ingressaram nas forças armadas sulistas tinham como promessa a obtenção da liberdade ao fim do conflito – se vencido pela Confederação, é claro. Porém, o medo parece ser o maior motivo para o alistamento espontâneo de negros no exército confederado; o medo de perder o pouco que tinham: as relações estabelecidas com outros escravos, com os poucos libertos, com brancos livres, com seus senhores. Desta maneira, apontamos que o comprometimento com a causa, com a liberdade e a defesa dos seus lares e de seus entes queridos, poderia estar presente na mente de soldados que lutavam em ambos os lados da contenda.

Contudo, no caso dos soldados federais – negros livres, ex-escravos e fugitivos -, a defesa da União parecia mais urgente, pois uma vitória da Confederação poderia significar um retorno à escravidão ou a destruição das perspectivas futuras dos demais negros que continuavam cativos nas grandes *plantations* sulistas. É evidente que os soldados tinham consciência da manutenção do sistema escravista nos *Border States*, porém, para muitos, uma vitória da União representaria um espraiamento da Emancipação para todos os Estados,

inclusive para aqueles leais que ainda mantinham a escravidão. Por mais que o governo federal houvesse delegado, no norte, a decisão sobre a manutenção da escravidão ao nível estadual – sobretudo por medo de perder o apoio dos estados fronteiriços – os soldados negros acreditavam na força da pressão pelo fim total e irrestrito da escravidão. Uma vitória de qualquer um dos lados da contenda iria moldar o futuro da sociedade americana e de todos que viviam no país. Em face do destino do país, de toda uma nação, o sacrifício dos soldados era mais do que válido, era necessário para a sobrevivência da nação – qualquer que fosse<sup>463</sup>.

Na União, a desigualdade dentro do exército parecia sensivelmente menor do que aquela existente nas fileiras da Confederação, afinal, todos eram livres na União, não havendo a distinção entre livre e escravo – ao menos não oficialmente. Por mais que práticas racistas fossem frequentes na vida militar nortista, a ênfase na demarcação da diferença entre o escravo e o soldado livre era de suma importância no desempenho das tropas. Conforme apurado por McPherson, “Assim houve uma maior democratização das motivações patrióticas através das linhas regionais e de classe na amostra da União”.<sup>464</sup>

Com o avanço das tropas federais, o pouco sentimento de lealdade civil disseminado entre os soldados negros do sul parece ter se desvanecido ainda mais. O número de deserções aumentava sensivelmente conforme as forças da União tomavam territórios outrora confederados e os sentimentos de descontentamento se exacerbavam entre os soldados negros da Confederação.

Contudo, é de suma importância identificar a existência desse sentimento de pertença e dever para com o estado que acontecia também entre os soldados que serviam no sul. Conforme visto, no norte o patriotismo teve papel muito mais central e permeou de forma mais enfática as visões de liberdade dos que eram recrutados e/ou ficavam a cargo das tropas de cor, porém, é indiscutível que em ambas as partes do país o amor a uma região e a confiança de que a vitória de determinado lado traria a libertação irrestrita dos escravos foi determinante na escolha de muitos pelo serviço militar. Segundo McPherson, “Na Guerra Civil o patriotismo não foi o último refúgio do canalha: foi o credo do soldado em batalha”<sup>465</sup>.

---

<sup>463</sup> Idem, pp. 458-464

<sup>464</sup> Idem, p. 466. (tradução nossa)

<sup>465</sup> Idem, p. 467. (tradução nossa)

#### 4.5 UM MITO AMERICANO: O ÍCONE ABRAHAM LINCOLN NAS VISÕES DE LIBERDADE

Desde o princípio de seu mandato, o presidente Abraham Lincoln tinha a árdua e desgastante tarefa de guiar uma nação dividida, enfraquecida e dilacerada por uma Guerra Civil de grandes proporções. Apesar da incapacidade evidente da administração Lincoln em lidar com a questão escravista, muitos soldados negros, sobretudo aqueles que vinham de um passado de escravidão, entendiam que a luta pela liberdade passava diretamente pela ação do presidente. No exército, a imagem de Lincoln como o grande expoente da luta abolicionista baseou o entendimento de muitos sobre a questão da emancipação e permeou o ideário americano em períodos posteriores, chegando até a contemporaneidade. Para muitos recrutas das tropas negras, a luta que se dava no campo de batalha, com o sacrifício de centenas de milhares de vidas, era necessária para que as mudanças pudessem se dar também no âmbito legislativo.

Conforme vimos, desde as primeiras batalhas, escravos negros viram no exército uma chance de obter a liberdade. Foi desde o princípio também que alguns soldados procuraram estabelecer uma relação entre ganhos sociais e a ação executiva de Lincoln. Por mais que houvesse reveses, a atuação presidencial era digna de grande confiança, apresentando-se como um caminho viável para obtenção da liberdade e de conquistas sociais.

O soldado William H. Johnson, sobre quem se tem pouquíssimas informações, foi um dos poucos soldados negros que serviu regularmente em tropa branca. Sua carta é um relato da primeira batalha de *Bull Run* (ou *Manassas*) na Virgínia em julho de 1861. Este conflito ocorrido no *Deep South* foi o primeiro grande enfrentamento entre as forças da União e da Confederação e – para surpresa dos 50.000 soldados da União que a carta diz terem participado do embate - terminou com a vitória dos rebeldes sulistas. Os soldados federais, desordenados, bateram em retirada para a capital, Washington. Ao longo da correspondência o soldado Johnson credits a vitória confederada à suposta utilização de escravos em combate, salientando que a União só sairia vitoriosa do conflito – que ainda estava em seu primeiro ano – se empregasse regularmente homens negros no serviço militar. Conforme aponta o soldado, talvez a concessão de direitos civis atraísse mais negros para o exército e enfraquecesse a investida confederada.

Uma semana atrás, nós marchávamos na Virginia com a bandeira orgulhosamente flutuando na brisa, e as nossas bandas tocando Yankee Doodle! Tivemos apenas um pensamento, que era de sucesso. O Quê?! 50.000 homens corajosos e a amada pátria apanhando? Não, não podia ser. Ninguém teria acreditado a partir do momento em que viu o passo firme e militar dos homens do Tio Sam, e o brilho de suas baionetas. Eles se moveram para frente e passaram pelo tribunal de Fair Fax, e derrubaram a bandeira separatista, e hastearam a Estrelas e Listras em seu lugar. (...) Mas todos nós

ficamos desapontados pois o inimigo subestimado foi demais para nós. Ele não estava sozinho a vitória do homem branco foi vencida por escravos. Sim, os confederados tinham três regimentos de negros no campo, e eles manobravam como veteranos, e fizeram os homens da União bater em retirada. Isso não é adivinhação, mas é um fato. Isso irritou os nossos homens, e eles dizem que deve haver retaliação. Fala-se muito em altos postos e por líderes, de uma chamada que está sendo feita para os negros do Norte; para que a África estenda seus braços escuros, para entrar no exército contra os escravos do Sul, e libertá-los. Devemos fazê-lo? Não até que nossos direitos de homens sejam reconhecidos de boa fé pelo governo. Temos vontade de libertar os escravos, e construir uma nacionalidade negra no Haiti; mas temos de esperar o nosso próprio tempo, e escolher a melhor maneira pela qual ela deve ser realizada.<sup>466</sup>

Diante da derrota, o autor da carta salienta o desejo unionista por retaliação, afinal, os soldados do “Tio Sam” não poderiam aceitar uma derrota tão humilhante, mas, sobretudo, não poderiam ser coniventes com o fato de que a vitória dos brancos sulistas só tinha se dado mediante o sacrifício de negros que provavelmente nada ganhariam com o êxito confederado, uma vez que ainda mantinham-se oprimidos pelos laços da escravidão.

É interessante notar na correspondência a adesão ao plano de emancipação do presidente Lincoln. O soldado Johnson fala sobre a convocação feita pelos líderes da nação para que os negros do norte alistassem-se no exército. Como sabemos, o próprio Lincoln explorou o potencial das tropas negras, compreendendo que sua utilização era fundamental para a vitória do conflito. Para tanto, o presidente procurou aumentar exponencialmente seu poder para convocar homens negros, integrando formalmente as tropas de cor ao serviço militar regular e garantindo que ex-escravos fugidos do sul também tivessem a oportunidade de ser recrutados.

Assim, os homens negros eram exortados a defender as cores da União e o governo Lincoln, mesmo quando o oponente era um outro negro, um escravo, como muitos que lutavam pela causa federal haviam sido. Isso se dava porque somente com vitórias no campo de batalha, o presidente poderia aumentar a extensão da Proclamação de Emancipação, abarcando também os estados do sul, libertando aqueles que morriam por senhores confederados que nunca os libertariam. Partindo desse princípio, muitos soldados passaram a defender uma ideia de emancipação que atrelava-se à luta armada, à guerra e à ação executiva de Lincoln.

Assim, muitos soldados negros assumiram essa relação entre o exército e o poder executivo, compreendendo que a liberdade não seria plena se não passasse pela ação direta do presidente. Uma visão de liberdade que baseava-se na confiança em Lincoln e na sua atuação nas esferas burocráticas do poder criou-se entre muitos soldados, e parece ter se perpetuado por boa parte da comunidade negra. Confiantes na ação executiva de Lincoln, muitos viram que a

---

<sup>466</sup> Carta de William H. Johnson, 24 jul.1861/3 ago.1861. 2ª Infantaria de Connecticut, Washington D.C. In: REDKEY, op. cit., Carta 1, p. 11-12. Tradução nossa.

relação entre a vitória no campo de batalha e os esforços do presidente para destruir a escravidão poderia trazer benefícios ainda maiores do que a libertação dos cativos.

O soldado Johnson fala sobre a confiança no presidente, porém reclama a concessão de direitos civis aos soldados. Os homens que marchavam agiam de boa-fé, em prol da liberdade; espera-se o mesmo do governo no qual depositaram todas as suas esperanças.

Isso não significava necessariamente uma discordância com o plano de emancipação proposto pelo presidente. A confiança em seus propósitos é absoluta. Johnson salienta que o objetivo maior da luta é a libertação dos escravos de acordo com os preceitos republicanos e presidenciais, contemplando, por exemplo, a colonização. O autor da carta salienta o desejo próprio, e de seus companheiros, de construção de uma comunidade no Haiti – ideia difundida por Lincoln e seus partidários que não acreditavam numa coexistência pacífica entre brancos e negros. Para Johnson, é preciso mais que um bom desempenho no campo de batalha, é preciso paciência e confiança no presidente, na sua capacidade de escolher o que é melhor para os negros.

Em geral, o comando das tropas negras ficava a cargo de oficiais brancos. Esses oficiais também perceberam e reafirmaram, muitas vezes, concepções que relacionavam a obtenção da liberdade à administração Lincoln. É o que relata o comandante da Divisão Militar do Mississippi, Major General W.T. Sherman, em correspondência remetida do Quartel General da Divisão Militar do Mississippi em 16 de janeiro de 1865.

I. As ilhas de Charleston, no sul, os campos de arroz abandonados ao longo dos rios a 30 milhas de distância do mar, e do país que fazem fronteira com o rio St. Johns, Florida, são reservados para o estabelecimento dos negros feitos agora livres pelos atos de guerra e pela proclamação do presidente dos Estados Unidos.

II. Em Beaufort, Hilton Head, Savannah, Fernandina, St. Augustine e Jacksonville, os negros podem permanecer em suas vocações escolhidas ou acostumadas, mas nas ilhas, e nos assentamentos a serem estabelecidos, nenhuma pessoa branca que seja, a menos que os oficiais militares e soldados destinados ao dever, serão autorizados a residir; e a gestão única e exclusiva dos assuntos será deixada para as próprias pessoas libertadas, sujeito apenas à autoridade militar dos Estados Unidos e dos atos do Congresso. Pelas leis da guerra e pelos despachos do presidente dos Estados Unidos, o negro é livre e deve ser tratado como tal. Eles não podem ser submetidos a mobilização ou serviço militar forçado, salvo por ordem escrita da mais alta autoridade militar do Departamento, sob regulamentos que o presidente ou o Congresso podem prescrever. Empregados domésticos, ferreiros, carpinteiros e outros mecânicos, serão livres para escolher o seu próprio trabalho e residência, mas os jovens e saudáveis negros devem ser encorajados a se alistar como soldados a serviço dos Estados Unidos, para contribuir com sua parcela para a manutenção a sua própria liberdade, e garantir os seus direitos como cidadãos dos Estados Unidos. Negros então alistados serão organizados em companhias, batalhões e regimentos, sob as ordens das autoridades militares dos Estados Unidos, e serão pagos, alimentados e vestidos de acordo com a lei. As recompensas pagas no alistamento podem, com o consentimento do recruta, ir para ajudar a sua família e na aquisição de implementos agrícolas,

sementes, ferramentas, botas, roupas e outros artigos necessários para a sua subsistência...<sup>467</sup>.

O autor endossa a ideia de que os escravos só foram libertados devido às ações oficiais do presidente. A emissão dos atos e da Proclamação de Emancipação garantiu a liberdade de centenas e mudou a paisagem nos estados do sul. Escravos haviam abandonado as antigas plantações de arroz nas quais eram obrigados a trabalhar. Tudo mudara, tudo era novo e isso era fruto do trabalho da gestão Abraham Lincoln. O presidente havia garantido aos negros aquilo que fundamentava a própria nação norte-americana: o direito à autogestão. Todavia, uma autogestão vigiada, pois nessas terras também morariam soldados e oficiais encarregados de fazer a comunidade funcionar. O poder de fiscalização fica nas mãos do exército e de seus oficiais, majoritariamente brancos. É citado que em algumas regiões eles seriam responsáveis pela gerência de suas próprias comunidades, estando uma possível intervenção apenas a cargo da instância máxima do poder legislativo, o Congresso, e do exército. Como outros cidadãos comuns, os negros não poderiam ser obrigados a servir ao exército – salvo por ordem direta de uma alta autoridade militar. O estímulo ao serviço nas forças armadas deveria vir da própria pessoa, do sentimento de dever em manter a liberdade, em contribuir para a manutenção de um país onde todos fossem livres e tivessem seus direitos assegurados pelo Estado.

Reiterar que os negros eram livres – e deviam ser tratados como tal – porque o presidente havia ordenado que assim o fosse, era provavelmente um discurso bastante difundido e defendido pelos oficiais brancos que ficavam a cargo das tropas de cor. Esse tipo de concepção – possivelmente atrelado a ideais patrióticos – certamente servia como instrumento para manter o moral das tropas elevado e exortar os soldados a darem o seu melhor no campo de batalha.

A carta do Major Sherman levanta ainda outra questão singular na concepção das tropas negras. O oficial salienta que os negros alistados, organizados em tropas, batalhões e regimentos específicos de sua cor, receberiam – de acordo com a legislação vigente – uniformes, alimentação e soldo adequado. Os valores relativos ao alistamento poderiam ser, inclusive, remetidos diretamente para a família do novo recruta, auxiliando no seu sustento. Ou seja, tudo o que já era prometido desde a guerra e que nunca havia sido cumprido na íntegra.

Contudo, o que se percebe em grande parte do conjunto documental é o descumprimento dessas medidas. Soldados e suas famílias foram, muitas vezes, completamente abandonados por aqueles que lhes prometeram auxílio mediante ingresso nas forças armadas. Enquanto isso,

---

<sup>467</sup> Ordem do comandante da Divisão Militar do Mississippi, Major General W.T. Sherman. Ordens especiais de campo, número 15, Quartel General da Divisão Militar do Mississippi, 16 jan. 1865. Ordens e Circulares, ser. 44, Gabinete do Ajudante Geral, Grupo de Registro 94, Arquivos Nacionais dos Estados Unidos – Washington, D.C. Carta 145. Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/sfo15.htm> Acesso em: 08 ago. 2014. Tradução nossa.

inúmeros senhores de estados sulistas e dos *Border States* tornavam a vida daqueles que ficavam muito penosa, e os soldados tinham seu empenho afetado pelo fato de que seus entes queridos sofriam<sup>468</sup>.

Neste contexto, muitos se manifestavam com relação às políticas da administração republicana. O sentimento de desapontamento com a gestão Lincoln muitas vezes mesclava-se à gratidão pela emissão da Proclamação de Emancipação.

Esse tipo de concepção parece ter se exacerbado durante a corrida presidencial de 1864, como podemos observar na correspondência do soldado anônimo “Africano”, que em 2 de setembro de 1864 escreveu de um hospital de campanha no *Border State* de Maryland.

Quando o Sr. Lincoln apunhalou a escravidão, se tivesse seguido a sua vitória política por esfaquear o monstro até a morte, estaria apagando eternamente a mancha de sua falta pela imediata erradicação disso de todo o país, hoje, isso estaria morto, sepultado e esquecido, mesmo por aqueles que a promoveram, idolatraram e tornaram-na o centro das suas afeições; e a União teria sido restaurada, a cavalaria feito se arrepender de sua audácia, e a instituição amada teria perecido sem ter encontrado tantos milhares de "lixo branco pobre" para sua defesa, em detrimento do orgulho e glória deste grande país, observando a fundação do tecido político da assim chamada Confederação desmoronar em ruína. Nisso, como em muitas outras coisas, o Sr. Lincoln mostrou sua ineficácia como um estadista, e embora nós o detestemos quando consideramos as muitas injustiças que ele permitiu que fossem praticadas contra os homens de cor, não podemos deixar de pensar nele como um objeto melhor do que George B. McClellan.<sup>469</sup>

O soldado reitera a concepção de que foi Lincoln o grande emancipador dos escravos, que foi sua briosa atitude de emitir a Proclamação de Emancipação que desestabilizou todo o sistema escravista. Contudo, o autor da carta reconhece as limitações do documento e acusa Lincoln de negligência com a causa. Se o presidente houvesse tido força política para estender a proclamação a todos os estados escravistas – e podemos supor que isso inclui aqueles leais à União –, a vitória da liberdade seria verdadeira. Da forma como a abolição foi levada a cabo, a conquista foi apenas parcial. A União não havia sido restaurada e a escravidão ainda era legalmente praticada em quatro estados. Lincoln havia falhado; falhado com a comunidade negra, mas, mais que isso, o presidente havia falhado com seu país.

Entretanto, ele ainda era infinitamente melhor que o candidato democrata à presidência, George McClellan. A ineficiência de Lincoln, enquanto estadista que não conseguiu minar o conflito seccional, não apagava totalmente seus feitos. Ele ainda era o melhor candidato e

---

<sup>468</sup> MARSZALEK, John F. “Marching to Freedom: The U.S. Colored Troops”. In: HOLZER, Harold; GABBARD, Sara Vaughn (Org.). *Lincoln and Freedom: Slavery, Emancipation and the Thirteenth Amendment*. Carbondale (IL): Southern Illinois University Press, 2007. p. 121.

<sup>469</sup> Carta de ‘Africano’, 2 set. 1864/24 set. 1864. Hospital do Regimento, Point Lookout, Maryland. In: REDKEY, op. cit., Carta 90. p. 212-213. Tradução nossa.

certamente o único que representava alguma esperança para os negros de todo o país. Assim, o soldado “Africano” salienta que o atual presidente era um homem muito melhor que seu oponente, e merecia mais um voto de confiança da população norte-americana.

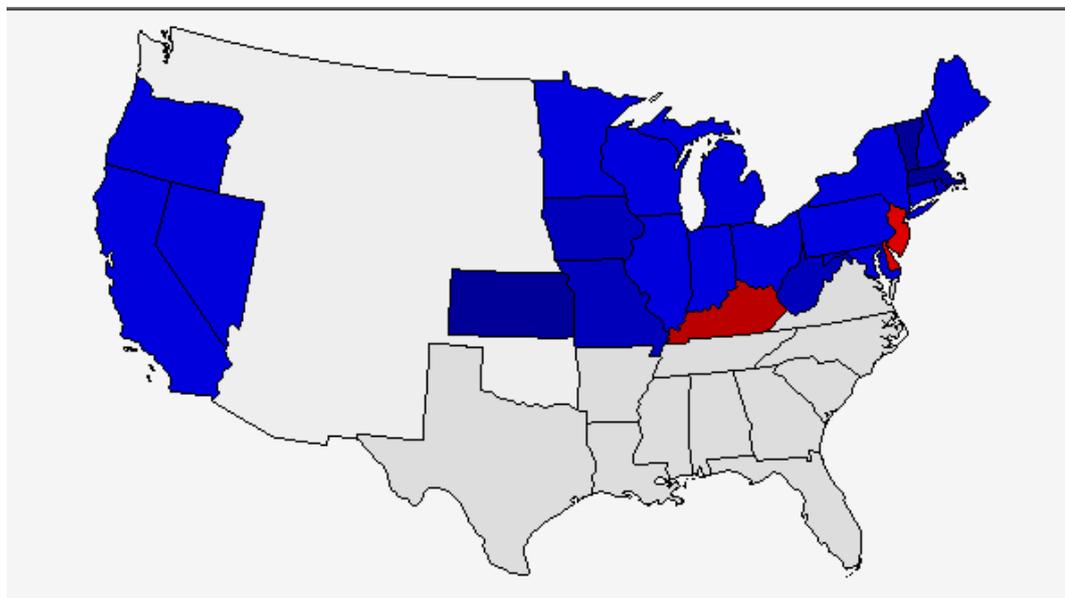
Aquém das limitações da Proclamação de Emancipação e do evidente fracasso de Lincoln nas tentativas de acabar com a guerra, boa parte da comunidade afro-americana ainda tinha uma confiança inabalável no presidente. Mesmo com o voto sendo proibido aos negros na grande maioria dos estados, Lincoln encontrou nos soldados de cor uma base sólida de apoio. Popular entre brancos e negros no âmbito civil e militar e contando com dissidências no Partido Democrata, o candidato à reeleição venceu com certa tranquilidade, conforme podemos observar na tabela e no mapa abaixo:

Tabela VI – Eleições presidenciais de 1864: porcentagem de votos

	Presidential Candidate	Vice Presidential Candidate	Political Party	Popular Vote		Electoral Vote	
■	Abraham Lincoln	Andrew Johnson	Republican	2,211,317	55.03%	212	91.0%
■	George McClellan	George Pendleton	Democratic	1,806,227	44.95%	21	9.0%
■	Other (+)	-	-	658	0.02%	0	0.0%
	Total			4,018,202		233	

Fonte: <http://uselectionatlas.org/RESULTS/national.php?year=1864> Acesso em: 14 ago. 2014

Mapa IV – Eleições presidenciais de 1864: Resultados por Estado



Fonte: <http://uselectionatlas.org/RESULTS/national.php?year=1864> Acesso em: 14 ago. 2014

Dentre os 25 Estados que participaram da votação – já que 11 haviam declarado Secessão à União –, Lincoln só não conseguiu vencer em três deles; nos escravistas Kentucky e Delaware e em Nova Jersey, estado natal de seu adversário democrata.

Desta maneira, o presidente Lincoln, representante do Partido da União Nacional,<sup>470</sup> estava reeleito para um novo mandato, no qual prometia dar um fim ao conflito que ceifava a vida de centenas de americanos brancos e negros, bem como efetivar a Proclamação de Emancipação nos estados ainda rebelados. Para tanto, conforme visto, contou com o apoio maciço de muitos civis e militares negros que não cessaram, mesmo após as eleições, de demonstrar sua gratidão e apoio ao presidente.

Em 1865, o soldado negro “Arnold” demonstra bem esse sentimento, em uma correspondência remetida desde Wilmington, no estado confederado da Carolina do Norte. O autor, um religioso negro que provavelmente serviu no 4º USCI, relata a exaltação da população local com a chegada das tropas negras da União e a relação que essas pessoas estabeleciam entre a conquista da liberdade e a ação executiva do presidente Lincoln.

Seria uma mera tentativa para alguém como eu descrever a maneira pela qual as pessoas de cor de Wilmington acolheram as tropas da União – eles nos deram saudação após saudação - eles estiveram orando muito por sua libertação, e no dia 22 de fevereiro de 1865, realizaram suas sinceras esperanças. Eles não estavam felizes naquele dia? Livre, para sempre mais! As ruas estavam cheias deles, velhos e jovens; eles apertavam as mãos com as tropas, e alguns exclamaram: ‘A corrente foi quebrada!’ ‘Liberdade! Alegria hoje!’ ‘Hurrah para o tio Abe!’<sup>471</sup>

Segundo Arnold, os escravos saudavam as tropas federais com o entusiasmo de quem esperou e lutou uma vida inteira por liberdade. Jovens e velhos tomaram as ruas, cumprimentavam os soldados com gratidão e bradavam elogios ao presidente. De acordo com a correspondência, a relação estabelecida com Lincoln parecia ser um misto de admiração, proximidade e gratidão, pois era o trabalho do “tio Abe” que havia quebrado os grilhões da escravidão.

A confiança no presidente, por vezes, era absoluta e inabalável. Ele poderia representar a esperança de uma vida diferente, de uma vida de liberdade. Essa confiança perpassava os ideais de libertação dos soldados negros que já haviam obtido sua emancipação e daqueles que

---

<sup>470</sup>A mudança no nome do partido consistiu em uma estratégia eleitoral durante a campanha de Lincoln. Visando atrair os votos de unionistas dos *Border States* e de alas do Partido Democrata que não votariam no atual presidente caso sua candidatura fosse lançada pelo Partido Republicano, o nome da agremiação política foi alterado, porém sem modificar em nada sua estrutura e plataforma política. Nos estados, o nome Partido Republicano foi oficialmente mantido. Sobre o tema, ver: SCHLESINGER JR, Arthur (Org.). *History of U.S Political Parties*: v. 2: 1860-1910, the Gilded Age of Politics. New York: Chelsea House, 1973.

<sup>471</sup> Carta de ‘Arnold’, 29 março 1865/15 abril 1865. Wilmington, North Carolina. In: REDKEY, op. cit., Carta 67, p.165-170. Tradução nossa.

foram libertados mediante a proclamação e avanço das tropas federais, mas também alimentava as esperanças daqueles que ainda eram escravizados. É o caso de Annie Davies, que em 25 de agosto de 1864 corajosamente dirigiu uma carta ao próprio presidente demonstrando seu desejo de tornar-se livre.

Senhor Presidente é meu desejo ser livre para ir ver o meu povo na costa oriental. Minha senhora não vai me deixar. Você, por favor, deixe-me saber se somos livres e o que posso fazer. Escrevo-te por conselho. Por favor me envie uma palavra esta semana ou o mais cedo e determinado possível<sup>472</sup>.

A existência de cartas como a de Annie evidencia a construção de uma noção de proximidade entre o escravo e o presidente - hipoteticamente solícito e justo. No imaginário de cativos como Annie, Lincoln era uma figura quotidianamente próxima e que estava a serviço deles – uma vez que o prazo estabelecido para uma resposta é bastante exíguo.

O fato da Proclamação não abarcar os estados fronteiriços leais à União certamente gerou muita dúvida entre os escravos que aguardavam ansiosamente sua emissão. Annie parece bastante confusa sobre sua condição, sobretudo quando suplica que o presidente informe-a sobre sua situação, pois ela não tem certeza sobre a emancipação e sua dimensão – e se havia alguém que saberia lhe informar com clareza sobre sua condição essa pessoa seria o homem que havia assinado a Proclamação de Emancipação. Porém, o Bureau de Tropas de Cor<sup>473</sup> realizou apenas uma anotação do lado de fora da carta dizendo tão-somente "arquivo" e nenhuma resposta a Annie Davis apareceu entre as cópias das cartas enviadas pela Mesa ou por outros escritórios do Departamento de Guerra, o que indica que o pedido da escrava não foi atendido, sendo altamente improvável que sua carta tenha chegado efetivamente às mãos da mais alta autoridade do país.

Contudo, o ponto mais importante parece ser o fato de que Annie não vê nas tropas negras ou nos escravos que lutavam por liberdade o protagonismo das ações contra a escravidão. É em Lincoln, e unicamente nele, que parecem repousar todas as suas – possivelmente frustradas – esperanças.

Ao que tudo indica, muitos outros construía visões de liberdades bastante semelhantes à da escrava Annie. Assim, as cartas evidenciam que ao longo de todo o conflito a imagem de

---

<sup>472</sup> Carta de Annie Davies para o presidente, 25 ago.1864, D-304 1864, Cartas Recebidas, ser. 360, Divisão de Tropas de Cor, Gabinete do Ajudante Geral, Grupo de Registro 94, Arquivos Nacionais dos Estados Unidos, Washington, D.C. Carta 139, Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/adavis.htm> Acesso em: 08 ago. 2014. Tradução nossa.

<sup>473</sup> Órgão criado pelo Departamento de Guerra dos Estados Unidos em maio de 1863. Seu objetivo era resolver quaisquer assuntos relativos à organização das tropas negras. Sobre o Bureau de Tropas de Cor, ver: McPHERSON, James M. *The Negro's Civil War*. New York: Pantheon Books, 1965.

Lincoln como grande libertador, como uma figura paternal, foi se reforçando progressivamente, chegando ao fim do conflito com o status de herói.

Nos últimos meses de combate, em abril de 1865, a vitória da União já era iminente e o pior momento da nação parecia estar passando. No dia 09, o comandante do exército confederado da Virgínia do Norte, General Robert E. Lee, havia declarado rendição às forças comandadas pelo General – e herói de guerra unionista – Ulysses S. Grant. As vitórias seguidas do exército unionista e o triunfo de Lincoln nas urnas no ano anterior desenhavam um panorama de otimismo nos Estados Unidos – ao menos para aqueles que compreendiam que mudanças positivas só viriam com a vitória do norte, dos republicanos e da união dos estados.

Contudo, no dia 14 de abril, uma sexta-feira da paixão de Cristo, durante a apresentação da peça *Our American Cousin*, no Teatro Ford, em Washington, Lincoln foi atingido pelos disparos do simpatizante confederado e ator popular John Wilkes Booth. Na manhã do dia seguinte, o presidente não resistiu aos ferimentos e faleceu. A reação foi imediata e muito profunda. No norte, a grande maioria das pessoas lamentava profundamente a perda de seu grande líder, e o temor crescia, conforme boatos se espalhavam pelo país afirmando que o assassinato de Lincoln havia sido apenas parte de um plano maior, uma conspiração que buscava reviver a causa confederada a partir do homicídio das principais lideranças do país.

Fato é que ninguém mais foi morto. O secretário de estado William H. Seward e o vice-presidente Andrew Johnson não foram assassinados como era supostamente planejado pelos companheiros de Booth. O assassinato do presidente em 15 de abril de 1865 constituiu uma perda dolorosa e inestimável, que deixava desamparada toda uma nação, sobretudo os negros recém-libertos ou que ainda lutavam por liberdade nas localidades que não haviam adotado a proclamação por não haverem declarado secessão à União.

Esse sentimento de pesar é manifestado pelo soldado negro Henry Carpenter Hoyle, que, em agosto de 1865, escreveu diretamente da ocupação da União no Texas. Com o findar do conflito e a vitória da União, os soldados tiveram – provavelmente pela primeira vez em muito tempo – a oportunidade de refletir com maior afincamento sobre as transformações pelas quais o país havia passado. Alistamento e organização formal de soldados negros em tropas, o dia-a-dia do campo de batalha, o contato com pessoas de Estados distantes e extremamente diferentes, a emancipação dos escravos, a situação daqueles que viviam nos *Border States*, a ação executiva e o assassinato de Lincoln pelo simpatizante confederado John Wilkes Booth, eram temas que demandavam ponderações profundas dos soldados.

A morte do presidente era, certamente, um dos assuntos mais presentes nos debates e conversas que aconteciam no seio do exército nortista naquele momento. Hoyle, um soldado de baixa patente alistado no 43º USCI, escreve palavras de profundo pesar e desgosto com a morte daquele que era mais que um presidente, era um pai protetor para os negros.

Deus assim o quis e tomou o nosso amado pai, Abraham Lincoln, de nós. Mas, embora morto, ele ainda vive. Ele trouxe a liberdade aos escravos, tanto do Norte quanto do Sul e nos deu no Norte a liberdade de expressão de forma adequada, e não tenho dúvida de que teremos os nossos direitos como homens e cidadãos dos Estados Unidos.<sup>474</sup>

Ao contrário do que aponta o documento, o depoimento de um negro não se igualava ao depoimento de um branco, a liberdade de expressão e outros direitos civis eram apenas um sonho para a imensa maioria dos negros norte-americanos – e nesse ponto é evidente a contradição no discurso sobre Lincoln. O mesmo presidente que passou boa parte do mandato defendendo que os negros eram inferiores, que nunca seriam suficientemente bons para serem iguais aos brancos, passou a ser símbolo da igualdade, da liberdade de expressão e de outros tantos direitos. Esse é o imaginário que se construiu e que tantos soldados adotaram.

Assim como outros tantos o fizeram, o soldado Hoyle lamenta a vontade divina de tirar do convívio dos homens um sujeito de tão extraordinárias prerrogativas, o amado pai de todos os negros. Porém, salienta que sua luta não morre com ele. Cabe aos que ficaram continuar levando seu legado de justiça e liberdade a todos os cantos do país. Era Lincoln quem havia livrado os cativos dos grilhões da escravidão no norte e no sul, era ele que havia introduzido ideais de liberdade de expressão e direitos civis para os negros em todo o país e essa herança de luta e coragem não havia de morrer jamais. Lincoln estava, portanto, imortalizado. Nas páginas da história ou na memória daqueles que ficaram, seu legado permaneceria, fosse a partir das leis que criou ou das ações que perpetrou, ou no imaginário popular, como um defensor dos direitos e da igualdade entre os negros e os brancos.

O mais querido e admirado presidente dos Estados Unidos é uma unanimidade entre norte-americanos de todas as etnias e regiões do país ainda hoje. Mesmo entre o movimento negro, em épocas de notórias convulsões sociais devido à luta do movimento *Civil Rights* por direitos igualitários, a imagem do presidente é invocada como exemplo de luta e dedicação à causa da liberdade e da igualdade.

O presidente nunca se identificou como abolicionista, mas desde que abraçou a causa da emancipação procurou construir a imagem de uma carreira política voltada para o confronto

---

<sup>474</sup> Carta do soldado Henry Carpenter Hoyle, 28 ago. 1865/25 set. 1865. 43ª USCI, Brownsville, Texas. In: REDKEY, op. cit., Carta 85, p.199-200. Tradução nossa.

contra os senhores de escravos. Em seus discursos e aparições públicas, Lincoln buscou demonstrar que a luta pela liberdade dos negros era também sua, comprometendo-se a orientar sua política de forma a confrontar os conservadores que não estivessem dispostos a colaborar.

Conforme o fracasso da ideia de colonização foi ficando evidente, Lincoln passou a defender uma maior integração entre negros e brancos, salientando que os homens de cor não teriam porque auxiliar a União na vitória contra os confederados se não obtivessem nenhuma vantagem com isso. A liberdade irrestrita a todos os escravos do país era uma promessa feita pela sua administração, e promessas eram feitas para serem cumpridas. Além disso, não se pode pedir que alguém dê a vida por uma causa que não é a sua. A causa da União e da emancipação deveria ser a causa de todos aqueles que amavam o país – brancos e negros<sup>475</sup>.

Essa mudança no posicionamento de Lincoln foi, em grande parte, produto da pressão realizada pelos negros - soldados e civis, livres, recém-libertos ou ainda escravizados. Os anseios expressos nas cartas que eram enviadas para o presidente certamente tiveram alguma influência sobre ele, que não poderia mais ignorar as demandas dos que viveram e atuaram na Guerra Civil.

A partir disso, o estadista Lincoln construía sua imagem de aliado e protetor dos negros. Como um pai que deseja o melhor para todos os seus filhos, o presidente desejava a liberdade para todos – como antes haviam desejado os Pais Fundadores. A construção de analogias com a figura do pai, do libertador, do grande unificador do país, bem como suas referências constantes a momentos fundadores da nação ajudaram na construção de uma imagem que era reiterada e perpetuada nos campos de batalha, tendo um efeito muito forte naqueles que precisavam de esperança para seguir lutando. Desde Washington, Franklin e Jefferson, até Lincoln, criou-se uma ideia de linearidade, de herança da luta por direitos. Os Pais Fundadores lutaram contra a opressão que a metrópole queria impor a seus colonos, lutaram pela liberdade e autodeterminação. Mais de 80 anos depois, Lincoln aprofundou isso, levando essa liberdade até os negros que haviam ficado de fora no momento da independência. Essa imagem se perpetuou com força por todo o país e até hoje marca o imaginário norte-americano.

A promessa de liberdade de Lincoln motivava muitos, e a emissão da Proclamação de Emancipação figurou como o cumprimento – mesmo que parcial - dessa promessa. De qualquer forma, era muito mais do que a maioria dos soldados negros jamais tinha esperado de um político. Muitos acreditavam que, sem Lincoln, as tropas negras jamais teriam tido a chance de lutar e, mais do que isso, jamais existiria a emancipação. Isso determinou ainda mais aqueles

---

<sup>475</sup> MARSZALEK, op. cit., p. 122.

que já vinham tendo há tempos uma participação heróica na guerra, que vinham carregando nas suas baionetas as esperanças de todos aqueles escravizados e oprimidos pelo sistema escravista e pelos valores preconceituosos e aristocráticos de uma sociedade que nascera em meio à desigualdade – por mais que os defensores da Revolução Americana discordassem dessa constatação<sup>476</sup>.

Porém, mesmo com toda a confiança depositada na capacidade executiva do presidente, a 13ª Emenda não foi a solução de todos os problemas que envolviam as relações raciais nos Estados Unidos, e a reconstrução da nação não passou de um plano. As emendas constitucionais que se seguiram procuraram resolver esses problemas, com o reconhecimento da cidadania dos negros – na 14ª Emenda – e a proteção ao seu direito de voto – na 15ª Emenda. Porém, os escravos – mesmo que alçados à condição de cidadãos – continuaram a sofrer com a opressão e a desigualdade de uma sociedade que reproduzia um estilo de vida baseado em ideais racistas. Segundo Marszalek: “A reunificação da nação depois da Guerra Civil foi realizada através de um acordo entre americanos brancos de manter os negros em sua posição subordinada, com as emendas constitucionais ou não”.<sup>477</sup>

Por outro lado, a emissão dos atos, proclamações e emendas constitucionais ajudou a confirmar a imagem de Lincoln como grande pai da nação. O presidente era um elo que ligava os anseios de liberdade do passado ao futuro, dando sentido à existência dos americanos desde o seu passado colonial. Com uma retórica elaborada e de grande apelo popular, Lincoln despontou como uma figura proeminente, refinando sua retórica com a experiência política adquirida em comícios, aliada ao vocabulário jurídico exercitado nas cortes de Illinois<sup>478</sup>.

Em suas aparições públicas, sobretudo após a emissão da Proclamação de Emancipação, Lincoln procurou construir a ideia de que sua luta por liberdade para os escravos era fruto de um envolvimento pessoal com a causa. Essa ligação sentimental entre Lincoln e a abolição deixava implícita a ideia de que o presidente sempre esteve ao lado dos escravos, introduzindo a ideia de que o conceito de liberdade não era estático. Mesmo quando fazia referências aos Pais Fundadores, aos grandes ideais do passado, procurava salientar que cada geração devia compreender a liberdade ao seu modo. Os Estados Unidos ainda eram um experimento em desenvolvimento, e a ideia de federação mostrara sua fragilidade diante do tema da escravidão. Neste aspecto, o discurso de Lincoln tem um ponto de inflexão das ideias do passado para as

---

<sup>476</sup> Idem, p. 122 – 125.

<sup>477</sup> Idem, p. 126.

<sup>478</sup> Idem, p.131. Tradução nossa.

realidades do presente<sup>479</sup>. Os poderes legislativo e executivo tinham de responder a essa reformulação acerca da liberdade, sobretudo porque o presidente depositava sua confiança na força das leis. Segundo White Jr, “Lincoln acreditava na referência às leis, que acreditava que se transformaria na *religião política* da nação.”<sup>480</sup>

Frequentemente, o presidente utilizava-se do “nós” para se reportar a civis e militares. Incorporando elementos dos discursos religiosos – como o emprego de metáforas, linguajar mais popular e vocábulos específicos –, Lincoln mantinha-se muito atento com as palavras, empregava técnicas de comunicação de massas - tema que começava a crescer exponencialmente entre aqueles que se ocupavam das políticas econômicas do país. Frisando aspectos de continuidade histórica, ele descobriu na repetição uma ferramenta importante e eficaz. Enfatizando sua posição de pai amoroso e lutador ferrenho pelos direitos igualitários, o presidente atingiu com força a comunidade negra, que passou a ver nele um amigo em que se podia confiar. O discurso de Lincoln tomou dimensões tão peculiares que influenciou a maioria dos retóricos dos direitos civis que vieram depois dele. Cem anos mais tarde, Martin Luther King, utilizava-se novamente do poder da repetição<sup>481</sup>.

Paralelamente, o presidente atacava os Estados Confederados do Sul com críticas a seu suposto entendimento ilegítimo dos princípios sobre os quais a nação havia sido construída. A escravidão era uma doença que precisava ser extirpada do corpo da nação, para que ela continuasse progredindo. O sistema escravista como um todo perpetuava uma série de atrocidades contra todas as liberdades do indivíduo – políticas, econômicas e religiosas<sup>482</sup>. Os rebeldes haviam traído a democracia, e teriam de responder por isso.

Em contrapartida, salientava o papel do norte como grande libertador e sua posição de comando frente a ele<sup>483</sup>. Assim, Lincoln conclamava os soldados da União – brancos e negros – a lutarem com confiança pelo ideal histórico da União<sup>484</sup>. Segundo White Jr., “(...) ele havia se referido ao passado, honrado o que os soldados haviam feito no presente e agora falado no tempo presente sobre a responsabilidade dos ouvintes”<sup>485</sup>.

Ele não mais proclama uma velha união, mas sim uma nova, liberta do conservadorismo da escravidão. A nova União nasceria cumprindo suas promessas de liberdade, dando um passo

---

<sup>479</sup> Idem, p. 137.

<sup>480</sup> Idem, p. 132. Tradução nossa.

<sup>481</sup> Idem, p. 133.

<sup>482</sup> Idem, p. 140.

<sup>483</sup> Idem, p. 140.

<sup>484</sup> Idem, p. 135.

<sup>485</sup> Idem, p. 137. Tradução nossa.

adiante onde até mesmo os Pais Fundadores haviam falhado. Desta maneira, “Lincoln passou a ver a Guerra Civil como um ritual de purificação. Para atingir uma nova liberdade, a velha União tinha de morrer”.<sup>486</sup>

Em uma nova União, nasceria uma nova era de liberdade<sup>487</sup>. Foi com a propagação desta ideia que Lincoln conseguiu ganhar a confiança de tantos, a ponto de orientar a sua visão individual e coletiva do processo de obtenção da liberdade. Era Lincoln o grande protagonista da emancipação. Por mais que o ingresso de soldados negros no exército, suas ações, suas reivindicações e suas esperanças houvessem mudado o rumo da guerra, Lincoln era visto por muitos como o grande responsável pelo sucesso da União e da emancipação.

Durante décadas, o imaginário popular e as páginas dos livros de história perpetuaram essa ideia. Só muito recentemente, novas linhas historiográficas têm buscado devolver aos negros o protagonismo da luta por sua própria liberdade. Buscando desconstruir a ideia de que a emancipação se deu apenas através dos debates de homens brancos em salas fechadas do Congresso, procuramos demonstrar a importância e a força das visões de liberdade que motivaram os soldados a se alistarem no exército nortista. Com a peculiaridade de cada um, com a sua história, suas experiências, amores, esperanças e frustrações, ele pegaram em armas para lutar por aquilo que acreditavam ser mais valioso: o direito de ser livre, de ser cidadão, de viver em paz e com dignidade. Assim, os soldados negros mudaram a Guerra Civil e a história dos Estados Unidos para sempre, com a entrega profunda e melancólica de homens que sofreram, lutaram e morreram nos campos de batalha, mas que, acima de tudo, viveram.

---

<sup>486</sup> Idem, p. 138. Tradução nossa.

<sup>487</sup> Idem, p. 138.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa procurou demonstrar como a escravidão negra africana teve um papel crucial na construção da nação americana, deixando marcas indeléveis na história dos Estados Unidos. Para tanto, nos voltamos para a documentação epistolar produzida por aqueles atores históricos que aguardaram mais ansiosamente pelo desfecho da guerra e a libertação de todos os escravos: os negros. Assim, procuramos demonstrar a potencialidade desse tipo de documentação – ainda pouco explorado pela historiografia - estudando aspectos relativos à amplitude e impacto que as ideias que circulavam entre os soldados negros poderiam ter na população negra escrava e liberta, procurando compreender como imaginários e símbolos estiveram a serviço da guerra e como foram instrumentalizados pelos soldados. Desta maneira, buscamos olhar para as cartas não só como registros de um tempo passado, mas também como personagens históricas de sua própria época.

Assim, percebemos que, por mais que a ideologia patriótica americana baseie-se em uma noção de história essencialmente progressista e triunfal, a escravidão teve impacto profundo na estrutura da sociedade, sobretudo se levarmos em consideração que ela se desenvolveu dentro de uma lógica econômica capitalista – que, diga-se de passagem, encontrava-se imersa em um processo de rápida expansão.

Desta maneira, evidencia-se a contradição no discurso patriótico: a mesma nação que se proclama defensora da democracia - "lar dos livres e terra dos bravos" - é aquela que, por vezes, tenta manter no esquecimento a memória de anos de opressão contra a população negra. Desta forma, percebemos que a formação da identidade americana, as diferentes formas de conceber-se americano, baseavam-se em valores essencialmente positivos.

Identificamos que, nas últimas décadas, a historiografia sobre a secessão vem tentando mudar a cultura histórica acerca do tema. Em se tratando de experiências históricas traumáticas - como a escravidão -, é preciso uma mudança na forma como a história trata a questão do sofrimento. Ele não pode ser simplesmente ignorado, é preciso compreendê-lo como um conceito básico da interpretação histórica.

Para tanto, entendemos que é preciso partir do entendimento, desenvolvido por E. P. Thompson, de que a grande propriedade escravista produziu bem mais que algodão ou arroz: ela gerou um sistema completamente único do ponto de vista social, econômico e político,

subjugando e estratificando toda uma parcela da sociedade<sup>488</sup>. Tendo em vista esta abordagem historiográfica, procuramos explorar e demonstrar as particularidades do sistema escravista americano e da situação-limite que foi a Guerra Civil, atentando para o fato de que - apesar dos grandes fazendeiros lembrarem o período que antecedeu a guerra com nostalgia - a utilização de mão de obra escrava deu força aos grandes proprietários de terras e acabou por criar a riqueza necessária para impulsionar o desenvolvimento industrial que foi decisivo para a transformação da ex-colônia britânica em potência econômica mundial. Além disso, esses ricos detentores de terra lograram interferir e influenciar não só os empreendimentos econômicos do país, mas também o teor das relações sociais.

Buscamos demonstrar também que, durante a guerra, as visões de liberdade dos soldados e civis negros foram muito particulares, e completamente diferentes do entendimento geral dos brancos sobre o processo de emancipação. Na Reconstrução, suas visões sobre igualdade, autonomia e terra eram também muito diferentes daquelas dos brancos. Assim como lutaram por liberdade antes e durante a guerra, na Reconstrução os ex-escravos lutaram por direitos e por terra – ou, ao menos, pela redefinição dos direitos de propriedade. Escravidão era mais do que só o trabalho, era o trabalho não remunerado e a negação do direito à autonomia – que só viria com a posse da terra.

A lavoura ainda era espaço de luta, sobretudo econômica, contra os grandes fazendeiros que dificultavam o acesso à terra e procuravam empregar libertos em condições muito próximas à escravidão. Todavia, os ex-escravos estavam cientes de que os antigos senhores haviam conquistado sua propriedade com o suor e esforço de cativos. Agora eles estavam livres, exigiam compensação e não aceitariam viver em condições ainda piores do que aquelas que o cativo oferecia.

No sul, particularmente, conflitos profundos – sobretudo aqueles relacionados à posse de terras - marcaram a vida política, social e econômica do período pós-emancipação. Além disso, nessa região, uma burguesia industrial emergente, pequenos proprietários brancos e comerciantes lutavam por seus interesses, buscando influenciar o Estado, ao mesmo tempo em que os libertos reclamavam o direito à terra que sempre fora trabalhada por eles. Havia dúvidas sobre a continuidade do projeto sulista e as lavouras estavam ameaçadas - tanto em seu aspecto econômico quanto político. Para os fazendeiros sulistas parecia haver apenas uma solução:

---

<sup>488</sup> FONER, Eric. *Nada Além da Liberdade. A emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 27.

perpetuar a exploração do trabalho negro e de um sistema autoritário que garantisse uma mão de obra disciplinada e dependente.

Ademais, a derrocada econômica da região afetou primeiramente e com maior força os ex-escravos - uma vez que eram eles que se encontravam em situação de maior instabilidade. Isso os fez rapidamente ter certeza de que a emancipação não havia trazido qualquer tipo de conciliação entre seus interesses e os de seus antigos senhores, e, segundo Foner, “(...) no reconhecimento aberto dos interesses inconciliáveis, residia a receita para o conflito contínuo”<sup>489</sup>.

Além disso, o status jurídico, o grau de liberdade e autonomia, o acesso à terra, à educação e à cidadania, tudo o que reportava-se de alguma maneira à situação dos ex-escravos, passava por um complexo jogo de poder – e foi isso que procuramos introduzir ao longo do trabalho. Conforme visto, os grandes proprietários de terras – e, outrora, de escravos – eram jogadores poderosos. E, por isso, lograram influenciar de forma definitiva a transição do sistema de trabalho escravista para o assalariado. A extensão de seu poder político era tamanha que eles conseguiram, sem grandes problemas, influenciar também o próprio Estado federal, sobretudo no que tange às decisões executivas que impediram diversas formas de organização social dos negros.

O que se seguiu foi, na maioria dos casos, a pobreza, fome, analfabetismo, doenças, exploração, racismo. A abolição nos Estados Unidos não gerou cidadãos plenos de direitos – pelo contrário. O preço que os libertos pagaram pelo fracasso da Reconstrução foi caro demais, sobretudo porque o desfecho da guerra levou à criação de um sistema – que duraria pelo menos até a década de 1960 - baseado na lógica do *one drop*, que visava manter a população negra segregada e sem direitos civis. Assim, os Estados Unidos excluíram do convívio social dos brancos qualquer um que possuísse algum grau de ancestralidade africana – mesmo que fosse uma gota, *one drop*.

Contudo, procuramos demonstrar que, para aqueles que foram libertados durante a guerra, a emancipação assinada por Lincoln representava uma linha divisória em suas trajetórias. Em um país que nasceu defendendo a ideologia liberal e contratualista, os libertos aproveitaram a oportunidade de exigir direitos civis e políticos. O impacto dessas ações reverberou de forma intensa nos anos que se seguiram – quando foram impostos à comunidade afro-americana um regime de segregação racial, a perda dos direitos de cidadania e a

---

<sup>489</sup> FONER, op. cit., p. 122.

precarização do trabalho – e tem sido muito revisitado com a recente crise social em que submergiram os Estados Unidos, tendo como epicentro o Missouri.

Com isso, procuramos demonstrar que os soldados negros que lutaram na Guerra Civil acabaram por plantar uma semente no que concerne à luta por direitos civis e políticos, sendo determinantes para que se estabelecesse o precedente de intervenção federal nos assuntos estaduais.

É por este impacto evidente na contemporaneidade, que alguns pensadores, como Noam Chomsky, afirmam que a Guerra Civil sequer está encerrada. Para Chomsky, isso se dá, sobretudo, porque ela criou um sectarismo forte e duradouro na organização partidária dos Estados Unidos<sup>490</sup>. Eric Foner também reitera essa posição, afirmando que a guerra consiste numa “(...) uma saga de persistência mais do que de mudança, de estagnação mais do que de progresso, da manutenção de uma velha classe dominante mais do que do triunfo de uma nova ordem.<sup>491</sup>”. Esse tipo de concepção se aproxima daquela defendida por Jack Greene, quando ele afirma que a Revolução Americana foi conservadora, pois não mudou as estruturas da sociedade, perpetuando as mesmas elites. Assim, podemos pensar que também a Guerra Civil – ao contrário do que a historiografia tradicional aponta – foi conservadora pois a extinção da escravidão não abalou a reprodução social das elites que controlavam o país.

Procuramos igualmente demonstrar que – ao contrário do que a historiografia do tema ponderou durante décadas – essa aparente continuidade não é um sintoma de uma situação estática nas grandes lavouras. Essa mesma historiografia contribuiu para que os ex-escravos e seus descendentes se mantivessem, por décadas, privados de relatar suas próprias experiências. Com isso, muitas vezes, eles deixaram de ser atores de sua própria história, privados do "poder originário" de narrar a si mesmos.

Por mais que a maioria das suas expectativas tenha sido frustrada – sobretudo porque o modelo de grande lavoura, modificado, sobreviveu –, eles mostraram que era possível tomar as rédeas de sua própria história e modificar seu próprio destino. Desta maneira, ocultar seu protagonismo no processo de emancipação é um verdadeiro abuso do uso da memória e do esquecimento - o que acaba por dificultar o processo de superação do trauma histórico da escravidão e da guerra.

A carga física e emocional de um sistema tão brutal quanto o escravista levou muitos escravos a desenvolverem um profundo senso de compromisso com a emancipação, tornando-

---

<sup>490</sup> CHOMSKY, Noam. *Occupy: Reflections on Class War, Rebellion and Solidarity*. Occupied Media Series, 2ª ed. Westfield (NJ): Zuccotti Park Press, 2012/2013.

<sup>491</sup> FONER, op. cit. p. 123.

se testemunhos da força que um ideal de liberdade pode ter. Esse princípio atravessou décadas, e diferentes gerações continuaram o legado de luta por igualdade, oportunidade, autonomia e participação política. Essa memória de luta e comprometimento pode ser resgatada a partir de uma historiografia que se proponha a narrar a história do ponto de vista dos "outros".

Assim, revisitar memórias traumáticas - como a da escravidão - é fundamental e não consiste em um campo esgotado. Conforme visto, a vasta produção norte-americana sobre o tema somente muito recentemente passou a privilegiar uma história da escravidão contada a partir da visão dos próprios cativos. Para além dessa questão, o sentido que um evento traumático assume não está estabelecido definitivamente e é preciso revisitá-lo constantemente, narrando e compreendendo com o auxílio de dispositivos da cultura histórica como o perdão e o luto.

O legado da guerra e da emancipação, da Reconstrução e das leis segregacionistas está presente em instituições e tensões sociais das mais variadas mesmo mais de 150 anos depois da abolição nos Estados Unidos, “E, sob outros nomes, a luta pela desencadeada emancipação, por igualdade nas relações sociais, acesso aos recursos da terra e aos frutos do próprio trabalho ainda continua”<sup>492</sup>. Assim, o trabalho que vem sendo desenvolvido desde a década de 1970 ainda tem muito a ser explorado - e esta dissertação tentou contribuir com esta nova linha. Inúmeras obras vêm sendo editadas e o ponto de vista dos escravos sobre a escravidão e a guerra começa a ser narrado também em campos como o cinematográfico e o literário. Desta forma, no horizonte de uma cultura cunhada sob a égide de ideais etnocêntricos e do preconceito racial, a comunidade negra norte-americana começa a revisitar seu trauma e vislumbrar perspectivas de um futuro menos desigual.

---

<sup>492</sup> Idem, p. 176.

## FONTES PRIMÁRIAS DIGITALIZADAS

1860 Census. Disponível em: <http://www.civil-war.net/> Acesso em: 08 fev. 2015

*Articles of Confederation. Art. III.* Disponível em: <http://memory.loc.gov/cgi-bin/ampage?collId=llsl&fileName=001/llsl001.db&recNum=127> Acesso em: 22 nov. 2014.

Carta À Convenção da União no Tennessee reunida no Capitólio em Nashville; 9 jan. 1865: recorte de jornal não identificado de Andrew Tait. Comando Continental da Marinha dos Estados Unidos, Grupo de registro 393, pt. 01, Arquivos Nacionais dos Estados Unidos, Washington, D.C. Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/tenncon.htm>. Acesso em: 24 jul. 2014.

Carta da delegação de negros do Kentucky para o Presidente; Washington, D.C. Final de junho de 1865. Cartas recebidas do presidente de dos departamentos executivos, gabinete da Secretaria de Guerra, Grupo de Registro 107, Arquivos Nacionais dos Estados Unidos, Departamento de Guerra dos Estados Unidos, Washington, D.C. Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/Roxborough%20et%20al.html> Acesso em: 24 jul. 2014.

Carta de Annie Davies para o presidente, 25 ago. 1864, D-304 1864, Cartas Recebidas, ser. 360, Divisão de Tropas Coloridas, Gabinete do Ajudante Geral, Grupo de Registro 94, Arquivos Nacionais dos Estados Unidos, Washington, D.C. Carta 139, Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/adavis.htm> Acesso em: 08 fev. 2015

Carta de John Boston para a senhora Elizabeth Boston 12 jan. 1862. Anexo em: Carta do Maj. Genl. Geo. B. McClellan para Hon. Edwin Stanton, 21 jan. 1862, A-587 1862, Cartas Recebidas, ser. 12, Escritório do Ajudante Geral, Grupo de Registro 94, Arquivos Nacionais dos Estados Unidos, Washington, D.C. Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/boston.htm> Acesso em: 08 fev. 2015

“Carta de Spotswood Rice para suas crianças” 3 set. 1864. Anexo em: F. W. Diggs para Genl. Rosecrans, 10 set. 1864, D-296 1864, Cartas recebidas, ser. 2593, Departamento do Missouri, Comando Continental do exército dos Estados Unidos, Grupo de Registro 393 Pt. 1, Arquivos Nacionais dos Estados Unidos, Washington, D.C. Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/rice.htm> Acesso em: 23 ago. 2014.

Carta do ex-superintendente dos pobres no Departamento de Carolina do Norte ao Presidente da Comissão de Inquérito de Libertos. New York, 25 maio 1863. Arquivada com O-328 1863, Cartas recebidas, ser. 12, Gabinete do Ajudante Geral, Grupo de Registro 94, Arquivos Nacionais dos Estados Unidos – Washigton, D.C. Carta 132. Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/Colyer.htm> Acesso em: 08 fev. 2015

Carta do presidente Abraham Lincoln para Horace Greeley. Washington, 22 ago. 1862. Disponível em: <http://www.abrahamlincolnonline.org/lincoln/speeches/greeley.htm> Acesso em: 08 fev. 2015

Carta do Sargento Richard Etheredge e William Benson para o General Howard. Maio ou junho de 1865. Cartas recebidas não registradas, ser. 2453, Bureau de refugiados, libertos e terras abandonadas, Grupo de registro 105, Arquivos Nacionais dos Estados Unidos da América,

Washington, D.C. Carta 47. Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/roanoke.htm>  
Acesso em: 11 ago. 2014.

Carta do soldado James Henry Gooding para Abraham Lincoln. 28 set. 1863. Anexado em: [Harper & Brothers] to [Abraham Lincoln], 12 de Outubro de 1863, Morris Island [S.C] H-133 1863, Cartas recebidas, ser. 360, Divisão de Tropas Coloridas, Escritório do Assistente Geral Adjunto. Grupo de Registro 94, Arquivos Nacionais dos Estados Unidos da América, Washington, D.C. Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/gooding.htm> Acesso em: 24 jul. 2014.

Carta sem assinatura para 'meu querido amigo'; ago. 1864. Anexado com: R-268 1864, Cartas Recebidas, ser. 360, Divisão de tropas coloridas, Gabinete do ajudante do General, Grupo de Registro 94, Arquivos Nacionais dos Estados Unidos da América, Washington, D.C. Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/anonymous%208-1864.html> Acesso em 24 jul. 2014.

Depoimento de Joseph Miller. 26 nov. 1864, Arquivado com H-8 1865, Cartas registradas recebidas, ser. 3379, Comissário Assistente do Tennessee, Bureau de refugiados, Libertos e Terras Abandonadas, Grupo de registro 105, Arquivos Nacionais dos Estados Unidos da América, Washington, D.C. Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/JMiller.html> Acesso em 11 ago. 2014.

*Emancipation Proclamation.* Disponível em: [http://www.archives.gov/exhibits/featured\\_documents/emancipation\\_proclamation/transcript.html](http://www.archives.gov/exhibits/featured_documents/emancipation_proclamation/transcript.html) Acesso em: 19 maio 2014.

*First Confiscation Act.* Seis de agosto de 1861. Disponível em: <http://teachingamericanhistory.org/library/document/first-confiscation-act/> Acesso em: 08 fev. 2015

*Militia Act of 1862.* Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/milact.htm> Acesso em: 08 fev. 2015

Ordem do comandante da Divisão Militar do Mississippi, Major General W.T. Sherman. Ordens especiais de campo, número 15, Quartel General da Divisão Militar do Mississippi, 16 de janeiro de 1865. Ordens e Circulares, ser. 44, Gabinete do Ajudante Geral, Grupo de Registro 94, Arquivos Nacionais dos Estados Unidos, Washington, D.C. Carta 145. Disponível em: <http://www.freedmen.umd.edu/sfo15.htm> Acesso em: 08 ago. 2014.

Relato do Maj. Geo. L. Stearns para a *American Freedmen's Inquiry Commission*. 23 nov. 1863. Arquivado como O-328 1863, Cartas recebidas, Escritório do Ajudante Geral, Grupo de Registro 94, Arquivos Nacionais dos Estados Unidos – Washington D.C. Disponível em: <http://www.history.umd.edu/Freedmen/sampdocs.htm> Acesso em: 11 jan. 2015

*Second Confiscation Act.* Disponível em: <http://teachingamericanhistory.org/library/document/second-confiscation-act/> Acesso em: 14 maio 2014.

*The Declaration of Independence: A transcription.* Disponível em: [://www.archives.gov/exhibits/charters/declaration\\_transcript.html](http://www.archives.gov/exhibits/charters/declaration_transcript.html) Acesso em: 20 nov. 2014

*Transcript of 13th Amendment to the U.S Constitution: Abolition of Slavery (1865).* Disponível em: <http://www.ourdocuments.gov/doc.php?flash=true&doc=40&page=transcript> Acesso em: 08 fev. 20





## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APTHEKER, Herbert. *Nat Turner's Slave Rebellion*. New York: Humanities Press, 1966.

\_\_\_\_\_; Negro Casualties in the Civil War. *Journal of Negro History*. v. 32, m.01. Jan. 1947

BERLIN, Ira; REIDY, Joseph P; Rowland, Leslie S. (Org.). *Freedom's Soldiers: The Black Military Experience in the Civil War*. New York: Cambridge University Press, 1998.

BESTOR, Arthur. The American Civil War as a Constitutional Crisis. *American History Review*, vol.69, nº 2, janeiro de 1864, p.327-351. Apud: PERMAN, Michael (Org.). *The Coming of the American Civil War*. Lexington (MA): D.C Heath, 1993

BLIGHT. David W. *Race and Reunion: the Civil War in American memory*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2001.

BRION DAVIS, David. *O Problema da Escravidão na Cultura Ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BUENZA, José Maria Imízcoz; RUIZ, Lara Arroyo. Redes sociales y correspondência epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas. *REDES - Revista hispana para el análisis de redes sociales*. v. 21, n.4, Dez. 2011. Disponível em: [http://revistaredes.rediris.es/html-vol21/vol21\\_4.htm](http://revistaredes.rediris.es/html-vol21/vol21_4.htm) Acesso em: 23 ago. 2014

BURTON, William L. *Melting Pot Soldiers: The Union's Ethnic Regiments North's Civil War*. Fordham University Press, 1998.

CAMPBELL, Stanley W. *The slave catchers: enforcement of the fugitive slave law, 1850-1860*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1970.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das letras, 1990.

CHANNING, Steven A. *Crisis of Fear: Secession in South Carolina*. New York: Simon & Schuster, 1970. Apud: PERMAN, Michael (Org.). *The Coming of the American Civil War*. Lexington (MA): D.C Heath, 1993

CHISM, Kahlil. Harriet Tubman: Spy, Veteran and Widow. *OAH Magazine of History*, n. 19, Dec. 2012.

CHOMSKY, Noam. *Occupy: Reflections on Class War, Rebellion and Solidarity*. Occupied Media Series, 2. ed. Westfield (NJ): Zuccotti Park Press, 2012/2013.

CLAVERO, Bartolomé. *Happy Constitution*. Madrid: Trotta. 1997.

COLLINS, Randall. *Violence: A micro-sociological theory*. Princeton: Princeton University Press, 2008.

COMMAGER, Henry Steele (Org.). *Documents of American History*. New York: Appleton, 1949. Apud HOLZER, Harold; GABBARD, Sara Vaughn (Org.). *Lincoln and Freedom: Slavery, Emancipation and the Thirteenth Amendment*. Carbondale (IL): Southern Illinois University Press, 2007.

CORNISH, Dudley Taylor. *The Sable Arm: Negro Troops in the Union Army, 1861-1865*. New York: W.W.Norton, 1965.

DAVIES, Kenneth Gordon. *The Royal African Company*. Londres: Routledge/Thoemmes Press, 1999.

DEFORD, Deborah H. *African Americans During the Civil War*. New York: Chelsea Publishers, 2006.

DOUGLASS, STEPHEN ARNOLD. In: HUGH, Chisholm (Org.). *Encyclopedia Britannica*. 11. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1911.

EICHER, David J. *The longest night: a military history of the civil war*. New York: Simon & Schuster, 2001

ELTIS, David. The Volume and Structure of the Transatlantic Slave Trade: A Reassessment. *William and Mary Quarterly*.v. 58, n. 1, 2001

ELTIS, David; RICHARDSON, David. Os mercados de escravos africanos recém-chegados às Américas: padrões de preços, 1673-1865. *TOPOI*, n. 06, mar. 2013.

EMERY, Michael; EMERY, Edwim. *The Press and America: An Interpretive History of the Mass Media*. Boston: Allyn and Bacon, 8 ed., 1996.

FINLEY, Moses I. *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FINKELMAN, Paul (Org.). *Encyclopedia of African American History, 1619–1895: From the Colonial Period to the Age of Frederick Douglass*. New York: Oxford University Press, 2006.

FONER, Eric. *Nada Além da Liberdade. A emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_; *Politics and Ideology in the Age of the Civil War*. New York: Oxford University Press, 1980.

\_\_\_\_\_; *The Fiery Trial: Abraham Lincoln and American Slavery*. New York: W.W Norton & Company, 2010.

FOX-GENOVESE, Elizabeth. *Within the plantation household: black and white woman of the Old South*. Chapel Hill (NC): The University of North Carolina Press, 1988.

FOX-GENOVESE, Elizabeth; GENOVESE, Eugene D. *Fruits of merchant capital: slavery and bourgeois property in the rise and expansion of capitalism*. New York: Oxford University Press, 1982. Apud: PERMAN, Michael (Org.). *The Coming of the American Civil War*. Lexington (MA): D.C Heath, 1993

\_\_\_\_\_; *The Mind of the Master Class: History and Faith in the Southern Slaveholder's Worldview*. New York: Cambridge University Press, 2005

- FRANK, Joseph Allan; REAVES, George A. Emotional responses to combat. In: BARTON, Michael; LOGUE, Larry (Org.). *The civil war soldier: a historical reader*. New York and London: New York University Press, 2002
- GENOVESE, Eugene. *Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made*. New York: Pantheon Books, 1974
- GLATTHAAR, Joseph T. *Forged in Battle: the civil war alliance of black soldiers and white officers*. New York: First Meridian Printing, 1991.
- GREENBERG, Kenneth S. Masters and Statesmen: The Political Culture of American Slavery. Baltimore/London: The John Hopkins University Press, 1985, p.107-135. Apud: PERMAN, Michael (Org.). *The Coming of the American Civil War*. Lexington (MA): D.C Heath, 1993
- GREENE, Jack P. The American Revolution. *The American Historical Review*, v. 105, n. 01.
- GRINBERG, Keila; PEABODY, Sue. *Escravidão e Liberdade nas Américas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.
- GUELZO, Allen C. 'Sublime in Its Magnitude': The Emancipation Proclamation. In: HOLZER, Harold; GABBARD, Sara Vaughn (Org.). *Lincoln and Freedom: Slavery, Emancipation and the Thirteenth Amendment*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2007.
- HAMILTON, A.; MADISON, J.; JAY, J. *The Federalist Papers*. New York: Signed Classic, 2003.
- HERRING, George C. *From Colony to Superpower: U.S Foreign Relations since 1776*. New York: Oxford University Press, 2008.
- HIGGINSON, Thomas Wentworth. The negro as a soldier. In: BARTON, Michael; LOGUE, Larry (Org.). *The civil war soldier: a historical reader*. New York e London: New York University Press, 2002.
- HILL, Samuel S. Religion and the Results of the Civil War. In: MILLER, Randall M. (Org.). *Religion and the American Civil War*. New York e Oxford: Oxford University Press, 1998
- HOBSBAWN, Eric. *A era do Capital: 1848-1875*. 13 ed. São Paulo: Ed. Paz e terra, [1977] 2007.
- HOLT, Michael F. Party Breakdown and the Coming of the Civil War. In: HOLT, Michael F. *The Political Crisis of the 1850s*. New York: John Wiley and Sons, 1978, p. 9-99.
- HORTON, James Oliver. Slavery during Lincoln's Lifetime. In: HOLZER, Harold; GABBARD, Sara Vaughn (Org.). *Lincoln and Freedom: Slavery, Emancipation and the Thirteenth Amendment*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2007
- LAFANTASIE, Glenn. Who was the common soldier of America's Civil War? *MHQ Spring*, v. 16, n. 3, 2004.
- MARTEN, James. *A Civil War America: voices from the home front*. Santa Barbara: ABC Clio, 2003.

- MARSZALEK, John F. Marching to Freedom: The U.S. Colored Troops. In: HOLZER, Harold; GABBARD, Sara Vaughn (Org.). *Lincoln and Freedom: Slavery, Emancipation and the Thirteenth Amendment*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2007.
- MASLOWSKI, Pete. A study of morale in the civil war soldiers. In: BARTON, Michael; LOGUE, Larry (Org.). *The civil war soldier: a historical reader*. New York and London: New York University Press, 2002.
- McKITRICK, Eric. *Andrew Jackson and Reconstruction*. Oxford: Oxford University Press, 1960.
- McPHERSON, James M. Ante-bellum Southern Exceptionalism: A New Look at an Old Question. Apud: *Drawn with the Sword: Reflections on the American Civil War*. Oxford: Oxford University Press, 1996. p. 3-23.
- \_\_\_\_\_ ; *Crossroads of Freedom: Antietam, the Battle That Changed the Course of the Civil War*. New York: Oxford University Press, 2002.
- \_\_\_\_\_ ; On the Altar of My Country. In: BARTON, Michael; LOGUE, Larry (Org.). *The civil war soldier: a historical reader*. New York and London: New York University Press, 2002
- \_\_\_\_\_ ; *The Negro's Civil War*. New York: Pantheon Books, 1965.
- MITCHELL, Reid. From volunteer to soldier. The psychology of service. In: BARTON, Michael; LOGUE, Larry (Org.). *The civil war soldier: a historical reader*. New York and London: New York University Press, 2002.
- MOORE JR., Barrington. *Social Origins of Dictatorship and Democracy*. Boston: Beacon Press, 1966.
- MORGAN, Edmund. *Esclavitud y Libertad en los Estados Unidos de la Colonia a la independencia*. Trad. Teresa Beatriz Arijon. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.
- OLIVEIRA FILHO, Roberto Gurgel de. Federalismo norte-americano: marco inicial ou desenvolvimento de um pensamento? *Revista Jurídica da Toledo de Presidente Prudente -SP*. v.14, nov. 2009.
- PALUDAN, Phillip Shaw. Lincoln and the Limits of Constitutional Authority. In: HOLZER, Harold; GABBARD, Sara Vaughn (Org.). *Lincoln and Freedom: Slavery, Emancipation and the Thirteenth Amendment*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2007.
- PERMAN, Michael. *Emancipation and Reconstruction*. Wheeling (IL): Harlan Davidson, 2003
- \_\_\_\_\_ ; (Org.). *The Coming of the American Civil War*. Lexington (MA): D.C Heath, 1993
- \_\_\_\_\_ ; *The Southern Political Tradition*. Baton Rouge (LA): Louisiana State University Press, 2012.
- RAMOLD, Steven J. *Slaves, Sailors, Citizens*. Dekalb (IL): Illinois University Press, 1 ed.
- REDKEY, Edwin S (Org.). *A Grand Army of Black Men: letters from african-american soldiers in the union army, 1861-1865*. New York: Cambridge University Press, 1992.

- REMINI, Robert V. *Andrew Jackson and the Course of American Freedom, 1822-1832*. v. 2. Baltimore e Londres: The John Hopkins University Press, 1981.
- RICOEUR, Paul. *Memória, história, esquecimento*. Conferência escrita e proferida em inglês em: 8 mar.2003, em Budapeste, sob o título: “Memory, history, oblivion”. Disponível em: [http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos\\_disponiveis\\_online/pdf/memoria\\_historia](http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia) Acesso em: 04 fev. 2014
- RUSEN, Jörn. Using History: The Struggle over Traumatic Experiences of the Past in Historical Culture. *Historein*, vol. 11, 2011.
- RUSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes da meta-história. *História da Historiografia*, n. 02, mar. 2009. Traduzido por Valdeci Araujo e Pedro S. P. Caldas, revisão de Estevão de Rezende Martins.
- SCHWARZ, Frederic D. *The Dred Scott Decision*. Plantation (FL): American Heritage, 2007.
- SCHLESINGER JR, Arthur (Org.). *History of U.S Political Parties*: v. 2: 1860-1910, the Gilded Age of Politics. New York: Chelsea House, 1973.
- SYRETT, John. *Confiscation Acts: failing to reconstruct the South*. New York: Fordham University Press, 2005.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 1987. 3 v. Trad. Denise Bottmann (v. I e III); Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida (v. II). São Paulo: Paz e Terra.
- TRUDEAU, Noah André. *Like Men of War: Black Troops in the Civil War (1862-1865)*. New York: Castle Books, 2002
- TUCKER, Spencer C (Org.). *The encyclopedia of the Mexican-American War: a political, social and military history*. Santa Barbara (CA): ABC- CLIO / LLC, 2013.
- WEINBERG, Albert Katz. *Manifest Destiny: A Study of Nationalist Expansionism in American History*. New York: AMS Press, 1935.
- WELCHER, Frank J. *The Union Army, 1861–1865: organization and operations*. v. 1. Bloomington: Indiana University Press, 1989.
- WRIGHT, Gavin. The political economy of the Cotton South: households, markets, and wealth in the Nineteenth Century. New York: W.W Norton & Company, 1978. Apud: PERMAN, Michael (org). *The Coming of the American Civil War*. Lexington (MA):D.C Heath, 1993
- ZINN, HOWARD. *A People's History of United States, 1942-present*. New York: Heaper Colling, 2001.

## **ANEXO I**

## PEQUENO LÉXICO

<i>Border State</i>	<b>Termo que designa os estados escravistas que não declararam secessão à União desde 1861. Eram eles: Missouri, Delaware, Maryland e Kentucky. Em 1863, West Virginia separou-se do estado confederado da Virginia e também tornou-se um <i>Border State</i> ao declarar-se um novo estado escravista na União.</b>
<b>Território</b>	<b>Os territórios foram criados como unidade política dos Estados Unidos com o fim de melhor administrar terras ainda pouco exploradas ou recém-adquiridas, enquanto as fronteiras do país ainda estavam consolidando-se. Os territórios não entravam no sistema federalista, sendo supervisionados diretamente pelo governo federal. Os sete territórios eram respectivamente: Dakota, Nebraska, Colorado, Indian (Oklahoma), New Mexico, Utah e Washington (District of Columbia).</b>
<i>Deep South</i>	<b>Termo geral que designa a região que abrangia os estados secessionistas durante a Guerra Civil</b>
<i>Upper South</i>	<b>Termo geral que designa a região do sul que faz fronteira ou se localiza próxima da fronteira com os estados nortistas.</b>

## **ANEXO II**

Tabela – Salários por local e ocupação entre 1851 e 1860

Salário	Rendimento por:					
	Ocupação	Dia	Semana	Ano	Ano	Local
	Trabalhador comum	\$0.88	\$4.40	\$228.00	1851	Lake Erie Canal
	Carpinteiro	\$1.50	\$7.50	\$390.00	1851	Lake Erie Canal
	Trabalhador comum	\$1.00	\$5.00	\$260.00	1854	Lake Erie Canal
	Carpinteiro	\$1.75	\$8.75	\$455.80	1854	Lake Erie Canal
	Trabalhador	\$0.41	\$2.05	\$106.60	1821-30	Philadelphia
	Trabalhador	\$0.43	\$2.15	\$111.74	1821-30	Philadelphia
	Trabalhador	\$0.44	\$2.20	\$114.60	1841-50	Brandywine
	Trabalhador	\$0.40	\$2.00	\$104.00	1841-50	Maryland
	Trabalhador	\$0.50	\$2.50	\$130.00	1841-50	Massachusetts
	Trabalhador	\$0.53	\$2.63	\$136.80	1841-50	Maryland
	Caçador	\$11.54	\$57.69	\$300.00	1831	Utah
	Caçador	\$1.15	\$5.77	\$300.00	1840	Utah
	Trabalho em geral (não especificado)	\$1.92	\$9.62	\$500.00	1840	Utah
	Trabalhador não qualificado	\$0.75	\$3.75	\$195.00	1840's	n/a
	Costureira (paga por camisa feita, sexo feminino)	\$0.18	\$0.90	\$46.80	1833	New York
	Empreiteiro ferroviário (Irlandeses)	\$0.55	\$2.75	\$143.00	1851-1852	New York
	Responsável por Pony Station	\$2.31	\$11.54	\$600.00	1860	California
	Mineiro	\$10.00	\$50.00	\$2,600.00	1860	California

Fonte: <http://anotherandrosphereblog.blogspot.com.br/2013/03/how-much-did-things-cost-in-1850s-usa.html>

Acesso em: 26 fev. 2015

### **ANEXO III**

Tabela – Valor de *commodities* por local entre 1850 e 1865

Commodities:		Custo por X Unidades		
Item	Unidade de Medida	1 unidade	Ano	Local
Café	Kg	\$0.44	1861	Wisconsin
Chá	Kg	\$1.65	1861	Wisconsin
Manteiga	Kg	\$0.40	1861	Wisconsin
Queijo	Kg	\$0.31	1861	Wisconsin
Ovos		\$0.02	1861	Wisconsin
Banha de porco	Kg	\$0.26	1861	Wisconsin
Cranberries (fruta)	L	\$0.11	1861	Wisconsin
Currants (fruta)	Kg	\$0.26	1861	Wisconsin
Maçãs secas	Kg	\$0.20	1861	Wisconsin
Pêssegos secos	Kg	\$0.44	1861	Wisconsin
Hubbard squash (fruta)	Kg	\$0.02	1861	Wisconsin
Limões		\$0.03	1861	Wisconsin
Batatas	Kg	\$0.01	1861	Wisconsin
Uvas passas	Kg	\$0.44	1861	Wisconsin
Squashes (fruta)		\$0.03	1861	Wisconsin
Batata-doce	Kg	\$0.07	1861	Wisconsin
Cevada	Kg	\$0.01	1861	Wisconsin
Sementes	Kg	\$0.01	1861	Wisconsin
Farinha de milho	Kg	\$0.04	1861	Wisconsin
Espiga de milho	Kg	\$0.01	1861	Wisconsin
Milho em grão	Kg	\$0.01	1861	Wisconsin
Aveia	Kg	\$0.00	1861	Wisconsin

Centeio	Kg	\$0.01	1861	Wisconsin
Farinha de centeio	Kg	\$0.05	1861	Wisconsin
Trigo	Kg	\$0.01	1861	Wisconsin
Farinha de trigo	Kg	\$0.05	1861	Wisconsin
Carne	Kg	\$0.07	1861	Wisconsin
Bacalhau	Kg	\$0.13	1861	Wisconsin
Fiambre	Kg	\$0.31	1861	Wisconsin
Carneiro	Kg	\$0.05	1861	Wisconsin
Vitelos (6 semanas)	Kg	\$0.07	1861	Wisconsin
Açúcar mascavo	Kg	\$0.20	1861	Wisconsin
Sal de cozinha	Kg	\$0.06	1861	Wisconsin
Mel	Kg	\$0.55	1861	Wisconsin
Melaço de cana	L	\$0.11	1861	Wisconsin
Vinagre de maçã	L	\$0.06	1861	Wisconsin
Açúcar	Kg	\$0.31	1861	Wisconsin
Tabaco	Kg	\$0.06	1846	Kentucky
Plumas	Kg	\$0.55	1846	Kentucky
Carne curada	Kg	\$0.13	1846	Kentucky
Ovos		\$0.01	1846	Kentucky
Whisky	L	\$0.08	1846	Kentucky
Açúcar	Kg	\$0.22	1846	Kentucky
Café	Kg	\$0.28	1846	Kentucky
Pimenta	Kg	\$0.57	1846	Kentucky
Pente fino		\$0.15	1846	Kentucky
Escova de cabelo		\$0.17	1846	Kentucky

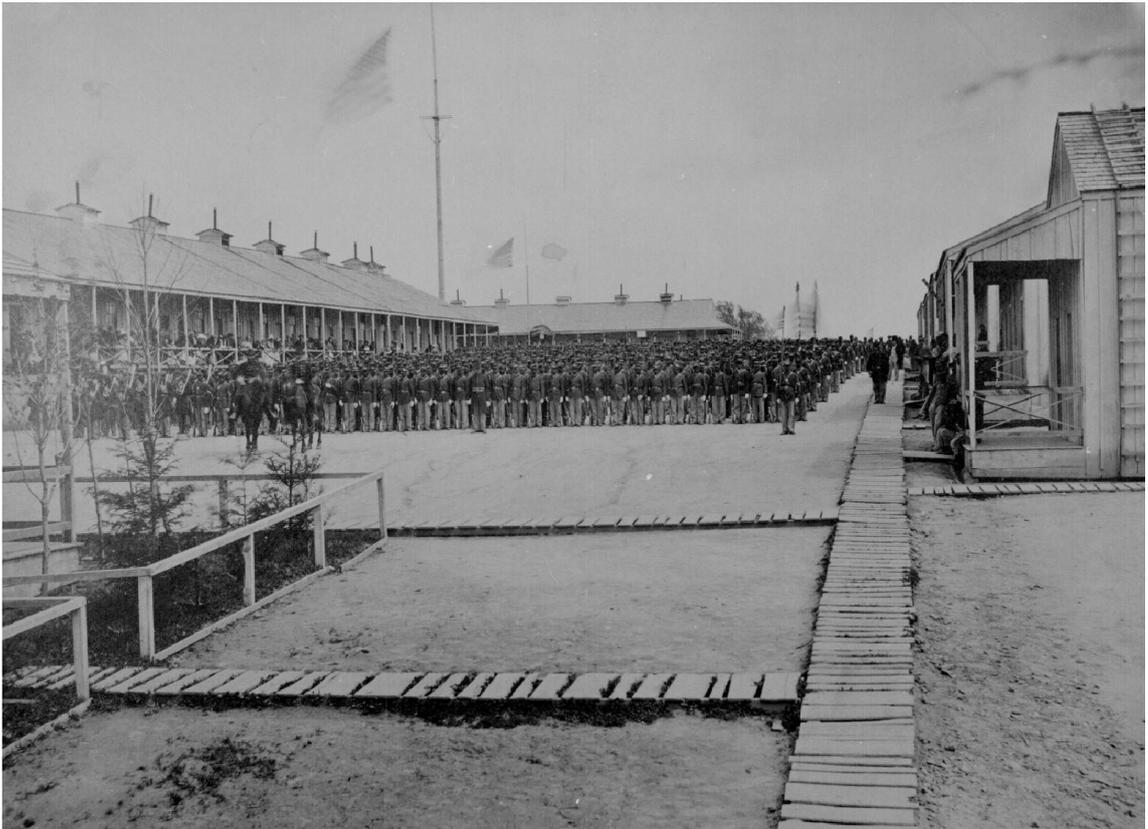
Velas	Kg	\$0.28	1846	Kentucky
Sebo	Kg	\$0.14	1846	Kentucky
Candelabros	Par	\$0.87	1846	Kentucky
Whisky	L	\$0.08	1846	Kentucky
Whisky	L	\$0.04	1846	Kentucky
Barril de Whisky vazio		\$0.50	1846	Kentucky
Colt (revolver)		\$10.00	1847	
Colt (revolver) - Valor de varejo		\$25.00	1861	Missouri
Rifle modelo Springfield (1861)		\$20.00	1861	
Rifle modelo Springfield (1861) - Custo de produção no arsenal oficial		\$12.00	1861	
Rifle modelo Springfield (1861) - Custo de fabricação privada		\$14.00		
Metralhadora		\$1,000.00	1864	
Cavalo		\$120	1861	
Cavalo		\$185	1865	

Fonte: <http://anotherandrosphereblog.blogspot.com.br/2013/03/how-much-did-things-cost-in-1850s-usa.html>

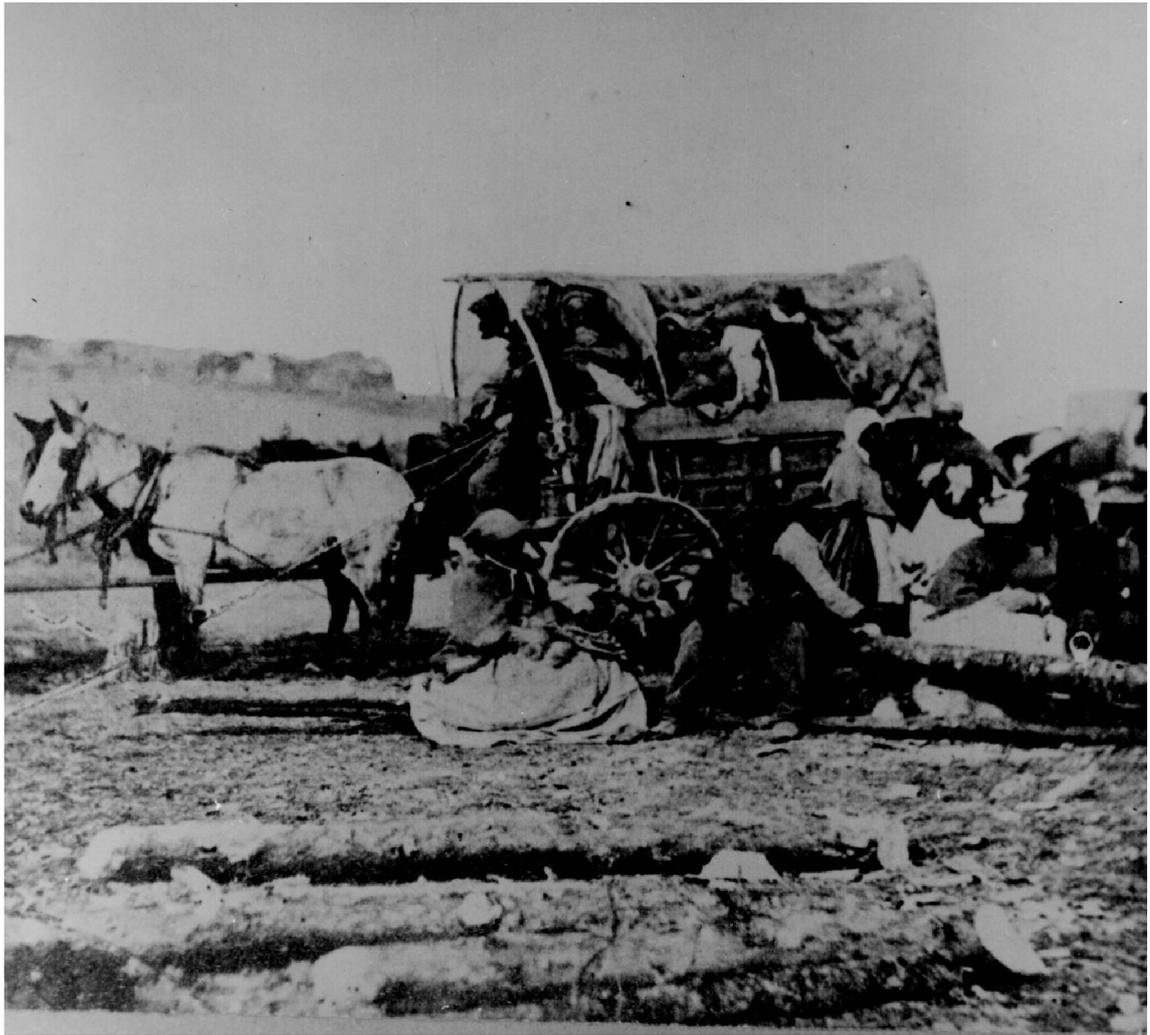
Acesso em: 26 fev. 15

## **ANEXO IV**

## IMAGENS



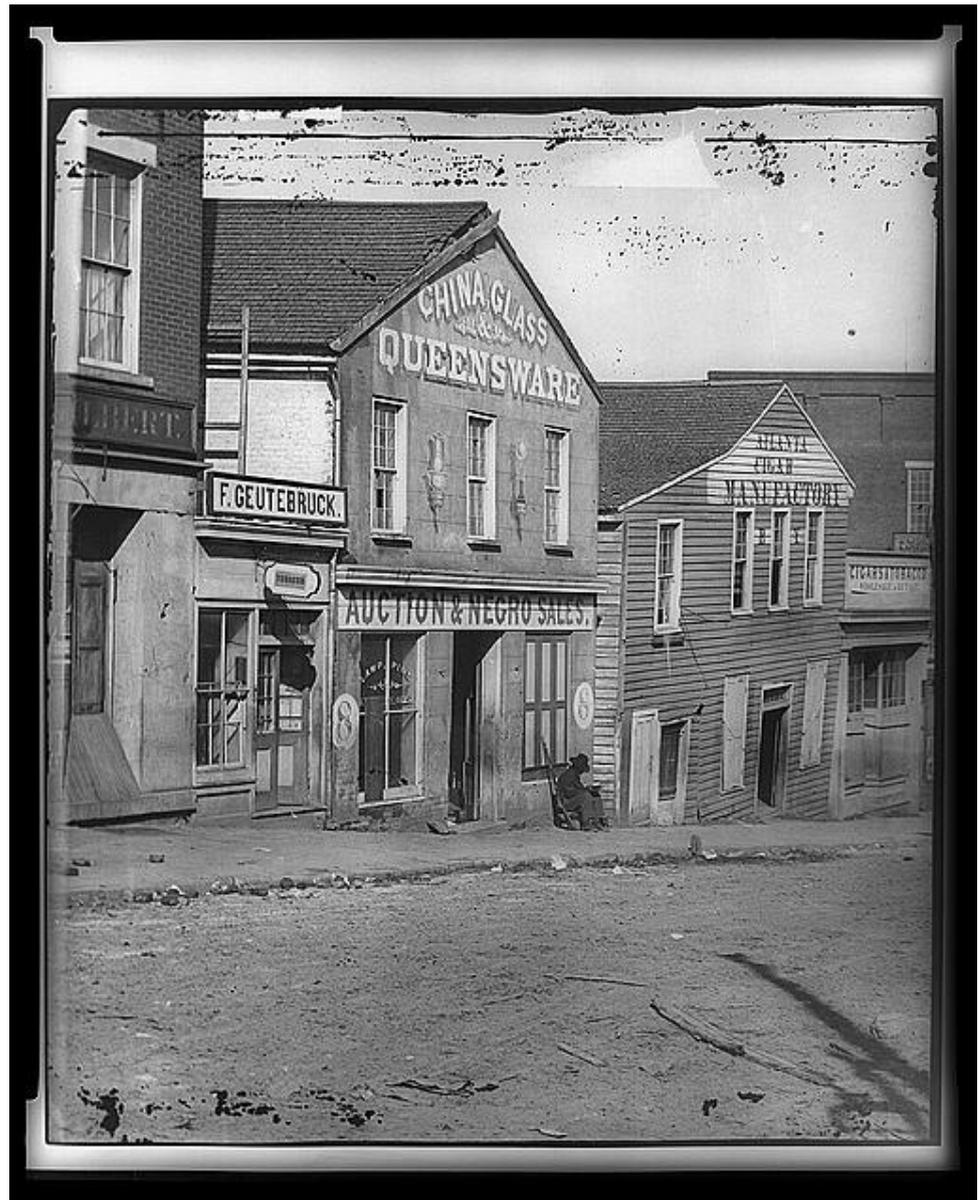
“O 26º U.S Colored Volunteer Infantry em parada – Pennsylvania, 1865” Fonte:  
<http://www.civilwarphotos.net/files/images/006.jpg> Acesso em: 26 jan.2015



” Família negra entrando nas linhas da União com uma carroça carregada”. Fonte: <http://www.civilwarphotos.net/files/images/012.jpg> Acesso em 26 jan. 2015



“Trabalhadores negros em um píer. James Ríver, Virginia”. Fonte: <http://www.civilwarphotos.net/files/images/014.jpg> Acesso em: 26 jan. 2015



“Leilão e venda de negros, Whitehall Street – Atlanta, Georgia, 1864”. Fonte: <http://www.civilwarphotos.net/files/images/207.jpg> Acesso em: 26 jan. 2015



“Fugitivos afro-americanos atravessando o Rio Rappahannock, Virginia, agosto de 1862”. Fonte: <http://www.civilwarphotos.net/files/images/370.jpg> Acesso em: 26 jan.2015



“Cozinheiro militar afro-americano trabalhando. City Point, Virginia”. Fonte: <http://www.civilwarphotos.net/files/images/668.jpg> Acesso em: 26 jan.2015



“Afro-americanos coletando ossos de covas abertas da batalha anterior. Cold Harbor, Virginia, Abril de 1865”.  
Fonte: <http://www.civilwarphotos.net/files/images/770.jpg> Acesso em: 26 jan.1865



"Contrabandos. Culpeper, Virginia. Novembro de 1863". Fonte: <http://www.civilwarphotos.net/files/images/669.jpg> Acesso em: 26 jan.2015



“Primeira Igreja Africana (Broad Street). Richmond, Virginia, 1865” Fonte: <http://www.civilwarphotos.net/files/images/447.jpg> Acesso em: 26 jan.1865



“Soldado afro-americano guardando artilharia do 12º PDR. Napoleon, Point City, Virginia”. Fonte: <http://www.civilwarphotos.net/files/images/A1012.jpg> Acesso em: 26 jan. 1865



“Soldado afro-americano no uniforme da União com a esposa e duas filhas”. Fonte: <http://www.civilwarphotos.net/files/images/A1016.jpg> Acesso em: 26 jan.1865